

INVESTIGAÇÕES
Lingüística e Teoria Literária
vol. 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR

Prof. Éfrem de Aguiar Maranhão

PRÓ-REITOR PARA ASSUNTOS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Yony de Sá Barreto Sampaio

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO

Profª Margarida de Oliveira Cantarelli

DIRETOR DA EDITORA UNIVESITÁRIA

Prof. Washington Luiz Martins da Silva

COORDENADOR, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Profª Gilda Maria Lins de Araújo

VICE-COORDENADOR, PPGLL

Profª Nelly Carvalho

SECRETÁRIO

Cristhianni Beserra

CONSELHO EDITORIAL

Ataliba T. de Castilho (USP)

Francisco Gomes de Matos (UFPE), Presidente

Idelette Fonseca dos Santos (UFPB)

Ingedore V. Koch (UNICAMP)

Ivaldo Bittencourt (UFPE)

José Fernandes (UFGO)

Luiz A. Marcuschi (UFPE)

Marigia Viana (UFPE)

Regina Zilberman (PUC-RS)

Sébastien Joachim (UFPE)

Editoração Eletrônica: Natural Design

INVESTIGAÇÕES – Linguística e Teoria Literária ISSN 0104-1320

Vol. 4, dezembro de 1994

Publicação Anual do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Letras, Centro de Artes e Comunicação, 1º andar, 50670-901 Recife, Pernambuco. Telefone (081) 271.8312.

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL

Francisco Gomes de Matos

5

HESITAÇÃO E VARIAÇÕES NA INTERAÇÃO HOMEM-MULHER: O CASO DA REPETIÇÃO

Judith C. Hoffnagel

7

O NOVO REGIONALISMO NORDESTINO: A IDENTIDADE BRASILEIRA NA OBRA DE ANTONIO TORRES E JOÃO UBALDO RIBEIRO

Roland Walter

19

O FUNCIONAMENTO POLIFÔNICO DA ARGUMENTAÇÃO

Ingedore V. Koch

31

OS ARCANOS DA MODERNIDADE

José Fernandes

37

O DISCURSO E AS PROFISSÕES: ANÁLISE DA INTERAÇÃO EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

José Carlos Gonçalves

59

O MITO, DINÂMICA (INTER) CULTURAL

Sébastien Joachim

73

LES MYTHES FRANÇAIS DANS L'IMAGINAIRE SOCIOCULTUREL BRÉSILIEN

Antônio Viana

89

CRIAT: ... DEL'UTILE L'AGREABLE

Yaracylda Oliveira Farias e Demério S. Menezes

95

AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: UMA SITUAÇÃO LIMITE

Stella Telles Pereira Lima

103

A BUSCA DA PAZ PELA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA <i>Francisco Gomes de Matos</i>	113
VARIAÇÕES REGIONAIS NA FALA DE PROFISSIONAIS DE TELEJORNALISMO EM PRODUÇÕES LOCAIS DE JOÃO PESSOA, NATAL E RECIFE <i>Maura Penna, Josilete Azevedo e Leticia dos Anjos</i>	119
O AUTO E A HETERO DEFINIÇÃO DA LINGUAGEM COMO FORMA DE PERPETUAR OS ESTEREÓTIPOS <i>Ana Cristina G. Correia e Williany Miranda da Silva</i>	133
A METÁFORA NA LINGUAGEM RADIOFÔNICA <i>Antonio Carlos Chavier</i>	147
O PERCURSO DO SENTIDO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS <i>Mônica Fontana</i>	157
O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA <i>Isaltina Mello Gomes</i>	169
O SUJEITO NA FICÇÃO LITERÁRIA <i>Márcia Meira de Vasconcellos Basto</i>	189
INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA <i>Maria do Carmo Costa</i>	197

NOTA EDITORIAL

Este número contém 17 textos, dos quais 9 de docentes e 8 de alunos. Contribuem colegas da UFPE e professores-pesquisadores da Universidade Federal de Goiás e Univesidade Estadual de Campinas.

Em observância à política preconizada pela Comissão Editorial, com apoio do Colegiado do Programa, abre-se mais espaço para contribuições de pós-graduandos.

Estão representadas as duas áreas de concentração do PPGL, Lingüística e Teoria da Literatura, respectivamente através de nove e oito textos.

Tematicamente diversificado, o número oferece insights e resultados de pesquisas relacionadas à Lingüística Institucional (usos da linguagem para fins profissionais), à Literatura Nordestina (reveladora da Identidade Brasileira), à Interdisciplinaridade (poesia e música), à Percepção intercultural do mito.

Analistas do discurso encontrarão estudos referentes à interação conversacional homem-mulher, à narrativa jornalística, à linguagem radiofônica e à fala de telejornalistas.

O Movimento universal em favor dos direitos humanos lingüísticos está representado por um artigo centrado em línguas indígenas brasileiras e por um texto sobre educação lingüística para a PAZ.

Cumprе registrar que este número está sendo lançado na gestão da nova Coordenadora, Prof^a Dr^a Gilda Maria Lins de Araújo.

Francisco Gomes de Matos
Presidente da Comissão Editorial

HESITAÇÃO E VARIAÇÕES NA INTERAÇÃO HOMEM-MULHER: O CASO DA REPETIÇÃO

Judith C. Hoffnagel - UFPE

Segundo Golman-Eisler (1968:31), “a fala espontânea altamente fragmentada e descontínua” e “os atributos de fluxo e fluência na fala espontânea deveriam ser julgados como uma ilusão.” A descontinuidade no fluxo da produção oral é tida como “um fenômeno absolutamente normal” por Preti (1990:30), sendo explicado ou justificado como “decorrente dessa quase simultaneidade entre a manifestação verbal e a construção do discurso, bem como a conseqüente rapidez de sua produção” (Koch et al. 1990:148). São pois, várias as formas que a descontinuidade toma no discurso oral, estando entre elas os fenômenos de repetição, correção e hesitação.

Na pesquisa maior da qual este trabalho representa um resultado preliminar e parcial, investigamos o comportamento desses fenômenos de descontinuidade sob o ponto de vista sócio-interacional. Especificamente, pretendemos examinar a relação dos fenômenos de descontinuidade com os fatores sexo dos interlocutores e tipo de texto (narrativa, conversação, entrevista etc.).

A investigação de outros aspectos da produção oral (introdução de tópico, desenvolvimento de tópico, marcadores conversacionais) tem mostrado diferenças nítidas no uso de elementos lingüísticos e interacionais por parte de homens e mulheres. Assim, é sugestivo verificar se a descontinuidade em suas várias manifestações também é sensível à variável social de sexo dos interlocutores. Isto é, estamos interessados em ver o comportamento dos fenômenos de descontinuidade em termos de tipo de texto oral e sexo dos falantes.

No presente trabalho, limitaremos nossa discussão ao fenômeno de repetição e mais especificamente a hetero-repetição. Mas antes de discutir o conceito de repetição que norteará nossa investigação, será útil considerar a natureza do tipo de interação verbal, a conversação que pretendemos investigar. Uma característica importante deste tipo de discurso é comentado por Ochs (1983:135) quando diz que os discursos podem variar de acordo com o grau de planejamento. O discurso não-planejado seria aquele que prescinde de reflexões prévias e preparação organizacional antes de sua expressão. O planejado, por sua

vez, é aquele projetado e pensado antes de sua manifestação. Ela ainda aponta para o fato de que os discursos variam não somente na medida em que são planejados mas também na medida em que são planejáveis. A conversação realmente espontânea, segundo esta autora, “é por definição relativamente não-planejável” porque diferente de outras formas de discurso, na conversação espontânea, por ser administrada passo a passo (‘locally managed’), “é difícil prever a forma em que a sequência inteira será expressa”, enquanto “o conteúdo pode ser ainda menos previsível”.

É neste sentido que Schegloff (1982:73) nos lembra que o discurso devia ser tratado como uma realização (achievement), algo produzido no tempo real, e que esta realização é de natureza interativa. Como ele nota, “o caráter desta realização interacional é pelo menos em parte formada pela organização sociosequencial da participação na conversação, por exemplo, na sua organização de turnos”. Koch et al. (1990:149), comentando a natureza interativa da conversação, observam que “na organização da conversação há que se considerar a presença de uma sequência de ações coordenadas e a criação coletiva do texto, na medida em que falante e ouvinte, numa alternância de papéis constroem, em conjunto, o texto conversacional”.

Em suma, é pelo fato de ser relativamente não-planejável e de ser uma realização interativa, de turno, que faz com que a conversação espontânea apareça tão descontínua, apresentando repetições, correções, hesitações e silêncios.

Segundo Chafe (1985:78), como o falante está interessado na verbalização adequada de seus pensamentos, as pausas, os falsos inícios, os adendos (‘afterthought’s) e as repetições não impedem que ele alcance este objetivo, mas, ao contrário, estes fenômenos podem ser vistos como “passos para alcançá-lo”. O nosso interesse aqui é descobrir como funciona estes “passos” quando aplicado à ação interativa.

Passaremos agora a definir em termos gerais o fenômeno da repetição, a considerar como ele tem sido ou pode ser tratado em termos da interação em geral e, especificamente, entre mulheres e homens.

Marcuschi (1990:1) oferece a seguinte definição genérica da repetição: “a produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo.” Em seu trabalho, Marcuschi sugere que uma tipologia de repetições levaria a dois grandes conjuntos gerais: a) **configuração formal** (que inclui a questão lexical, a organização sintática e a composição textual) e b) **configuração interacional** (que engloba os processos de interação). Para nossos propósitos é a segunda configuração que interessa. Marcuschi toma como fatores interacionais básicos para estabelecer os tipos de repetição da configuração interacional, os seguintes: interlocutores, turnos e trocas, sobreposição, cooperação e negociação. Embora todos estes fatores sejam

relevantes para a discussão do comportamento da repetição entre mulheres e homens, os últimos dois merecem destaque. Segundo este autor, “a cooperação tem como consequência uma interação harmônica, sincronizada, que por vezes leva um falante a prosseguir a fala do outro continuando até mesmo sua construção sintática. Trata-se de um alinhamento tanto de ações como de conhecimentos na medida em que as faces dos interlocutores são preservadas”. Marcuschi também afirma que na cooperação certos tipos de repetição servem para deixar o ouvinte mais esclarecido ou para reforçar uma dada interpretação do falante aos seus enunciados. A negociação, por sua vez, “comanda todo o processo das relações e do envolvimento interpessoal. Trata-se da maneira como os falantes se relacionam entre si e com seus conteúdos” (Marcuschi 1990:4).

Para Tannen (1989:51-52), são várias as finalidades da repetição, as quais podem ser agrupadas em quatro grandes categorias: produção, compreensão, conexão e interação. As primeiras três se referem à criação de significado na conversação. A quarta categoria, a interação, funciona “no nível interpessoal da fala realizando fins sociais”. A autora oferece uma lista de dez funções interacionais e conclui que “a repetição não somente liga partes do discurso a outras partes, mas vincula participantes ao discurso entre si, ligando os falantes individuais numa conversação e em relações sociais.

Tannen considera ainda que ao “facilitar a produção, compreensão, conexão e interação, a repetição serve a um propósito mais abrangente: criar o envolvimento pessoal. A repetição de palavras, frases ou sentenças de outros falantes: a) realiza a conversação, b) mostra a reação ao enunciado do outro, c) mostra a aceitação dos outros como pessoa e d) dá evidência de sua própria participação. Fornece um recurso para manter a fala onde a fala em si é uma demonstração de envolvimento, da vontade de interagir, de servir à face positiva. Tudo isso remete uma metagemagem de envolvimento.

A literatura sobre linguagem e sexo tem mostrado que a conversação entre os sexos tende a ser problemática e evidência, às vezes, pouca cooperação, especialmente por parte dos homens (cf. Coates 1986; Tanner 1990). Hoffnagel e Marcuschi 1992, por exemplo, mostraram que no caso de introdução de tópico e dos marcadores conversacionais, as mulheres têm um estilo próprio, caracterizado por um maior envolvimento na conversação e mais cooperação entre os interlocutores, embora em conversas com homens elas tendem a adotar o estilo masculino. Assim, é interessante verificar quem, com quem e com que função, dentre homens e mulheres produz as repetições. Com base nestas considerações, levantamos a hipótese de que as mulheres repetem com maior frequência que os homens as palavras do interlocutor na troca de turno com a função básica de cooperar ou colaborar no desenvolvimento do tópico.

A seguir examinamos alguns exemplos de repetição tirados de conversações naturais e espontâneas. Com o intuito de mostrar como a repetição

é usado e de verificar a hipótese levantada.¹ O primeiro exemplo vem de uma conversa espontânea (Conesp 01) que versa sobre problemas que uma entidade religiosa tem ao lidar com jovens. (As repetições (auto e hétero) estão em negrito)

Ex. 01: (Conesp 01) LF1 (locutor feminino 1) LM2 (locutor masculino 2)

292 LF1 vão ser sempre temas... problemáticos... certo e **difíceis**... MUITO **difíceis**
 293 porque... **eu digo pra** você eu tô com trinta e nove anos certo...
 294 por aí tem garotas com quinze ou dezesseis anos com muito mais **experiências** do que eu...
 295 **eu digo** isso a você...
 296 e quan quando falo de/ eu tô falando de de **experiência experiência de de Vida** viu... de
 MUNdo...
 298 não é de **vida é de mundo**
 299 LM2 ah: sim **DE MUNDO**
 300 [ai tá certo...
 301 LF1 [é
 302 LM2 [porque o **mundo** tá cheio de coisa
 303 LF1 [**de mundo** pronto
 304 LM2 não é **experiência de vida**...
 305 porque na hora que ela passar por uma **experiência de vida** essa **experiência** toda que ela
 tem ... de noiTADA... na cama de vinte homens... não servir...
 306 () entendeu...
 307 **QUE Tipo de experiência é essa**...
 308 se essa é **experiência**... eu não acredito... tá...
 309 porque a... a realidade por mais fantasiosa que ela seja ela é outra completamente diferente...
 310 TÁ CERTO
 311 eu considero... por isso que eu digo a você... **CONTA-SE conta-se**...
 312 (ELES podem ter um **tipo de experiência**) **experiência de mundo**...
 313 mas jovens... que consigam falar com **experiência DE VI-DA**...
 314 LF1 **não tem não**
 315 LM2 **não tem**
 316 LF1 (**de vida não tem não**)
 317 **QUER QUER DIZER** a gente não
 318 LM2 isso isso isso aí que eu tô fá/ que tô querendo
 319 LF1 pode dizer que **não tem não** porque o o jovem...
 320 LM2 **Não... Não**
 321 LF1 ele [está iniciando a vida agora ele muita **experiência de vida**
 322 LM2 [Não... eu tô dizendo a você **conta-se... conta-se... conta-se**
 323 mas dizer que esse **tipo de experiência é experiência de vida não é... não é experiência de**
vida de jeito nenhum...
 324 **não é experiência de vida** porque se for () **teria corrigido** essa
 pessoa... **teria corrigido**...

¹ O corpus usado nesta análise tem aproximadamente 11.900 palavras tiradas de segmentos de seis diálogos (tipo D2) do Projeto NURC Recife e são de segmentos de seis diálogos (tipo D2) do Projeto NURC Recife e São Paulo e seis conversas espontâneas gravadas pelo Projeto Integrado sobre hesitação de Recife. Inclui gravações só com mulheres, só com homens e com homens e mulheres. Enquanto nos diálogo do NURC há sempre dois falantes com a intervenção mínima de um documentador, as conversas espontâneas variam com o número de participações de três a nove.

Neste primeiro exemplo, temos muitas auto e hetero-repetições. Uma boa parte das repetições serve para manter o turno e impor a opinião do locutor masculina (LM2). Na linha 296, a LF1 começa falando de experiência de vida quando hesita, corrige a palavra vida, substituindo-a por MUNdo (com ênfase) e confirma sua correção repetindo, “não é de vida é de mundo”. Seu interlocutor, LM2, concorda com a correção feita e repete “DE MUNDO” com ênfase e reafirma dizendo “aí tá certo” com a que LF1 concorda, dizendo em sobreposição “é”. Os dois falantes começam juntos ambos repetindo mais uma vez a palavra mundo nas linhas 303 e 304. LM2 toma o turno e prossegue com uma explicação do porquê essas jovens não têm experiência de vida mas de mundo, repetindo a si mesma e repetindo seu interlocutor nada mais do que dez vezes entre as linhas 304 e 313. Na linha 314, LF1 tenta retomar o turno concordando com LM2 que “não tem não”, o qual é parcialmente repetido por LM2 na linha 315. LF1 começa de novo reafirmando que “de vida não tem não” e prossegue falando com ênfase com o que parece ser mais uma tentativa de retomar o que ela estava querendo explicar, mas LM2 toma o turno na linha 318 com uma repetição hesitativa (isso isso isso) e uma outra hesitação onde muda o rumo do que ia dizer (tô fa/ que tô querendo). LF1 tenta continuar mais uma vez com o que estava dizendo com uma atenuação (QUER QUER dizer a gente não pode...) com relação a sua afirmação anterior. Percebendo talvez essa atenuação, LM1 entra com uma enfática repetição do “não” e uma sobreposição que está repleta de repetições na linha 322 (conta-se... conta-se... conta-se). Nas linhas 323 e 324, mais uma vez, LM1 repete duas vezes o fato de que esse tipo de experiência não é experiência de vida, finalmente conseguindo dizer porque não pode ser as-sim considerado. E para ter certeza que é entendido, repete duas vezes (teria corrigido teria corrigido) a razão porque não pode ser considerado experiência de vida. A impressão que temos ao escutar este trecho da conversa é de uma luta para controle dos turnos e do conteúdo da discussão.

Ex. 02: (NURC 266) L1 (homem) L2 (mulher)

0075		eu ia parar em dois filhos
0076		mas lá em casa já já houve três (1.0)
0076		e se eu não [segurasse vinha bem meia dúzia né
0078		[lá em csa seriam quatro
0079		seria quatro [porque (inc)
0080	L2	[seria talvez uma meia dúzia

No Ex. 02, temos a repetição usado numa tentativa clara de assaltar o turno. L2 vem explicando como “lá em casa” (1.76) já houve três filhos embora tivesse planejado parar em dois, quando L1 interrompe repetindo as

palavras de L2, “lá em casa”, para descrever a situação (1. 80), “seria talvez uma meia duzia” continuando a desenvolver a sua fala como se não tivesse sido interrompido.

A repetição serve não somente para conseguir ou manter o turno. Frequentemente é usada para mostrar que o falante aceita a ajuda do seu interlocutor (Ex. 03) ou para concordar com que está sendo dito (Ex. 04), ou, ainda, para apreciar uma colaboração na construção da conversa (Ex. 05):

Ex. 03: (Conesp 01) LM2 (locutor masculino 2); LF2 (locutor feminino 2)

226	LM2	EU ESTUDEI no segundo grau... na primeira série do segundo grau
		eu estudei todos os tipos de drogas
227		a gente tem uma cadeira com o nome de plano de saúde de saúde de...
		saúde saúde
228		uma matéria de saúde que você paga no primeiro grau...
229		na primeira série [do segundo grau
230	LF2	[programa de saúde
231	LM2	programa de saúde...

Ex. 04: (NURC/Rec. 27) : L1 (homem) L2 (mulher)

424	L2	talvez seja o sentimento
425		ou o [temperamento da pessoa né?
426	L1	[há essa possibilidade
427	L2	há essa possibilidade

Ex. 05: (NURC/SP 343) L1 (homem) L2 (mulher)

1005	L1	you imagine o futuro...
1006		you tá no a::alto de um prédio lá num sei quê...
1007	L2	((riso rápido))
1008	L1	e:: dá uma zelira lá na luz...
1009	L2	cinquenta andares...
1010	L1	cinquenta andares

Em Ex. 03, temos o interlocutor masculino (LM2) procurando o termo certo para uma cadeira que tem no segundo grau. O fato dele hesitar várias vezes (1.226,227) enfatiza a sua procura do termo exato. LF2 fornece então o nome da cadeira e L1 repete logo em seguida, confirmando ser o termo que estava procurando. Já no Ex. 04, a falante feminina (L2) vem discutindo métodos usados para educar crianças, notando que, às vezes, os próprios pais não conseguem

educar seus filhos e sugere que a causa disso talvez seja o sentimento ou temperamento da pessoa. L1 concorda que haja essa possibilidade e L2, reconhecendo a concordância do interlocutor, repete sua palavras. No quinto exemplo, o interlocutor masculino está imaginando o futuro em edifícios altos quando falta luz e L2 mostra sua atenção ao sugerir um número específico e exagerado de andares. L1 repete o número de andares mostrando sua apreciação da colaboração oferecida para a construção do seu cenário imaginário.

Encontramos também instâncias de repetição para expressar humor como no exemplo seguinte:

Ex. 06: (NURC/SP 343)

1501 L1 não pode ter mecanismo de compressão só...
 1502 a1: o os ... **humanos... são muito perfeitos** ((risos))
 1503 L2 **os humanos são muito pouco humanos né?** ainda ((risos))

Depois de um longo trecho sobre algumas das atrocidades perpetuadas pela humanidade durante a história e como cada situação precisa ser compreendida no contexto em que ocorreu, o interlocutor masculino diz ironicamente que os humanos são muito perfeitos e sua interlocutora responde com uma repetição da mesma estrutura sintática mudando apenas a última palavra (em vez de muito perfeitos são muito poucos humanos). A repetição de L2 mostra tanto sua compreensão do enunciado anterior (que não é de ser tomado em sério) como colabora com mais um motivo para rir.

Muitas repetições ocorrem em sobreposição no fim de um turno ou em momentos de hesitação. Embora seja plausível considerar estas sobreposições como interrupções, ao ouvir as fitas temos a impressão não de interrupção ou distúrbio, mas de cooperação.

Vejamos os seguintes exemplos:

Ex. 07: (Conesp 05) L1, L2, L3, L5 (mulheres)

0320 L1 eu acho ele **inseguro**
 0321 L3 **inseguro**
 0322 L2 [eu nem cheguei a conhecer
 0323 L1 [**ele sofreu a primeira vez ele sofreu**
 0324 L5 [() não quer nada com a vida não
 0325 **ele sofreu a primeira vez aí tá com medo** de: de: de se[comprometer e [sofrer de novo
 0326 L3 [é [a maioria desses
 0327 homens que sofre a primeira vez [aí fica com medo
 0328 L1 [**ele tem medo de sofrer nova[mente**
 0329 L3 [é

Ex. 08: (NURC/REC 027) L1 (homem) L2 (mulher) Doc. (mulher)

229	L1	eu tenho impressão que o meio de comunicação... mais (5s) [importante...
230	Doc	[o que tem
231		mais [... penetração na sua opinião
232	L1	[não não o o primeiro
233		o primeiro
234		o que vem [digamos assim éh:
235	L2	[digamos ter mais penetração

No Ex. 07, quatro mulheres vêm discutindo o comportamento de um rapaz conhecido por três delas. O trecho aqui transcrito vem no fim da discussão quando, em conjunto e com muitas hetero-repetições, elas tentam explicar seu comportamento. L3 repete L1 na 1.321 mostrando sua concordância com a opinião de L1 que o rapaz é inseguro. Na 1.323 L1 explica porque ele é inseguro ao dizer que “ele sofreu a primeira vez”. L5 por sua vez repete L1 e adiciona a conclusão que “aí tá com medo”. Numa sobreposição na 1.326, L3 concorda com a avaliação de L1 e L5 e generaliza este tipo de reação para a maioria dos homens que sofrem a primeira vez ficam com medo de sofrer de novo. L1 também em sobreposição traz a discussão de volta para a situação específica da pessoa em discussão e conclui que ele “tem medo de sofrer novamente” repetindo L5. Este exemplo, que envolve a troca de vários turnos com múltiplas repetições, é típico das conversas entre mulheres.

No caso do Ex. 08, temos L1 hesitando várias vezes na tentativa de expressar sua opinião a respeito do meio de comunicação mais importante, fazendo uma pausa de 5sg. A documentadora tenta socorrê-lo e sugere que ele fale aquele que tem mais penetração. Mas L1 continua se atrapalhando nas linhas 231 e 232 com mais uma série de hesitações, quando é socorrido desta vez por L2 ao repetir em sobreposição sua palavra, *digamos*, e as palavras da documentadora, *mais penetração*, mostrando sua atenção com a conversa e sua habilidade de cooperar em momentos de dificuldade.

No corpus analisado, foram encontradas um total de 70 hetero-repetições no contexto de troca de turnos. A Tabela 1 mostra que destas, 42 (60%) foram produzidas por mulheres e 28 (40%) por homens. Tanto as mulheres quanto os homens repetiram mais os interlocutores do mesmo sexo (32 vs 10 (76%) mulheres; 19 vs 9 (68%) homens).

TABELA 1: TOTAL DAS OCORRÊNCIAS DE HETERO-REPETIÇÕES POR SEXO DO FALANTE E SEXO DO INTERLOCUTOR REPETIDO

	N	%
Mulheres repetem mulheres (M/m)	32	46
Mulheres repetem homens (M/h)	10	14
<i>Subtotal mulheres</i>	42	60
Homens repetem homens (H/h)	19	27
Homens repetem mulheres (H/m)	9	13
<i>Subtotal homens</i>	28	40
Totais	70	100

É intrigante notar que a produção de hetero-repetições não tem o mesmo padrão nos dois tipos de interação investigados (Tabela 2). Enquanto há um equilíbrio entre homens e mulheres nos diálogos do NURC em termos de número de hetero-repetições (homens 20 e mulheres 19), nas conversas espontâneas CONESP, as mulheres produziram 74% de todas as hetero-repetições. A tendência de repetir mais o mesmo sexo é mantido nos dois tipos de interação.

TABELA 2: HETERO-REPETIÇÕES POR SEXO DO FALANTE E SEXO DO INTERLOCUTOR REPETIDO NOS DIÁLOGOS DO NURC E NAS CONVERSAS ESPONTÂNEAS CONESP

NURC		CONESP	
M/m: 13	H/h: 16	M/h: 19	H/h: 5
M/h: $\frac{6}{19}$	H/m: $\frac{4}{20}$	M/h: $\frac{4}{23}$	H/m: $\frac{3}{8}$

A maioria das hetero-repetições no contexto de troca de turno parecem ter a função principal de cooperar ou colaborar no desenvolvimento da interação. É interessante notar que apenas as mulheres usaram a hetero-repetição para expressar humor. Os homens, por sua vez, foram responsáveis pelas únicas ocorrências do uso da hetero-repetição para tomar ou assaltar o turno e para contra-argumentar.

Em conclusão, podemos dizer que a hipótese levantada de que as mulheres repetem com maior frequência que os homens as palavras do interlocutor na troca de turno com a função básica de cooperar ou colaborar no desenvolvimento da interação foi, pelo menos, parcialmente comprovada. Tomando o corpus todo, elas repetem mais seus interlocutores. Os dados dos diálogos do NURC, porém, nós leva a supor que o tipo de interação-neste caso uma situação mais formal, onde os interlocutores sabem que estão sendo observados e onde têm a obrigação de falar sobre um certo assunto por um tempo mínimo-levou os homens

a colaborar mais do que fazem nas conversas espontâneas. O comportamento das mulheres é parecido nos dois tipos de interação. De outro lado, não parece ser relevante o fato que as mulheres repetem mais com a função de colaborar na medida que esta função parece ser a principal de todos os falantes, independentemente do sexo. Talvez podemos concluir que os resultados desta pequena investigação mantêm a idéia de que as mulheres têm como característica serem mais cooperativas na interação verbal, mas não tanto quando seus interlocutores são homens. Talvez podemos dizer também que os homens, embora não tenham a cooperação como uma característica tão marcante quanto às mulheres, sabem cooperar quando for necessário, mas não se esforçam demais quando o interlocutor é mulher.

BIBLIOGRAFIA

- CHAFE, WALLACE. 1985. Some Reason for Hesitating. In D. Tannen e M. Saville-Troike (eds.) Perspectives on Silence. Norwood, N.J., Ablex, pp. 77-89.
- COATES, JANNIFER. 1986. Women, Men and Language. London, Longman.
- GOLMAN-EISLER, F. 1968. Psycholinguistics: Experiments in Spontaneous Speech. New York, Academic Press.
- HOFFNAGEL, JUDITH C. e MARCUSCHI, ELIZABETH. 1992. O Estilo feminino na interação verbal. In Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (orgs.) Entre a virtude e o pecado. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 119-146.
- KOCH, I.G. VILLAÇA ET AL. 1990. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In A. T. de Castilho (ed.) Gramática do Português Falado. Vol. I Campinas, Ed. da UNICAP, pp. 143-184.
- MARCUSCHI, LUIZ ANTÔNIO. 1990. A repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo. (manuscrito)
- OCHS, ELINOR. 1983. Planned and unplanned discourse. in Elinor Ochs e Bambi B. Schieffelin (eds.). Acquiring Conversation Competence. Boston, Routledge and Kegan Paul.
- PRETI, DINO. 1990. A linguagem dos Idosos. São Paulo, Contexto.
- SCHEGLOFF, E. 1982. Discourse as an interactional achievement: some uses of 'uh' and other things that come between sentences. In D. Tannen ed.) Analyzing Discourse: Text and Talk. Washington, D. C., Georgetown University Press, pp. 71-93.
- TANNEN, D. 1989. Talking Voices: Repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge, Cambridge University Press.
- TANNEN, D. 1990. You Just Don't Understand. New York, William Morrow.

O NOVO REGIONALISMO NORDESTINO: A IDENTIDADE BRASILEIRA NA OBRA DE ANTÔNIO TORRES E JOÃO UBALDO RIBEIRO

Roland Walter, UFPE

O regionalismo nordestino desenvolveu-se de uma literatura regional, focalizando as particularidades do Nordeste, para uma literatura que põe estas particularidades em relação dialética com o contexto nacional e internacional. Como observa Silviano Santiago, ele desenvolveu de um regionalismo “décor”, caracterizado pelo costumbrismo, para um regionalismo concebido como condição humana na sua dialética contraditória com a condição universal.¹ Enquanto que o romance nordestino do ciclo pré-modernista nos dá uma imagem romântica com matização realista e naturalista da região², o romance de 30 toma por base a realidade geográfica, social e histórica da região para destacar o caráter particular do Nordeste e a condição do homem nordestino e para cumprir neste processo a função de documento denunciador. Como quadro retórico e estilístico servem no romance modernista a aproximação da linguagem literária à fala brasileira e a incorporação de neologismos e regionalismos para colocar o leitor em contato com a realidade sócio-cultural da região nordestina. Em contraposição ao romance de 30, o romance pós-modernista, especialmente a obra de João Ubaldo Ribeiro e de Antônio Torres, foca mais o contexto nacional e internacional da problemática nordestina. Este desenvolvimento tem a ver com a alteração da relação entre o Nordeste e o Sul desde os anos 60. Em consequência do programa de modernização e industrialização, realizado pelo governo militar desde 1964, as contradições entre uma sociedade tradicional e agrária por um lado, e uma sociedade modernizada e tecnocrática por outro, deslocam-se para o interior do Nordeste, como também, por

¹ Silviano Santiago, *Vale quanto pesa*. (Rio de Janeiro, 1982), p. 23

² José de Alencar, *O Sertanejo* (1876), Franklin Távora, *O Cabeleira* (1876), José do Patrocínio, *Os Retirantes* (1879), Oliveira Paiva, *Dona Guidinha do Poço* (1888), Rodolfo Teófilo, *A Fome* (1890) e Domingos Olímpio, *Luzia-Homem* (1903)

causa dos retirantes e migrantes, para os centros industriais do Sul. Daí resulta uma confrontação entre duas culturas e mentalidades opostas. Os resultantes conflitos sociais e psíquicos constituem um dos mais importantes temas da obra de Ribeiro e de Torres. Nos romances destes escritores, a temática nordestina não tem só um caráter regional, mas como conflito ‘Norte-Sul’ também um caráter internacional e universal. Ao ver os conflitos não só como problemas regionais, mas pondo-os num contexto nacional e internacional, e ven-do a causa deles não só no subdesenvolvimento mas na colonização interior e exterior, o novo regionalismo nordestino, através de Antônio Torres e de João Ubaldo Ribeiro, assume um papel importante na busca da identidade brasileira.

Ao focalizar este aspecto fundamental da obra de Torres e de Ribeiro, esta análise é influenciada pela teoria da recepção de Wolfgang Iser. Em The Implied Reader e The Act of Reading. A Theory of Aesthetic Response Iser acentua a importância do leitor na constituição do significado de um texto. Todos os textos, argumenta Iser, têm uma estrutura objetiva que o leitor tem que completar. Os textos criam vácuos que o leitor tem que encher por meio de sua imaginação. Desta interação entre o texto e o leitor – desta resposta estética – resulta o significado pragmático do texto.³

O Nihilismo ou o Absurdo de Vida na Obra de Antônio Torres

O tema principal de Essa Terra, Carta ao Bispo e Adeus Velho é a dicotomia ‘Norte-Sul’. Para os que vivem no interior do Nordeste, este “vasto desengano a perder-se na linha de um horizonte desolado que cerca o nada”⁴, São Paulo é o símbolo de suas esperanças e a promessa de uma vida melhor. Mas em São Paulo o sonho se torna uma desilusão, um desengano. A vida do nordestino em São Paulo é caracterizada por exploração, fome, frieza e alienação. Confrontado com uma cultura e mentalidade diferentes, o nordestino não consegue encontrar o seu lugar na sociedade urbana do Sul. Os protagonistas destes três romances não conseguem resolver os decorrentes conflitos sociais e psíquicos, portanto terminam como heróis fracassados.

O antagonismo entre duas culturas e mentalidades distintas é refletido simbolicamente no emudecimento dos protagonistas – um motivo importante em Vidas Secas de Graciliano Ramos, que recebe uma nova dinâmica e expressividade na obra de Torres (e de Ribeiro). Em Essa Terra, a morte de Nelo, logo no início, simboliza este emudecimento. Depois de ter vivido durante 20 anos em São Paulo, Nelo volta para Junco, uma aldeia no interior do Nordeste, e se suicida. A morte representa o fracasso do protagonista, como também a esperança enganada dos habitantes de Junco. Em Carta ao Bispo, o protagonista Gil escreve

³ Wolfgang Iser, The Implied Reader. (Baltimore, 1975) e The Act of Reading. A Theory of Aesthetic Response. (Baltimore, 1978), p. 85

⁴ Antônio Torres, Adeus Velho (São Paulo, 1985), p. 7

uma carta ao bispo antes de beber veneno. Em Adeus Velho, Virinha consume-se no combate contra a difamação. Em Um cão uivando para a lua, o protagonista ‘A’ vira psicicamente enfermo porque não suporta mais a contradição entre as suas próprias experiências no Nordeste e o que pode escrever sobre elas como jornalista. Sua permanência na psiquiatria traz consigo que ele emudece – um estado simbolizado pela camisa-de -força: “Toda a minha vida foi uma luta idiota pela percepção, apreensão e a aceitação da realidade. Ao lutador seu justo prêmio: uma camisa-de-força”.⁵ Em Balada da Infância Perdida, o protagonista, perseguido por fantasmas durante uma noite de bebedeira e insônia, evoca o passado. Neste processo, a imagem central é constituída por “caixãozinhos azuis” e por um caixão preto que representam a morte de crianças inocentes e de parentes do protagonista. Os mortos já não falam mais, só na imaginação do protagonista. Em Um Táxi para Viena d’Áustria, Veltinho, desempregado, correndo atrás de um emprego, de soluções, mete-se num táxi, sem saber por onde ir, e mergulha num solilóquio introspectivo.

Em todos os romances, Torres descreve os motivos do emudecimento dos seus protagonistas por meio de uma narrativa extremamente fragmentada. Cada um dos fragmentos, em si trivial e aparentemente sem conexão, é uma condição indispensável para o fim fatal. A fragmentação da narrativa, múltiplas perspectivas, a montagem cinematográfica de cenas, episódios e capítulos, o entrelaçamento de sonhos, visões e alucinações no enredo causam a dissolução de tempos e espaços diferentes, criando um tempo e um espaço contínuo da narrativa. Da aplicação destes artifícios estruturais e estilísticos resulta a implicação do leitor na criação do significado do texto. Isto é, estes artifícios constituem um quadro dentro do qual o leitor tem que construir o objeto estético, o significado pragmático. Como Torres não utiliza um enredo consecutivo, o texto que ele oferece ao leitor contém diferentes estratos significativos. Cabe ao leitor relacionar estes estratos e estruturar o significado que resulta das múltiplas conexões entre os estratos semânticos do texto.

Muitas vezes os protagonistas tentam formular mentalmente as suas experiências por meio de frases, seqüências de palavras soltas e alinhamentos de substantivos que parecem fragmentos, flashes de idéias – tentativas de traduzir a realidade experimentada – como Gil em Carta ao Bispo: “Viagem, viagens. Eta, mundo. Eta, chão de asfalto, cascalho, pedra, pau, poeira e lama. Arranca-toco. Chão carroçável. Chão de pneu e casco de cavalo. Chão da sola dos pés...”⁶ Por que Torres emprega este motivo, este paradoxo literário de escrever sobre o emudecimento de pessoas? O que Torres tenta comunicar através do estilo e da estrutura é a incompatibilidade entre a cultura nordestina, caracterizada pela

⁵ Antônio Torres, Um cão uivando para a lua (Rio de Janeiro, 1972), p. 17

⁶ Antônio Torres, Carta ao Bispo (São Paulo, 1979), p. 74

tradição oral, pela paixão de falar, e a nova realidade sócio-cultural, baseada na palavra escrita, que impossibilita a arte tradicional de contar. Em outras palavras, e com referência a uma observação de Walter Benjamin, que refletiu sobre o emudecimento dos soldados voltando da 1ª Guerra Mundial, não mais rico mas mais pobre de experiência, Torres tenta pôr em palavras uma realidade que, em sua complexidade e prepotência, se subtrai da apreensão do indivíduo; uma realidade que se retira dele porque ele não dispõe de uma linguagem que permita traduzir a experiência em fala. Porém, este estilo e a estrutura fragmentada simbolizam a dificuldade do nordestino de se fazer entender oralmente numa realidade que lhe é alheia.

Diante do fundo desta incompatibilidade, Torres delinea anti-heróis, heróis fracassados, que nem no Nordeste nem em São Paulo conseguem viver felizes. A crise⁷ que causa esta tragédia humana⁸ desdobra-se num contexto regional, nacional e internacional. As pessoas no interior nordestino não vêem um futuro na sua terra, porque o pretense progresso, isto é, a construção de uma infra-estrutura para depois explorar as riquezas do solo, só chega a certas regiões: “É verdade que estão abrindo muitas rodagens por aí, mas é na região do petróleo, na região do cacau, em zonas de alta produção. Sejam realistas, amigo. O que é que a sua terra produz? Trinta sacos de feijão?... Cinquenta quilos de couro?”⁹ Implicado nesta afirmação dum oficial do Governo é a crítica desta política da parte de Torres. Em todos os seus romances, ele torna explícito que o Governo e a Igreja não servem ao povo, mas o exploram, precipitando o Brasil num caos total. Um bom exemplo desta crítica é o solilóquio introspectivo de Gil em Carta ao Bispo:

Igreja tomou tudo povo galinha feijão farinha carneiro...pobreza lugar pequeno tabaréus ignorância exploração igreja Dom Luís devolva tudo povo abandonado barragens empresa governo poderosos cinco séculos atraso ignorância pobreza miséria Dom Luís Igreja não pode salvar ninguém eternidade salvar aqui Terra Brasil banditismo baderna burocracia bancarrota safadeza...¹⁰

⁷ A este respeito, Silvano Santiago diz: “Essa crise... despertada pela experiência do homem no seu cotidiano, pode passar pelo encarceramento do louco e pelo silêncio do prisioneiro, seres que são ‘falados’, respectivamente, pela Psiquiatria e pelo Direito, mas sempre desprovidos de fala própria quando se chega às suas mínimas aspirações da vida, ou aos seus mínimos desejos cotidianos”. **Vale quanto pesa**, op. cit., pp.155-56

⁸ Esta tragédia não é só o resultado da crise, mas tem outras origens, como por exemplo o machismo no caso de Virinha em **Adeus Velho**: “... você não sabe o que é ser mulher, ... jogada no mundo, sem pai nem mãe e tendo que se virar sozinha. Você tem que abrir as pernas...” op. cit., p. 123

⁹ Antônio Torres, **Carta ao Bispo**, p. 37

¹⁰ *Ibid.*, p. 43

Em Balada da Infância Perdida Torres emprega a morte de inocentes crianças brasileiras e do seu primo Calunga para criticar não só as circunstâncias nacionais, mas também o contexto internacional da crise brasileira. Neste processo, por exemplo, o escritor salienta a implicação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964¹¹ e o ambiente dos anos seguintes, caracterizado por tortura, repressão, paranóia, pobreza e miséria. Torres torna estas circunstâncias responsáveis pela morte – pelo emudecimento – das crianças e do seu primo.

Ligando esta crítica social à questão da identidade brasileira, Torres delinea protagonistas com identidades fracassadas. Todos eles estão procurando um sentido de vida e movem num vazio absurdo. Assim, Veltinho em Um Táxi para Viena d'Áustria, refletindo nos seus problemas, representa todos os protagonistas na obra de Torres: “Talvez seja este o problema, o meu problema: a falta de fé em alguma coisa, qualquer coisa.”¹² Em sua obra, Torres afirma o raciocínio de Lucia Helena com respeito a crise humana na sociedade brasileira.¹³ A “atomização do ser humano”, de que fala Helena, leva, na obra de Torres, à perda de identidade do brasileiro.¹⁴ Mas Torres vai mais longe; ele questiona a identidade do Brasil, descrevendo um país sem memória, influenciado pelo imperialismo norte-americano¹⁵ e corroído por “inanição, preguiça, desordem e medo... e a ignorância”¹⁶, por destruição do ambiente¹⁷, corrupção e violência.¹⁸

Esta crise nacional, que leva à “atomização” do ser humano e da sociedade brasileira e que está refletida no enredo, no estilo e na estrutura dos textos¹⁹, tem também um caráter universal. Em Carta ao Bispo, Gil manifesta desdém perante uma vida absurda, caracterizada por inúmeras repetições e tédio, e critica a ignorância e o conformismo dos seus próximos.²⁰ Pensamentos semelhantes têm Mirinho em Adeus Velho, resumindo as forças assoladoras do dia-a-dia²¹ e Veltinho em Um Táxi para Viena d'Áustria, refletindo sobre a vida num

¹¹ Antônio Torres, Balada da Infância Perdida (Rio de Janeiro, p. 43: “... é a força americana. Eles vieram. Chegaram atrasados mas vieram.”

¹² Antônio Torres, Um Táxi para Viena d'Áustria (São Paulo, 1991) p. 102

¹³ Lucia Helena, Uma Literatura Antropofágica (Rio de Janeiro, 1981), p. 100. Ela fala da “atomização do ser humano, cada vez mais fragmentado pela sociedade que lhe promete identidade e igualdade...”

¹⁴ Antônio Torres, Balada da Infância Perdida, op. cit., p. 52

¹⁵ *Ibid.*, pp. 79/84

¹⁶ *Ibid.*, pp. 36/80

¹⁷ Antônio Torres, Adeus Velho, p. 156

¹⁸ Antônio Torres, Um Táxi para Viena d'Áustria, pp. 8-10/13/17-18/53-54

¹⁹ Utilizando a expressão de Lucia Helena, poderia se argumentar que a “atomização” do texto reflete a “atomização” do ser humano, da sociedade e da vida.

²⁰ Antônio Torres, Carta ao Bispo, pp. 78-79

²¹ Antônio Torres, Adeus Velho, p. 87

mundo absurdo que “corre porque se perdeu a fórmula para parar”.²² Com ironia e um sarcasmo cáustico Torres pinta a vida no Brasil e o brasileiro correndo, propulsionado por cobiça, perdendo tudo, especialmente os valores morais, e, por fim, parando, perdido na fragmentação labiríntica da sua personalidade destruída: o vazio, o nada niilista. É Calunga em Balada da Infância Perdida que melhor exprime o caráter universal da crise social e a omnipresente atitude anti-materialista do autor: “Faz sentido essa caravana que você vê, um bando de fanáticos entupindo as ruas, se engarrafando, se atropelando, se matando só por causa de dinheiro? É uma marcha diária, estúpida e vazia. Pra nada”.²³

Através de uma narrativa fragmentada (atomizada), Antônio Torres ativa a participação do leitor, que está instigado de juntar os fragmentos para decifrar o significado pragmático²⁴ e descreve a “atomização” do brasileiro/ do ser humano, que (não sem culpa própria) fracassa numa sociedade adversa. Os protagonistas na obra de Antônio Torres são todos homens de pés redondos²⁵, que, levando uma “vida de cão vagabundo”²⁶, se perdem no absurdo niilista da vida sem encontrar soluções a não ser na morte ou em sonhos, como Veltinho em Um Táxi para Viena d’Áustria: “Vou andar por aí, bem devagar, vestido de luz, embriagado de luz, e chegar ao topo da montanha mais alta que houver, para ficar mais perto do céu. Até que venha uma nuvem e me leve para um lugar tão longe que nem Deus sabe onde fica”.²⁷

O Otimismo Existencialista na Obra de João Ubaldo Ribeiro

Também nos romances de João Ubaldo Ribeiro o leitor é confrontado com o motivo do emudecimento. Em Sargento Getúlio a verbosidade do protagonista emudece no balame dos soldados. Sendo um monólogo, ninguém ouve o que o Getúlio diz. Fazendo lembrar Vidas Secas de Graciliano Ramos, Sargento Getúlio delinea a crise social e humana no interior do Nordeste por meio de um solilóquio do protagonista, Getúlio. Neste processo o autor salienta a dominação e a exploração de Getúlio, uma pessoa sem identidade bem definida²⁸,

²² Antônio Torres, Um Táxi para Viena d’Áustria, p. 160

²³ Antônio Torres, Balada da Infância Perdida, p. 127

²⁴ A base deste raciocínio é a tese que “... meaning is neither a given external reality nor a copy of an intended reader’s own world, it is something that has to be ideated by the mind of the reader. A reality that has no existence of its own can only come into being by way of ideation, and so the structure of the text sets off a sequence of mental images which lead to the text translating itself into the reader’s consciousness.” Wolfgang Iser, The Act of Reading. ..., op. cit., p. 38

²⁵ Antônio Torres chamou o seu segundo livro Os Homens dos Pés Redondos (Rio de Janeiro, 1973)

²⁶ Antônio Torres, Carta ao Bispo, pp. 44-45

²⁷ Antônio Torres, Um Táxi para Viena d’Áustria, op. cit., p. 178-180

²⁸ João Ubaldo Ribeiro, Sargento Getúlio (Rio de Janeiro, 1971), p. 62

pelos latifundiários, simbolizados pela imagem dos “urubus... o dono do mundo”.²⁹ Sendo marginalizado, Getúlio sente-se um João-ninguém e reage: mata 20 pessoas para sentir-se homem de novo, para restabelecer a sua identidade subjugada e humilhada. Através de um enredo consecutivo, típico do realismo social, Ribeiro manifesta que a deshumanização de Getúlio é uma consequência das circunstâncias sociais: “o pior que pode me acontecer é eu morrer e isso não é o pior. Pior é ser pataqueiro em qualquer engenho. Pior é não ser ninguém,... O que é que eu fiz até agora? Nada. Eu não era eu, um pedaço do outro, mas agora eu sou eu sempre e quem pode?”³⁰ O sonho de Getúlio, de ter “uma plantação boa, um sítio quieto”³¹, morre no balame do exército, uma imagem que sublinha a dicotomia ‘opressor/oprimido’ que caracteriza a crise social.

Enquanto que Sargento Getúlio delinea a crise num contexto regional, Vila Real, diante de um fundo regional, põe-a num contexto nacional e internacional. Enquanto que Getúlio não consegue romper o ciclo do seu emudecimento, Argemiro em Vila Real, lutando contra a empresa estrangeira que, de acordo com o governo brasileiro, quer expulsar os habitantes da sua terra, supera as suas dificuldades iniciais de exprimir-se.³² Enquanto que Getúlio (como Fabiano em Vidas Secas) sente a injustiça sem saber como reagir de uma maneira sensata para restabelecer a sua identidade, Argemiro se cria, num árduo processo de conscientização, uma identidade baseada na tradição da sua cultura: “Olhando para cima e respirando fundo... pôde falar como se tivesse decorado alguma coisa remota ensinada, uma voz de flauta lhe assoprando nos ouvidos, faces de amigos e parentes, sorrisos no passado e, à medida que falava, sentia o peito mais leve e o ar mais fácil de inspirar”.³³ Argemiro vira um cabecilha que mobiliza o seu povo para tomar uma atitude activa contra os invasores estrangeiros e para, assim, defender não só a terra, mas também a tradição e a cultura. O motor desta luta é uma identidade coletiva, a fusão do ‘eu’ com o ‘nós’.³⁴ Se bem que o desfecho da luta fique incerto, o otimismo de Ribeiro é evidente. É um otimismo que tem as raízes na tradição, cultura e no espírito de coletividade do Nordeste. Assim se pode compreender o pensamento do Padre Bartolomeu: “Está escrito: os humildes herdarão a terra”.³⁵

O exemplo mais drástico de emudecimento encontra-se em Viva o Povo Brasileiro, essa epopeia que reconstrua a história brasileira da

²⁹ Ibid., p. 2

³⁰ Ibid., pp. 93/97

³¹ Ibid., p. 5

³² João Ubaldo Ribeiro, Vila Real (Rio de Janeiro, 1979), p. 29

³³ Ibid., p. 36

³⁴ Ibid., p. 67: “... sendo por causa deste povo, é por minha causa, porque, sem esse povo, é muito possível que eu fosse somente um Sem-Nome do Sem-Nome...”

³⁵ Ibid., p. 88

perspectiva dos pobres e marginalizados. Quando Perilo Ambrósio corta a língua do seu escravo, ele quer impedir este de dizer a verdade com respeito ao seu heroísmo. Por causa de poder e de cobiça a verdade é falsificada e substituída pela mentira. Essa imagem no começo do romance contém o significado do texto: a crítica e retificação da verdade/história falsificada.

Um dos temas abrangidos neste processo é a questão da identidade brasileira. Delineada desde os tempos da luta pela independência, a identidade brasileira não é uniforme. Enquanto que a classe superior, desde o passado até hoje em dia, não tem uma identidade brasileira, negando esta na sua tendência de identificar-se com as culturas européias³⁶, o povo, isto é, os explorados, escravizados e marginalizados, os que deram a vida pela independência, pela abrogação da escravidão e na luta contra o regime militar, simboliza a verdadeira identidade brasileira. Esta identidade é emblemada na luta de Maria da Fé, uma revolucionária mítica, e do seu filho, Lourenço. Enquanto que Maria da Fé lutou com a arma na mão, Lourenço utiliza a arma da conscientização:

Faço revolução, meu pai... Desde minha mãe, desde antes de minha mãe até, que buscamos uma consciência do que somos... a nossa arma há de ser a cabeça, a cabeça de cada um e de todos, que não pode ser dominada e tem de afirmar-se. Nosso objetivo... é mais a justiça, a liberdade, o orgulho, a dignidade, a boa convivência. Isto é uma luta que trespassará os séculos...³⁷

Conscientização com o objetivo de criar uma identidade coletiva na luta contra a injustiça. Esta luta contra “a única forma de morte”, isto é, contra o fracasso do “Espírito do Homem”³⁸ é o caminho esboçado no romance para uma redefinição da identidade brasileira. A este respeito *Viva o Povo Brasileiro* representa a tradução ficcional de uma frase de Silviano Santiago – “chegar à semente” – relativo ao Movimento Antropofágico.³⁹ Como em *Vila Real*, o autor não nos apresenta um desfecho definitivo da luta. Não obstante do futuro caracterizado por fome, pobreza e miséria, durante o qual o Brasil será dominado economicamente pelas nações do

³⁶ João Ubaldo Ribeiro, *Viva o Povo Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1984), pp. 470/472/622/624

³⁷ *Ibid.*, pp. 607-608

³⁸ *Ibid.*, p. 608

³⁹ Com respeito ao Movimento Antropofágico, Lucia Helena diz: “... como procurou fazer o Dada, cumpre-lhe deglutir o passado, e extrair-lhe a seiva primitiva para chegar ao caos originário. No caso da Antropofagia, ‘chegar à semente’ (Silviano Santiago) nativa renegada pela atitude colonista que marcou o pensamento político-cultural do colonizador europeu e das elites brasileiras que lhe deram continuidade”. Lucia Helena, *op. cit.*, p. 111.

chamado Primeiro Mundo, transparece o otimismo de Ribeiro: “Almas brasileiras, tão pequetinhas que faziam pena, tão bobas que davam dó, mas decididas a voltar para lutar. Alminhas que tinham aprendido tão pouco e queriam aprender mais, ... o Espírito do Homem, erradio mas cheio de esperança...”⁴⁰

A verdade falsificada e a identidade brasileira também constituem um tema importante em *O Sorriso do Lagarto*, este romance que visa a perversão da ciência genética. João Pedroso, tentando revelar as manobras da máfia nacional e internacional da ciência genética, tem que pagar com a vida a sua curiosidade pela verdade. Ele, um pescador e um biólogo amador bem enraizado na cultura baiana, representa a verdadeira identidade brasileira, enquanto que os colaboradores com os cientistas desnaturados – os que se sentem Deus na Terra⁴¹ fazendo lucros enormes – simbolizam a identidade alienada de tantos brasileiros. O símbolo desta identidade alienada é Ângelo Marcos, um político consagrado. Ele é cheio de elogios por São Paulo e o Sul e deprecia a Bahia que “é econômica e financeiramente broxante”. Mas até São Paulo não dá para investir – isto só fora do país – porque “confiar nesta economia de merda, que um dia destes acaba de degingolar de vez, junto com tudo mais, chega a ser maluquice...”⁴²

João Pedroso é mais um símbolo da luta pela conscientização e educação na obra de Ribeiro. O brasileiro tem que criar uma identidade coletiva, tem que se juntar com co-pensadores (e não lutar sozinho como o João) e tem que analisar bem as estratégias de combate contra um inimigo poderoso e fatal: o Mal. O João falha e, utilizando a conclusão do Padre Monteirinho, “o Mal havia tido uma grande vitória”. Mas isso não traduz uma divergência do otimismo transparente na obra de Ribeiro. Pelo contrário, o otimismo do autor não reside no explicitamente dito, mas no implicitamente denotado. É que este significado implicitamente denotado é também a resposta à pergunta em suspenso no fim do romance: “Seria possível a vitória completa do Mal?”⁴³ Aí reside a relação ativa e produtiva entre o texto e o leitor. *O Sorriso do Lagarto* termina com a dita pergunta que estimula a ideação⁴⁴ do leitor, isto é, o leitor é provocado de analisar esta pergunta no contexto inteiro do texto. Daí resulta que a participação do leitor, organizada e, até certo grau, determinada pela estrutura do texto, é necessário para a emergência do significado implicitamente denotado. Neste processo se revela a conexão íntima

⁴⁰ João Ubaldo Ribeiro, *Viva o Povo Brasileiro*, op. cit., p. 673

⁴¹ João Ubaldo Ribeiro, *O Sorriso do Lagarto* (Rio de Janeiro, 1989), pp. 284-290

⁴² *Ibid.*, pp. 242-243

⁴³ *Ibid.*, p. 361

⁴⁴ Wolfgang Iser argumenta que o texto por meio da estrutura provoca a ideação do leitor: “... to ideate that which one can never see as such... which means to evoke the presence of something that is not given.” *The Act of Reading...*, op. cit., p. 137

entre a estrutura textual e a recepção pelo leitor. Portanto, o leitor chega a conclusão que a vitória do Mal é evitável se os brasileiros se juntarem para combatê-lo, evitando as falhas de João Pedroso. Neste caso, pelo menos a chance de não ser derrotado pelo Mal fica como esperança real. Aí está o otimismo existencialista de Ribeiro.

Resumindo, pode se constatar que a obra de Antônio Torres e de João Ubaldo Ribeiro constitui uma parte importante da contemporânea literatura brasileira. Os dois escritores, utilizando o Nordeste ou como fundo ou como cena do enredo, põem em relação dialética as características desta região e dos seus habitantes com aquelas do Sul, dando ao romance nordestino um contexto nacional e internacional onde a condição humana é esboçada na sua dialética contraditória com a condição universal. Neste processo, Torres e Ribeiro elaboram dois temas principais. Primeiro, o emudecimento dos seus protagonistas – um aspecto que simboliza a incompatibilidade de duas culturas distintas, a do Nordeste e a do Sul. Segundo, a questão da identidade brasileira. Este tema está abordado como parte integral da descrição dos conflitos sociais e psíquicos dos protagonistas – o resultado da dicotomia 'Norte-Sul'. Enquanto que os protagonistas na obra de Antônio Torres fracassam numa sociedade adversa, flutuando num vazio niilista, os na obra de João Ubaldo Ribeiro rompem ativamente a sua alienação (com a exceção de Getúlio), virando símbolos de uma identidade coletiva, imaginada pelo autor como condição fundamental da luta contra a injustiça e pela verdade. Portanto, o otimismo que transparece na obra de Ribeiro não é existente na obra de Torres.

Fredric Jameson, em sua importante crítica literária The Political Unconscious⁴⁵, qualifica a literatura como um ato sócio-simbólico com uma função ideológica e utópica que tem a intenção de encontrar soluções imaginárias e redentoras para conflitos existentes. A formulação utópica introduz novas dinâmicas no texto, não só entre o indivíduo e a coletividade mas também entre a realidade da vida social (o real vivido) e a maneira como esta realidade é experimentada metaforicamente, de modo imaginário. O texto, portanto, exprime ao mesmo tempo o concreto social do que faz parte e uma solução utópica: a compensação pela dor sofrida, e, de certa maneira, para segurar um futuro. A obra de Torres e de Ribeiro reflete o "political unconscious" de que fala Jameson – o texto como meditação simbólica sobre o destino da comunidade –, mas enquanto que Torres se pega à experiência do absurdo niilista em si como a uma realidade definitiva, a uma essência definitiva da existência (veja Heidegger, Being and Time, 1927), Ribeiro transcende este absurdo, esta Angst existencialista, apresentando a identidade/luta coletiva pela justiça/humanização da sociedade por meio de conscientização/indivíduos engajados coletivamente como solução imaginária e

⁴⁵ Fredric Jameson, The Political Unconscious (New York, 1981)

utópica para as contradições sociais. O leitor da obra de Torres fica na expectativa e se pergunta se os caracteres do seu próximo livro serem capazes de romper o labirinto niilista e, em termos de Sartre (a existência precede a essência), de forjar valores e sentidos num mundo absurdo.

Consentâneo com o romance contemporâneo Torres e Ribeiro, por meio de artifícios estilísticos e estruturais, provocam a participação ativa do leitor na criação do significado pragmático do texto. A este respeito, a obra de Torres e Ribeiro confirma o que Sartre disse em *Qu'est-ce que la littérature?*: "... l'opération d'écriture implique celle de lire comme son corrélatif dialectique.... Il n'y a d'art que pour et par autrui... En un mot, le lecteur a conscience de dévoiler et de créer à la fois, de dévoiler en creant, de créer par dévoilement".⁴⁶

⁴⁶ Jean-Paul Sartre. *Qu'est-ce que la littérature?* (Paris, 1948), p. 55.

BIBLIOGRAFIA

- HELENA, LUCIA. Uma Literatura Antropofágica. Rio de Janeiro, 1981
- ISER, WOLFGANG. The Implied Reader. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975
- _____. The Act of Reading. A Theory of Aesthetic Response. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978
- JAMESON, FREDRIC. The Political Unconscious. New York: Cornell University Press, 1981
- RIBEIRO, JOÃO UBALDO. Sargento Getúlio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971
- _____. Vila Real. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979
- _____. Viva o Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984
- _____. O Sorriso do Lagarto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989
- SANTIAGO, SILVIANO. Vale quanto pesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- SARTRE, JEAN-PAUL. Qu'est-ce que la littérature? Paris: Gallimard, 1948
- TORRES, ANTÔNIO. Um Cão Uivando para a Lua. Rio de Janeiro: Gernasa, 1972
- _____. Os Homens dos Pés Redondos. São Paulo: Francisco Alves, 1973
- _____. Essa Terra. São Paulo: Atica, 1976
- _____. Carta ao Bispo. São Paulo: Atica, 1979
- _____. Adeus Velho. São Paulo: Atica, 1985
- _____. Balada da Infância Perdida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986
- _____. Um Táxi para Viena d'Áustria. São Paulo: Schwarcz, 1991

O FUNCIONAMENTO POLIFÔNICO DA ARGUMENTAÇÃO

Ingedore G. Villaça Koch, UNICAMP

Constitui hoje quase um truísmo dizer que o discurso é por natureza polifônico, que nele se apresentam, ou melhor, representam pontos de vista diferentes, isto é, que outras vozes ou a perspectiva do Outro permeiam aquilo que dizemos.

Pretendo aqui discutir o funcionamento polifônico da argumentação, através do exame de alguns mecanismos exemplares desse funcionamento (cf. KOCH, 1991).

Introdução de uma perspectiva que é também a do locutor e a partir da qual ele argumenta

Tem-se aqui o que DUCROT (1980, 1984) denomina argumentação por autoridade. DUCROT distingue dois tipos de argumentação por autoridade: a autoridade polifônica e o “arrazoado” por autoridade.

Autoridade Polifônica

Na autoridade polifônica, representam-se no discurso outras “vozes” – que podem ser a da “vox populi”, do saber comum, a de um enunciador genérico ou indeterminado, a do próprio interlocutor ou de determinado grupo – para, a partir delas, argumentar-se a favor de determinada conclusão. Como exemplos de autoridade polifônica podem citar-se:

- a) enunciados conclusivos (tal como estudados por GUIMARÃES, 1987, 1986; e KOCH, 1984, 1992). Nos enunciados conclusivos, argumenta-se a partir de uma premissa (maior) polifonicamente introduzida no discurso.

Trata-se, em grande número de casos, da voz da sabedoria popular (como quando se argumenta a partir de provérbios e ditos populares), da perspectiva da comunidade ou do grupo a que se pertence, dos valores estabelecidos em dada cultura – enfim, da cognição social de seus membros. Vejam-se os exemplos seguintes:

- 1) Ele é dessas pessoas desmesuradamente ambiciosas, que querem tudo para si, portanto vai acabar ficando sem nada.
(Quem tudo quer, tudo perde)
- 2) Tudo o que o jornalista disse é pura verdade, logo não merece castigo.
(Quem diz a verdade, não merece castigo)
- b) Certos enunciados aditivos, do tipo interligado por *não só... mas também*, em que a parte introduzida por *não só* não é de responsabilidade apenas do locutor. Por exemplo:
- 3) Vejam nossas ofertas. Temos produtos não só baratos, mas também duráveis.
(Uma boa oferta é aquela em que se vendem produtos baratos)

Em todos esses casos, tem-se a “intertextualidade das semelhanças”, no dizer de SANTANA (1985), que coincide com o que GRÉSILLON & MAINGUENEAU (1984) entendem por “captação”, que é o que ocorre, também, quando se argumenta, por exemplo, a partir de provérbios ou frases feitas, ou se intertextualiza com outros autores para produzir efeitos de sentido próximos. Exemplo muito citado é o da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, “captada” em outros poemas da época, como, por exemplo, o de Casimiro de Abreu – “Mí-nha Terra” (“Eu nasci além dos mares, os meus lares/ meus amores ficam lá/ onde canta retiros seus suspiros/ suspiros o sabiá...”); e, mais tarde, o Hino Nacional Brasileiro e a Canção do Expedicionário. Por vezes, esse tipo de intertextualidade é levado às últimas conseqüências, chegando a beirar (só beirar?) o plágio.

“Arrazoado por autoridade”

O “arrazoado por autoridade” (*raisonnement par autorité*) é o mecanismo largamente descrito em manuais de retórica e de argumentação sob o nome de recurso à autoridade. Consiste em utilizar citações, referências a autores famosos e/ou especialistas em dado assunto, por exemplo, para assentar nelas uma argumentação, recurso extremamente comum no discurso científico – mas não só nele, evidentemente.

Incorporação de perspectivas às quais o locutor não adere e, portanto, contra as quais argumenta

É a argumentação a que se pode chamar de polêmica: trata-se de um “duelo verbal”, em que se dá acolhida à perspectiva do Outro, recolhendo-lhe certa autenticidade ou legitimidade, mas acrescentando-se imediatamente

argumentos próprios que irão “desequilibrar os pratos da balança”, fazendo a pender para o lado desejado.

Também neste caso, os argumentos contrários ou a perspectiva do Outro podem ser introduzidos explicitamente (por exemplo, por meio do discurso citado) ou, então, polifonicamente.

Vamos tratar aqui dos recursos de linguagem que permitem introduzir polifonicamente a perspectiva do Outro.

a) operadores que pertencem ao paradigma do *mas* ou do *embora*

Como afirma DUCROT, o *mas* constitui o operador argumentativo por excelência. Os enunciados que contém *mas* e seus similares, bem como aqueles que contém operadores do paradigma do *embora*, permitem introduzir, num de seus membros, a perspectiva que não é – ou não é apenas – a do locutor, para, em seguida, contrapor-lhe a perspectiva deste, para a qual o enunciado tende. Observem-se os exemplos:

5) O candidato não é brilhante, mas honesto. (mas-SN, para DUCROT)

em que se introduz polifonicamente a afirmação de que “o candidato é brilhante”, para contraditá-lo em seguida.

6) Devemos ser tolerantes, mas há pessoas que eu não suporto! (mas-PA, segundo DUCROT)

Note-se aqui que o primeiro membro do enunciado funciona como um atenuador (“disclaimer”), por meio do qual o locutor tenta preservar a própria face, procurando mostrar-se conforme ao modo de pensar e/ou agir ideal de sua comunidade – ao menos em se tratando do discurso público; somente no segundo membro do enunciado é que ele vai manifestar sua verdadeira opinião. Esse tipo de enunciação é extremamente comum no discurso preconceituoso em geral: lembrem-se, a título de exemplo, os enunciados do tipo: “eu não sou racista, mas...” (cf. VAN DIJK, 1992, entre outros).

b) operadores como *ao contrário*, *pelo contrário*

7) Não se trata de um político democrata; ao contrário, ele é extremamente autoritário.

Também neste caso a asserção “ele é autoritário” opõe-se, não ao primeiro membro “ele não é um político democrata”, mas àquela, polifonicamente introduzida, “ele é um político democrata”.

c) enunciados comparativos de igualdade

Os enunciados comparativos, como afirma VOGT (1977, 1980), têm caráter argumentativo por excelência, e, segundo a estrutura argumentativa, analisam-se sempre em *tema e comentário*, que são permutáveis do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista argumentativo. No caso do comparativo de igualdade, se o primeiro membro da comparação for o tema, a argumentação ser-lhe-á favorável; se o tema for o segundo membro da comparação, o movimento argumentativo será desfavorável ao primeiro. Em “Pedro é tão alto como João”, por exemplo, se Pedro for o tema, o enunciado serve para assimilar a sua “grandeza”, constituindo-se em um argumento favorável a ele; por outro lado, se o tema for João, o enunciado se dispõe de modo a assinalar sua “pequenez”, ou seja, o movimento argumentativo será desfavorável a João (cf., também, KOCH, 1987). Nesse caso, a paráfrase adequada seria: “Pedro – e não João – deve ser considerado suficientemente alto para fazer x”. Ora, o ponto de vista segundo João seria a pessoa indicada para fazer x é introduzido polifonicamente no enunciado e o locutor argumenta em sentido contrário a ele. Observa-se o exemplo seguinte:

- 8) “Tão importante quanto o sucesso concreto do plano – ou seja, a inflação baixar de verdade – é a percepção do sucesso. Explicando melhor; é a confiança de que os preços estão mesmo sob controle.” – Um Tiro contra Lula – Gilberto Dimenstein, Folha de São Paulo, 08/06/94.

Em (8), a perspectiva de que o mais importante é a *percepção do sucesso* opõe-se àquela – polifonicamente introduzida – de que o importante é o *sucesso concreto do plano*, sendo-lhe argumentativamente superior.

- d) “aspas de distanciamento” (cf. AUTHIER, 198), como ocorre em “distribuição de renda”, “trabalhador burro” e “burrice”, no texto acima mencionado.

Os casos citados neste item, a par de vários outros, configuram a “intertextualidade das diferenças” (SANTANA, 1985), que corresponde ao que GRÉSILLON & MANGUENEAU (1984) denominam “subversão”. Neste caso, a perspectiva do Outro é introduzida no discurso para ser posta em questão, contradita, ironizada, ridicularizada – ou, simplesmente, para se fazer humor. Assim, são também exemplos de subversão o “*détournement*”, a paródia, a ironia, etc.

O “*détournement*” resulta, freqüentemente, de alterações na forma de um provérbio, slogan ou frase feita com o intuito de produzir alterações de sentido – em geral, para veicular o sentido oposto àquele do enunciado original. É um recurso extremamente freqüente no discurso publicitário, bem como no humorístico. Vejam-se os exemplos:

9) Nem risonha nem franca – Título de um editorial da Folha de São Paulo (08/06/94) sobre o reajuste das anuidades escolares. Costumava-se dizer que, antigamente, a escola era risonha e franca, alusão a um programa infantil radiofônico assim denominado (“Escolinha risonha e franca”, da Rádio Record de São Paulo).

10) “Dê um anel xxxxxx de presente. Lembre-se: Mãos só tem duas.” (publicidade de uma joalheria por ocasião do Dia das Mães, publicada na Revista VEJA).

Vejam-se, também, os seguintes “détournements” do provérbio “Quem vê cara, não vê coração”, extraídos do discurso publicitário e citados em FRASSON (1991):

11) “Quem vê cara, não vê Aids”.

12) “Quem vê cara não vê falsificação”.

13) “O Instituto de Cardiologia não vê cara, só vê coração”.

Também a ironia e a paródia subvertem a perspectiva do Outro, polifonicamente presente no texto. Para que surtam o efeito desejado, faz-se necessário que o interlocutor tenha conhecimento do discurso ironizado ou parodiado. Quanto à “Canção do Exílio”, seriam casos de subversão, por exemplo, a “Canção do Exílio” de Murilo Mendes, o “Canto de Regresso à Pátria”, de Oswald de Andrade, bem como a mais recente “Canção do Exílio” de que tenho conhecimento, que é a de Jô Soares, escrita no final do governo Collor e publicada na Revista Veja.

CONCLUSÃO

Por tudo o que foi aqui discutido, confirma-se que, do ponto de vista da construção dos sentidos, todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadores, ora concordantes, ora dissonantes, o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana – e, portanto, o da argumentação – como essencialmente polifônico.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER, J. 1981, Paroles tenues à distance. In: *Materialités discursives*. Presses Universitaires de Lille.
- DUCROT, O. 1980. L'argumentation par autorité. mimeo.
- _____. 1984. *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- FRASSON, R.M.D. 1991. *A intertextualidade como recurso de argumentação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria.
- GRÉSILLON, A & MAINGUENEAU, D. 1984. "Polyphonie, proverbe et détournement". *Langages* 73. Paris: Larousse, 112-125.
- GUIMARÃES, E. R. J. 1986. Polifonia e tipologia textual. *Cadernos PUC* 22: *Linguística Textual – Texto e Leitura*. São Paulo: EDUC, 75-87
- _____. 1987. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes
- KOCH, I. G. V. 1991. "Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno?". *D.E.L.T.A.*, vol. 7, n.2. São Paulo, Educ, 529-542.
- _____. 1992. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- _____. 1987. Dificuldades na leitura/ produção de textos: os conectores interfráticos. In: M. Kirst & E. Clemente, *Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- SANT'ANNA, A.R. de 1985. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática.
- VAN DIJK, T.A. 1992. *Social cognition and discourse*. In: D. Crowley & D. Mitchell, *Communication Theory*. Oxford: Blackwell.
- VOGT, C.A. 1977. *O intervalo semântico*. São Paulo, Ática.
- _____. 1980. *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo, Hucitec.

OS ARCANOS DA MODERNIDADE

José Fernandes, UFGO

A poesia, em si, é a arte de dizer o indizível, à medida que as verdades se escondem nos interstícios dos sons e das imagens. Na poesia visual esta verdade se torna ainda mais subterrânea, uma vez que é encoberta pelas fendas de signos diversos e variados que compreendem a palavra, o aspecto gráfico e o simbolismo dos números e das figuras. Este consórcio de signos vai compor a estética do presente sem, no entanto, proceder-se a passagem para um estilo inteiramente diverso do modernismo, como poderemos constatar mediante esta pequena viagem que faremos por dentro de alguns poemas de Gilberto Mendonça Teles, Paulo Galvão, César Leal e Orlando Antunes Batista.

Se não podemos falar em intertextualidade, considerando a distância signica e temporal que separa os poemas de Paulo Galvão e de Gilberto Mendonça Teles dos poemas de Símiás e de George Herbert, de Luis Tinoco ou de Vladimir Dias-Pino, verificamos que se pode estabelecer um diálogo entre eles. Mas, diálogo real se trava entre *Etnologia*, de Gilberto Mendonça Teles, e *Demografia aborigene*, de Paulo Galvão, que toma o poema de Gilberto como epígrafe. Seguindo o mesmo espírito ecológico em que entra até a preservação de raças humanas, o primeiro poema centra sua carga semântica no não-dito, no espaço em branco. Assim, a conjunção dos signos verbal e semiótico se realiza mais pela ausência do que pela presença. Como resultado, opera-se uma semântica em que a fala se desprende não tanto dos signos que perfazem o poema, mas de sua inexistência. A partir do título, no alto da página, título que chama sobre si toda uma carga de conotações antropológicas, o poema *Etnologia*¹ se desdobra silencioso por toda a página branca do livro, suscitando as mais variadas recriações que, entretanto, ao atingirmos as duas únicas linhas (versos, linossignos) no final da página, adquirem o sentido concreto, em *flash-back*, de que houve exterminação dos índios, conotando também a redução do seu espaço vital ocasionada pelas constantes invasões e posses indevidas de suas terras, mensagem subliminar que o poeta deseja transmitir:

Ainda
há índios.

¹ TELES, G. M. (1986), p. 200.

Partindo da etimologia do vocábulo que intitula o poema, “*ἔθνος*, *raça, nação, povo, tribo* e *λόγος*, *palavra, estudo, revelação, razão*, ficamos perplexos ante a verdade e a ironia que o poema destila. Sobretudo, porque não se trata de uma verdade oriunda de silogismos montados em **barbara** ou **celarent**, em que o uso profíquo da palavra é imperioso, mas de uma verdade nascida da ausência de palavras, do **lógos** que não pronuncia o **fiat**, mas do espaço caótico que anuncia e materializa o nada.

Se o poema em si, *Ainda/há índios*, concentra uma ferina ironia, como a dizer que, não obstante toda a fúria destruidora do branco, o índio resiste, ao emprendermos uma leitura mais profunda, a ironia se adensa, porque, pronunciando rapidamente, parte da sílaba átona, *ios*, fica quase inaudível, resultando uma dupla exclamação: *ainda! ainda!* Só por esse jogo semântico, percebemos que a situação é desesperadora. Entanto, quando interligamos o período com o espaço que o circunda – toda uma folha em branco –, essa ironia se torna ferina, percuciente, perceptível, como que com os dedos. Temos, assim, a fala do silêncio que compõe um poema puro, em que as palavras, abandonando seus significados particulares e suas referências a um elemento determinado, transcendem a própria neutralidade e instauram significados que ultrapassam a esfera do silêncio e do espaço: *Ainda/há índios*, apesar de tudo.

Nascido desse poema e tendo-o como epígrafe, *Demografia aborígene*², além de utilizar o espaço em branco, insere os signos verbal e semiótico na dimensão dos símbolos. Mesmo intertextualizando *Etnologia*, o fato de as palavras se dispersarem pelo espaço da folha produz um efeito semiótico e semântico aparentemente ainda mais fulminante, tornando a extinção mais percuciente.

Quando entramos no campo dos símbolos, visualizando uma ampulheta, verificamos que as semias desprendidas dos vocábulos, não obstante dispersos, ainda eram insuficientes para erigir a imagem da destruição. A ampulheta transfere o campo do significado para a matéria, corporalizando a inexorabilidade do ciclo existencial dos silvícolas, marcado pelo estigma da morte, da integral extinção:

Sil	cola
	vi
	a
<i>qui</i>	<i>cola</i>

² GALVÃO, P. (1992), 116.

Pela própria conformação, a ampulheta materializa o escoamento ininterrupto do tempo e, no caso dos aborígenes, da própria continuidade da raça. Não se trata de mera correlação abstrata, mas de uma inferência concreta, porque a atração, ao ser exercida para baixo, confirma o estado de degradação, de rebaixamento do povo e de sua diluição demográfica. A extinção dos silvícolas se opera com maior rapidez, pois a areia que se desprende da parte superior, ao contrário de *Etnologia* que a não possui, o faz com que o tempo se escoe ao mesmo tempo que o povo se dizima. Além disso, se o compararmos com outros poemas em forma de ampulheta, como os de Puttenham, de Dylan Thomas ou de Vicente Huidobro, verificamos que, enquanto aqueles são densos de palavras, este é formado por linhas imaginárias que, em essência, não permitem que o cadinho possua paredes capazes de sustentar o conteúdo. Fica, assim, substantivada a ironia do poeta, mostrando, como que com o dedo, a dizimação das raças nativas.

O pior é que, assemelhando-se à ampulheta, o simbolismo cíclico também se lhe adere. Deste modo, o escoamento da areia e do tempo tende a marcar um novo ciclo, uma passagem para um novo estágio, ou para um renascimento. Todavia, esta ampulheta não reverte. O poeta, ao desmembrar o vocábulo *silvícola*, reifica a realidade, visivelmente devassada de seus naturais habitantes. Não só isso, porque, a partir do momento em que podemos ler na sílaba *vi*, o pretérito perfeito do verbo *ver*, as sementes referentes a *silvi*, ou seja, tudo que se correlaciona à floresta, passam a ser coisas do passado, notadamente seus habitantes. Esta interpretação se torna ainda mais consistente quando averiguamos que *cola* significa habitante. Assim, as palavras-sílabas que enformam a parte superior da ampulheta nos mostram que a unidade *silvícola*, habitante da floresta, é coisa pretérita. Não só a unidade; também a multiplicidade, *silvi* e *cola* são coisas vistas: *vi*.

Para materializar o estado pretérito e a irreversibilidade do tempo, procedendo a uma leitura descendente, temos: *vi aqui/acolá*, isto é, em um espaço vazio que não prevê virtual ocupação, mas um distanciamento cada vez mais acentuado. Não bastasse o distanciamento dos vocábulos *aqui* e *acolá*, o confronto dos fonemas finais *i* e *a*, vogal alta e vogal baixa, conjugados ao espaço, signo semiótico, demonstram a integral impossibilidade de retorno, de revigoramento do povo e da raça indígena.

A despeito de *Etnologia* e *Demografia aborígene* possuírem diferenças sígnicas, mesmo o segundo havendo sido inspirado no primeiro, a *fortiori*, o que os liga, mais que a intertextualização, é o rito do silêncio. Mais que isso, o denominador comum que os faz sair um do outro é o rito da mudez. Um rito mudo em que se consubstanciam estados de povo e de raça em estado de nada, pois, é o poema a conformação de um cálice. Cálice que simboliza o sacrifício da extinção, bem demarcada pela indeterminação das linhas e pelas formas vazias,

pelo branco que intermedeia as palavras.

O rito mudo marca também uma espécie de encantamento que torna os signos componentes epifenomênicos, à medida que alberga uma linguagem metafísica, que transita nos limites do ôntico e do ontológico, ou seja, do ente e do ser. Este trânsito é que poderia permitir um retorno; mas a linguagem muda do rito mudo fecha qualquer possibilidade de reconstituição da raça. A linguagem do espaço em branco não pode significar mais que o nada a que são submetidos os silvi-colas. A fragmentação da palavra, visando à formação do poema-cálice, não exercita apenas uma atividade visual; antes substantifica o esboroamento, a pulverização.

Esta interpretação se confirma, quando observamos a conformidade semiótica do poema. Os triângulos que enformam a ampulheta e o poema, não configuram um hexagrama e, em decorrência, não oferecem abertura para os princípios masculino e feminino de que poderiam gerar novas raças indígenas. Eles se sobrepõem sem se conjugarem, sem se acoplarem, ou copularem, negando qualquer possibilidade de restauração demográfica. O poema é a reificação de um estado de ausência; a descrição de um povo que habita o vazio, o caos. Não aquele caos que permite a reconstituição do cosmo, mas o caos, no sentido grego de desordem inexorável e incurável.

Como iniciamos este artigo com poemas que traduzem a impossibilidade de retorno, passaremos, agora, a um poema de Orlando Antunes Batista, Exercício terrestre, em que se abrem perspectivas para a humanidade, mesmo que de forma ambígua. Antes de interpretarmos os signos semióticos, verificamos que todas as palavras que o enformam partem da raiz panta que, na estrutura do poema, remete ao sentido grego de $\pi\alpha\nu$, todo, muito, visando a reconstruir toda criação do pantanal. Assim, o vocábulo pantamar, todo mar, reconstitui, mesmo indiretamente, o mito que explica a origem do pantanal a partir da existência do mar de Xaraés. Se o mar constitui o local de onde se originou a vida, o **pantanal**, como sítio em que se encontram todas as águas, seria o abrigo de todos os animais, inclusive do homem, como podemos entrever na palavra *pantalar*:

		pantamar pantalar		
		pantarei pantanal		planalto pantanal
pantalar pantalar				pantanal pantalar
		pantanal planalto		pantanal pantanal
				pantanal pantamar

Mas, mais forte que todas essas palavras, talvez seja o vocábulo *pantarei*, que lembra o princípio sobre que se erigiu a filosofia de Heráclito: *παντα ρει χὰ οὐδέν μεζει*, *tudo se acha em perpétuo fluxo, a realidade está sujeita a um vir-a-ser contínuo*³. A palavra *pantarei*, ao aparecer uma única vez, não apenas deixa transbordar as semias do eterno fluir, como se identifica com a unidade, o número de onde emanam todos os outros números. No caso, *pantarei* seria o sopro primeiro da multiplicidade de vidas que compõem o *pantanal*.

Esta interpretação encontra respaldo inclusive na palavra *pantamar* que, a despeito de se coligar à origem, ao mar de Xaraés, abre e fecha o poema. Ora, além de passar semias ligadas ao eterno retorno, como se o pantanal voltasse a ser mar – pelo menos a cada enchente –, corrobora a semântica de multiplicidade, à proporção que novas vidas surgem a todo instante, no eterno fluir das coisas.

Opondo-se a *pantanal*, até na espacialidade do poema, uma vez que se coloca sob e sobre ele, o vocábulo *planalto* revela vidas diversas, não apenas pelo posicionamento alto/baixo, mas sobretudo pela oposição água/terra. Aliás, estas divergências se confirmam também no aspecto fonêmico, pois *planalto* se compõe de fonemas inteiramente diferentes dos que conformam as demais palavras. Todavia, este vocábulo se apresenta no texto em igualdade numérica com *pantamar*. As razões são simples: os dois possuem semelhanças relacionadas às origens, uma vez que ao tempo em que o *pantanal* era mar, também o *planalto* já existia.

Inteiramente correlacionada com *pantamar*, a palavra *pantalar*, como que em progressão geométrica, multiplicando as espécies e a própria compleição física do mar-pantanal, se espalha quadruplicamente pela parte superior do poema. Assim, se *pantamar* encerra uma idéia informe do pantanal, porque perdida na linguagem e no tempo do mito, *pantalar* confere forma à matéria do mito, mesmo que de modo ambíguo, uma vez que o quaternário é essencialmente polivalente, porquanto se compõe de adição e de multiplicação. A polissemia do número, aposta à palavra, reflete a pluralidade de lares que pululam pelo *pantamar*.

Por fim, o vocábulo *pantanal*, ao ocupar todas as direções do texto a partir de *pantamar* e de *pantalar*, passa a representar, mediante sua presença centenária, um movimento cíclico que, em vez de ceder lugar a *pantamar*, na sucessão das águas, a ele se funde. A trajetória evolutiva que envolve *pantamar-pantanal-pantamar*, marcada pelo número sete, não compreende uma passagem ao idêntico, mas evolução que pressupõe transformações na matéria, como podemos notar pela configuração triangular do poema. Não um triângulo que implique

³ HEIDEGGER, M. (1962), p. 407.

metamorfoses em sentido vertical, mas em sentido horizontal.

Segundo este prisma, até mesmo o homem pantaneiro, observadas as estruturas do poema, não passa por evolução que redunde em verticalização. No momento em que o vocábulo *pantalar*, que mais inclui a presença do homem, se coloca nos extremos do triângulo, verificamos que apenas no início houvera alguma evolução relativa ao homem: um dos quatro vocábulos se coloca próximo ao vértice, mesmo assim encimado por *pantamar*, como a excluir-lhe a presença, porque não habita as águas do mar.

Essa posição inferior do homem em relação às demais formas de vida pode ser entrevista na conformidade do poema a um losango. Ora, o losango, ao assemelhar-se a uma vulva, representa todas as vidas possíveis, mas em um sentido horizontal, prevendo evoluções da matéria, não do ser enquanto ser. Assim entendido, imprimir forma de losango ao poema ratifica o caráter afecto ao permanente. Mesmo colocando o homem em uma posição inferior às demais manifestações de vida, eleva o *pantanal* à condição de uma grande vulva que gera toda a natureza e todos os seres, até mesmo os do *planalto*. A ideologia genética que perpassa o texto, ora o *planalto* se sobrepondo ao *pantanal*, ora o *pantanal*, ao *planalto*, deixa entrever que todas as modalidades biológicas tenham provindo das águas do mar de Xaraés e, agora, do *pantamar-pantanal*.

Como vimos afirmando, em um bom poema visual todos os signos, verbal, geométrico, esotérico, se encaixam como se formassem um grande quebra-cabeça. Essa conjunção se signica pode ser comprovada quando verificamos que o poema, ao ser visualizado em posição vertical, configura um hexagrama. Ora, se o losango amoldava uma grande vulva, componente imprescindível à fecundação e à geração biológica, o hexagrama, ao constituir-se de dois triângulos superpostos, simboliza exatamente os dois princípios sobre que se desprende a criação, não apenas de vida animal, mas também da vegetal: **Yang**, o princípio masculino, e **Yin**, o feminino. A conformação hexagrâmica do poema, aliada à frequência numérica do vocábulo *pantanal*, sete, objetiva uma imagem semiótica consistente das circunvoluções das águas e da vida, como se o futuro biológico do planeta dependesse diretamente dos ciclos fecundos do *pantanal-pantamar*, daí o *Exercício terrestre*, que, em resumo, se confunde com o próprio exercício da vida, entendida em suas acepções física e metafísica.

O espírito ecológico que domina os textos deste artigo envolve todos os elementos que compõem as espécies animal e vegetal. Para fechar esta parte, o poema *Mato Grosso de Goiás*, ao reproduzir em linguagem situações concretas vivenciadas pela natureza que cobre/cobria parte do Centro e do Sudoeste goiano, ideogramatiza uma ideologia que envolve o homem por inteiro. Ao contrário do poema *dos direitos dos pássaros* em que a dinâmica visual se centra na sucessão dos períodos, caminhando de fora para dentro, neste poema, também dinâmico, os movimentos se processam à proporção que as páginas se sucedem, transformando-as em partes integrantes do discurso. Estabelece-se o espetáculo da

página, à medida que ela participa da estrutura simbiótica do poema. Em decorrência, só temos uma leitura completa do texto quando visualizamos as quatro partes que o compõem, uma vez que a interação das linguagens verbal e semiótica ocorre de forma coesa, liberando significados parciais que se completam e, ao mesmo tempo, confluem para uma semântica que se fecha somente quando se lê a última palavra. A semântica total do poema não se circunscreve às linguagens e às formas: desprende-se do silêncio, à medida que os significados não estão apenas à palavra, mas aos espaços em branco e ao aspecto visual das palavras e do poema.

No primeiro movimento, intitulado SÉCULO XVIII, as palavras-substantivos se dispõem de forma compacta, perfazendo a totalidade da página. Ao confrontar as palavras em caixa alta ou baixa, o poeta ressalta a quantidade de madeiras de lei e de madeiras brancas, misturadas, consoante a harmonia cósmica em que está inserta a natureza. Ao mesmo tempo materializa em linguagem semiótico-verbal a densidade da floresta, como se não houvesse espaço para que os raios do sol pudessem descer até a terra. Verdadeiramente, as florestas eram tão densas que se podia viajar sob as árvores muitas e muitas léguas:

Século XVIII

AROEIRA aroeira-branca/vermelha atambu **ANGICO** angico-branco/roxo/vermelho **ANGELIM** angelim-amargoso/araroba/coco/doce/pedra/rajado/rosa almecegueiro **ARAPUTANGA** açoita-cavalos imburana **CUMBARU** breu-do-campo **BÁLSAMO** canela **BARAÚNA** **COPAÍBA** copaíba/branca/vermelha cabrito **CABRIÚVA** carijó cegamachado canjerana **CEDRO** canjica **CAPITÃO-DO-MATO** coração-de-negro canjelim **JENIPAPO/EIRO INGAZEIRO** ingá-açu ingá-cipó **GARAPA** calumbi chapada casco-danta **GAMELEITA IBIRAPITANGA** cambú **CARAÍBA** faveira goiabeira-do-mato embiú embira invira **GONÇALO-ALVES** **IPÊ** ipê-branco/amarelo/roxo/negro **IPEÚVA** imburuçu **JATOBÁ** leite/vermelho **JACARANDÁ** louro **JACARÉ** mutuqueira moreira macaqueiro limoeiro **MARIA-PRETA** marinheiro **LANDÍ** mutambo mandobeira mandiocão nó-de-porco olho-de-cabra **PAU-DE GOIÁS** pimenta pau-candeia pau cetim **PAU-D'ALHO** pau-de-curtição **PEROBA** peroba-rosa **PAU-D'ARCO** pau-doce **PAU-D'ÓLEO** pau-de-areia pau-roxo/**FERRO**/rosa/santo pau-de-colher apu-sassafrás **PIÚVA** pombeiro **PAINEIRA PITANGUEIRA PIÚNA** quina tapororoca **SOBRO** saputá **MOGNO** sapucaia **SUPUPIRA TAMBORIL** timbiúva **VINHÁTICO** vaqueta **BARRIGUDA** guatambu caiopó mangabeira **PITANGA** pina catitanga canela-de-velho papiro fruta-de-macaco osso-de-anta catinga-de-cutia pindaíba **GUAPEVA** canela-gomosa farinha-seca **INGÁ-MANSO** roncador sangra-d'água pé-de-branco caixeta **PINHEIRO** orelha-de-burro joão-mole **MARFIM CABRIÚNA** carvoeiro freixo carnaúba **MAÇARANDUBA** árvore-da-preguiça **CASTANHEIRO CEREJEIRA** **CARANDÍ** guariroba palmito **FIGUEIRA TAMARINDO** piteira **JEQUITIBÁ** mulungu **TARUMÁ CAJAZEIRO** canil

No segundo segmento, SÉCULO XIX, podemos observar que as palavras-nomes rareiam. As madeiras de lei escaceiam, sendo substituídas por madeiras secundárias e por espaços brancos que, nestas circunstâncias, além de instaurar o poético, porque inscritos no texto e marcados por ele, passam a veicular a concreta semântica da negatividade, à proporção que substancializa o estado de vazio das florestas, que outra coisa não é que a própria devastação materializada. Enquanto isso, o jogo de caixas alta e baixa, considerando-se que as árvores menores, tanto em tamanho quanto em qualidade, também se substituem, consubstancia as transformações por que passam as matas que existiam na região. As árvores e as florestas deixam a existência da matéria para se converterem em existência de palavras. Não as palavras plenas de essência do movimento anterior, mas palavras que se esvaziam do ser para se impregnarem de ausências, porque expressão e matéria do nada:

2. Século XIX

AROEIRA	aroeira-de-burgre/de-campo	ANGICO	imburana
	angelim-de-espinho/de-folha-larga		amaregueio
CUMBARU	batatinão	BÁLSAMO	açoi-cavabs
canjica	CABRIÚVA	CEDRO	coração-de-negro
	caparrosa-do-campo	INGAZEIRO	JENIPAPEIRO
GARAPA	calumbi faveira	CAPITÃO-DO-MATO	cangelim
CARAÍBA	goiabeira-do-mato	GAMELEIRA	GONÇALO-ALVES
	embuí embira	IPÊ	ipê-branco/amarelo/roxo/negro
peúva	imburuçu	JATOBÁ	mutuqueira louro
moreira	JACARANDÁ		macaqueiro MARIA-PRETA
LANDI			
marinheiro	PAU-D'ARCO	mandobeira	PAU-D'ALHO
	mandiocão	nó-de-porco	olho-de-cabra
PAU-DE-GOÍÁS		pau-candeia	pau-de-areia pau-de-colher
pau-roxo/ FERRO /rosa/santo			pombeiro PAINEIRA
piúma	pitangueira	piúba	PEROBA sobre saputá
SUCUPIRA		tapororoca	seca TAMBORIL
VINHÁTICO		BARRIGUDA	mangabeira timbiúva
capitanga		canela-de-velho	caiapó fruta-de-macaco
osso-de-anta		catinga-de-cutia	pindaíba
farinha seca		JEQUITIBÁ	pé-de-pato-branco orelha-de-burro
sangra-d'água		MARFIM	CABRIÚNA João-mole
freixo		papiro	pinheiro carvoeiro
árvore-da-preguiça		carandaí	CEREJEIRA guariroba

Se no segmento anterior ainda tínhamos madeiras de lei que se misturavam com madeiras brancas, no terceiro, SÉCULO XX, observamos que as

madeiras nobres, além de se tornarem muito mais escassas, são substituídas por outras, que apresentam menor qualidade. Por outro lado, as madeiras brancas que, pela inerente desqualificação botânica, econômica e industrial, estariam fadadas ao desaparecimento, são trocadas por arbustos típicos do cerrado que nem mesmo para morões servem. Ao mesmo tempo o espaço em branco se amplia, a fim de patentear o estado de devastação a que o homem submete as florestas, mormente nesta região, em que as árvores são totalmente dizimadas, cedendo lugar à plantação de soja. Para evidenciar esta situação fáustica, até as palavras, tanto em caixa alta, quanto em baixa, vão rareando, substantificando o infortúnio das árvores e da floresta:

2. Século XIX

AROEIRA	aroeira-de-burgre/de-campo	ANGICO	imburana
	angelim-de-espinho/de-folha-larga		almecegueiro
CUMBARU	barbatimão	BÁLSAMO	açoita-cavalos
canjica	CABRIÚVA	carijó	CEDRO
	caparrosa-do-campo	INGAZEIRO	coração-de-negro
GARAPA	calumbi	faveira	CAPITÃO-DO-MATO
CARAÍBA	goiabeira-do-mato	GAMELEIRA	GONÇALO-ALVES
	embiú	embira	IPÊ
peúva	imburuçu	JATOBÁ	ipê-branco/amarelo/roxo/negro
moreira	JACARANDÁ		mutuqueira
			macaqueiro
LANDI			MARIA-PRETA
marinheiro	PAU-D'ARCO	mandobeira	PAU-D'ALHO
	mandiocão	nó-de-porco	olho-de-cabra
PAU-DE-GOIÁS		pau-candeia	pau-de-areia
pau-roxo/ FERRO /rosa/santo			pau-de-colher
piúma	pitangueira	pombeiro	PAINEIRA
	SUCUPIRA	piúba	PEROBA
	VINHÁTICO	tapororoca	sobro
	capitanga	BARRIGUDA	saputá
	osso-de-anta	canela-de-velho	sapucaia
	farinha seca	catinga-de-cutia	TAMBORIL
sangra-d'água		JEQUITIBÁ	mangabeira
freixo		carandá	timbiúva
árvore-da-preguiça		MARFIM	caiapó
		CABRIÚNA	fruta-de-macaco
		pinheiro	pindaíba
			pé-de-pato-branco
			orelha-de-burro
			joão-mole
			carvoeiro
			CEREJEIRA
			guariroba

Finalmente, na última parte do poema, a que o poeta denominou ATUALIDADE, as madeiras de lei praticamente desaparecem, pois, das 55 que figuravam no primeiro movimento, restam só 5. Se o número 55 estabelece uma unidade – $5 + 5 = 10 = 1$ – cósmica e harmônica que coloca a floresta em estado edênico, o quinário, sendo um número que, ao se multiplicar, sempre se reduz a si

mesmo, encerra a natureza em um processo fechado em que são quase nulas as possibilidades de retorno à unidade cósmica e à harmonia edênica. Neste caso, em vez de predominar o caráter esférico do quinário, prepondera a negação das faculdades do ser, porque marca o estigma da negatividade que se abate sobre a floresta:

Atualidade

babaçu	babaca	bacuri	capim-branco	capim-	
sempre-verde	capim-bananeirinha	capim-meloso	AROEIRA		
capim-jaraguá		catingueiro-roxo	pau-terra		
	capim-gordura	TAMBORIL	capim-membeca		
capim-colônia	capim-bracchiaria	PAU-D'ARCO			
	lobeira	pequizeiro	araticum	cortiça	
capoeirão	capim-bengo	capim-puba	SUCUPIRA		
	faveira	capim-navalha	lixeira	fedegoso	
mangabeira	aroeirinha	guariroba	JATOBÁ		
arroz	feijão	milho	arroz	feijão	milho IPÊ
	soja	soja	soja	soja	PEQUIZEIRO soja
derru	derru		derru	derru	
	bada	bada	bada	bada	
	v	v	v	v	
	coi ara	coi ara	coi ara	coi ara	
	le-	le-	le-	le-	
	nha	nha	ria	nha	
queimada	qu'im'da		q'im'd	qu'i'a'a	qu'i'a'
aceiro	aceiro	aceiro	aceiro	aceiro	A ZERO

Não bastasse a mensagem dos números, as madeiras nobres e as brancas são totalmente extintas ao final do poema, sendo substituídas por plantações de cereais, em que, **grosso modo**, não figura árvore alguma. Para substantivar a ação do homem sobre a natureza, as palavras se conformam, agora, à atividade destrutora das florestas e ao efeito exercido sobre a alma das árvores. Assim, para que o significado de *derrubada* ultrapasse as dimensões físicas do vocábulo, a palavra se esfacela, materializando a queda das árvores e adensando o espaço metafísico que se deixara entrever na primeira parte, quando as palavras, mesmo expressando a harmonia cósmica, se confrontavam tipograficamente.

Do mesmo modo, procurando fazer com que a linguagem instale e instaure o ritmo da destruição, a palavra *coivara* se desintegra para visualizar e substantivar o ato demolidor do homem que reduz as árvores a cinza. O imaginário metafísico do poeta vai se entranhando nas palavras e transformando-as em imagens verbal e semiótica, com a finalidade de que elas não apenas anunciem uma verdade negativa, mas substancializem esta verdade em matéria verbal e óptica. Assim, o vocábulo *lenha*, além de concretizar uma imagem verbal e uma

imagem-matéria, configurando os metros de árvores destruídas, visualiza e materializa o espedaçamento das árvores, a ponto de termos, representando um mesmo objeto, uma imagem que é palavra, coisa e substância metafísica e ideológica.

Mas o poeta não se contenta em, cubisticamente, desmembrar as palavras. Vai além, ao encinera o vocábulo *queimada*, transformando-o em *chamas* e, à medida que os fonemas vão desaparecendo, reduzindo-o a cinzas. Como a imagem verbal e semiótica corporaliza o objeto nomeado, a partir do momento em que sobram os fonemas [q], [i], [a], colocados entre *chamas*, não significa que permeneçam partes das árvores, mas que eles, estando produzindo labaredas, estão ardendo e, em decorrência, sendo transsubstanciados. Este procedimento se torna evidente quando verificamos que o vocábulo *aceiro*, não obstante ser apresentado em sua integridade fonêmica, é reduzido **A ZERO**, como se a sua própria pronúncia o fosse queimando e reduzindo **A ZERO**.

A expressão *A ZERO* se interliga aos espaços em branco que materializam e aceleram de forma ideográfica o ritmo da destruição. A densidade do branco converte a linguagem em uma espécie de sinfonia metafísica, que compreende as existências do maestro, dos músicos e dos instrumentos, pois a linguagem, antes de ser a manifestação de um estado de coisas e de objetos, é a manifestação da essência do homem. Assim, subjacente à dizimação da natureza, podemos ler também o esboroamento do próprio homem, uma vez que, direta e indiretamente, está ele inserto neste espaço de vida e de morte. Ofender a natureza é ofender o homem, é suprimi-lo do espaço e do tempo da história, porque, conforme postula Heidegger, *A análise da historicidade do 'ser-ai' trata de mostrar que este ente não é 'temporal' por 'estar dentro da história', mas, ao inverso, só existe e pode existir historicamente por ser temporal no fundo de seu ser.*⁴ Destarte, a despeito de sua ausência em palavras, sua essência perpassa toda a construção/destruição do poema-natureza-homem-linguagem, porque o homem existe e é na linguagem. Sob este prisma, no *A ZERO* que fecha o discurso, está incluído o humano. Inclusão que se justifica também pela inserção do ser-do-homem na natureza, a ponto de podermos dizer que se o homem não é na linguagem, não o é igualmente na natureza.

Este poema, à semelhança do poema de Mallarmé, *Un coup de dés*, liga o ritmo das imagens verbal e semiótica e o ritmo da página a uma conjuntura metafísico-cósmica, à proporção que todos os seus signos confluem para a manifestação de uma verdade que envolve o homem na sua relação direta com o cosmo. Destruir as árvores, mormente as espécies nobres, não é eliminar parte da natureza, é extinguir também os elementos que a compõem e a sustentam, como a água, o ar, o fogo e a terra. O ritmo visual do poema, ao materializar a devastação e o encinera das árvores, está transportando para um estado de imagem-coisa as imagens existentes no imaginário poético. O poema, deste modo,

⁴ HEIDEGGER, M. (1962), p. 407.

é a matéria semiótica e lingüística de uma substância ideológica e, na esteira de Henri Meschonnic, uma obra de arte *in se e per se*, porque é um equilíbrio de forças, de formas, de valores, de idéias, de signos, de linhas, de imagens.⁵

Cale-se

A maior parte dos poemas analisados neste artigo foram publicados nos primeiros anos desse último decênio de século. Certamente, por esses motivos, vimos observando a existência de alternância entre horizontes negros e turvos, numa permuta entre desilusão e alguns fios de esperança. Essa preocupação com o futuro pode ser notada ao longo de todo o século, como podemos comprovar mediante as análises que fizemos de *La colombe poignardée et le jet d'eau*, *Gagarin* e a parte visual de *Ursa maior*, de César Leal. A despeito de haver sido publicado em 1969, preferimos analisá-lo aqui, porque, além de diferir das criações de poesia visual da época, correlaciona-se, semiótica e semanticamente com as produções desta década. Estas relações se estabelecem não tanto no campo semântico, porque se nota em todos um forte sentimento de conservação das espécies que compõem a natureza, mas pela conformação semiótica, que o distancia dos limites estéticos do concretismo. A conjugação dos signos semióticos – verbal e não-verbal – encontrada nas criações de poemas concretos nem sempre produziu efeitos sincréticos convincentes. Para vencer estas limitações, muitos poetas, como César Leal, recorreram, como se fazia na tradicional composição do poema visual, a simbolismos da cabala e da mandala, transformando o discurso poético em uma arte altamente polissignificativa, como podemos verificar em parte do texto *Ursa maior*⁶:

*Toutes les monstruosités
violent les gestes atroces d'
Hortense. O terrible frisson des
amours novices sur le sol sanglant et
par l'hydrogène clartés! Trouvez*

H

or

te

n

s

e

Viva o Brasil com a Bomba H

⁵ LEAL, C. (1986), p. 183.

Viva o Brasil com a Bomba H
 O Brasil com a Bomba H
 Brasil com a Bomba H
 Com a Bomba H
 A Bomba H
 Bomba H
 H
 H
 H
 Enfer
 Hell
 Inferno

Considerando que a epígrafe de Rimbaud se imbrica ao cálice, o seu conteúdo ao mesmo tempo que se integra à composição do texto visual, dele se desprende, como se fosse a fumaça irradiando-se da bomba detonada. A bomba, neste sentido, em vez de constituir um benefício para o país, seria uma desgraça. Assim entendido, os discursos visual e verbal passam a compor uma semântica às avessas. Deste modo, não obstante Ana Lúcia Lapenda haver dito que o *Brasil armado com a Bomba H* significa que, se nós desejamos ser fortes, não podemos prescindir dessa capacidade de criar o fogo do Sol e das demais estrelas⁷, não condiz com as semias que se despreendem do texto. Qualquer esforço no sentido de dominar a bomba de hidrogênio seria funesto, mesmo que, em aparência, seja ela necessária para manter o equilíbrio entre o bem e o mal.

O equilíbrio plástico do cálice, ameaçado de cima pela precipitação de uma chuva de hidrogênio, o é também pela fragilidade da base que o sustenta. Se os *H* de *hydrogène* e *Hortence* estabelecem a conexão entre a fumaça-epígrafe e a *Bomba H*, o *H* de *Hell*, ao ser transposto para o lado direito, elimina a disposição simétrica do cálice, já visualizada pelas desproporções entre a base e o ventre-cadinho, e materializa as ameaças da bomba. O Brasil-cálice, assim entendido, é emblema, é metonímia da humanidade. Em decorrência, o discurso poético visa a uma situação planetária. A curvatura formada pelos *H* do lado direito do cálice parece superar a curva interrompida dos *V* do lado esquerdo. Mas, em realidade, essa fragmentação é que deixa esperar uma regeneração biológica face à continuidade destruidora dos *H*.

A ligação do Brasil com os outros povos, em sua junção física e metafísica com a humanidade, não se dará por intermédio da fabricação da *Bomba*

⁷ LAPENDA, A. L. (1982), p. 57.

H. As razões são simples: o fonema que simboliza a ligação é o *V* que, mesmo reiterando-se dezoito vezes, procede à conexão entre os discursos do cálice e o da epígrafe. O fonema *V* conecta discursos de monstruosidades, de destruição, embora contenha possibilidades de regeneração vital. Além disso, a interação entre os dois discursos não poderia expressar algum benefício ao Brasil, porque os fonemas se fecham na palavra *Viva*, sem se expandirem sobre a totalidade do texto, como ocorre com o *H*. Do mesmo modo que ele estabelece uma ponte entre o cálice e a epígrafe, se estende até o fonema *H*, que absorve toda a claridade do hidrogênio.

O vocábulo *Viva*, vida, se correlaciona ao simbolismo de vinho, de celebração. A partir do momento em que, em vez de o cálice conter o sabor de vinho e exalar sabores de festa e fumaças de destruição, o cálice passa a exercer uma semântica às avessas. Deste modo, a unidade do texto, cálice e epígrafe, como se um saísse do outro, sem se estabelecerem relações de prioridade, fica clara na reiteração novenária do fonema *V*. O número nove, resultante da soma de 1 + 8, total de vezes que o fonema ocorre no texto, compõe uma linha que, além de interligar os discursos em uma unidade semântica, conecta o desespero que perpassa a epígrafe aos efeitos da *Bomba H*. Seguindo esta ótica, o vocábulo *Viva* que alberga uma semântica relativa à alegria e, indiretamente, à vida, passa a encerrar semias inversas, como se em vez de *Viva* se dissesse morte. Esta interpretação se torna perceptível, quando verificamos que a linha composta pelo fonema *V* se interrompe, fragmentando o cálice sob o triplo aspecto fonêmico, gráfico e semântico.

Entanto, a letra *H* que compõe todo o lado direito do cálice, ao simbolizar *fechamento* e *barreira*, demonstra que a partir do momento em que o Brasil possuísse a bomba, estaríamos prisioneiros em nosso próprio **habitat**. Esta interpretação encontra respaldo já na gênese do fonema *H* que, ao formar a palavra *hat pp-*, que significa *terror, medo, pavor*, traduz o estado existencial do homem perante este instrumento de destruição. Sendo o cálice uma oferenda propiciatória que pressupõe a redenção de uma falta, a destruição do homem pela *Bomba H* funcionaria como uma espécie de holocausto proveniente, talvez, de sua ousadia em ultrapassar os seus limites. Deste modo, a atividade de invenção e manutenção da bomba é herança do pensamento alfabético e de sua racionalidade inovadora. Todavia, em vez de proceder a uma libertação e a conseqüente superação de suas misérias, mostra-o cada vez mais ligado ao mito de Sísifo ou de Prometeu. Neste artefato, se confirma o dinamismo desafiador desse mito, principalmente se considerarmos sua forma fálica. O cálice, assim interpretado, é, simultaneamente, vitória e derrota. Derrota, na medida que o ventre-cadinho do cálice contém reservas de forças de alta explosão.

O pior, no entanto, é que o Brasil, em seu espírito de macaqueação, é um país receptivo às novidades culturais e científicas. Assim, o fonema *B*, mais reiterado que o *H* e o *V* juntos, simboliza a disposição humana para o deslumbramento perante o desconhecido, mesmo que a claridade do hidrogênio

venha a torrar a existência do humano. Além disso, a repetição veemente da letra *B* se não corporaliza a explosão da *Bomba H*, consubstancia o estado de latência visualizado pelo volume do ventre-cadinho do cálice. O poema, deste modo, em vez de afirmar a necessidade de o Brasil armar-se com a *Bomba H*, ironiza este irracional desejo. Tanto que o número de vezes que a letra *B* percorre o poema, trinta e nove, ao se correlacionar com a organização e com a solidariedade do cosmo, está, segundo a estrutura do texto, exercitando uma semântica às avessas, pois a *Bomba H* substantifica a desordem e, sob certo sentido, a extinção do cosmo.

Essa reflexão se quadra às surpreendentes ponderações desenvolvidas pelo estudioso belgo-canadense Derrick de Kerckhove, em sua intervenção no **Colloque Art et communication**. A partir de seu pensamento, podemos afirmar que a tensão estética promovida, neste cálice, entre o biológico – *Viva-vida* – e a tecnologia alfabética – forma do cálice, *Bomba H* – traduz no plano simbólico a trajetória da **ratio alfabética**: *Constantemente a humanidade buscava a bomba atômica, desde Demócrito ... A bomba é filha do alfabeto, e sua presença é o indício de uma gigantesca contradição, para não dizer, de um imenso fracasso de adaptação das invenções à nossa essência biológica.*⁷

Para evidenciar essa postura hermenêutica, a letra *H* tem como correspondente o octonário, número que fecha em si todos os objetos e suas individualidades. Não fosse suficiente a ratificação de suas semias apenas pelo número que lhe é inerente, ele ainda se repete, uma vez que o fonema *H* aparece dezessete vezes na construtura do poema, como a multiplicar-lhe os simbolismos.

É evidente que o caráter terrífico da bomba de hidrogênio não elimina a descoberta de Lapenda, pois o texto, em sua ambigüidade, comporta também a sua interpretação, como podemos perceber no simbolismo do cálice. Quando ele aponta para a abundância, está exercendo a totalidade da simbologia, porque sendo amoldado pelo fonema *H* e sendo-lhe inerente a destruição, o cálice confere amplitude à sua ação devassadora. Por outro lado, a partir do momento em que ele se volta para a imortalidade, transporta a semântica do texto para o campo da ironia, porque, em vez de imortalidade, temos um instrumento de extermínio.

Ratificando essa interpretação, temos o fonema *H*, postado na base do cálice, repetido ternariamente. Ora, o fonema não se reitera apenas para manter uma aparente proporção entre o texto e o pedestal que o sustenta. Ao contrário, o ternário funciona como uma espécie de estopim, na medida que é o número da ação, do movimento. Tanto que, a partir dele, temos duas direções que semanticamente se igualam: a *Bomba H* e o *Inferno*. Tanto que também às semias de inferno se aplicam os simbolismos do número três, uma vez que se triplica e se universaliza, mediante sua reiteração em francês, inglês e português.

Assim interpretada, a *Bomba H* deixa de ser um mal afecto somente aos países que a possuem, mas passa a ser um mal que se estende a toda

⁷KERCKHOVE, D. (1986), p. 23.

a humanidade. E seu poder, que se mede a partir da base, pode ser aquilatado pela presença de uma hêxada, o número do poder. A presença do cenário se impõe, não apenas para materializar a potência exterminadora da bomba, como para desfazer-se o aparente desequilíbrio das proporções existentes entre a base e a totalidade do cálice. Assim, em vez de a base representar pelo menos uma face que denota fragilidade, ela corporaliza o **modus operandi** por que a bomba é detonada. Entretanto, os poetas não se calam; falam, bebem e brindam verdades em cálices, nem que estejam em pedaços, impossibilitados de contribuir para a celebração da vida, como o poema *Cacos em cálice*⁹ em que Paulo Galvão esfacela as óticas e as semióticas do discurso, em um perfeito consórcio entre as semiologias médica e literária. Fugindo totalmente do lugar comum, notadamente aquele criado pelo concretismo, o poeta coliga ao discurso literário uma série de elementos pertencentes à filosofia e às ciências esotéricas. Assim, analisando os componentes verbais que enformam o poema, verificamos que ele se abre com o vocábulo *mudo*. Ora, se os gregos definiam o homem como o *animal que livremente fala ζῷον ἄλογον ἔχον*, a partir do momento em que ele deixa de falar por alguma forma de imposição, está ele perdendo parte de sua essência. O genuíno calar só é possível se provier do genuíno falar. Nesse sentido, a mudez ainda não constitui o legítimo calar-se. Mas o poeta afirma: *mudo calo*. Calar-se, segundo Camus, *é deixar crer que não se deseja nada, e, em certos casos, é, com efeito, não desejar nada*.¹⁰ Entretanto, o que observamos é que o eu lírico não fala por algum motivo, proveniente de algum instrumento que lhe cerceia a liberdade:

	Mud	e).
	ocal	ant
	o (nã	ist
o	falo	oud
da	quil	est
one	mdis	udo
sone	mmes	det
mo	dist	sso
o	falo)	: (pori

III

C

omo

f

ala

rde

tan

tosenemd ? omeufalo

⁹ GALVÃO, P. (1992), p. 109.

A ausência de fala pode mergulhar o ser no silêncio, que também constitui uma forma de linguagem, pois, como postula Martin Heidegger, *A silenciosidade é um modo de fala que articula tão originariamente a compreensibilidade do 'ser aí', que dele procede o genuíno 'poder ouvir' e 'ser um com o outro' que permite 'ver através' dele.*¹¹ Ocorre que o silêncio de que fala o poeta não é o silêncio reconstituente da egocidade, ou da essência, mas aquele silêncio que reduz o ser ao *ante-os olhos*, à própria negatividade.

Em consequência de o sujeito lírico nada falar, encontra-se distante, como que expatriado da própria essência. A fala é componente imprescindível à recuperação da subjetividade. Não é sem motivo que Camus afirma que *A fala repara* e que *A única atitude coerente fundada sobre a não-significação seria o silêncio, se o silêncio, por sua vez não significasse. O absurdo perfeito trata de ser mudo.*¹² A mudez que se desprende das semias verbais do poema se quadra na mudez do absurdo, pois o discurso se insere no silêncio que significa, enquanto o eu lírico mergulha no irreversível silêncio mudo.

O estado de mudez, de certa maneira, determina a fragmentação das palavras que enformam o poema. A representação do ser mudo e o esfacelado na própria essência, se fazem mediante o despedaçar-se da linguagem. Se a utilização da palavra compreende um estado de ser autêntico, no instante em que este estado não é mais possível, e o ser se transforma em ente, em coisa, em objeto, a linguagem se dissolve como coisas *ante-os-olhos*¹³.

Dentro deste prisma, também os signos semióticos coparticipam do estado de mudez do eu lírico, porque se despedaça, compondo um cálice em que se desarticulam as estruturas, a fim de lhe acoplarem outros objetos. Deste modo, observando a simbologia que perpassa os discursos, verificamos que também neste poema a simbologia de cálice exercita uma semântica dupla. Primeiramente, ao acenar para a abundância, eleva o estado de mudez e de aniquilamento do humano a uma potência máxima. Por outro, quando incorpora semias de imortalidade, materializa uma semântica da negatividade, uma vez que, ao se dispor em cacos, configura, como que com o dedo, o estado de derrelição do eu lírico.

Como que encaixando as peças-palavras-signos, sua deformação nos permite visualizar um olho que, em vez de emitir raios de luz e de visibilidade, considerando sua origem vidresca, remete-nos para as trevas. Além de

¹⁰CAMUS, A. (1981), p. 565.

¹¹ HEIDEGGER, M. (1962), p. 184.

¹² CAMUS, A. (1981), p. 560.

¹³ Cf. HEIDEGGER, M. (1962), p. 180.

mudo, o ser espedaçado também é cego, impossibilitado de recuperar a própria luz. Esta interpretação se robustece ao verificarmos que não se trata de um olho frontal, que se mostra e se deixa ver por inteiro, como deveria ser o olho do coração, mas se trata de um olho lateral que, se vê alguma coisa, o faz pela metade, deformadamente.

Consentânea às semias proporcionadas pelo olho, vemos os dois pontos que dividem o cálice ao meio. Se o ponto é, conforme nos atesta Wassily Kandinski, *a última e única união do silêncio e da palavra*¹⁴, sua conversão em um binário deixa entrever que esse silêncio não se encerra no ponto, mas se estende à duplicidade das palavras e do silêncio. Destarte, observamos que o discurso da nudez se realiza enquanto representação do sujeito lírico, mas conserva a dubiedade e a duplicidade da eloquência do discurso poético.

Segundo este prisma, se o corpo do cálice oferece uma visão negativa da existência, já que o eu lírico se encontra destituído de fala, a parte inferior, mesmo repetindo a superior de forma interrogativa, se abre para interpretações mais positivas, uma vez que, na própria conformação verbal, podemos perceber direções semânticas diversas. Assim, observando o último vocábulo do poema, *falo*, verificamos que, em sua ambigüidade, deixa entrever forte dose de erotismo, transformando o cálice em uma espécie de falo. É verdade que, na estrutura semiótica-semântica do poema, não se trata de um ser na plenitude da potência sexual, o que, de certa forma, se conjuga à primeira parte, pois o ser destituído de fala se assemelha ao impotente sexual. Complementando a concepção metafísica da linguagem, que se configura como a manifestação do ser, o sexo seria a última forma de o ser agir em e como humanidade. Acabado o lado erótico do homem, desaparece também o seu lado humano.

Como o poeta se cala na transparência do discurso, mas fala nas entrelinhas e nos simbolismos dos signos não verbais, o fato de, como assinalara Gilberto Mendonça Teles, podermos ler os três primeiros números simples na estrutura do poema vem confirmar nossa posição hermenêutica, uma vez que, conforme postula René Allendy, *O Ternário é um agente essencialmente dinâmico que coloca em ação a atividade do indivíduo ou do sistema e lhe permite realizar, deste modo, a sua unidade*¹⁵. Ora, o que vamos verificar na segunda parte, senão a tentativa última de o ser se manifestar? E realização que se opera na unidade, porque as duas possibilidades de leitura do número um se encontram exatamente na base do cálice: *A base do cálice começa com um surpreendente número romano (III): surpreendente porquanto não aparecem os dois primeiros que podem, entretanto, serem lidos: o II nas duas colunas do cálice; e o I ou numa delas ou no*

¹⁴ KANDINSKI, W. (1970), p. 33.

¹⁵ ALLENDY, R. (1984), p. 40.

suporte do poema. Também se lê de cima para baixo em forma de interrogação sintaticamente correta, mas que o leitor precisa 'recompôr', e apreciar¹⁶.

A lógica desta interpretação se patenteia, ao verificarmos que a despeito de o poema se intitular *Cacos em cálice*, compõe uma unidade que se estende da conformação semiótica à densidade semântica. Não obstante o eu lírico se revelar esfacelado, porque fechado em sua mudez, ele e o discurso compõem uma unidade física e metafísica. Física, tanto na configuração semiótica do texto, quanto em sua realização em linguagem. Metafísica, ao conseguir harmonizar a mudez com a ambigüidade fálica que se entrevê no vocábulo e na modelagem do discurso.

Esse aspecto, ainda de aparência inconsistente, será respaldado pela letra *C*, que conjuga os cacos de palavras do poema. A relevância que lhe fora impressa encontra sentido em toda a construtura semiótico-semântica do discurso, pois, ao se correlacionar ao seco, coliga-se ao ser em estado de deserto, ou ao ser que se encontra expatriado da própria essência. Mas, por outro lado, ao iniciar a palavra *gamal*, **camelo**, o animal que carrega consigo a água, fonte de vida, suprime a mudez, estado de não-ser, e a substitui por falo, unindo o seco ao úmido e, em decorrência, juntando os cacos da linguagem e do ser que ela manifesta. Neste sentido *Cacos em cálice* realiza uma hierosia por intermédio de uma hierologia, isto é, a manifestação do ser através da palavra. E a letra *C* é que confirma e configura essa operação metafísica, porque é símbolo do movimento do Homem caminhando de sua ontologia à sua escatologia¹⁷ que outra coisa não é, senão a *parusia παρουσία*, ou a chegada à essência, através da palavra ou do sexo.

A associação de discursos semióticos diversos, como o da literatura e o da medicina, possibilitaram ao poeta a criação de poemas visuais, impossível de ser executada sem o conhecimento dessas técnicas. Este consórcio elevou e as realizações do discurso visual a uma nova postura estética, uma vez que o semiótico assume aspectos que se aproximam do tetradimensional: a dimensão do cálice, a do olho, a dos números e a das palavras. A visualização do olho, tanto no espaço do cálice, quanto no da asa, seria impossível sem a conjunção das semióticas. A conjugação dos signos diversificou as semias, tornando o discurso denso de significados e de realizações simbólicas. Talvez estes dois poemas, considerada toda a evolução da estética visual, desde o início do século, além de consolidarem o ideário estético do modernismo, possam inserir-se em uma estética nascente.

Pelo que pudemos detectar, por intermédio da análise hermenêutica de cada poema, os segredos da modernidade se encontram na capacidade que tem a estética moderna de se renovar ao longo dos anos. Não se trata do

¹⁶ TELES, G. M. "Oculi sunt in amore duces". In: GALVÃO, P. (1992), p. 19.

¹⁷ SOUZENELLE, A. (1987), p. 45.

estabelecimento de uma nova estética, mas da recriação de novas formas e da instalação de novos conteúdos, sobre proposições, práxis e exercícios de uma estética que renasce a cada nova criação poemática. Assim entendido, nem mesmo poemas deformados, como *Cacos em cálice*, chegam a instalar uma nova estética; consolida, sim, elementos já existentes, como se pode observar nos cálices de Vicente Huidobro e de Dylan Thomas. Os germes estão lá no início do modernismo. Ao poeta contemporâneo cabe imprimir-lhes o seu toque pessoal, a sua marca e, através dela, instituir a sua arte. Estes são os arcanos da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEAU, René. A ciência dos símbolos. Lisboa: Ed. 70, 1976.
- ALLENDY, Docteur René. Le symbolisme des nombres. Paris: Chacornac Frères, 1984.
- BOULTENHOUSE, Charles. Poems in the shapes of things. Arte news annual. New York, Art Foundation Press, 28: 65-173, 1959.
- CAMUS, Albert. Ensayos. Madrid: Aguilar, 1981.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- FRANCA, Leonel. História da filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- GALVÃO, Paulo. Corpo transitório. Belo Horizonte: O Lutador, 1992.
- GHYKA, Matila C. Le nombre d'Or. Paris: Gallimard, 1959.
- HEIDEGGER, Martin. El ser y el tiempo. México: Fondo de Cultura Económica, 1962.
- LAPENDA, Ana Lúcia. Tambor cósmico: uma visão do poético absoluto. Recife: Ed. Universitária, 1982.
- LEAL, César. Constelações. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- MESCHONNIC, Henri. Critique du rythme. Paris: Verdier, 1982.
- SCHOLEM, Gershom G. A cabala e seus simbolismos. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- SKARIATINE, Michel Vladimirovitch. La langue sacrée. Paris: Maisonneuve & Larose, 1984.
- SOUZENELLE, Annick de. La lettre chemin de vie. Paris: Dervy-Livres, 1987.
- SPATOLA, Adriano. Vers la poésie totale. Marseille: Via Valeriano, 1993.
- TELES, Gilberto Mendonça. Nominais. Guarapari: Nejarim, 1993.
- INVESTIGAÇÕES, Recife, 4:37-57, 1994.

O DISCURSO E AS PROFISSÕES: ANÁLISE DA INTERAÇÃO EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

José Carlos Gonçalves, (UFPE)

Introdução

O presente trabalho é um estudo programático da pesquisa da interação em contextos institucionalizados. Como tal, não tem a pretensão, como o título ambicioso erroneamente poderia implicar, de ser um estudo exaustivo do estado da arte do conhecimento acumulado pelas várias disciplinas que convergem o seu foco de interesse para a análise da interação. Visa antes servir de background teórico para os trabalhos desta mesa redonda¹ sobre o discurso e as profissões. Além de servir de introdução, o trabalho fará um comentário final das comunicações apresentadas, colocando-as em uma perspectiva crítica.

A comunicação visa apresentar inicialmente uma visão panorâmica da análise do discurso e as profissões, principalmente no contexto Inglês e americano, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo principalmente análise da conversação e a análise do discurso. Discutem-se a relevância e a necessidade da pesquisa da interação em contextos institucionais para a solução de problemas interacionais e comunicativos da vida diária das pessoas. Examinam-se alguns pressupostos teóricos e metodológicos básicos para a pesquisa da organização, estrutura e funcionamento da interação no contexto institucional. Além de apontar temas, dimensões e questões relevantes para a pesquisa da interação em contextos institucionais, o trabalho discute as aplicações e implicações para a formação e a transformação de profissionais que utilizam o discurso como meio de trabalho.

¹ Este artigo é uma versão modificada do trabalho apresentado durante o IX Encontro Nacional da ANPOLL, em Caxambu, MG, 1994, na Mesa Redonda **O Discurso e as Profissões**, do GT Linguística de Texto e Análise da Conversação.

Visão Panorâmica

O foco, neste trabalho, se concentra de maneira seletiva em estudos desenvolvidos na Inglaterra e nos Estados Unidos. Não nos interessa analisar todos os trabalhos desenvolvidos pela academia nesses dois países, o que seria uma tarefa impossível de executar, por razões óbvias. Interessa-nos, sobretudo, detectar alguns padrões e diretrizes que têm norteado a pesquisa da interação nos contextos institucionais. No contexto Inglês, ater-nos-emos a alguns trabalhos na linha de pesquisa da análise da conversação. Sendo a análise da conversação uma disciplina de caráter eminentemente sociológico, desde as suas raízes etnometodológicas, não é de se estranhar que a pesquisa da conversação em contextos institucionais tenha, em larga escala, sido desenvolvida em departamentos e centros de pesquisa de sociologia. Um dos expoentes desta linha de pesquisa na Inglaterra é o sociólogo Paul Drew, do Programa de Comunicação Interpessoal da Universidade de York. Um resumo do tipo de trabalho desenvolvido pelo grupo de York é o que se encontra no livro editado por P. Drew e J. Heritage (1992) *TALK at WORK*. Drew e Heritage apresentam os últimos avanços da aplicação da análise da conversação ao estudo do discurso e da interação em contextos institucionais. Pesquisadores europeus e americanos contribuem para a pesquisa original das interações entre profissionais e clientes em uma variada gama de contextos, tais como a consulta médica, depoimentos judiciais, entrevistas e noticiários televisivos, visitas domiciliares de profissionais de saúde, entrevistas psiquiátricas, e ligações para serviços de emergência e primeiros socorros. No seu conjunto, os estudos apresentam uma visão esclarecedora de como aspectos chave do trabalho de uma organização se realizam através do discurso caracteristicamente assimétrico das instituições. Através da análise da conversação de interações de trabalho, as relações entre o contexto social e as atividades sociais são analisadas, em uma convergência de abordagens que envolvem a sociologia, a etnografia organizacional, a sociolinguística e a pragmática. Os trabalhos da coletânea se dividem em três eixos principais:

- 1 – as atividades de fala dos interrogadores (= professores, médicos, advogados, policiais, repórteres, entrevistadores, psicólogos etc);
- 2 – as atividades de fala dos interrogados (ou respondedores) (= alunos, pacientes, réus, testemunhas, prisioneiros, políticos e personalidades, candidatos etc);
- 3 – as interrelações entre as atividades dos interrogadores e dos interrogados (ou respondedores).

Além dos trabalhos de Drew, Levinson, Heritage e Schegloff, que delineiam as considerações teórico-metodológicas, destacam-se, entre outros, e apenas a título de ilustração, os trabalhos investigando as atividades dos interrogadores, de Begmann (sobre a discrição na entrevista psiquiátrica), Clayman (sobre alinhamentos e neutralidade na entrevista jornalística), Atkinson (sobre

neutralidade nos procedimentos judiciais), e Button (sobre a função interacional das respostas em entrevistas de seleção para o trabalho). Entre as atividades dos respondedores, destacam-se Heath (sobre o diagnóstico na consulta médica), Greatbatch (sobre a disputa entre entrevistados na televisão) e Gumperz, (sobre a entrevista intercultural e interracial). Na seção das interrelações entre as atividades dos questionadores e dos respondedores, Maynard analisa a perspectiva dos clínicos e dos pacientes no diagnóstico; Zimmerman investiga a organização das ligações de emergência para pedidos de socorro; Drew analisa as fontes de evidência para depoimentos no tribunal e Jefferson e Lee investigam os encontros de serviços. Além do grupo de York, na pesquisa de análise da conversação institucional no contexto Inglês, Greatbatch em Nottingham, Heath, em Surrey e Potter, em Loughborough desenvolvem pesquisas sobre a interação em contextos médico-paciente, jornalístico e de juntas de família e de conciliação (divórcios, separações, custódia de filhos menores etc).

No contexto americano, e de maneira muito esquemática, destaca-se o trabalho pioneiro de Roger Shuy, da Universidade de Georgetown², principalmente no contexto médico-paciente e na área jurídica. Não mencionarei aqui os inúmeros trabalhos produzidos por Shuy sobre a comunicação médico-paciente. Farei referência apenas a um de seus últimos livros sobre o discurso e o direito – **Language Crimes: The Use and Abuse of Language Evidence in the Courtroom**, onde Shuy (1993) analisa os usos e abusos da linguagem usada como evidência no julgamento de casos envolvendo solicitação de assassinatos, subornos, ameaças, extorsão, perjúrio – e outros atos criminosos cometidos através da linguagem. Como se vê Shuy teria um campo fértil para suas análises no Brasil das CPIs e da zoomáfia. Com base nas gravações feitas, geralmente pelo FBI, para incriminar os acusados, Shuy tem servido de consultor especializado em casos notórios envolvendo senadores, políticos, industriais e cidadãos comuns, com a análise das evidências verbais e não-verbais das transcrições de conversas e depoimentos em intrigantes estórias que ilustram o poder da análise do discurso para eliminar ambiguidades e mal-entendidos e servir de ferramenta para auxiliar os magistrados a fazer justiça. Em uma linguagem acessível, e sem abusar do jargão lingüístico, o livro de Shuy se destina não só a seus pares mas também a profissionais da justiça, envolvidos com investigações, julgamentos, defesas e acusações na administração da justiça. Com auxílio da análise do discurso e da conversação, Shuy tem ilustrado os usos e abusos da utilização de gravações e transições como evidência para de-

² Ainda em Georgetown, D. Tannen tem também se voltado para a análise da comunicação médico-paciente, como em Tannen e Wallat (1987), onde as autoras analisam os quadros interacionais e os esquemas de conhecimento na interação entre médico e paciente na consulta. Mais recentemente, na Convenção Anual da Associação Americana de Lingüística Aplicada-AAAL 1994, em Baltimore, MD. –, D. Tannen organizou um simpósio sobre o Discurso no Trabalho, com trabalhos versando sobre uma gama de contextos interacionais institucionais diferentes.

fender ou incriminar pessoas, fazendo, portanto sociolinguística aplicada de primeira qualidade e relevância.²

É fora de escopo desta introdução resenhar todos os trabalhos e ou linhas de pesquisa da análise da interação em contextos institucionais. No contexto americano, mencionarei apenas alguns departamentos e/ou centros de pesquisa onde se desenvolve pesquisa da interação em contextos institucionais na linha da análise da conversação. O primeiro é o Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, – UCLA –, onde profissionais como S. Clayman, J. Heritage e E. Schegloff vem pesquisando a linguagem nos tribunais, na mídia televisiva, em noticiários e entrevistas, em visitas de profissionais de saúde, e outros contextos institucionais. D. Maynard, do Departamento de Sociologia da universidade de Wisconsin-Madison é um dos maiores nomes da pesquisa em contextos institucionais na área de saúde. Ainda no contexto norte-americano, pode-se mencionar o trabalho de R. Heyman (1993), do Discourse Analysis Research Group, da Universidade de Calgary, Alberta, no Canadá, sobre mal-entendidos e falta de comunicação no ambiente de trabalho. Seu recente livro *Why Didn't you Say That in the First Place? Managing Misunderstanding in Organizations* aborda os problemas de comunicação oral e escrita e oferece subsídios para consultoria e assessoria a empresas e instituições interessadas em resolver seus problemas de comunicação e alcançar maior engajamento, qualidade, produtividade e competência profissional.

Fora do eixo Inglaterra-Estados Unidos, é de se destacar o trabalho desenvolvido pelo Centre for Workplace Communication and Culture, da University of Technology, de Sydney e o National Centre for English Language Teaching and Reserch, da Macquarie University, Austrália. Em Setembro de 1993, os dois supra-referidos centros organizaram uma conferência internacional sobre Comunicação no Contexto do Trabalho: Cultura, Linguagem e Mudança Organizacional, com o comparecimento de profissionais de todo o mundo, numa abordagem interdisciplinar. Ainda naquele lado do planeta, merece registro o trabalho do sociolinguista e jornalista Allan Bell. Bell (1991, 1993), **The Language of the News Media**, dado o papel central dos noticiários como o principal gênero de comunicação na mídia eletrônica do rádio e da televisão, explora esta poderosa linguagem, examinando os processos de criação, manipulação, divulgação, e o uso e abuso da televisão como veículo de informação. Bell coloca-se também na perspectiva da audiência e examina o papel que esta desempenha para a criação de diferentes estilos de notícias e programas, e os processos usados pelos ouvintes para entender, esquecer ou distorcer as informações apresentadas. Em um enfoque sociolinguístico e discursivo, Bell analisa os padrões discursivos da mídia e as interrelações com outros problemas linguísticos e sociais.

Mencionarei ainda dois outros grandes eventos que serviram de marco de referência na pesquisa da linguagem e das profissões. O primeiro é o Congresso Internacional sobre Linguagem e as Profissões, realizado em Upsalla,

Suécia, em 1992. O segundo foi o Congresso Internacional da Associação internacional de Linguística Aplicada – AILA – realizado em Amsterdan, Holanda, em 1993. Entre muitas outras áreas e simpósios convergentes, destaquem-se os simpósios sobre Legal Language, Intercultural Negotiations e Linguistic Matters Related to Peace (Critical Linguistics). Neste último simpósio, apresentei um trabalho sobre Communication in the Workplace: Training Professionals for Change, que está no prelo em um livro editado pelas organizadoras do simpósio A. Wenden e C. Schaffner, **Language and Peace** (1994?).

Finalmente, fora do âmbito dos países de fala inglesa, mencionarei apenas o trabalho de Michele Lacoste desenvolvido para o Laboratoire Communication et Travail, da Université Paris XIII, sobre as comunicações de trabalho como interações. Não resenhei aqui, de propósito, a pesquisa realizada no Brasil sobre a interação em contextos institucionais. Neste encontro da ANPOLL, várias mesas redondas abordam este tema, o que evidencia a sua contingência e oportunidade.

Relevância e Justificativa da Pesquisa da Interação em Contextos Institucionais

Conhecer a natureza da comunicação nos contextos institucionais, i.e., de trabalho, é de vital importância. Dentro de uma visão da linguagem como um processo e produto interacional, a comunicação tem um caráter eminentemente funcional, isto é, é através da linguagem que se realizam as atividades, se atingem ou se deixa de atingir os objetivos colimados na interação entre as pessoas. A linguagem é uma forma de ação que coloca em jogo uma compreensão que tem que ser negociada entre os participantes. A linguagem é ao mesmo tempo ordenada sequencialmente e tem uma dimensão instrumental, isto é, constitui-se em uma ação voltada para o outro. O outro é, no mínimo, importante para a realização da tarefa, para a consecução do objetivo da comunicação. Daí a importância da construção conjunta da interação, onde a contribuição de um participante cria um contexto e coloca uma tarefa para o outro ou demais participantes, como num jogo, em que jogadores e jogadas se alternam, pois a linguagem é mutuamente constitutiva, reflexiva, e os participantes interagem uns sobre os outros, isto é, servem de contextos (dinâmicos) uns para os outros. O contexto não é entendido, então, como uma somatória dos aspectos lingüísticos e extralingüísticos que fazem o setting ou ambiente onde se dá o discurso em análise, mas como parte inerente do próprio discurso conjuntamente criado pelos participantes. Nesta visão, a sala de aula é um contexto para ensinar, o consultório médico, um contexto para curar. O tribunal, um contexto para julgar e fazer justiça etc. Como cada um destes contextos é produzido e entendido é responsabilidade dos participantes.

Nos contextos institucionais, onde via de regra há o envolvimento de profissionais e usuários, ou clientes, a qualidade da comunicação

é de extrema importância, pois é através da comunicação que se realizam as atividades profissionais e, ainda mais importante, na maioria dos casos, a própria comunicação é parte importante da prestação do serviço, como se dá, por exemplo, na sala de aula ou na consulta médica. Sem mencionar a importância do acesso à comunicação como um direito político essencial da cidadania, este acesso tem uma importância pragmática de maximizar a compreensão, minimizar as fontes de mal-entendidos e problemas de compreensão para assim otimizar as relações interpessoais, e conseqüentemente aumentar a qualidade, a eficiência e a produtividade do trabalho, eliminando as perdas de tempo e energia e reduzindo os custos operacionais.

Caracterização da Interação em Contextos Institucionais

A linguagem em contextos institucionais é funcional, isto é, relacionada com a (s) tarefa (s) ou atividade(s) de trabalho. O trabalho dos participantes em um contexto institucional é feito em grande parte através do discurso, através da linguagem em interação. É através do discurso que os participantes buscam seus objetivos particulares. Isto confere à linguagem um papel eminentemente **estratégico**. Além de estratégica, a linguagem nos contextos institucionais é **especializada**, isto é, cada contexto requer e determina o uso de padrões lingüísticos e discursivos adequados para a realização da tarefa específica na interação em tela. Assim, por exemplo, na interação da sala de aula, o componente mínimo pergunta-resposta-avaliação serve para ensinar, verificar a aprendizagem e avaliar, corrigir o desempenho dos alunos. Na consulta médica, o padrão pergunta-resposta serve para elicitare sintomas e transformá-los em diagnóstico. Assim, e de maneira muito simplificada, nos vários discursos institucionais, há uma expectativa de **legitimidade** das atividades lingüísticas relevantes relacionadas com cada setting³, ou o contexto específico, isto é, trata-se de ensinar, diagnosticar, interrogar, condenar, incriminar, selecionar, entrevistar etc. – atividades executadas por atos de fala centrais à linguagem organizacional.

Parâmetros de Institucionalidade

Gonçalves (1992) aponta um série de fatores lingüísticos, interacionais e discursivos que funcionam como parâmetros para medir a **assimetria** característica da institucionalidade do discurso. Entre eles, se destacam o controle do tópico, ou da agenda interacional; a organização tática da interação, isto é o sistema de troca de turnos e as resultantes estruturas de participação no discurso; o grau de planejamento e nível de formalidade da

³ Marcuschi, comunicação pessoal, ressalta a necessidade de se estabelecer uma tipologia básica de contextos e de sistemas de atividades características e determinantes de tais contextos.

interação, isto é o sistema de troca de turnos e as resultantes estruturas de participação no discurso; o grau de planejamento e nível de formalidade da interação; a reciprocidade, não-reciprocidade do discurso; a linguagem funcional apropriada a cada contexto institucional e o conhecimento, ou saber técnico específico de cada área de atuação profissional. Os diferentes papéis dos participantes, com uma distribuição assimétrica de direitos e obrigações, motivados pela estrutura social, por cargos, funções, identidade burocrática e organizacional, por um lado, e por diferentes expectativas, percepções e atitudes, por outro lado, afetam, de muitas maneiras, o processo e o produto de interações institucionais. Se tomarmos como exemplo o sistema de tomada de turnos e a estrutura de participação, podemos notar que a distribuição desigual de direitos, isto é, quem tem a prerrogativa ou hegemonia interacional de iniciar, terminar, mudar ou continuar o turno, geralmente também tem o poder de controlar a agenda da interação, com o controle da gestão de tópicos (introdução, mudança, continuação, término).

Os diferentes estados de conhecimento, e. g. técnico, profissional Vs. leigo, geralmente determinam a orientação dos participantes leigos para as prerrogativas de conhecimentos dos profissionais. Como a interação entre profissionais e leigos, entre servidores e usuários se apoia nesta configuração desigual de direitos e deveres, há igualmente uma colisão de perspectivas. Por um lado há a perspectiva profissional, organizacional, de rotina, dos profissionais; por outro lado, a perspectiva leiga, pessoal, particular do cliente que vê seu caso ou problema como único e não como uma situação de rotina. Todos nós temos experiência de quanto isto é verdade, e.g. na consulta médica, na interação com a burocracia, nos encontros de serviços (bancos, lojas) e até mesmo na relação pessoal. Um dos grandes problemas detectados em muitos estudos de interação em contextos institucionais é a atitude profissional ou organizacional de cautela, objetividade, impessoalidade e impersonalização da interação que costumam tomar os profissionais, como mecanismo de defesa, discricção e neutralidade, fruto, em muitos casos, de uma formação distorcida nas várias culturas organizacionais. Um complicador adicional do presente quadro de desequilíbrio é representado pelos interesses muitas vezes conflitantes dos participantes em interações institucionais. Acrescente-se a isso as especificidades do contexto físico das interações, que nem sempre são face a face, podendo ser lado a lado, costa a costa, à distância, via telefone, rádio (e.g. telefonistas, controladores de vôo, serviços de emergência).

Metodologia da Análise da Interação em Contextos Institucionais

Na busca da conexão entre as atividades de fala e as tarefas organizacionais no contexto, a pesquisa da análise da interação em contextos insti-

tucionais adota uma perspectiva sistemática comparativa, isto é, tomando a conversação como unidade central da comunicação humana, busca-se caracterizar as diferenças entre os discursos institucionalizados e a conversa espontânea. Com base em dados empíricos e naturais, isto é, gravações do comportamento lingüístico real, não simulado ou experimental, a análise da conversação procede ao estudo da linguagem como forma de conduta social; em outras palavras, procura-se descrever e explicar as atividades sociais desempenhadas através da linguagem pela identificação de **padrões** relacionados com as diferentes atividades organizacionais. As estratégias e as tarefas funcionais e os objetivos específicos dos participantes em contextos institucionais produzem variações não só em termos de uma gama de padrões lingüísticos, principalmente estilos de fala, opções sintáticas, implicações e inferências semântico programáticas, mas também no design das atividades de fala e na organização geral dos episódios e eventos comunicativos.

Dimensões Analíticas da Relevância Funcional

Na análise funcional das tarefas executadas através das atividades comunicativas especializadas que caracterizam cada contexto institucional, muitas são as dimensões que podem ser investigadas. Para se estudarem os diferentes aspectos do uso da língua em contextos institucionais específicos, isto é, como o caráter especializado das atividades lingüísticas produz formas especializadas de falar e práticas estratégicas diferenciadas, volta-se a atenção para as **dimensões** recorrentes da fala em contextos institucionais.

Várias são estas dimensões:

- 1) As escolhas lexicais e a adequação descritiva;
- 2) O desenho do sistema de trocas de turno e as estruturas de participação (restrições, padrões de tomada de turno, alocação diferenciada, sensibilidade e tolerância a perguntas, colisão de perspectivas);
- 3) A organização das seqüências (abertura, meio, fim), padrões de perguntas e respostas etc.;
- 4) A organização estrutural das interações (e.g. tópicos, fases, eventos, atividades, caráter estratégico do discurso institucionalizado).

Possibilidades de Análise

Dentro de uma perspectiva sistemática e comparativa das diferenças entre o discurso institucionalizado e a conversa espontânea, muitas são as possibilidades de análise, e.g.:

- 1) as atividades dos interrogadores (questioners): médicos, advogados, policiais,

- professores, juízes, promotores, jornalistas, entrevistadores, selecionadores (de departamento pessoal, recrutamento e seleção);
- 2) as atividades dos respondedores: pacientes, alunos, réus, testemunhas, acusados, candidatos, entrevistados etc.;
 - 3) as interações entre as atividades dos interrogadores e dos respondedores.

Diferentes questões poderiam ser levantadas como tópicos de pesquisa. Questões que envolvam necessariamente a descrição e a explicação **do que acontece, como acontece e para que ou com que finalidade acontece** (isto é, o que significa o discurso para os participantes nestas interações):

- 1) Qual a diferença entre os sistemas de troca de turnos especializados em contextos institucionais e o sistema de troca de turnos na conversa espontânea? Qual a influência destes fatores para a gestão e a organização da tomada de turno? Interações em contextos institucionais diferentes tem padrões globais ou organizacionais diferentes ou funcionalmente relacionados?
- 2) Qual a influência do formato pergunta-resposta no design e na implementação das atividades organizacionais?
- 3) Há parâmetros discerníveis e tipos distintos de estratégias, por exemplo, de interrogar, nos vários contextos da comunicação institucional?

Estas e outras questões merecem estudos sistemáticos e comparativos na busca dos padrões distintivos que caracterizam cada discurso institucional.

Padrões Distintivos no Discurso Institucional

Intuitivamente, parece que há muitos padrões distintivos no discurso institucional. A título de exemplificação apenas, podemos notar:

- 1) ausência de despedidas, formas diferenciadas de abertura e fechamento em diferentes contextos institucionais;
- 2) falta de reciprocidade de apresentações;
- 3) seqüência tripartite no ensino e na consulta médica;
- 4) ausência de feedback e de backchanneling activities (sinais de atenção, reconhecimento, Mcs. Interacionais);
- 5) padrões de orientação, alinhamento, footing (e.g. no discurso de entrevistas, notícias, reportagens. Pela tomada de turnos, pode-se ver, de dentro para fora, como os participantes estão orientados para um contexto específico).

Contextos Institucionais e Problemas para Investigação

Sendo a comunicação uma atividade central da vida das pessoas, inúmeros são os contextos institucionais onde problemas de comunicação podem afetar a qualidade das interações e comprometer o bom resultado das tarefas e atividades. Apontamos, a seguir, alguns exemplos desses contextos, com sugestões de possíveis problemas e focos para a análise:

Interação Médico-Paciente

Problemas de estrutura interacional da consulta médica; linguagem funcional especializada, jargão técnico e controle médico; falta de comunicação entre médicos e pacientes; assimetrias; correlações entre aceitação das decisões médicas na consulta e cumprimento das receitas e o tratamento.

Interações na/da Mídia de Notícias

O formato das entrevistas, debates, noticiários e sua importância para a tarefa de informar e/ou desinformar; O design das perguntas e a combatividade (polêmica) ou a cooperação, preservando a neutralidade (imparcialidade, tendenciosidade); estratégias para responder e/ ou evitar, deixar de responder; alinhamento e perspectiva.

Interação em Encontros de Serviços (Públicos e/ou Privados)

Envolvendo usuários e a burocracia e a prestação de serviços (e.g. hospitais, ambulatorios, postos de saúde, repartições públicas: INSS, Fórum, cartórios, bancos, correios, rodoviárias, telefônica etc); Problemas de acesso à informação; colisão de perspectivas organizacional e particular (do profissional e do cliente); choque de objetivos e expectativas; qualidade da interação e a prestação do serviço.

Comunicação na Empresa, ou no Contexto do Trabalho

Problemas da produção e do uso de informações orais e escritas entre chefes e subalternos e/ ou colegas de trabalho; gargalos de comunicação, mal-entendidos, expectativas implícitas, treinamento, postura, engajamento (empowerment) e qualidade; problemas de comunicação e aumento da produtividade e competitividade no trabalho; formação de competências.

A Linguagem e a Justiça

Problemas da linguagem jurídica (documentos, contratos) e judicial (usada nas atividades judiciais); acesso à informação, julgamentos.

depoimentos, uso e abuso de transcrições, interrogatórios; tribunais de pequenas causas, várias de família (separações, divórcios, custódia de filhos), Serviços de proteção ao consumidor (COPOM, justiça gratuita etc).

Discurso Terapêutico e de Apoio

“Talking about troubles” (conversar sobre problemas): na terapia convencional, aconselhamento psicológico e serviços de apoio (Centros de Valorização da Vida, aconselhamento e apoio a aidéticos, drogados (álcool, narcóticos), emocionalmente perturbados);

Caráter institucional e conversacional do discurso como meio de resolver os problemas; envolvimento e neutralidade; dar e receber conselhos etc.

Conclusão

Não nos interessa continuar nesta lista infundável de contextos e problemas a investigar. Nosso objetivo é mostrar que a pesquisa da interação em contextos institucionais é de relevância teórica e prática. Além de contribuir para os avanços da ciência da linguagem na academia, a pesquisa da comunicação em contextos institucionais responde a uma necessidade prática do mercado lingüístico, isto é, vem de encontro a uma demanda de conhecimento técnico e profissional da comunicação nestes contextos para a solução de problemas comunicacionais das mais diversas ordens nas vidas das pessoas. As motivações desta demanda obedecem às mais diversas razões, como tudo o mais na vida. Não nos cabe analisar a correção ou incorreção política desta demanda, mas sim reconhecer que a demanda existe e oferecer a nossa contribuição como cientistas da linguagem, ocupando a nossa fatia do mercado da linguagem, fazendo uma linguística útil e de resultados. Para atingir tal objetivo, há necessidade de uma abordagem interdisciplinar do estudo da interação em contextos institucionais. Conhecer a natureza da comunicação em contextos institucionais requer conhecer a sua natureza social, política, econômica, educacional e lingüística e as especificidades que regulam cada contexto, tais como as interrelações entre os participantes, suas posturas e atitudes, seus objetivos, e as melhores estratégias e atividades lingüísticas funcionalmente relacionadas para a execução de suas tarefas.

Isto requer uma mudança de atitude, uma re-educação. Primeiro, dos profissionais da linguagem para entenderem a importância do discurso nas interações em contextos institucionais. Segundo, para, de posse dos conhecimentos adquiridos na pesquisa da linguagem e as profissões, poderem oferecer subsídios para o treinamento pré-serviço (= formação) de novos profissionais e em serviço (= transformação) de profissionais atuando no mercado de trabalho.

Um fator recorrente da análise da interação em contextos institucionais é a visão da comunicação como parte essencial da execução do próprio trabalho organizacional. Dentro desta visão estratégica da interação, uma compreensão global das interrelações entre linguagem, cultura e mudança organizacional é essencial para a formação e a transformação de competências profissionais, organizacionais e pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, A. 1991. *The Language of News Media*. Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- DREW, P. e J. Heritage (Eds.) 1992. *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge University Press.
- GONÇALVES, J. C. 1992. *O Tópico discursivo no discurso institucionalizado*. VII Encontro Nacional da ANPOLL. Porto Alegre, RS.
- _____ 1993. *Doctor-Patient Communication: Training Medical Practitioners for change*. Language and Peace. C. Schaffner & A. Wenden (eds.) Dartmouth Publishing Co., Aldershot, England.
- HEYMAN, R. 1993. *Why Didn't You Say That in the First Place: Managing Misunderstanding in Organizations*. San Francisco: Jasley-Bass, Inc. Publishers.
- SHUY, R. W. 1993. *Language Crimes: The Use and Abuse of Language Evidence in the Courtroom*. Oxford: Blackwell Publishers.

O MITO, DINÂMICA (INTER) CULTURAL,

Por Sébastien Joachim, UFPE

Depois de definir o mito, tentaremos identificá-lo mediante aproximação com diferentes domínios de conhecimento, e concluiremos pela permanência do mito em nosso cotidiano, nas preocupações dos estudiosos da feminilidade e no pós-moderno.

Definição e Classificação do Mito

Para a maioria dos especialistas da questão (Mircea Eliade, Gilbert Durand, ...) o mito é uma história sagrada que permeia a vida do homem sob todas suas facetas. Daí se depreende a sua universalidade no espaço e no tempo, e seu caráter de fundamentos da cultura e da sociedade.

Através do tempo e do espaço, isto é, diacronicamente e geograficamente, poderemos identificar o mito segundo as invariantes, que o fazem passar por universal e segundo suas variáveis que justificam a sua vitalidade dentro de sociedades muito diferentes pela geografia e pelo desenvolvimento tecnológico, ou mesmo dentro de uma mesma sociedade em diferentes momentos de sua evolução.

Os elementos invariantes, essenciais para identificar um mito, são chamados de mitemas por Gilbert Durand, sócio-antropólogo francês. Esses mitemas não podem ser apontados de modo fixo, insubstituível, segundo um número fechado de traços distintivos. Por quê? Porque em geral são reconhecíveis apenas a posteriori, ou seja, depois de um surgimento quase casual.² Só registramos

¹ Conferência ministrada no Auditório do "Diário de Pernambuco", em agosto de 1992. O primeiro projeto de aula-conferência que solicitou o Jornalista Marcus Prado, sofreu alterações. Em razão da complexidade do assunto não haveria possibilidade de tratar mesmo superficialmente no quadro de 60 minutos, as relações do mito com a poesia e com as figuras femininas (Isis, Manon, ..., nem com o corpo e a sexualidade via Eros e Amazona). Remetemos esses assuntos para uma próxima oportunidade.

² Por isso que, de acordo com uma formulação do estudioso eslavo Slavoj Žižek (obra infracitada, p. 30), diríamos que a identificação do mito obedece a uma "performatividade retroativa", e também a uma regra que quer que "a necessidade (surja) do contingente" (ibid).

mitos por uma reflexão sistemática sobre aquilo que já há certo tempo estamos vivenciando. Mas o que é que pode se tornar mito? De acordo com muitos estudiosos, qualquer coisa, objeto, situação, acontecimento, fato ou ser cósmico, fato ou ser histórico, fato ou ser científico, herói ou anti-herói, são suscetíveis de erigir-se em mito. Basta essa coisa, evento ou personalidade, provocar uma forte impressão ou emoção, entrar em sintonia com as expectativas ou a vivência consciente e principalmente não-consciente de um grande número de pessoas e, em decorrência desse destaque, ganhar uma sacralidade ou distanciamento do banal.

Acabamos de afirmar a ligação do mito enquanto “discurso social vivenciado” com o discurso religioso, o discurso histórico e o discurso do cotidiano. Temos que acrescentar logo a ligação com a arte. Conforme o título de um livro de Arthur C. Danto, “The Transfiguration of the Commonplace”, a arte é essencialmente a transfiguração da banalidade cotidiana.

Voltaremos mais adiante sobre algumas dessas ligações. Por enquanto, é preciso apontar os elementos variáveis do mito. Já foram identificados como sendo derivações geográficas, e histórico-culturais. São, predominantemente, desvios sócio-históricos. O sociólogo francês Gilbert Durand classificou esses desvios em três possibilidades:

- desvios heréticos
- desvios sincréticos
- desvios éticos.

a) Há desvios heréticos, quando na retomada de um mito já existente conferimos uma excessiva ênfase a determinados mitemas a despeito dos outros componentes; elementos são potencializados ou apagados enquanto tal ou tal outro encontra-se super-explorado.

b) Há desvios sincréticos, quando detalhes alheios são acrescentados ao mito primitivo.

c) Por sua parte, o desvio ético resulta do confronto de uma tradição mítica com a emergência de uma criatividade autêntica, isto é, não ideologicamente enviesada, como no caso dos desvios heréticos. O desvio ético é uma obra de uma forte personalidade, de um líder, de um artista. Em geral, tais desvios se caracterizam por uma efemização.

É bem difícil dar um aval sem reticência à classificação de Gilbert Durand; nem sempre dispomos de critérios objetivos para julgar a autenticidade ou a interpretação ideológica. Constatamos que os melhores trabalhos que se conseguiram até hoje pertencem à revisão feminista do freudismo.

A outra razão de relativizar essa classificação já foi implicada acima: a impossibilidade de esgotar os eventuais traços sob os quais podem se revelar um mito em razão da grande diversidade sócio-geográfica.

Mas apesar do caráter flutuante do mito, a classificação de Gilbert Durand reveste uma certa utilidade referencial.

II – Mito e História

Vamos um pouco mais adiante, ao considerar agora a relação mito x história. A partir dessa relação é que esboçaremos, sem ordem rígida, o envolvimento do mito nos outros domínios de conhecimento e de fruição.

A História vai ser encarada aqui sob dois pontos de vista:

- a) do ponto de vista diacrônico, isto é, do desenrolar através do tempo. Podemos assim acompanhar as transformações sucessivas de um mito, face à racionalidade interpretativa por exemplo.
- b) do ponto de vista de um confronto entre a narrativa histórica e a narrativa mítica.

IIa – Evolução Histórica e Mito

Para se documentar a respeito da evolução do mito através do tempo, de Platão e Aristóteles até o século XX, nada melhor do que o livro de E. M. Mielietinski, “A poética do mito” (Rio de Janeiro, Florense, 1987, p. 09 a 24). Existem estudiosos que menosprezam os mitos como se fossem pura fantasia de uma imaginação delirante; outros os valorizavam a título de representações coletivas, arquétipos ou símbolos diretores do comportamento individual e comunitário, responsáveis pelas formas de vida social, religiosa e artística. Optamos pela segunda posição. Não vamos todavia nos estender sobre isso. Quem se interessa neste aspecto pode consultar o livro antes indicado ou a tese de Ana Maria Lisboa de Melo: O Texto Lírico/ Imagem, Ritmo e Revelação (Porto Alegre, PUC, 1991).

Contudo, não vamos deixar de assinalar três fatos, justamente registrados na referida tese de doutorado:

- a) a filologia de Giambattista Vico é um receptáculo de quase todas as tendências dos estudos do mito através da História; diz-se que o filólogo italiano conseguiu antecipar até fenômenos míticos emergentes hoje.
- b) muitas das reatualizações míticas de ontem guardam seu primitivo caráter de hierofanias, ou seja, de impregnação sobrenatural, de relação com o divino. Se tratando da Natureza Cósmica (céu, água, terra, pedra) ou biológica (ritmo agrolunar; ciclo do sol, da vegetação, da sexualidade) ou do topológico (lugares,

templos, ...), tudo que se relaciona com o mítico inspira uma reverência profunda e quase sagrada mesmo da parte de espíritos ateus. No entanto, a História identificou períodos de baixo teor mítico, tal como o século das luzes³.

- c) as reatualizações míticas que surgem na sua forma mais grandiosa, sublime e prospectiva, na literatura e na arte em geral. O romantismo alemão e as mais brilhantes inteligências de todas as épocas, nunca deixaram de cunhar mitologemas.

Portanto, é legítimo afirmar que quando não criam novos mitos, os homens “remitologizam”. Daremos alguns exemplos mais adiante.

Gilbert Durand, num colóquio publicado sob o título *Le Mythe et le Mythique* (Paris, Albin Michel, 1987) fala em a Volta do Mito de Hermes em nosso século. Hermes é mensageiro dos Deuses; o seu emblema, o caducéu, traduz simbolicamente a reunião dos contrários; aquilo que Mircea Eliade chamava de *coincidência oppositorum*, ou de síntese dos opostos. Nós encontramos esse emblema disfarçado sob um mito de cobertura, o mito de Dionysos, denominação alternativa de Baccho que Michel Maffesoli, outro sociólogo francês da atualidade, acredita caracterizar também nossa época. Com efeito, Dionysos é o símbolo do regozijo, da festa, do amor humano. Ao lado de Eros, ele condensa os mitos que envolvem o corpo e a sexualidade. A aliança de Psiquê (representante da mente, da espiritualidade) e de Eros (representante da sensualidade) constitui também uma espécie de equilíbrio, ou de coincidência *oppositorum*. Como já apontamos, a literatura e a arte encenam muito esses mitos, numa oscilação entre a dominância platônica (o lado da Psiquê) e a dominância realista (o lado do Eros). Um poema em prosa de Baudelaire, *O Tirso*, orquestra magnificamente essa estruturação sintética do mito da “Coincidência *Oppositorum*”. Com efeito, nele reside uma ultrapassagem, um além das estruturas ditas heróicas ou esquizofrênicas. Na terminologia de Gilbert Durand, chamam-se assim as estruturas maniqueístas, pesadamente marcadas pela binariedade antagônica. Curiosamente, essa binariedade, a regra do Sim versus Não, do /1/ versus /0/ da cibernética, nos cercam de todas as partes e constituem nossa ecologia *fin de siècle*⁴. Ignorando o “*dépassement*” do yin e yang, somos cada dia mais instalados no reino da semiótica geométrica; padecemos da exuberância racionalística cujos indícios

³ Mas curiosamente, como veremos, os fatos nem sempre correspondem às pretensões racionalistas. A Deusa Razão, a Humanidade, além de um florescimento de magia e de alquimia, são entre numerosos mitos do século 18.

⁴ Aparentemente. Porque forças espirituais desestruturadoras estão ativamente agindo na epistemologia da Ciência dos Capra, Brockman, Bohm e na epistemologia dos Hipertextos de Pierre Lévy. Esses pensadores desmistificam a binariedade e mostram uma ultrapassagem desta tanto na Nova Ciência como na percepção genuína da Informática.

são o mito da separação, uma exegese positivista e angustiante.

Historicamente, esse reducionismo ocidental, – ao qual só escaparam interlúdios barrocos – despontou-se desde o século V de nossa era.

Retomando diacronicamente a classificação de Gilbert Durand, constatamos alguns desvios ideológicos do ponto de vista das funções ou papéis míticos na interpretação de mitos antigos como o de Isis e Osiris, ou como a História das Amazonas. São *desvios heréticos*, emanados de exegetas consciente ou inconscientemente machistas.

Isis, notou Simone Vierende (Cahiers Internationaux du Symbolisme, nos 65 – 66 – 67) foi potencializada em versões ulteriores do mito que ocultaram a sua função sintética e reunificadora do corpo esfacelado de Osiris. O seu correspondente masculino Hermes é que foi prestigiado por toda uma linhagem de exegetas *ejusdem farinae*, enquanto emblema da Coincidência oppositorum. O mesmo ocultamento ideológico aconteceu com o símbolo representativo de Isis (o arco-íris), face ao caducéu de Hermes. Na hipótese da bissexualidade psíquica de Carl G. Jung, todo macho tem uma tendência feminina (ou *anima*) e toda fêmea tem uma tendência masculina (*animus*). Animus e Anima fazem parte da constituição interna de ambos os sexos. O mito das Amazonas queria inverter um preconceito que atribuiu com exclusividade a força, a coragem física e as iniciativas (mesmo nas relações sexuais aos Hermes. Nada mais legítimo. Mas a exegese enviezada, em vez de insistir na possibilidade das representantes do sexo de ser tão fortes, tão boas guerreiras, tão capazes de iniciativas quanto os representantes do outro sexo, deformaram o mito.

Coube ao psicólogo suíço, Carl Gustav Jung, reatualizar nas primeiras décadas do século o mitema da complementaridade ou da síntese dos opostos, ao divulgar o mito de Bissexualidade psíquica acima aludido. Como dissemos, Jung o conceitualizou assim: cada homem encerra na sua unidade ontológica uma tendência feminina chamada anima; cada mulher contém dentro da sua unidade ontológica uma tendência masculina chamada animus. Essa reinterpretação conflita com a versão predominante que enfatiza sobremaneira um mitema alheio ao mito original: a crueldade sexista da Amazona. A versão falsificada desse mito apresenta a amazona como um personagem fálico, uma espécie de mulher aranha que, a exemplo da manta religiosa – inseto devorador do macho após o coito – procura explorar sexualmente a noite o homem até total exaustão antes de, ao amanhecer, aplicar o golpe fatal.

Dessa negativização de um mito, positivo em sua origem, padecem também as figuras bíblicas de Judite e de Dalila (cf. Simone Vierende, in *Cahiers Internationaux du Symbolisme*, nº 65 – 66 – 67, 1990).

Entre os mitos criados no século XVII, destacamos a figura de Manon Lescaut, popularizada como *Manon*. A heroína é cuidadosamente

descrita pelo abade Prévost, o seu autor, como sendo o símbolo da complexidade na simplicidade, como o paradigma da mulher-criança. Mas as versões ulteriores promovidas *pela ópera e da ópera* assim como pela exegese machista reduziu a riqueza mítica ao esquematismo do estereótipo. E Manon Lescaut decaiu do nível do símbolo ao nível do signo, de criação essencialmente ambígua ao clichê da pequena mocinha venal e leviana. É desta maneira, constata Simone Vierne (C. I. S., 65 – 66 – 67, 1990), que explode a beleza do mito quando cai na heresia interpretativa.

Encerramos provisoriamente o aspecto evolutivo do mito, que completaremos por um toque psicanalítico. Mas, antes, gostaríamos acrescentar uma informação importante a respeito do tempo mítico.

O tempo mítico é um tempo cíclico, para não dizer um não-tempo. Não é, em todo caso, uma temporalidade cronológica, linear, empírica como a dos relógios. Existe neste respeito toda uma problemática que o filósofo e psicanalista Jacques Lacan desenvolveu à margem da teoria freudiana. Remetemos os interessados a Alain Juranville (cf. nossa bibliografia).

O importante aqui é notar a impossibilidade da volta ao passado, literalmente falando: – exceto no mito da reversibilidade, ilustrado por Chico Anísio numa publicidade onde ele mostrou a vida do homem começando aos 80 anos e regredindo até Adão “o primeiro homem e também o último”.

Portanto, é inútil cultivar o saudosismo eliardeano dos bons velhos tempos, ou melhor, do tempo arcaico, do tempo primordial. Todavia, de uma certa forma, o tempo do mito é primordial, – no sentido de inaugural, ou seja, de abertura para um evento na mente, um surgimento na cultura, na existência, no destino do homem, de possíveis ou de virtualidades⁵. Nesta ordem de idéia, a expressão durandiana “a volta do mito” (1987) é ambígua. Ela não designa um retorno daquilo que já passou; mas sim uma reapreciação, uma nova vivência daquilo que se parece o mesmo e que no entanto é “outro”.

Percepção do Mito como Narrativa e como Heurística

Abordaremos agora o segundo aspecto da relação do mito com a História, e que vai envolver todas as outras comparações esclarecedoras de nosso assunto.

Para começar, Mito e História têm que ser doravante aproximados enquanto narrativas, portanto como discurso ou “Logos”. De ambas as partes,

⁵ No sentido de Pierre Lévy, La Machine Univers, Paris, La Découverte 1987, p. 66: *O virtual é uma criação cujo impacto origina-se “de fora”, o possível é uma dedução do próprio sistema interno, ou a resultante de uma combinatória. Essa distinção não vale no reino da chamada realidade virtual, oposta à representação externamente referenciada.*

- temos heróis ou seres promovidos num além do banal.
- temos um enredo de caráter comovente e persuasivo (e não um discurso exclusivamente calcado na abstração).
- temos um espaço ou cenário onde se deslocam, peregrinam lutam e vencem ou são derrotados heróis, em busca de um objeto de valor.
- temos um narrador, que conta a história numa certa perspectiva. Esta perspectiva age em qualidade de filtro ideológico. Os desvios anteriormente detectados passam por esse filtro; a perspectiva narrativa é o lugar da subjetividade; ela existe na narrativa mais realista, mais impessoal. Os fios narrativos testemunham as limitações culturais. É um indicador do meio de formação do enunciador real ou fictício ou do autor que o manipula. Podem ser investigados aqui o grau de desinformação, a fidelidade às fontes, os preconceitos do autor implícito, ou do dramatis personae do Narrador e também do Narratário, este sendo o interlocutor real ou suposto do narrador dentro da narração. Pois o público que um narrador ou um autor-implícito almeja, e que habitualmente está presente no discurso de forma implícita, desempenha um papel na estratégia narrativa, influencia o modo de contar.

Um excelente exemplo disso é o caso de Heródoto, historiador grego, tal como o apresentou François Hartog (Le Miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'Autre. Paris, Gallimard. 1990). O trecho que chama mais a nossa atenção, é aquele onde o Historiador fabrica um logos xiita (ou Cito), um mito do povo xiita, de sua geografia, de seus costumes. Apesar de ter-se documentado, o historiador revela-se um homem situado no tempo e no espaço. Junto a essa situação sócio-histórica, a parte inconsciente de sua mente que banha no imaginário da comunidade grega a qual ele pertence e a qual ele se dirige escrevendo, desempenha o papel de filtro, de catalizador, de agente e de coerções narrativas.

É um belo exemplo da infiltração ou de atração do mítico no discurso científico. Valo-me, neste assunto, da autoridade do antropólogo Claude Lévi-Strauss que expõe o seguinte no seu livro póstumo, Histoire de Lynx (Paris. Plon 1991):

- cada vez, afirma Lévi-Strauss, que o científico não acha elemento explicativo suficiente, ele tende a forjar mitos de compensação.
- o mesmo acontece por finalidades comunicativas, ou seja, quando o cientista sofisticado, desejoso de sair da sua torre de marfim e de comunicar a sua pesquisa à sociedade que o paga e ao público leigo, lança mão de metáforas, isto é, de mitos esboçados.

- na mesma ordem de idéia, cada vez que o raciocínio falha a tornar concreta tal intuição ou tal invenção potencial ainda confusa, fugidia, rebelde à demonstrações lógicas, o cientista imagina ficção heurística, que também se assemelha ao mito.

Voltamos agora a Heródoto, a fim de melhor perceber como se estrutura um mito. Aqui a dialética hegeliana do mesmo e do outro poderia ser útil tal como a apresenta Slavoj Žižek no seu livro O mais sublime dos histéricos (Point Hors Ligne 1988, trad. Rio de Janeiro, Jorge Zahar 1991, p. 22 - 24). Cito apenas este trecho:

“A literalidade do dito subverte a intenção de significação” (i.e. do querer-dizer).

“Hegel sabe (...) que sempre dizemos demais ou de menos ... “ (p. 23).

Hegel parece, portanto, ter inspirado a identificação dos mitos “heréticos” e “sincréticos” na classificação de Gilbert Durand. Nas suas Histórias, o grego Heródoto consagra o espaço discursivo mais extenso (após o discurso egípcio) ao povo da região outrora chamada Cítia, ao norte do Irã.

O cito ou xiita é o outro, vale dizer aquele que é percebido de fora pelo grego. Diversos são os métodos de captação dessa alteridade xiita:

- 1º) podemos superpor o texto herodotiano ao confrontá-lo com as descobertas arqueológicas (não-textos).
- 2º) é possível também correlacionar o texto herodotiano e outras versões do mesmo evento. Neste caso as versões podem ser as dos Ossetas – povo pertencente ao mesmo grupo dos iranianos do Norte –, ou podem ser versões emanadas dos próprios xiitas envolvidos naquele evento.
- 3º) mais interessante, segundo Hartog, é ater-se a uma análise documentária iminente, ou seja, comparar sem externalidades o texto de Heródoto com si mesmo; em outras palavras, limitar as investigações no âmbito do universo de Heródoto e portanto de sua comunidade endógena, a comunidade grega.

Efetivamente ganhamos em unidade, talvez em coerência. É o método aplicado por Hartog, na sua exegese meta-histórica. Não acho que a pertinência seja necessariamente superior, como ele parece afirmar.

A razão vem de minha própria experiência e da experiência de uma estudiosa belga, Madame Schipper-de-Leuw. Ambos, misturamos o segundo e o terceiro método, delimitando um período histórico, e salientando o logos (ou discurso) africano e o logos francês, através de um conjunto de romances

diferenciados (cf. M. Schipper-de-Leuw: Le blanc vu d'Afrique. Yaoundé. CLF. 1973; Sébastien Joachim. Le Nègre dans le roman blanc. Montréal. P.U.M., 1980).

A receita é simples:

- 1º) Levantamento de papéis de situações narrativas, de discurso valorativo ou peyorativo emitido pelos narradores, dentro de uma coleção de obras pertencentes ao mesmo contexto de época.
- 2º) Uma atenção constante à lógica narrativa, aos predicados, aos apelativos, apelidações, denominações, aos efeitos de distanciação ou de acoplagem, à enunciação.
- 3º) Utilização de tabelas de frequência das unidades semânticas recorrentes (com cautela).
- 4º) Reflexões sobre essas construções.

Colocado face aos gregos o caso dos iitas não é muito diferente se respeitarmos as regras do gênero histórico e da ficcionalidade. O mesmo acontece aqui quando, através de discursos, ou mais concretamente através de unidades lexicais concatenadas, enunciam-se sobre Índio, sobre Brasileiro do ponto de vista dos Europeus, sobre Americanos do ponto de vista dos Brasileiros. Sem precipitarmos em pressupostos que circulam no meio onde pesquisamos, em boa metodologia devemos encarar apenas – dependentemente do caso – o lexema chiita, o lexema branco, o lexema negro, o lexema brasileiro ou americano como se fosse um significante multi-estratificado. No princípio, ele é teoricamente vazio e à medida que se desenvolve a história, ela vai se preenchendo até se tornar gargantuesco, uma monstruosidade⁶. A partir daquele momento, o termo, aquilo que ele designava, mas que acaba desrepresentar, é elevado a nível de um mito.

O monstruoso é impregnado de sagrado na maioria dos estudos existentes⁷. O monstruoso é o contrário do banal e do familiar; é o estranho, portanto a ultra-alteridade, o terrível, o demiúrgico, portanto o numinoso, “o tremendum fascinans” – expressão pela qual se define o sagrado em Rudolf Otto (Le Sacré. Payot. 1931). Siderado, o sujeito que se esbarra no mito, vive no fora-do-tempo. Tudo pára, i.e., tudo (re) começa.

⁶ Fragments d'un imaginaire contemporain. Paris. José Corti 1989. Ver também as páginas 98-99 a respeito do sagrado que acompanha a mitização e consultar igualmente: Mircea Eliade. Aspects du mythe. Gallimard 1963, Roger Cailllois, O Homem e o Sagrado, 1950, trad. Edições 78, Lisboa. 1988).

⁷ Cf. CIRCE, Cahiers de Recherche sur l'Imaginaire, Université de Savoie. Le monstre, n° 1, 2, 3, Cahiers 4, 5, 6. Chambéry 1975, 1975, 1976.

Assim é que se constrói e se processa o mito: por projeção de um não-racional coerente em sua organização interna e peculiar, por projeção de subjetividades, por atribuições de valores, de referências próprias da parte dos “agentes” ou atores sociais. As referências *próprias* são positivizadas; implicitamente elas são a norma; os predicados do lado do Outro são negativizados, ou vão se aglutinar no campo do proibido. A partir daí se estabelece uma dialética e um jogo de antíteses entre o justo (lado do “mesmo”) e o injusto (lado do “outro”), entre o certo e o errado, entre o belo e o feio, etc. Habitualmente essa dialética não se assenta na denotação; ela reside nos silêncios do texto, num limiar entre o dizível e o indizível. Esse lugar ambíguo e amiúde indiscernível é o lugar do mito; seu modo de expressão favorito é por constelações de símbolos, de imagens.

Para fabricar mitos, em nossos dias, herdamos dos antigos gregos e latinos todo um cabedal de referências mitológicas para todas as circunstâncias da existência, – riquezas essas que reforçam os acervos dos discursos, ritos e práticas vindos das religiões e das artes. Os estudiosos em Ciências Sociais costumam oferecer a respeito uma classificação complementar daquela que apresentamos sob a autoria de Gilbert Durand. Eles falam em:

- 1º) Narrativas de tipo cosmogônico. São narrativas que se empenham a justificar a origem do homem e do mundo, os mitos de criação que elas orquestram com grandes recursos cósmicos, ou relativos ao corpo, à sexualidade; encontram-se em versões diferenciadas em diversas culturas e religiões.
- 2º) Narrativas ou mitos etiológicos, análogos ao precedentes por seu caráter originário; esses mitos se caracterizam por seu menor grau de abrangência, restringem-se à origem de uma prática cultural como, por exemplo, o primeiro aparecimento da tecelagem ou do fogo; também esboçam solução satisfatória quanto às certas interrogações (por que as galinhas produzem ovos, por que os bois têm chifres, etc.).
- 3º) Narrativas histórico-míticas; estas “apresentam sob uma forma muito mais ritualizada certos episódios históricos ligados à expansão espacial, principalmente às cerimônias que acompanham a fundação de lugarejos e cidades (Jean Dérive. “Peur, création et imaginaire dans l’oralité africaine” – in Cahiers du CRIC, Peur et Création 2, n° 06. Université de Savoie. Chambéry, 1992).

O essencial não é, contudo, classificar mitos, mas identificá-los em nossa vida pessoal e comunitária, para detectar como eles auxiliaram nossa percepção e auto-reconhecimento, e finalmente descobrir de que maneira eles são capazes de orientar nossa ação. Hoje não há mais Olimpo, nem sua corte de deuses e de deusas, mas basta recordar que o mesmo espírito que presidia a essas criações imaginárias face aos enigmas da vida subsiste ainda em nós, para ficarmos à escuta

dos novos mitos que circulam entre nós ou do ressurgimento em nova roupagem de mitos antigos apaziguadores de nossas angústias e iniciadores de nova sensibilidade e de comportamento inéditos. (cf. Ruth Amossy, Les Idées Reçues, Paris. Nathan, 1992).

Neste sentido é que deveríamos reverenciar a psicanálise e as suas várias e heróicas tentativas de esclarecimento. Principalmente em seu papel de auxílio de uma vivência mais auto-consciente (pois Lacan não promete equilíbrio ilusório). Incansavelmente Freud se interrogava a respeito das origens do indivíduo e de seu desajuste psíquico, através de mitos como o mito de Édipo, através da teoria da fantasia, das teorias da pulsão ... O pai da psicanálise se interrogava não apenas a respeito das mazelas do indivíduo mas também a respeito do mal-estar da Sociedade e da cultura (através do mito da Horda primitiva, por ex.). A psicanalista Maud Manoni escreveu um livro significativo pelo seu título: A teoria como ficção (Ed. Campus 1982, trad. de Seuil, 1978). Aí se comprovam como, em matéria de Saber psicanalítico e de transmissão da psicanálise, os grandes teorizadores (Freud, Groddeck, Winicot et Lacan) elaboraram mitos em sintonia lógica com os distúrbios que nos afetam.

Em particular, Jacques Lacan utiliza (entre outras) as obras de Platão, de Shakespeare, de Edgar Poe, etc., para construir mitos esclarecedores da Teoria psicanalítica. Ele fabrica a partir do Banquete de Platão um mito da mão (Krazjman, cap. 6) a fim de enxergar mais de perto a idéia de amor em psicanálise, de aprofundar a impossível união carnal entre o homem e a mulher, a impossibilidade de acesso à Coisa. Entendemos aqui por Coisa, o mito da plenitude absoluta (cf. Juranville, p. 200 – 216). Mas além de fabricar mitos heurísticos (cf. o livro de Juranville, Lacan et la Philosophie, P. U. F. 1980, assinala alguns) ele denuncia o caráter aproximativo ou espúrio de certos mitos filosóficos e freudianos. Ele reinterpreta, por ex., o mito chamado de complexo de Édipo, ao fazer passar o esquema triangular e reducionista pai-mãe-filho a um esquema quadrangular que acrescenta o mito do falo e o lugar do sujeito. Em vez de fechar-se no proibido, no interdito, ele focaliza a falta do objeto absoluto do desejo. Em vez de partir de fatos empíricos (formação neurótica) ele procede dedutivamente, pela lógica do Significante e pelo ato de fala. No seu afã de alcançar uma antropologia genuinamente geral, ele reformulou também esse outro mito freudiano, igualmente de caráter empírico tal como o Édipo, o mito da horda primitiva que se encontra em Totém e Tabu.

Os interessados poderiam ter maior desenvolvimento neste assunto no livro de A. Juranville já assinalado (p. 162, 199, 206–207, 212–213)⁸.

Por isso que, ao contrário de uma ou duas declarações que fizemos em pesquisas anteriores, professamos o maior respeito para Freud e principalmente Jacques Lacan.

⁸ Essa missão se cumpre independentemente de certos desentendimentos entre a Teoria freudiana e a prática.

Com o mito, a sessão psicanalítica é um discurso e uma relação entre subjetividades. O que mais o trabalho analítico nos habilita a fazer é: “tomar posse de nosso corpo” através de um discurso não censurado, libertar o mito da sexualidade partilhada que é o amor⁹, independentemente de um ranço esporádico de misoginia, de patriarcalismo, de eurocentrismo. Mas a impressão geral é de uma filosofia psicanalítica cheia de paradoxos, de ironias, e de desafios instigantes. No caso de Lacan, trata-se de um discurso exploratório bastante genial mas vítima do efeito de double-bind; no caso de Freud trata-se de uma filosofia empírica. Seja qual for a intenção de Freud e de Lacan, dificilmente conseguiremos nos aproximar dela em fragmentos isolados do conjunto, e em interpretação exclusivamente literal. Essa intenção – fazemos questão de repeti-la – é um compromisso intransigente com a libertação do Homem de suas servidões intelectuais, emocionais e biológicas, com a tomada de consciência de nossas limitações, da verdade parcial a nosso alcance, de nossas impossibilidades em matéria de gozo e de aspiração à totalidade; é finalmente um firme compromisso de mostrar o caminho que conduz à ultrapassagem das dicotomias paralizantes, à assunção dolorosa da coincidência oppositorum, à convivência com o reconhecimento dos paradoxos que, sendo homem, teremos que integrar na condição humana.

A conclusão não me pertence. Ela pertence a Artur da Távola e a uma mulher. A Artur da Távola, enquanto ele ilustra pelo mito de Michael Jackson, o que diz essa mulher, a estudiosa do feminismo, a anglo-saxônica Moi Toril, autora de uma profunda revisão da literatura psicanalítica no domínio, tão adequadamente exposta no título do livro (*Sexual/Textual Politics*. London Methuen, 1987, p.173). A citação selecionada termina o último parágrafo:

“Beyond the opposition feminine/masculine, beyond Homosexuality and Heterosexuality, which come to be the something (...), I would like to believe in the multiplicity of sexually marked voices: I would like to believe in the masses, – this indeterminable number of blended voices, this mobil of non-identified sexual marks whose choreography” can carry (...), multiply the body of each individual “ whether he be classified as “man” or “woman” according to the criteria of usage”. (Toril Moi).

A parte dessa citação que aproximamos das reflexões de Arthur da Távola sobre o fenômeno Michael Jackson, começa imediatamente antes do travessão e se traduz assim:

"Gostaria de acreditar nas massas – esse número indeterminável de vozes misturadas; marcas sexuais não-identificadas podem assumir a multiplicidade de corpos de cada qual, fosse ele classificado de “homem” ou “mulher” segundo os critérios usuais".

⁹ Cf. Durandaux, Olivenstein na minha bibliografia; igualmente M-M. Kraizman, referido acima; e também Paul Mathis, *Le corps et l'écrit*. Paris. Aubier. 1981; A. Juranville, Artur da Távola.

Para Artur da Távola¹⁰, no palco Michael Jackson alcança a universalidade do Múltiplo através do Um, ou desdobra-se a um congregando o seu equivalente universalmente múltiplo. É que o nome Michael Jackson emblematiza simultaneamente uma variedade de contrários; sob esse nome se adensa, se condensa e se exhibe uma maquinaria de vestuários, de cores, de mecanismos, de espontaneidade, de substância e de acidentes, de referência e de areferenciação, de presença e de ausência, de realidades arcaicas e de conquistas tecnológicas, de natureza e de cultura, de genuíno e de sintético, de negro e de branco, de feminilidade e de virilidade que, todos, culminam no sema da monstruosidade. Assim o fenômeno Michael Jackson, celestamente transcendente e terrestremente vulgar, atravessa todas as dicotomias e desemboca numa síntese mágica do ritmo vocal e corporal repleta das tensões das alteridades que o compõe, isto é, num mito de nossa atualidade.

O mito de Édipo tal como foi aproveitado por Freud, isto é, como um feixe de noções empiristas, teve bom aproveitamento na história da psicanálise. Recentemente surgiu com Lacan pessoalmente, rerepresentado por Toril Moi, um mito de substituição já anunciado por Carl Jung, Mircea Eliade, Gilbert Durand e os estudiosos do Imaginário em geral: o mito de um além das distinções opositivas, da sexualidade maniqueísta e ilusória. Uma nova antropologia geral se desenha à luz desse pensamento universalizante. Cabe a cada um meditá-la, para driblar nossos desencontros com o nosso corpo e com a nossa sexualidade.

¹⁰ *Comunicação e Mito*: Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985, p. 248–256.

BIBLIOGRAFIA

- ALAIN JURANVILLE. Lacan et la philosophie. Paris, PUF. 1980.
- ANA MARIA LISBOA DE MELO. O Texto Lírico: imagem, ritmo e revelação (tese de doutorado dat.). Porto Alegre. 1991.
- ARTUR DA TÁVOLA. Comunicação e Mito. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985.
- BAUDELAIRE. Pequenos Poemas em Prosa. (cf. O Tirso). Ed. da UFSC e Aliança Francesa de Florianópolis. Florianópolis. 1988.
- CAHIERS INTERNATIONAUX DU SYMBOLISME. Nº 17-18; 65-66-67. CIEPHUM. Université de Mons (1969; 1990).
- CLAUDE OLIVENSTEIN. Le Non-dit des émotions (cf. le non-dit de la sexualité). Paris. Odile Jacob. 1988.
- COLLOQUE “Le Mythe et le Mythique”. Gilbert Durand (dir.). Paris Albin Michel. Coll. Cahiers de l’Hermétisme. 1987.
- Congresso Mito Ontem Hoje, D. Schüler e Miriam Goettems, org., Porto Alegre, Ed. da Un. Fed. do Rio Grande do Sul. 1990. (com um texto de Cesar Leal).
- FRANÇOIS HARTOG. Le Miroir d’Hérodote: sur la Représentation de l’autre. Paris. Gallimard. 1980.
- JACQUES LACAN. Séminaires 11 e 20. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- JAMAKE HIGHWATER. Mito e Sexualidade. São Paulo. Saraiva. 1992.
- JEAN LE GALLIOT. Psychanalyse et Discours Littéraires. Paris. Nathan-U., 1976.
- JUDITH SCHLANGER. L’invention intellectuelle. Paris. Fayard. 1983.
- LÉON CELLIER. Parcours initiatiques. (cf. Manon). Grenoble/Neuchatel. Ellug/La Baconnière. 1977.

MARC EIGELDINGER. Lumières du mythe. Paris. PUF. 1983 & L'Intertextualité du mythe. Genève. Slatkine. 1987.

NOUVELLE REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE n° 01 (1970), n° 03 (1971). Paris. Gallimard. Cf. Anzieu et Gautheret.

Revue Européenne des Sciences Sociales (cahiers V. Pareto) T. XVIII, n° 53, 1980. Genève. Droz.

TORIL MOI. Sexual/Textual Politics. London. Methuen. 1987.

LES MYTHES FRANÇAIS DANS L'IMAGINAIRE SOCIO- CULTUREL BRÉSILIEN

Antonio Fernando Viana, UFPE

La France et ses mythes historico-littéraires constituent une présence importante dans l'univers poétique et social de la période romantique au Brésil, comme une sorte de berceau des Arts et des Lettres de notre culture. Et la Révolution Française qui transformera non seulement le pays, mais aussi l'Europe, aura des répercussions directes dans le nouveau monde. La France deviendra pour le Brésil une sorte de phare socio-culturel, le principal modèle à suivre, surtout après l'avènement de Dom Pedro II. Le jeune empereur revendiquant son attachement à la maison d'Orléans favorisera tous les échanges culturels et artistiques entre les deux pays. Même après la chute de l'empire brésilien en 1889, les modèles et les mythes français continueront à orienter la classe culturelle et politique du Brésil républicain.

Pierre Nora, dans une introduction historique à la Littérature Romantique, présente la France du XIX^e Siècle comme: "la terre classique des révolutions". (1) Et c'est cette terre révolutionnaire qui apparaîtra dans les lettres brésiliennes à travers des mythes historiques, comme Napoléon, et des mythes littéraires, comme Chateaubriand, Lamartine, George Sand et surtout Victor Hugo qui deviendra au Brésil la plus grande "Légende littéraire du Siècle", cité, évoqué, traduit et copié par plusieurs générations de poètes et écrivains.

Parmi les mythes historiques français, le principal restera Napoléon et son épopée tragique, propice à l'inspiration romantique et devenue objet poétique pour plusieurs écrivains du XIX^e siècle, comme le signale M. Descotes dans son livre **La Légende de Napoléon et les écrivains français du XIX^e siècle**. (2)

Cette légende fut traitée dans la poésie romantique brésilienne, tantôt dans son aspect grandiose, avec toute sa force et sa splendeur; tantôt dans sa

¹ NORA, Pierre, *littérature XIX^e siècle*, Paris, Nathan, 1986.

² DESCOTES, M., **La légende de Napoléon et les écrivains français du XIX^e siècle**, Paris, Minard, 1967.

décadence et misère humaine. Le mythe s'est créé non seulement autour de l'homme, mais aussi grâce à toutes les réformes sociales et culturelles qui ont marqué son empire et survécu aux régimes politiques successifs.

Il est bon de rappeler que les legs napoléoniens arrivent tôt au Brésil et sont adoptés par le régime monarchique de l'époque. Certains comme le code de Droit Civil, inspiré de celui de Napoléon est toujours en vigueur dans la République brésilienne. Rappelons aussi que le mouvement révolutionnaire de 1817 à Pernambuco songeait à monter un plan pour aller libérer Napoléon à Sainte Hélène. Ceci montre combien les exploits de ce héros alimentaient l'imaginaire et les rêves de nos révolutionnaires.

A travers les temps l'image de Napoléon prend une nouvelle face, suivant les contextes socio-politiques et les mouvements littéraires. A l'époque romantique, Gonçalves de Magalhães, grand admirateur de la France, exalte les liens étroits du Brésil avec la patrie de Napoléon:

“O Brasil é filho da Civilização francesa, filho dessa
revolução que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a
púrpura e o cetro dos reis”. (3)

Cette pensée remet en question l'idée colonisatrice du Brésil comme le fils du Portugal; mais il nous semble bien clair que pour les générations romantiques que souhaitaient une libération totale des modèles portugais, la France était la mère des Arts et des Lettres.

Gonçalves de Magalhães écrit encore un “Memorial sur Napoléon”, publié dans ses *Suspiros Poéticos e Saudades*. Selon Manuel Bandeira ce poème peut être considéré comme le meilleur de son oeuvre:

“Da liberdade foi o mensageiro.
Sua espada, cometa dos tiranos,
Foi o sol, que guiou a Humanidade.
Nós um bem lhe devemos, que gozamos;
E a geração futura agradecida:
Napoleão, dirá cheia de assombro.”

(“Waterloo”, 18 de junho de 1836.)

³ GONÇALVES DE MAGALHAES, D. J. *Suspiros Poéticos e Saudades*, Paris, Dauvin et Fontaine, 1836.

Les générations suivantes vont aussi évoquer la légende de Napoléon, comme l'a fait Álvares de Azevedo dans sa **Lyra Dos Vintes Anos**, à travers les victoires du héros des batailles de Wagram et de Marengo. Plus tard, Fagundes Varela va également écrire un Memorial sur napoléon. Dans ce texte, nous pouvons sentir l'influence indirecte de Magalhães sur Varela qui avait initialement donné à son poème le titre: "O Espectro de Santa Helena", très proche du vers qui introduit le Mémorial de Magalhães: "Napoleão em Santa Helena". Pour la version parue dans **Vozes da América**, Varela l'a appelé simplement "Napoleão". Ce poème évoque l'image d'un homme-héros devenu à la fois symbole des victoires françaises, gloire nationale, légende universelle et symbole de solitude et de misère humaine:

"Sobre uma ilha isolada,
Por negros mares banhada
Vive uma sombra exilada,
De prantos lavando o chão;

E esta sombra dolorida,
Repete com voz sumida:
– Eu ainda sou Napoleão.

(...)

Entre os altares fui deus,
Fiz povos escravos meus,
– Ah! ainda sou Napoleão."

Chez Antonio de Castro Alves le mythe de Napoléon est souvent associé à l'image du héros révolutionnaire, symbole de la force, l'intelligence et du courage. Le poète condor admire et exalte le génie de l'aigle héroïque, détenteur de toutes les victoires.

En 1870, un an avant sa mort, Castro Alves publie ses **Espumas Flutuantes** où se trouve le poème "Pedro Ivo" dédié à ce héros révolutionnaire brésilien, associé par le poète au mythe de Napoléon:

"Como o tigre na caverna
Afia as garras no chão,
Como em Elba amola a espada
Nas pedras – Napoleão."

A nos jours, le mythe de Napoléon perd son caractère historique, la société brésilienne s'en inspire alors, produisant des images plus populaires au goût des classes sociales moins favorisées. On voit son image dans les défilés des écoles de samba, dans la bouche du peuple sous la forme d'anecdotes

avec beaucoup d'humour, ou encore dans les chansons brésiliennes, évoquant la grande illusion du carnaval. Rappelons entre tant d'autres, la chanson de Chico Buarque de Hollanda: "Vai Passar":

"Vai passar
Nessa avenida um samba popular
(...)
Palmas pra ela dos barões famintos
O bloco dos Napoleões retintos"

A côte du mythe de Napoléon se trouve celui de Victor Hugo représentant la France, terre de liberté, égalité et fraternité, et Castro Alves va associer l'image grandiose du poète à celle de Napoléon. Non seulement au Brésil mais dans les nouvelles Nations Victor Hugo sera considéré comme le géant du siècle, le mythe humanitaire et littéraire. Le grand poète du vieux monde, illuminé par ses visions deviendra le prophète d'un monde nouveau et Castro Alves, jeune rêveur, le grand poète d'un nouveau monde. Dans le poème "As Duas Ilhas" Castro Alves exalte ces deux mythes:

"São – dous marcos miliários,
Que Deus nas ondas plantou.
Dous rochedos, onde o mundo
Dous Prometeus amarrou!...
(...)
E o mar pergunta espantado:
"Foi deveras desterrado
Buonaparte – meu irmão?..."
Diz o céu astros chorando:
"E hugo?... " E o mundo pasmado
Diz: "**Hugo...Napoleão!**..."

("Duas Ilhas" in Os Escravos)

La France d'après guerre produit d'autres mythes qui arrivent au Brésil sous le drapeau de l'existentialisme: le couple Sartre-Beauvoir sera cité dans les élites culturelles comme un nouveau modèle de mariage; le modèle de mariage; le modèle de l'homme politique sera celui du Général De Gaulle, le Napoléon des temps modernes; mais grâce à cette phrase malheureuse qui'il aurait dit: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux", le Général devient "persona non grata" chez nous, et le mythe se perd.

D'autres mythes vont remplacer les culturels: le monde de la mode française lance dans le marché mondial des noms comme Coco Chanel qui changera le corps féminin, Jean Patou, Christian Dior, Yves Saint Laurent et tant

d'autres qui deviendront des vrais mythes, renforçant l'image, d'élégance et de charme féminin que la France ne cesse d'exporter, faisant rêver toutes les femmes du monde. Le marché de la mode brésilienne va copier et adapter au climat tropical les dernières créations parues dans les salons français du prêt-à-porter, et les petites bourgeoises brésiliennes vont se prendre pour des femmes françaises.

Dans les années 60 au Brésil, le mythe de la beauté et de l'érotisme féminin est personnifié par Brigitte Bardot qui occupe la couverture des journaux et des magazines de l'époque; même ceux qui ne l'ont jamais vue rêvent de cette créature sublime, fantasme sexual de tous les machos latino-américains; et comme Napoléon, elle aussi devient chanson de carnaval:

“Brigitte Bardot, Bardot
Brigitte beijou, beijou
E la dentro do cinema
Todo mundo se afobou.

BB, BB, BB
Porque é que todo mundo
Olha tanto pra você”

La France n'a plus produit de mythes féminins de la même importance que Brigitte Bardot, elle restera ainsi le dernier symbole sexuel français au Brésil, même si aujourd'hui elle est méconnue des nouvelles générations.

A nos jours, nous pouvons nous demander s'il reste encore des mythes français ou d'autres origines dans notre société. Nous devrions même réfléchir sur la place, la valeur et l'importance des mythes dans les sociétés modernes en nous posant la question: où sont passés les mythes d'antan?

BIBLIOGRAPHIE

- ALVARES DE AZEVEDO, Manuel Antonio, *Obras de Manuel Alvares de Azevedo*, Rio de Janeiro, Garnier, 4ª edição, 1873
- BANDEIRA, Manuel, *Poesia Completa e Prosa*, Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editora, 1974.
- CASTRO ALVES, Antonio de, *Poesias completas*, Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d.
- FAGUNDES VARELA, Luiz Nicolau, *Poesia*, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1957.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José, *Suspiros Poéticos e Saudades*, Paris, Dauvin et Fontaine, 1836.

CRIAT: ... DE L'UTILE A L'AGREABLE

Yaracylda OLIVEIRA FARIAS, UFPE
Demétrio S. MENEZES, informaticien

Université Fédérale de Pernambouc (Brésil)

Au début, nous avons voulu concevoir une méthode informatique pour l'entraînement individualisé dans les langues où la communication serait mise en valeur au détriment de l'apprentissage systématique de la grammaire. Cependant, enthousiasmés par l'idée de voir "tourner" nos didacticiels, nous avons oublié le côté pratique de leur utilisation. Notre méthode avait été effectivement conçue de façon hermétique du point de vue de sa continuité. Elle comprenait des "paquets fermés" de didacticiels indépendants qui contenaient une explication de texte suivie d'un exercice de déchiffrement de leur contenu, un commentaire composé et des activités d'expression langagière. Notre produit final ne prévoyait pas l'intervention du professeur-utilisateur, ce qui donnait lieu à une contradiction entre la pédagogie d'ouverture développée dans la conception linguistique de nos didacticiels et leur présentation en "paquets fermés".

Pour concilier nos propos et nos exemples, nous avons eu l'idée de permettre aux enseignants-utilisateurs de concevoir eux-mêmes leurs didacticiels, et, suivant la voie de CELIA¹ de produire leurs propres explications de textes, tout en restant en conformité avec les principes de l'EXPRESSION LIBRE².

Dans cette pédagogie de la communication, les textes introduisent les activités langagières et fonctionnent comme "pré"-TEXTES à la conversation. D'où l'intérêt primordial porté à la conception d'un programme qui permet au professeur d'éditer les textes et leurs respectives explications sous forme de banques de données. Ainsi a surgi CRIAT-1.

¹ CELIA: **Communication en Expression Libre par le moyen de l'Informatique Appliquée**; ANRT, Université de Lille III, 0353, 10222/90, ISSN: 0294-1767.

² Michel GAUTHIER, "Le **Microprofesseur de charme**" Ed. MIREILLE, 47 bd G.M. Riobé 45000 Orléans-63 p. 21 x 29,7. Dec 1989. et Yaracylda FARIAS, "L'application de Mireille au Brésil", Les cahiers de l'APLIUT, 34-35, 1989, pp. 84-100.

Il s'agit d'un mini-système-auteur qui permet au professeur de créer des banques de données (BdD) pour les textes de base (TdB) des didacticiels CELIA. Nous venons de conclure ce programme et nous sommes en train de préparer la deuxième partie du système CRIAT-2 destinée aux activités langagières de nos didacticiels. Dans les lignes qui suivent nous présentons brièvement CELIA (explication de textes) et CRIAT-1.

CELIA – explication de textes se compose de trois exécutables dont le principal, CELIA.EXE, élabore le système d'édition des banques de données (BdD) et du Texte de Base (TdB); les deux autres lui servent de support, effectuant le stockage en disquettes des écrans de présentation (CELTEL.EXE) et élaborant les tableaux des cellules d'adresse (CRIAT.EXE).

Le système d'édition employé dans logiciel est très semblable à celui qu'on utilise dans les traitements de textes, contenant une double liste en chaîne. Sa banque de données (BdD) se présente sous forme de tableaux qui se superposent et qui s'affichent selon le choix de l'utilisateur. Elle se compose d'un bloc de quatre fenêtres par mot ou par expression du texte de base (TdB), lequel est divisé, à son tour, par quatre indicateurs qui séparent les fenêtres les unes des autres. Au début, il revenait à l'informaticien d'opérer la division interne des banques de données, de façon à permettre la recherche des données. Dans la version définitive du CRIAT-1, un mini-éditeur de textes affiche les fenêtres à remplir, et les créateurs (linguistes et professeurs) peuvent y introduire leurs explications. Celles-ci sont à quatre niveaux, à savoir:

- Sur la première fenêtre on tape les traductions possibles (virtuelles ou contextuelles) du mot ou de l'expression du texte de base (TdB): elles apparaîtront centrées en haut de la fenêtre;
- Sur la seconde, les explications littéraires: contextuelles, intertextuelles et paratextuelles (historiques, sociales, géographiques, etc), dans la langue maternelle de l'utilisateur;
- Sur la troisième, les explications grammaticales en langue source, seuls les mots grammaticaux sont traduits entre parenthèses;
- La dernière fenêtre est destinée à la traduction, en langue étrangère (cible) du contenu de la seconde fenêtre.

Pour la présentation de textes sur un écran de micro-ordinateur, un pointeur (\$) indique la première et la dernière ligne du texte de base (TdB), lequel apparaîtra entier sur l'écran. Cependant, pour les textes qui occupent plus d'une page-écran, l'option de pagination existe également.

La sélection des mots ou expressions dans le texte est marquée par un effet de surbrillance moyennant une réimpression du mot sur lui-même, en opposant sa couleur de fond à celle des caractères de l'ensemble du texte. En déplaçant le curseur avec les flèches de direction du clavier et en pointant le mot

voulu, on le met en entier en surbrillance, ce qui entraîne sa mise en relief dans le texte de base. Cette navigation d'un mot à l'autre peut se faire dans les deux sens horizontalement et verticalement. L'utilisateur est libre d'opérer une lecture suivie ou, au contraire, progressive ou régressive par saccades inégales, pour obtenir les explications qu'offrent les fenêtres de la base de données. Le mouvement oculaire et le processus cognitif sont soutenus par la machine qui facilite une consultation rapide au moment de la lecture. Nous pensons que cette liberté de choix facilite la fixation des expressions et des mots choisis.

Pour que les mots du texte de base soient en rapport avec les blocs des fenêtres (BdF), on a créé un petit tableur pour les tableaux de données qui fournissent les cellules d'adresses, le premier byte des blocs ainsi que leur taille. Nous l'avons nommé CRIAT.EXE. Les tableaux de données possèdent une structure simple: une liste enchaînée de deux éléments (des types "unsigned long int" et "unsigned int") où le nombre d'éléments (adresse et taille) sera égal à la quantité des mots du texte de base.

Initialement le tableur est chargé par le programme dans la mémoire RAM et ensuite s'effectue la relation du nième mot du texte de base; après quoi débute la recherche séquentielle jusqu'à ce que la nième valeur d'adresse soit retrouvée. Les tableaux restent dans la mémoire vive afin d'accélérer la recherche des données.

Par le moyen de la fonction "fseek" qui aide les opérations de lecture aléatoire des entrées et sorties dans le buffer, et de la fonction "getce ()" qui permet la lecture normale, on parvient à faire charger un bloc de fenêtres (BdF) d'une quelconque banque de données (BdD).

Pour ce qui est de la présentation, nous faisons appel à CETEL.EXE pour la préparation du champ de l'écran. Grâce à lui, on effectue les calculs du nombre d'éléments (2000); la limite de la zone (fonction window); la définition de la couleur du fond et celle des caractères; et l'effacement de l'écran (les anciens caractères).

En gros, le programme CELIA pour l'explication de textes présente les étapes suivantes:

- Charger les écrans de CELTEL.EXE;
- Choisir les textes de base (TdB);
- Lire les tableaux des cellules d'adresse/taille;
- Editer le texte de base (TdB);
- Sélectionner les mots ou expressions du texte de base par surbrillance/navigation;
- Rechercher les cellules d'adresse/taille des banques de données (BdD) pour charger les blocs de fenêtres (BdF) par mots du texte de base (TdB);
- Contrôler l'édition des quatre fenêtres des blocs de fenêtres (BdF);

– Présenter les textes de base accouplés à leur banque de données.

Toutes les procédures décrites ci-dessus étaient faites par le programmeur informaticien ou par un professeur avancé en informatique; les linguistes ou professeurs à peine initiés n'étant pas à la hauteur de la tâche à accomplir.

Nos didacticiels tombaient des nues dans les mains des enseignants et chercheurs linguistes, tout prêts. Ils n'étaient pas capables d'en produire d'autres, ne sachant ni comment créer des écrans ni comment unir aux textes choisis les banques de données qui les expliquaient. Il y avait d'un côté les chercheurs linguistes et pédagogues, de l'autre les informaticiens et techniciens qui réalisaient. C'est alors qu'à partir de CRIAT.EXE nous avons créé CRIAT-1, en allant d'un exécutable vers un système auteur qui permette au professeur de "programmer", sans être programmeur, toutes les fonctions du didacticiel y compris les exercices plus complexes d'entraînement langagier. CRIAT-1 est un mini-système auteur, premier produit de la série des programmes qui, d'ici un an, formera le système auteur CRIAT-CELIA.

Dans CRIAT-1, au lieu des démarches décrites ci-dessus, le professeur n'aura qu'à répondre à quelques questions en enfonçant certaines touches et en choisissant certaines options qui lui seront offertes, grâce à une commande d'accès très simple.

CE QUE PEUT FAIRE CRIAT ET CE QUE PEUT FAIRE LE PROFESSEUR.

Pour qu'un professeur puisse créer des didacticiels d'explications de textes du genre CELIA, il faut tout d'abord qu'il choisisse ses textes. Si nécessaire, il procédera à une contraction¹ qui réduira le texte et le rendra plus accessible au lecteur. Il lui faut ensuite rédiger tout le contenu de la banque de données qui sera intégrée aux explications attendues à chaque mot.

Ces explications seront mieux faites par des pédagogues qui possèdent, outre la connaissance de la langue étrangère, une bonne formation linguistique et culturelle. Aussi, nous conseillons aux professeurs de langue étrangère qui ne se sentent pas en mesure de faire face à la tâche, de travailler en équipe avec des collègues linguistes et littéraires.

Pour analyser un texte selon notre modèle, il faut connaître aussi bien l'oeuvre que l'auteur. Comme les explications sont très fréquemment

¹ Cf op. cit. Y. FARIAS, "La contraction de textes", in: *Communication en Expression Libre par le moyen de l'Informatique appliquée*.

intertextuelles, il faudra connaître l'ensemble des publications de l'auteur concerné. Ensuite, par un plongeon dans l'époque où l'oeuvre a été écrite ou dans celle qu'elle peint, le professeur doit puiser les explications paratextuelles qui serviront de filtre, pour le passage choisi, aux valeurs historico-culturelles du texte; car la littérature peut et doit créer l'occasion d'un échange culturel entre peuples.

Finalement, la recherche linguistique concernant la syntaxe et la morphologie du texte doit pouvoir offrir à l'étudiant les moyens d'apprendre des notions de grammaire à travers le texte même. Nous réservons une place pour la grammaire dans une des quatre fenêtres du bloc de fenêtres (BdF). Cependant, ces explications de métalangage ne doivent pas compromettre le processus de la communication: c'est pourquoi elles sont rédigées dans la langue maternelle de l'étudiant. Pour ceux d'entre eux qui, plus curieux, souhaiteraient consulter une grammaire toute en langue étrangère, on peut traduire les mots grammaticaux pour les aider à la consultation d'index ou de tables des matières.

Une fois achevées les tâches purement linguistiques et pédagogiques, les enseignants pourront utiliser CRIAT-1 pour informatiser leurs explications de textes. L'installation du programme est très facile. Il suffit de taper "criat" pour charger le tutoriel qui contient les instructions. Trois options seront offertes:

- Editer un texte de base ou une banque de données;
- Créer un didacticiel d'explication de textes;
- Créer un menu de présentation.

Dans le premier cas, le professeur a droit à un mini-traitement de texte conçu uniquement pour la présentation des écrans TdB et BdD. Il introduit directement son texte en TdB. Pour sortir de cette édition vers celle des Banque de Données (BdD), il doit sauvegarder son fichier en tapant un nom de huit caractères maximum dont la terminaison sera TB et l'extension: .DOC; cette démarche facilitera les prochaines étapes de la programmation car les mots du TdB seront calculés et affichés dans un petit compteur en haut de l'écran.

Il tape ensuite les explications qu'il a élaborées auparavant avec un éditeur de textes qui se présente sous forme de blocs-fenêtres (BdF) vides. Pour chaque mot ou expression du texte de base il y aura quatre fenêtres à remplir; et l'on pourra ensuite faire coïncider les BdF avec n'importe quel mot du TdB.

Dans le cas des mots répétés qui ne demandent pas d'explications différentes (comme cela arrive souvent pour les mots grammaticaux), on peut les rattacher au même BdF. Supposons que le pronom "JE", se rapportant toujours au même personnage, apparaisse plusieurs fois dans un texte, sans que ces répétitions n'appellent aucun commentaire différent, ni quant au fond, ni quant à la forme. Le professeur utilisera la même explication à chaque occurrence de ce même mot. Il ne tape qu'un seul bloc de fenêtre, qui s'affichera, quel que soit l'endroit du texte d'où l'utilisateur l'appellera en sélectionnant ce mot.

Il pourra de même taper autant de blocs de fenêtres (BdF) qu'il lui en faudra lorsque les différentes occurrences d'un même mot appellent des commentaires différents. Le même pronom personnel "JE" peut se rapporter à des personnages différents et demander des explications différentes. Le professeur élaborera, évidemment, des BdF différents et précis pour chacune des occurrences, compte-tenu de son contexte ponctuel. Le professeur sauvegarde, pour terminer, sa banque de données, en lui donnant un nom se terminant par -JAC avec l'extension ".DOC".

Le couplage des BdF et des mots correspondants du texte est décidé dans la seconde option de CRIAT-1 que nous transcrivons ci-dessous. Créer un didacticiel permet au professeur d'intégrer les blocs de fenêtres de la banque de données aux mots du texte qu'il a choisi.

Il doit initialement répondre aux questions que le tutoriel lui posera, comme celle-ci: "tapez le nom informatique de votre Texte de Base. Exemple: VINCATB.DOC, ce nom informatique étant celui que le professeur aura donné à son fichier au moment de le sauver. Il doit aussi donner un nom au tableau qu'il va construire pour coupler les mots correspondants du TdB. C'est à cette condition que CRIAT se mettra en marche. Ce nom doit se terminer par TAB et avoir comme extension ".DAT". Enfin, il faut fournir le nom du fichier, qui se terminera par "JAC.DOC", de la BdD qui convient à ce texte.

L'écran se divise en trois fenêtres (cf annexe 1). La plus grande (90% du total) affiche le TdB, avec une double bordure d'encadrement. Un large bas de page contient les deux autres fenêtres, plus petites. Les opérations qui suivent alors sont très simples. En déplaçant le curseur, le professeur choisit un mot ou une expression. Au bas de l'écran, dans la troisième fenêtre, apparaît alors un petit compteur qui indique le nombre de fenêtres existantes; un clignotement invite à spécifier quel est le numéro du bloc de fenêtres (BdF) que l'on veut accoupler à ce ou à cette expression. A gauche, un pointeur indique le mot choisi ainsi que son numéro d'ordre dans le texte de base. Le professeur peut faire défiler les fenêtres avant de choisir celle qu'il remplira de commentaires. Après qu'il aura choisi, il fixera sa décision en validant avec la touche "entrée". Il pourra appeler ce fichier autant de fois qu'il le désirera pour le coupler à d'autres occurrences du texte de base. C'est ainsi que se résolvent les problèmes des répétitions de mots dans un texte. On peut, à la fin, fabriquer un "menu" de présentation du didacticiel en passant à la troisième option de CRIAT-1.

Por créer le MENU, il suffit de choisir un nom pour les didacticiels (les titres des textes, par exemple), et pour sa présentation matérielle: la couleur de fond de l'écran, celle des caractères, l'écran de présentation avec le nom de l'auteur et des concepteurs du didacticiel, etc. Tout ceci se fera facilement: l'ordinateur posera les questions auxquelles l'utilisateur n'aura qu'à répondre. Pour le choix des couleurs et des caractères, il y a un tableau d'échantillons

chiffré qui donne la possibilité d'une sélection rapide. Il suffit de rapporter les numéros de CRIAT-1 et de valider les options avec la touche "entrée".

CONCLUSION

Si nous avons décrit initialement les procédures des exécutable de CELIA, c'est à dire sa conception informatique, c'est parce que nous avons voulu faire comprendre aux professeurs la complexité du travail que la machine peut effectuer à leur place. Elle ne remplacera pas l'homme; mais elle l'aidera toujours comme un outil commode pour rendre sa tâche à la fois plus facile et plus efficace. C'est à l'homme qu'il revient de joindre l'utile à l'agréable et de savoir tirer profit de l'ordinateur.

AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: uma situação limite *

Stella Telles Pereira Lima

Em publicação recente, o lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues apresenta os resultados, em termos de estimativas, de uma reflexão que recompõe numericamente a situação das línguas indígenas brasileiras, há 500 anos atrás. (Ciência Hoje, 1994: vol. 16, n.95, p.24).

Segundo o autor, no início da colonização deveriam existir cerca de 1.175 línguas distintas.

A ocupação imemorial dos povos indígenas na América do Sul resultou em suas dispersões no vasto território, além de permitir um relativo isolamento, pelas características geográficas do continente.

Infere-se que as várias línguas aparentadas geneticamente foram no tempo e no espaço se transformando, e constituindo outras línguas. Ademais, o contato entre as línguas diferentes deve ter propiciado a formação de outros sistemas distintos.

O fato é que das 1.175 línguas estimadas para o início da colonização do Brasil, 85% se perderam através do contato com o europeu e seus descendentes. Os 15% restantes, hoje, somam um total que não ultrapassa a 200 línguas. (Rodrigues, op.cit., p. 26). Nem todas estas, entretanto, podem ser consideradas vivas. A maioria delas é falada por um grupo bastante reduzido, e não desfruta de perspectivas favoráveis à sua perpetuação.

Pode-se, assim, registrar, por um lado, o maior grupo indígena com língua materna, Tikuna, constituído por aproximadamente 10.000 falantes (Oliveira Filho, 1988:113); e, por outro, a evidência de três grupos nos quais se encontra apenas um representante conhecedor da estrutura da língua materna: Moré - Rondônia, Máku - Roraima e Umutina - Mato Grosso.

Diante desta realidade extremamente precária, a comunidade científica vem se mobilizando no planejamento e na execução de instrumentos e

* Trabalho de curso apresentado à disciplina de Tópicos Especiais de Lingüística: Direitos Lingüísticos, ministrada pelo Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos, Mestrado em Lingüística/ Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFPE, 2º semestre/1994.

medidas que possam reverter os caminhos futuros das línguas indígenas brasileiras. O fato é que até a década passada, o número de estudiosos engajados e ocupados com o registro destas línguas não chegava a 20 cientistas.

A iniciativa conjunta de alguns lingüistas brasileiros resultou, pois, na elaboração do “Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras”, financiado pelo CNPq/FINEP, a partir de 1987. Este Programa, caracterizado como especial pela sua relevância, objetivou o incremento à pesquisa científica das línguas indígenas, propiciando a especialização de profissionais na área, a fim de ampliar tais investigações sob uma égide institucional.

Efetivamente, o Programa abriu novos horizontes para esta linha de pesquisa lingüística. A partir de então, novos estudos foram desenvolvidos e novos pesquisadores se integraram à proposta. Entretanto, seu alcance, a despeito dos esforços de seus idealizadores, não falcultou a concretização de seus objetivos nos patamares esperados. Dessa forma, a situação das línguas indígenas continua a estar condicionada a iniciativas esparsas, sujeitas a motivações individuais.

É nesse sentido que as precárias condições de vida da totalidade das nações indígenas sobreviventes hoje no Brasil, justificam a urgência de uma reflexão, conhecimento e estudo de suas realidades específicas. Através de investigações sistemáticas das suas línguas, estes povos poderão, por um lado, desfrutar do direito (legítimo) da perpetuação de suas visões de mundo; e, por outro, legar à humanidade os registros de uma existência breve, porém única.

Recentemente registra-se outra iniciativa, também reflexo da preocupação crescente com os povos indígenas, ao nível nacional, mesmo que ainda circunflexa no contexto acadêmico: o “Projeto Línguas Amazônicas” do Museu Paraense Emilio Goeldi, sob a responsabilidade do lingüista Denny Moore. Este projeto, em fase de aprovação institucional, procura a adesão de organismos internacionais e conta com a colaboração de profissionais nacionais e estrangeiros. Além do estudo científico das línguas, propõe a formação de profissionais na área, a capacitação de monitores índios para o ensino na língua materna, o registro fílmico, e o oferecimento de cursos ao nível de pós-graduação no referido Museu.

Verifica-se, portanto, a marcha crescente a favor da preservação lingüística e cultural dos povos indígenas brasileiros. Mesmo que os resultados pareçam ainda tímidos, quanto à garantia da manutenção de suas línguas maternas, compreende-se que a documentação destas línguas possibilitará a constituição do reconhecimento étnico-histórico-cultural desses povos, tanto na mídia, quanto no seio das próprias nações. Reflete-se, portanto, que diante o quadro dramático das línguas indígenas brasileiras, o direito lingüístico para os índios não se restringe à condição factual de resgate e revitalização da língua falada. Isto porque, como muitos grupos já não podem mais retomar o uso comunicativo da língua, assegurada por pouquíssimos falantes, o alcance dos direitos lingüísticos

ganha uma natureza virtual, através da possibilidade de auto-afirmação étnica, baseada na documentação histórica e no registro de uma língua, mesmo obsolescente, fortalecendo o reconhecimento de seus direitos humanos de grupos “minoritários”, frente à sociedade dominante.

Em termos legais, os grupos indígenas do Brasil receberam o amparo de lei, no que concerne à língua, a partir da Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973. (Estatuto do Índio): Artigo 49: “A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardando o uso da primeira”. Segundo esta Lei, Artigo 50: “A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento de suas aptidões individuais”. Tal orientação parece desnaturalizar o artigo precedente, deixando espaço aberto para a atuação integracionista, em detrimento da preservação da cultura nativa dos índios. A Constituição atual, Artigo 210, não traz nenhum redimensionamento a esta prescrição, como também não regula os instrumentos para o seu cumprimento: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

O cumprimento da lei, portanto, envolve questões extremamente polêmicas que vão se conduzindo e se amoldando de acordo com os interesses e orientações políticas da Nação. Em verdade, não há um programa de estado que propicie de fato a salvaguarda dos valores culturais dos indígenas. Afinal, desde a colônia, os instrumentos legais de “defesa” ao índio foram formulados por não-índios, e com o fim último de sanar os “problemas” e “ameaças” impetradas pelos grupos indígenas à sociedade nacional. É o envolvimento político-partidário associado ao usufruto de riquezas existentes nos territórios indígenas por parte de grandes empresas nacionais e/ou multinacionais, determinam uma situação viciosa, na qual os índios servem de instrumento direto ou indireto nas malhas das campanhas eleitoreiras.

Decorrem, daí, os mitos do monolingüismo e da soberania nacional, construídos em função da política desenvolvimentista do país e do mundo como um todo. Nesse espírito, apregoa-se a relação falaciosa entre sociedade plural – estado de pobreza e autonomia das minorias – ameaça ao Estado.*

Essa postura é assumida facilmente pela população majoritária que indiretamente e às vezes inconscientemente coincide com a política assimilacionista do Brasil nestes seus 500 anos de história.

Ao nível internacional, a realidade brasileira junto a tantas outras espalhadas pelo mundo, têm sido objeto de discussões e reivindicações

*Aulas de Direitos Lingüísticos ministradas pelo Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFPE.

contínuas. A Unesco e órgãos associados, assim como a AILA (Associação Internacional de Linguística Aplicada) e a FIPLV (Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas) atuam com propostas que assegurem os direitos lingüísticos do indivíduo e de segmentos vários da sociedade. Um claro exemplo destas preocupações diz respeito a “Por uma Declaração dos Direitos Lingüísticos Individuais” de autoria do lingüista Francisco Gomes de Matos, publicada pela Revista de Cultura - Vozes (1984). Um outro trabalho de interesse refere-se ao livro de Mosca e Aguirre (1990), contendo vários documentos que refletem a luta em defesa não só da língua, como também do ser humano.

Com o objetivo prático de verificar, ao nível de amostragem, a conscientização social sobre as questões lingüísticas, e, em particular, sobre os direitos lingüísticos do índio brasileiro, aplicou-se um questionário a dez pessoas, profissionais liberais, na faixa etária entre 20 e 50 anos, com nível superior de escolaridade em áreas de conhecimento variadas. Nesta pesquisa não foi considerado o critério do sexo dos informantes. As perguntas contidas na pesquisa foram:

1. O que você entende por direito lingüístico ?
2. Na sua opinião, quais os direitos lingüísticos que os índios deveriam ter ?

QUADRO DE RESPOSTAS

INFORMANTE	PROFISSÃO	IDADE	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2
1	Pedagoga	30	Liberdade de expressão de um indivíduo relacionado com os seus traços culturais.	Direito de voltar a decidir sobre sua personalidade, seus costumes, crenças, vestuário, língua, etc... Direito de voltar a "ser", pois atualmente eles são o que queremos que sejam.
2	Pedagoga	34	É você ter o direito de falar sua língua em qualquer parte do país, sem discriminações, sem preconceitos.	Nós deveríamos, nas escolas, aprender a língua deles para ensiná-los, alfabetizá-los
3	Programador	38	Direito de aprender a ler e escrever a sua língua, a língua nacional.	Hoje a língua deles é a do país, porque eles não vivem isolados.
4	Médico	41	Eu não sei dizer. Nunca pensei sobre isso.	Em relação aos índios eu acho que quanto menor a interferência melhor. Mas eles têm de integrar à nossa cultura porque situação pior é a de quem não tem terra, e os índios têm.
5	Administradora	33	Direito de falar sua língua, ser entendido e se defender em países de outras línguas.	Os mesmos direitos. Mas apesar de serem índios são brasileiros, e devem ser iguais aos outros. A língua deles eles só falam entre eles.

6	Arqueólogo	31	O direito que você tem de exercer a sua língua.	De ser respeitada a sua língua. Direito a ter um intérprete quando for falar com pessoa de língua diferente.
7	Licenciada em Letras	54	Falar corretamente a língua, saber se expressar, se comunicar através dessa língua. Colaborar com as pessoas que não se interessam em aprender a língua corretamente. Ajudar as pessoas na concordância verbal, etc. Ensiná-las a falar bem.	Primeiramente direito à língua deles. A gente respeitar a língua deles. Em segundo lugar, deles se integrarem na cultura da gente, e aprenderem a nossa língua porque não devem viver isolados.
8	Licenciada em Letras	36	Há dois processos envolvidos: o aprendizado e a forma imposta do aprendizado. Isto faz, muitas vezes, um indivíduo se perder, pois é obrigado a incursionar em áreas que não tem aptidão.	Preservação da língua, não aculturação, mas que tivessem orientação específica.
9	Contadora	23	O aprendizado profundo de minha língua.	Deveriam aprofundar o conhecimento sobre sua língua para não deixá-la desaparecer, como também impedir o desaparecimento da relação perfeita que eles têm com a natureza.
10	Agrônomo	35	O que eu entendo é o que penso. Direito de lutar pela língua. O Nordeste deve ter o direito de lutar. Porque é influenciado pela língua do poder, do sul.	Ter noções de tupi nas escolas, para que a população tivesse conhecimento da língua que dá vários nomes às coisas da nossa cultura.

Compreende-se, em princípio, que os diferentes segmentos econômicos da sociedade apresentariam idéias e comportamentos de acordo com seus níveis de informação e realidade de vida. Em decorrência do nível de influência que a classe média exerce sobre a mais baixa, que é numericamente majoritária, e como repousa, muitas vezes naquela, as possibilidades de transformação social, haja vista sua importância e atuação direta como executores de vários serviços prestados à comunidade como um todo, tais como a educação, saúde, etc; decidiu-se realizar a presente investigação com pessoas participantes deste universo, segundo as especificações da amostragem antes referida. Espera-se que, com este recorte, mesmo restrito, se possa observar como caminham as reflexões coletivas da classe média. Como o objetivo último do questionário refere-se a averiguação da consciência dominante frente aos direitos de um grupo minoritário, utilizou-se, como controle, a primeira pergunta, mais genérica e extensiva aos próprios informantes, para se verificar o contraste ou coerência entre as suas respostas.

Diante das respostas constantes na tabela acima, com relação à pergunta 1, parece que há uma certa unanimidade na confirmação consciente de seus direitos lingüísticos e no amplo usufruto de sua própria língua. Comprova-se o fato diante da naturalidade com que reagiram ao assunto, demonstrando pacificidade quanto à defesa dos seus legítimos direitos. Excetua-se, apenas a resposta do informante 4, que declara não haver pensado sobre isto antes. Verifica-se, ademais, que os informantes 3, 7, 8, e 9 expressam este direito “natural” através da necessidade e cobrança de um aprendizado da língua e utilização plena de sua norma padrão. As demais respostas exprimem de forma mais abrangente a utilização ilimitada e reconhecida de sua língua ou variedade regional, no exterior ou em outra área do país.

Por outro lado, quanto ao foco sob análise é centrado em grupos indígenas, verifica-se uma tendência subjacente na sociedade majoritária em se pronunciar mediante a dicotomia do *exótico* e do *espúrio*. A idéia do exótico contempla a imagem estereotipada do índio conjugada normalmente a uma visão romântica do *bom selvagem*, como pode-se verificar nas respostas 1 e 9. Na segunda postura, além do estereótipo atribuído à identidade indígena, observa-se uma imagem negativa associada às minorias em questão, embora na maioria das vezes não declarada, advinda da postura desenvolvimentista nacional, amplamente divulgada e defendida, que define o índio como entrave ao crescimento econômico do país. Este comportamento monitora sutilmente os questionamentos dos indivíduos e impossibilita neles, muitas vezes de forma inconsciente, a capacidade de refletir e valorizar o que é diferente, particularmente porque o opositor não participa do modelo dominante. Este posicionamento pode ser verificado nas respostas 3, 4, 5 e 7. Registra-se ainda, em uma escala mais restrita, duas posturas a saber: uma que demonstra consciência e criticidade de indivíduos portadores de

uma visão mais humanista/humanizadora da problemática indígena (respostas 6 e 8); e outra que revela apenas a desinformação ou desinteresse sobre a questão (respostas 2, 5 e 10).

Consoante as respostas observadas no questionário, verifica-se que a consciência coletiva parece não demonstrar algum comprometimento com a realidade limite dos índios brasileiros. Apenas duas respostas, definitivamente, se mostram sensíveis a problemática das minorias. Este resultado, apesar de restrito, reflete uma situação nacional que precisa de mudanças urgentes. Compreende-se assim que um trabalho acadêmico, por mais profícuo não é suficiente, nem tem mecanismos capazes de reverter este quadro. Mais precisa ser feito. Por isso mesmo, cabe aos lingüistas conjugarem mais forças para que essa situação receba o apoio, a atenção, e as condições necessárias à realização das tarefas lingüísticas junto às línguas indígenas brasileiras. Pois, provavelmente, caso a política indigenista do país não sofra alterações, em muito pouco tempo, não haverá mais índios, sobretudo aqueles menos “integrados”; e, lamentavelmente, as gerações futuras apenas terão uma história bizarra, sem direitos a releituras.

BIBLIOGRAFIA

- CASSIM, Marisa B. e DIEGUES, Madalena (Coor. da Elabor.). (1987). *Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras*. CNPq/FINEP.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. (1987). *Os Direitos do Índio – ensaios e documentos*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- MOORE, Denny et al.(1994). *Projeto Línguas Amazônicas*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém.
- FUNAI. (1987). *Legislação Indígena, Jurisprudência*. – Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973. (Dispõe sobre o estatuto do índio).
- GOMES DE MATOS, Francisco. (1984). *Por uma Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. Petrópolis, Revista de Cultura Vozes.
- LIMA, Stella Telles Pereira. (1993). *A Língua Umutina dos Índios Barbados*. Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFPE.
- MOSCA, Juan José e AGUIRRE, Luis Pérez. (1990). *Direitos Humanos – pautas para uma educação libertadora*. Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. (1988). *O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.

A BUSCA DA PAZ PELA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA

Francisco Gomes de Matos, UFPE

Percepções de Paz: O Imaginário das Culturas

Embora os dicionários costumem enumerar vários sentidos para a palavra PAZ, podemos resumí-los a dois: PAZ INDIVIDUAL (calma, serenidade, tranquilidade, bem-estar interior) e PAZ COLETIVA (inexistência ou cessação de conflito ou guerra). “Esses dois sentidos de PAZ parecem integrar o acervo lexical ou representacional à disposição dos usuários da línguas faladas em nosso planeta”. Tal generalização é formulada por Eugene Nida (comunicação pessoal), um dos maiores especialistas em Teoria e Práxis Tradutória.

A PAZ, aqui entendida primordialmente como um conceito-ação, tem sido percebida ou imaginada segundo tradições diversas. Boulding (1992:109) ao focalizar contrastes em sistemas de crença religiosos, esclarece que todas as religiões possuem visões do reino pacífico. Assim, para os gregos, havia os campos Elísios, onde os heróis mitológicos abençoados penduravam suas espadas e couraças em árvores e caminhavam, de braços dados, conversando sobre filosofia e poesia. Para os hebreus, a paz encontrava-se no Zion, a montanha sagrada onde o leão e o cordeiro descansavam juntos fraternalmente. No Alcorão, texto sagrado do Islamismo, a paz estava no paraíso, um jardim onde os humanos são protegidos por sentimentos de contentamento e de intensa iluminação ou radiância.

A referida pesquisadora (ex-Secretária-Geral da Associação Internacional de Pesquisas da Paz e Professora Emérita de Darmouth College), acrescenta que mesmo na sala mitológica de Walhalla, onde o Deus nórdico Odin recebia as almas dos heróis mortos em combate, os guerreiros que haviam combatido entre si durante o dia, festejavam juntos, à noite em Asgard, a residência celestial dos deuses.

Qual o traço principal compartilhado por esses exemplos do imaginário? A PAZ, um verdadeiro UNIVERSAL CULTURAL de natureza ética, moral, espiritual.

Percepções de PAZ de Adolescentes Brasileiros

A multidimensionalidade do conceito de PAZ pode ser evidenciada através de uma pesquisa realizada com alunos de primeiro e segundo

graus de escolas públicas e privadas nas cidades pernambucanas de Araripina, Arcoverde, Bodocó, Garanhuns e Recife. (Gomes de Matos, 1991:368-370). A variedade de respostas à indagação O QUE É PAZ? possibilitou, entretanto, a identificação de sete aspectos daquele macroconceito. Ei-los, em ordem alfabética:

Dimensão ecológica	–	“Paz é a harmonia entre todos os seres do planeta” (aluna, 17 anos)
Dimensão espiritual	–	“Amar a deus e aos outros” (aluno, 15 anos)
Dimensão filosófica	–	“Tudo que uma pessoa pode receber de positivo” (menino, 14 anos)
Dimensão política	–	“União entre as pessoas, para juntos defenderem os seus direitos “ (menina, 14 anos)
Dimensão psicológica	–	“Um sentimento de calma e tranquilidade” (aluno, 14 anos)
Dimensão social	–	“É a pessoa gostar de seus pais, de seus colegas, de seus professores”(menina, 13 anos)
Dimensão universal	–	“É a união entre todas as nações e todas as raças” (menina, 16 anos)

Como os estudantes imaginam ou visualizam uma paz planetária? Em suas respostas, predominou o uso do verbo acabar (com). Assim, poderia haver paz no mundo se acabássemos com a ganância, a ambição, a desonestidade, a violência, a fome, a pobreza, a desigualdade, a discriminação, as armas nucleares, a falta de compreensão (pelas superpotências) quanto aos países em desenvolvimento.

Reflexões de Grandes Promotores da PAZ

Dentre os mais atuantes agentes-promotores da paz mundial, selecionamos três-Gandhi, Papa João Paulo II e Benjamin Ferencz – por sua notável influência em ações e palavras. Diz Gandhi: “Não há um caminho para a PAZ. Esta já é o caminho”. Inspiradoramente, afirma João Paulo II: “Para alcançarmos a paz, ensinemos a paz”. O jurista (promotor no julgamento de Nuremberg) Benjamin Ferencz, em seu admirável livro Planethood (Ferencz, 1988) faz esta proclamação: “Eu tenho o direito de viver em um mundo pacífico, livre da ameaça de morte por uma guerra nuclear”. Aquele internacionalista destaca o alcance da referida proclamação, considerando-a o mais profundo dos direitos humanos.

Pesquisas sobre a PAZ: da Conciência da PAZ a uma Ciência da PAZ

Limitar-nos-emos a registrar que a problemática da PAZ é o objeto de pesquisas em muitíssimos países. Consulte-se o volume da UNESCO.

World Directory of Peace Research Institutions (Paris, UNESCO, 1984) no qual são fornecidos dados sobre entidades atuantes em irenologia ou ciência da paz. Lembramos que PAZ, em grego, provém da palavra irene e que o adjetivo dela derivado, irênico, é sinônimo de pacífico, conciliador.

Importante mencionar que há três universidades dedicadas à causa da paz mundial: a Universidade das Nações Unidas (1975), a Universidade para a Paz (1980) e a Universidade Holística Internacional ou UNIPAZ (1988), sediadas respectivamente em Tóquio, Costa Rica e Brasília (Granja do Ipê).

Nossa tradição de povo pacífico está evidenciada também através da Universidade São Francisco (Bragança Paulista, SP), fundada em 1986. Finalmente, cumpre salientar o trabalho realizado pela Divisão de Direitos Humanos e da Paz, da UNESCO, principalmente a publicação **UNESCO Studies on Peace and Conflict** bem como o patrocínio de eventos importantes em favor da PAZ, particularmente na área de ensino-aprendizagem de línguas, a partir do encontro em Kiev, Rússia, em 1987, hoje identificado como LINGUAPAX, um movimento universal que atrai cada vez mais educadores lingüísticos, para usarmos uma locução mais abrangente. Registre-se que a Associação Internacional de Pesquisas para a Paz já tem uma Comissão de Linguagem e Paz.

A PAZ como um Novo UNIVERSAL no Ensino-aprendizagem de Línguas

Nosso empenho em favor de uma Linguística Aplicada ao Aprimoramento do Ser humano, formulado em vários artigos no Brasil e no exterior no início da década de 80, culminou em uma proposta na qual apresentamos a PAZ como um novo tipo de UNIVERSAL no processo de educação linguística (ensino-aprendizagem de língua materna, segunda língua, língua estrangeira, para identificar apenas três contextos). A propósito, veja-se Gomes de Matos (1987:83-84).

O aprofundamento do conceito-chave de competência comunicativa (cunhado pelo antropólogo-lingüista norte-americano Dell Hymes e universalizado tanto em linguística como na Metodologia do Ensino de Línguas), levou-nos a postular o conceito de PAZ COMUNICATIVA. Consulte-se, a respeito, Gomes de Matos (1994:131-140). Ao propormos à comunidade científica e humanística internacional um conceito aprofundado – a interação de PAZ e COMUNICAÇÃO introduz uma dimensão até então inexplorada – reafirmamos nossa crença em um mundo que tem criatividade para transformar conflitos em experiências de resolução construtiva de problemas humanos.

Eis, em síntese, seis princípios para uma comunicação promotora da paz:

Princípio 1 – Pense primeiro na Paz Comunicativa de seu “próximo lingüístico”
(seu ouvinte, seu leitor, seu parceiro em uma conversa, sua colega

de trabalho, uma pessoa de sua família, um cidadão de outro país,...)
Em suma, comunicar bem é comunicar-se para o bem.

- Princípio 2 – Use, cultive, um vocabulário promotor de relações humanas positivas. Construa seu próprio dicionário positivo.
- Princípio 3 – Ao redigir um texto, crie alternativas que dignifiquem seu modo de perceber e de representar o universo à sua volta.
- Princípio 4 – Ao ler um texto, identifique exemplos de valores positivos e transcreva-os em seu caderno de Português Positivo (ou de outras línguas que você tenha o prazer - privilégio-benefício de usar)
- Princípio 5 – Contribua à paz comunicativa, relacionando seus usos do português (e de outras línguas) aos DIREITOS HUMANOS. Como falante, cidadão integrante de um país, de uma comunidade (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em nosso caso), pergunte-se sempre o que posso contribuir para o bem interligüístico e o bem intercultural, tanto em minha cultura, quanto em outras culturas em que eu interaja
- Princípio 6 – Ajude a fazer das línguas do mundo, instrumentos frutíferos a seus usuários, nos planos ético, moral, espiritual, social, político, educacional, cultural. Lembre-se de que todo ser humano tem o direito a uma vida construtiva e a ser educado para o bem-estar de si próprio, de sua família, de suas comunidades local, nacional e transnacional. Seja, em suma, um HUMANIZADOR, um verdadeiro agente da COMPREENSÃO ENTRE PESSOAS E POVOS.

A Busca da PAZ pela Identidade Lingüística

Embora não haja consenso sobre IDENTIDADE LINGÜÍSTICA, do mesmo modo que inexistente convergência sobre o conceito de identidade grupal, podemos destacar alguns fatores que caracterizam aquele importante aspecto de nossa identidade lato sensu: 1. o exercício do direito (e as correspondentes obrigações) de usar, mantém, difundir uma ou mais línguas do grupo ou da comunidade a que a pessoa pertence, como usuário de sistema (s) de comunicação (falada, escrita, de sinais, etc); 2. o fortalecimento, crescente, do sentimento da filiação ou integração em uma ou mais comunidades; 3. a existência de apoio ou reconhecimento oficial – governamental, por exemplo – à(s) língua(s) em uso na comunidade; 4. efetiva comprovação da vitalidade lingüística do (s)

sistema (s) de comunicação em uso, nos diversos contextos de uso, desde o familiar até o profissional.

Buscamos, hoje em dia, uma paz justa, duradoura e construtiva em vários níveis: pessoal, grupal, comunitário e mundial. Como podemos ajudar a contruir um mundo mais irênico, pacífico, harmonioso, interdependente? Aplicando uma Pedagogia da Positividade às nossas ações e interações, intra e interculturalmente. Precisamos preparar as novas gerações – nossos filhos e netos – para o exercício de uma cidadania responsável, voltada para o bem comunitário. No preparo de nossos professores – das diversas disciplinas, mas particularmente das línguas – urge incluir a dimensão humanizadora a que nos referimos e à qual temos nos dedicado desde o apelo feito por uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos em 1984, através do Boletim da Federação Internacional de Associações de Línguas Modernas – FIPLV, que tomou a si o patrocínio, com o apoio da UNESCO – da formulação e do reconhecimento de uma Carta Universal dos Direitos Linguísticos.

Recentemente, em publicação editada na Índia, formulamos (Gomes de Matos, 1994) novo apelo à comunidade linguística internacional: por um Planejamento Linguístico Positivo, a ser concretizado através do uso construtivo, dignificante, edificante das línguas do mundo. Que, em nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa, sejamos mais do que comunicadores da paz, promovendo-a, realizando-a em nossos atos individuais, inter individuais, inter comunitários. Ajudemos a aproximar nossos países, nossas culturas, pois em o fazendo, contribuímos, exemplarmente, para a verdadeira compreensão da diversidade na singularidade de nossos costumes e nossas tradições, uma das quais significativamente está centrada no espírito pacífico e humanizador que nós brasileiros estamos construindo. Que a segunda letra da sigla CPLP também signifique PAZ, assim, nossa Comunidade será conhecida como Comunidade PROMOTORA DE PAZ ATRAVÉS DOS USOS DA LÍNGUA PORTUGUESA.

BIBLIOGRAFIA

- BOULDING, Elise. The concept of peace culture. In *UNESCO Peace and Conflict Issues After the Cold War*. Paris, UNESCO, 1992.
- FERENCZ, Benjamin B. *Planethood*. Coos bay, Oregon, Vision Books, 1988.
- GOMES DE MATOS, Francisco. O adolescente e a paz: uma pesquisa. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vol. 85, maio-junho, 1991, n.3
- GOMES DE MATOS, Francisco. The functions of peace in language education. *Greek Journal of Applied Linguistics*. Aristotle University, Thessaloniki, no. 3, 1987
- GOMES DE MATOS, Francisco. Aprofundando um conceito: de competência à paz comunicativa. *Revista ARTE COMUNICAÇÃO*, Recife, Centro de Artes e Comunicação, UFPE, vol. 1, n.1, junho 1994.
- GOMES DE MATOS, Francisco. A plea for language planning plus: using language positively. *New Language Planning Newsletter*. Mysore, India, vol. 9, n.1, September, 1994

VARIAÇÕES REGIONAIS NA FALA DE PROFISSIONAIS DE TELEJORNALISMO EM PRODUÇÕES LOCAIS DE JOÃO PESSOA, NATAL E RECIFE *

Maura Penna, Josilete Azevedo, Netília dos Anjos¹

Este estudo visa comparar os telejornais locais da Rede Globo de Televisão, produzidos em Recife (NE TV), João Pessoa (JPB) e Natal (RN TV), quanto às variações regionais nas falas dos repórteres e apresentadores. Considerando-se todos os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, na produção dos telejornais como “especialistas da produção simbólica”, nos termos de Bourdieu (1989: 11), interessa-nos a tendência do produto televisivo em si. Portanto, não foram objeto de nossa investigação as diferenças individuais entre os profissionais de telejornalismo – mesmo aquelas a princípio diretamente relacionadas às variações regionais, como a naturalidade ou a vivência na região. Sem dúvida, estas características são diferenciadas entre os pretendentes disponíveis no mercado de trabalho; no entanto, os critérios de seleção da Rede vinculam-se fortemente ao produto que pretendem produzir e ao “padrão ideal” visado.

Variações Regionais nos Telejornais: A Pressuposição de Homogeneidade

Ao se pensar, a partir do senso comum ou da literatura de diferentes áreas, as variações regionais na fala de profissionais que participam dos telejornais da maior rede de televisão do país, produzidos em capitais do Nordeste, é forte a pressuposição de homogeneidade, quer no sentido da ausência ou da presença de tais variações. Bases para tal pressuposição podem ser encontradas em: a) os estudos na área de comunicação sobre o desenvolvimento da televisão, enquanto indústria cultural, no Brasil; b) estudos lingüísticos sobre falares regionais.

* Agradecemos à Profa. Marígia Vianna sua orientação e comentários.

¹ Alunas do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE.

O Poder da Globo na Difusão Cultural

A Rede Globo, entre as emissoras brasileiras, é a primeira em audiência e em número de afiliadas, trabalhando com tecnologia avançada e exportando muitos de seus produtos. Desta forma, mesmo considerando-se o caráter ativo das diferentes “leituras” dos produtos televisivos, como apontam diversos estudos de recepção (por ex.: Lins da Silva, 1985), não há como negar o papel desta Rede, enquanto veículo da indústria cultural, na difusão de padrões culturais para todo o país.

Implantada em 1965 no Rio de Janeiro e no ano seguinte em São Paulo, já no início dos anos 70 a Globo concentrou sua produção no Rio, de onde passou a buscar um “padrão-Globo de qualidade” para todo o país e a conquista de uma maior audiência. Assim, passou a desempenhar um papel nas mudanças políticas, econômicas e culturais do país, apresentando amadurecimento de um modelo televisivo próprio (cf. Caparelli, 1986: 11-12).

No Brasil, a televisão entrou em funcionamento em 1950 e em Recife em 1960, mas a Globo Nordeste só foi inaugurada em 21 de abril de 1972, sendo um dos núcleos da Rede, juntamente com São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Em João Pessoa (PB) e Natal (RN), como em diversas outras cidades, a Globo mantém emissoras afiliadas – TV Cabugi (Natal) e TV Cabo Branco (João Pessoa) – que, através de contratos temporários, detêm o direito de retransmitir seu sinal, obedecendo à “grade de programação” da matriz, no Rio de Janeiro.

Isto significa que a programação é emitida pela matriz em quase sua totalidade, cabendo às demais afiliadas, retransmissoras, pequenos espaços na programação, normalmente preenchidos com programas de cunho jornalístico. Mas mesmo este espaço é subordinado ao controle regional: há alguns anos, por exemplo, Natal e João Pessoa recebiam, como “jornal local”, o NE TV, produzido pela Globo Nordeste, em Recife, que pouco espaço dava aos assuntos específicos daquelas localidades. Desta forma, grande parte da programação exibida é proveniente de universos culturais diferentes daquele peculiar à população local.

Por tais características da Rede Globo, seria possível supor que os telejornais locais apresentassem um padrão lingüístico uniforme, marcado pelo “padrão Globo/Rio”, sem a manifestação de realizações fonéticas regionais, tidas como tipicamente nordestinas.

A Questão dos Falares Regionais

Por outro lado, o tratamento – presente em diversas áreas de estudo – da região Nordeste como um conjunto e da sua cultura como homogênea poderia levar à pressuposição de uma igual incidência, nos telejornais das três

localidades, de variantes regionais. Neste sentido, estudo sobre variações fonéticas regionais indicam a probabilidade de certas ocorrências. Embora muitas vezes a base empírica destes estudos seja relativamente restrita, limitada a certas áreas ou grupos sociais, difundem generalizações – que sem dúvida refletem o padrão dominante em diversas comunidades lingüísticas –, como as que se seguem.

“No Nordeste, os encontros ‘ti’ e ‘di’ são sempre oclusivas puras seguidas de /i/.”

“O nordestino tem a propensão natural para pronunciar como ‘abertas’ as vogais ‘e’ e ‘o’ quando átonas, quer pretônicas quer postônicas, e também quando subtônicas. (...) Nas sílabas tônicas, essas vogais seguem o sistema geral do português brasileiro”... (Lapenda, 1976: 61,62 - grifos nossos)

Segundo Callou e Leite (1990: 71), as consoantes oclusivas /t/ e /d/ apresentam “uma variação sistemática a depender do contexto fônico e da região do país”. No entanto, vale ressaltar que a realização de /t/ e /d/ diante da vogal [i] como oclusiva é o “modo normal de articulação desses fonemas em nossa língua” (Lopes, 1977: 134). Assim, /ti/ e /di/ pronunciados [ti] e [di] não são alofones, o que impede tecnicamente de considerá-los como variação; no entanto, configuram um padrão de articulação restrito a certas regiões, como o próprio trecho citado aponta.

Estritamente falando, é a “africação palatalizada dos encontros ‘ti’ e ‘di’” que se caracteriza como alofone, sendo considerada por diversos estudiosos, como “uma particularidade meramente regional”, no caso, carioca (Lapenda, 1976: 37). Conforme Lopes (1977: 134), como /i/ e “e reduzido” são fonemas palatais, palatalizam as consoantes /t/ e /d/, emprestando-lhes uma articulação africada. Tal não acontece diante de outras vogais, de modo que as realizações palatalizadas ou oclusivas ocorrem em contextos diversos, sendo “variantes condicionadas do mesmo fonema”, /t/ ou /d/ (Callou e Leite, 1990: 96). E é esta “particularidade regional” que se coloca como padrão para a Rede Globo.

O padrão Globo/Rio indica ainda a exclusão da abertura de vogais: conforme Callou e Leite (1990: 78), na área carioca “não se manifesta o timbre aberto tão característico do extenso território do Brasil, desde o Nordeste até certo ponto de Minas Gerais”.²

² A afirmação das autoras baseia-se em estudo de Antônio Houaiss, datado de 1958. É mencionada ainda, quanto à realização das vogais pretônicas, a obra de Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca* (1953), que aponta que “os subfalares que neutralizam em [] e [] os contrastes [o] : [] e [e] : [] constituiriam o grupo dos subfalares do Norte”, esclarecendo-se “que para o autor os subfalares do Norte são dois: o amazônico e o nordestino” (Callou e Leite, 1990: 78).

O Encaminhamento da Pesquisa

Hipótese e Objetivos

Em oposição às possíveis pressuposições de homogeneidade, acreditamos que não há uniformidade, quer no sentido de um padrão nordestino, quer no sentido de um padrão Globo, carioca. Desta forma, o objetivo primeiro deste trabalho – que portanto se caracteriza como um estudo descritivo – é evidenciar esta não homogeneidade, através da descrição de ocorrências que explicitem a alternância, nos produtos televisivos, entre variantes regionais nordestinas e cariocas, estas características do padrão da matriz da Globo. Optamos por concentrar a análise na realização /t/ e /d/ quando seguido de /i/ ou “e reduzido” (pronunciado [i]), opção esta que se justifica pela própria característica regional (carioca ou nordestina) das diferentes articulações (palatalizada ou oclusiva). Correlatamente, será examinada a realização das vogais quanto à ocorrência de abertura, enquanto uma variante regional.

Um segundo objetivo, que dá a este estudo um caráter exploratório, é levantar possibilidades explicativas – que possam vir a apontar direções para novos estudos – para a ocorrência de alternância entre o padrão carioca (“padrão Globo”) e nordestino. Não temos, neste momento, a pretensão de generalizar ou de chegar a conclusões sobre as causas da alternância.

Metodologia

Nosso universo consiste nos telejornais locais, produzidos pela Rede Globo de Televisão em capitais do Nordeste, e transmitidos de 2a. a sábado no horário nobre (antes do Jornal Nacional), no ano de 1993: NE TV (Recife), JPB (João Pessoa) e RN TV (Natal) – 2a. edição (à noite).

Para compor a amostra, foi previamente estabelecida a coleta, através de gravação em vídeo, das transmissões de sete dias, no período de 29 de outubro a 5 de novembro de 1993, nas três capitais. Em decorrência de problemas técnicos que prejudicaram algumas gravações de Natal e Recife, o material efetivamente coletado – aproximadamente duas horas de gravações para cada cidade - foi composto pelas gravações das transmissões dos dias:

- a) Recife / NE TV – 29 e 30/10, 3 a 5/11 e 9 a 13/11/93;
- b) João Pessoa / JPB – 29/10 a 08/11/93;
- c) Natal / RN TV – 29 e 30/10, 2 a 5/11 e 8/11/93.

Além dos jornais locais, foi coletado, para fins de comparação, as transmissões do Jornal Nacional dos dias 1o. e 5 de novembro de 1993.

Desta amostra foi selecionado, conforme os interesses do trabalho, um *corpus* para análise constituído de aproximadamente 12 minutos de fala para cada capital nordestina. Na seleção dos trechos para o *corpus*, procurou-se contemplar todos os repórteres que atuaram nas transmissões da amostra. No caso do Jornal Nacional, foram selecionados trechos relativos às reportagens sobre o “caso Buriti” (o atentado do governador paraibano Ronaldo Cunha Lima ao ex-governador Tarcísio Buriti), por apresentar a repetição de certas palavras, permitindo assim uma comparação com o noticiário de João Pessoa.

Sendo a **análise dos dados** qualitativa, de caráter fonético-fonológico, no nível segmental, procedeu-se inicialmente a uma transcrição livre de todos os trechos que compõem o *corpus*, e em seguida uma transcrição fonética dos elementos de interesse para a análise.³

Os Dados da Alternância

Esta exposição restringe-se aos dados mais significativos para os objetivos do trabalho. Embora não nos interesse, como já foi salientado, a vivência pessoal de cada profissional, estes serão citados nominalmente e mesmo analisados individualmente, na medida em que são diferentes “atores” do produto televisivo, este por sua vez formado pela articulação dessas múltiplas atuações.

a) João Pessoa

No corpus de João Pessoa atuam sete repórteres: Jaimacy Andrade, Maria Helena Rangel, Ivani Leitão, Roberto Hugo, Rômulo Azevedo, Rosângela Marques e Carlos Siqueira, sendo os três últimos da TV Paraíba, de Campina Grande. A apresentadora é sempre a mesma em toda a amostra, mas não é identificada em nenhuma transmissão.

A apresentadora exibe uma articulação bastante próxima do padrão Globo/Rio, pois é pouco freqüente a ocorrência de variantes regionais - que, embora eventuais, aparecem, como no caso da palavra “noite”, que recebe uma única realização como oclusiva, contrastando com ocorrências palatalizadas da mesma palavra, freqüentes em toda a amostra no encerramento do programa.

Quanto ao nosso ponto de comparação - a articulação de /t/ e/ d/ diante de /i/ ou “e reduzido” -, os diversos repórteres apresentam comportamentos distintos. Em Rosângela Marques e Roberto Hugo, que têm pequena atuação na amostra (e consequentemente no *corpus*), é constante, no material analisado, o modo de articulação: a primeira, no padrão carioca, e o segundo, no padrão nordestino.

³ Esta é uma versão reduzida do trabalho original que traz em apêndice o material dessas duas transcrições.

A tendência à pronúncia regional como oclusiva é dominante em Maria Helena Rangel, Carlos Siqueira e Rômulo Azevedo, enquanto em Ivani Leitão domina a articulação palatalizada. Em todos estes, há casos de alternância, embora em Jaimacy Andrade esta seja mais marcante. Vejamos alguns exemplos de alternância, lembrando que na fala de todos os repórteres são encontrados, em maior ou menor grau, casos de abertura de vogal, marcadamente nordestinos.

Em Maria Helena Rangel, é dominante a realização como oclusiva – [ti] e [di] –, que aparece em ambientes distintos (final, medial e inicial). No entanto, encontramos a articulação palatalizada em: – justiça [ʒustsisa], exemplo que aparece como uma exceção à tendência regional e pode refletir a influência da constrictiva sibilante pós-vocálica que antecede o encontro “ti”. Similarmente, encontramos em Carlos Siqueira a realização palatalizada, no padrão carioca, em: – características [karakt ɾistʃikas], também como exceção a uma tendência dominante à articulação como oclusiva. Note-se, aqui, a abertura da vogal /e/, como uma característica regional, ao lado da palatalização.

Na fala de Ivani Leitão, cuja presença é marcante na amostra e no *corpus*, coexistem a freqüente abertura de vogais e a tendência dominante à articulação palatalizada de /t/ e /d/, ou seja, dois tipos de realizações correntemente consideradas como características de regiões distintas, como em: – mediastino [mɛdʒiastʃinu]. Apenas em três ocasiões, em todo o *corpus*, encontra-se a realização como oclusiva. A palavra “médico”, por exemplo, ocorre tanto com a articulação palatalizada quanto como oclusiva dental, em diferentes ocasiões.

Embora não tenha sido objeto de análise nossa, vale salientar que o repórter Jaimacy Andrade têm, no nível suprasegmental, uma entonação tipicamente regional, ainda mais acentuada que os demais repórteres. No nível segmental, alterna a articulação regional [ti] e [di] com a variante palatalizada, sendo esta mais freqüente em posição final, com /t/ diante de “e reduzido”.

Os trechos do Jornal Nacional selecionados para comparação, em que atuam o apresentador Sérgio Chappelin e a repórter Mônica Silveira, enviada pela Globo Nordeste a João Pessoa para a cobertura do “caso Buriti”, explicitam o padrão da emissora, regido pelas características do falar carioca: a tendência na pronúncia das vogais é a norma gramatical, sem a presença de variantes vocálicas abertas ou reduzidas.

A comparação, quanto à articulação do fonema /t/, de três palavras do *corpus* do Jornal Nacional, com as ocorrências das mesmas no JPB – 2a. edição, permite explicitar a alternância no padrão fonético que caracteriza este último produto televisivo.⁴

⁴ No quadro a seguir, os números entre colchetes referem-se aos trechos do *corpus*, apresentados no trabalho original.

	JN	JPB – 2a. edição	
	palatalizada	palatalizada	como oclusiva
Buriti	[1], [2] [3]	[10], [12] apres. [15], [16] Ivani	[14] Jaimacy [13] Ma. Helena
restaurante	[2]	[10] apresentadora [14] Jaimacy	[13] Ma. Helena
justiça	[1]	[21] Ma. Helena	[20] Carlos

b) Natal

No *corpus* de Natal atuam duas apresentadoras – Margot Ferreira e Vânia Marinho. Suas falas são bastante próximas do padrão Globo/Rio: não apresentam tendência à abertura de vogais e a palatalização dos encontros “ti” e “di” é constante na primeira, enquanto em Vânia Marinho encontramos a eventual ocorrência da variação regional como oclusiva.

Entre os repórteres – Lúcia Matias, Marília Estêvão, Carla Rodeiro, Sérgio Farias e Virgínia Coeli – apenas nesta última há uma tendência à articulação regional. Além da freqüente abertura das vogais, aparece com constância a realização de [ti] e [di] como oclusiva dental, sendo uma exceção, a articulação palatalizada na palavra “destino”. Mas, se a realização palatalizada reflete a influência da sibilante, esta influência atua diferentemente, conforme a interação com outros fatores, não podendo ser considerada determinante. Comparemos, neste sentido, dois exemplos de nosso material. Na fala de Maria Helena Rangel, de João Pessoa, que também tende à articulação nordestina, é encontrada a realização palatalizada em “justiça”. Como em “destino”, o encontro “ti” é tônico e antecedido pela sibilante pós-vocálica. Mas encontramos a mesma palavra “justiça”, com a realização como oclusiva - [ti] -, na fala da própria Virgínia Coeli.

No tocante à articulação de /t/ e /d/ diante de /i/ ou “e reduzido”, todos os demais repórteres tendem à articulação carioca. Podemos considerar que é Sérgio Farias que mais se aproxima do padrão Globo/Rio, uma vez que palataliza constantemente e, na articulação das vogais, com freqüência segue o padrão gramatical, sendo sua abertura uma exceção. Mas é na fala de Carla Rodeiro que encontramos os exemplos mais claros da coexistência desses dois tipos de articulação correntemente consideradas como características de regiões distintas: a palatalização de /t/ e /d/, junto com a abertura de vogais, como em: – clandestinas [klãdestsinas].

Como em João Pessoa, a presença de ocorrências de caráter regional é mais freqüente entre os repórteres que nos apresentadores. O RN TV é, portanto, marcado pela alternância, embora esta seja sem dúvida menos intensa que a do telejornal pessoense. Se apenas a repórter Virgínia Coeli apresenta uma

tendência dominante à articulação nordestina de /ti/ e /di/, ao lado da freqüente abertura de vogais, por outro lado são apenas os dados relativos ao *corpus* da apresentadora Margot Ferreira que se mantêm integralmente consistentes com o padrão Globo/Rio. Tanto Vânia Marinho quanto Marília Estêvão apresentam eventual alternância, com casos de articulação do encontro “ti” ou “di” como oclusiva dental. Lembrar que, aqui como em outros casos, a presença de um exemplo de exceção já caracteriza alternância.

c) Recife

No *corpus* de Recife, atuam nove repórteres distintos: Fabianna Freire, Edmar Figueiredo, Sérgio Garcia, Magda Wacemberg, Fernando Rego Barros, Stênio José, Mônica Silveira, Eliana Victório e Tânia Passos, sendo esta da TV Asa Branca, de Caruaru. O apresentador é sempre Hugo Esteves.

A maioria dos profissionais envolvidos apresenta como constante a articulação palatalizada de /t/ e /d/ antes de /i/ e “e reduzido”, mas há casos de pronúncia regional. Stênio José, cuja participação na amostra é bastante limitada, é o único que apresenta a tendência dominante à articulação de [ti] e [di] como oclusivas. No entanto, ele alterna na preposição “de”, que apresenta ora uma realização palatalizada, ora oclusiva.

Tânia Passos, da emissora afiliada de Caruaru, e Fabianna Freire apresentam alternância – mais freqüente na primeira – entre a pronúncia regional e a carioca. Mônica Silveira, por sua vez, apresenta uma tendência dominante à realização palatalizada, sendo sua única exceção a articulação como oclusiva na primeira sílaba de: – *divertir* [divirtsir], que contrasta com a palatalização da sílaba final. No entanto, o fato de todos os demais profissionais apresentarem uma constante articulação palatalizada dos referidos fonemas não significa a adoção plena do padrão Globo/Rio, uma vez que todos apresentam aberturas de vogais, em maior ou menor grau.

Mas é o **apresentador** que mais claramente caracteriza o NE TV. Por sua própria função, o apresentador é a figura central do telejornal; é seu “porta-voz” ou até mesmo o porta-voz da emissora. Comparando-o com seus colegas das outras capitais, estes apresentam maior irregularidade na articulação dos encontros “ti” e “di”, já que, nos telejornais de Natal e João Pessoa, é possível encontrar algum caso de realização como oclusiva, caracterizando-se assim a existência de alguma alternância. Mas, se na fala do apresentador de Recife é constante a articulação palatalizada tipicamente carioca, é ele que apresenta uma maior variação quanto à realização das vogais: a abertura é bastante freqüente, alternando-se com a observância do padrão gramatical, ocorrendo ainda casos de variação por redução.

Discutindo a Questão da Alternância

Os dados analisados permitem evidenciar que os telejornais locais das três capitais nordestinas, enquanto produtos televisivos, não seguem um padrão fonético uniforme. Eles são marcados pela alternância entre os padrões de articulação carioca e nordestino, sendo que esta se manifesta em todos os telejornais. Com relação à abertura de vogais, esta alternância é, sem dúvida, mais intensa no telejornal pessoense, bastante presente em Natal e já bem mais discreta em Recife. Ela decorre tanto da diferenciação do comportamento lingüístico dos diversos profissionais envolvidos, cujas atuações se entrecruzam na constituição do produto televisivo, quanto da alternância que grande parte deles apresenta em sua própria fala - o que é mais claramente evidente em João Pessoa.

Quanto ao nosso ponto de comparação - a articulação de /t/ e /d/ diante de /i/ ou “e reduzido” -, sua ocorrência como oclusiva dental é bem maior em João Pessoa, onde vários repórteres apresentam-na como tendência dominante. Em Natal esta é dominante em apenas um repórter, e em Recife, em nenhum dos profissionais. Entretanto, nestas três cidades, há diversos casos de sua realização eventual, caracterizando uma alternância com a realização palatalizada.

A Difusão do Falar Carioca na Rede Globo

Diante desse quadro, em que a ocorrência da articulação nordestina [ti] e [di] é maior em João Pessoa, menor em Natal e em Recife, pode-se levantar a relação entre o tempo de atuação da emissora local e a fixação do padrão Globo/Rio, ou entre a fixação deste e a posição da emissora na hierarquia da Rede.⁵ Afinal, a Globo Nordeste, sediada em Recife, é um núcleo da Globo, que promove produções locais há mais tempo que as emissoras das demais cidades, que por sua vez são afiliadas.

No entanto, se essas relações são passíveis de serem consideradas, certamente interagem com diversos outros fatores, não podendo ser tomadas como determinantes. As particularidades no desenvolvimento histórico de cada uma das cidades certamente acarreta diferenças de caráter político, econômico e cultural, que se refletem na sua “posição” no país – em termos da rede de relações centro x periferia – e nas suas relações com o Rio de Janeiro, a capital desde o Império até 1960 e ainda um importante centro cultural do país. Neste sentido, Recife é muito mais próxima do Rio do que João Pessoa. Assim, evidencia-se a

⁵ Vale ressaltar que consideramos por “relação” o vínculo entre dois objetos, o que não significa que estamos caracterizando esta relação, ou muito menos lhe atribuindo um caráter causal. Não pretendemos, nos limites deste estudo, chegar a determinar relações de causalidade.

relação na qual quanto mais periférica a posição da cidade, maior a presença de regionalismos em seu telejornal.

A não homogeneidade dos produtos televisivos evidencia-se através da alternância entre os padrões fonéticos nordestino e carioca, que coexistem explicitamente, à parte a questão da articulação dos encontros “ti” e “di”, nos freqüentes exemplos de todas as cidades, e especialmente de Recife, em que a articulação palatalizada se combina com a abertura de vogais. Como caso exemplar deste tipo de ocorrência, elegemos, da fala do apresentador de Recife: – redemocratização [ɾɛdɛ mokratsizasaw].

A nosso ver, a verificação da hipótese da alternância é um dado significativo para a discussão do papel dos meios de comunicação na difusão da linguagem padrão. Como os dados tornam evidente, os telejornais locais das cidades nordestinas não podem ser caracterizados como transmitindo o padrão da gramática normativa do português brasileiro, onde a realização de /ti/ e /di/ como oclusivas deveria associar-se à exclusão de variações de vogais por abertura ou por redução (aí incluídos os casos de /t/ e /d/ diante de “e reduzido”). Por outro lado, tampouco podem ser considerados como transmitindo um padrão regional nordestino, para o qual seria lícito supor, a partir dos estudos anteriormente mencionados, a ocorrência conjunta de realização de /ti/ e /di/ como oclusivas e de abertura das vogais - o que se verifica como tendência dominante em alguns profissionais de João Pessoa, que tanto são minoria quanto também apresentam casos de alternância.

A Interação de Dois Padrões Regionais

A partir da análise dos dados, o que pode ser generalizado para o conjunto de telejornais é que, de um modo ou de outro – seja pela alternância na articulação de /ti/ e /di/, seja pela presença da palatalização ao lado da abertura das vogais –, neles coexistem os padrões fonéticos de duas regiões distintas.

A princípio, isto parece contraditório, segundo os estudos “clássicos” sobre falares regionais, que os vinculam a espaços geográficos distintos, onde tal coexistência seria concebível apenas em “alienígenas”⁶. No entanto, a nosso ver, não é este o caso. Acreditamos que a coexistência dos dois padrões fonéticos regionais indica, antes, que a palatalização de /ti/ e /di/ pode estar se tornando, pelo menos no universo dos telejornais das emissoras locais da Rede

⁶ Ver Callou e Leite (1990: 78), com referência a estudo de Antônio Houaiss, de 1958, sobre o falar carioca. Embora não tenhamos nos preocupado com as características pessoais dos profissionais de telejornalismo que atuam no material analisado, é lícito supor que pelo menos boa parte deles não é composta por “alienígenas”. Até mesmo porque, ao nível suprasegmental, muitos apresentam entonação tipicamente regional, embora às vezes combinada com o padrão de articulação carioca de /ti/ e /di/.

Globo, uma variante de prestígio, e como tal torna-se capaz de transcender o seu caráter local, carioca, para se impor até a nível nacional. Mas as particularidades regionais nordestinas permanecem, e aparecem, na abertura de vogais, entrecruzando-se com esta variante de prestígio originária da matriz. Desta forma, consideramos ser mais produtivo pensar em termos de **interação** de padrões fonéticos das duas regiões, do que meramente em coexistência como temos tratado até aqui.

Se é esta interação ou então o conjunto de características do falar carioca que tende a se tornar dominante, se impondo como norma para os telejornais - ou mesmo para todas as produções locais de emissoras nordestinas da Rede Globo ou até de outras redes - só poderá ser respondido por investigações posteriores. Seria possível, daqui a um certo período, replicar esta pesquisa, coletando novos dados para comparação, o que permitiria traçar uma tendência. Ou mesmo colher dados de produções locais de emissoras de outras redes: no momento atual, para comparação com este quadro da Globo, e em momento posterior, para verificar se a tendência da Globo também se verifica em outras redes. Nossa observação assistemática indica que, atualmente, a presença de regionalismos é mais acentuada em produções locais de outras redes - como os telejornais da Rede Manchete, em Recife, e sua afiliada em João Pessoa, a TV Tambaú.

Da Televisão para a População?

Pode-se indagar em que medida os telejornais expressam uma tendência fonética a se generalizar na população urbana, ou, em outros termos, se atuam como “vanguarda” na difusão de um padrão regional urbano. Obviamente, estas questões não podem ser respondidas com os dados de que dispomos. No entanto, cabe não desconsiderá-las como vazias ou desprovidas de sentido. Como aponta Callou e Leite (1990: 93), a linguagem está fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores de uma sociedade. E a influência da Globo na difusão de práticas culturais e de valores na sociedade brasileira não pode ser menosprezado - e nem supervalorizado. Por vezes, estudos da área de comunicação atribuem à imprensa um maior poder de influência do que à televisão (cf. Wolf, 1987: 131), mas são em geral análises que tomam por base a realidade de outros países. No Brasil, a televisão instalou-se antes que se tivesse um público sólido para os meios de comunicação impressos. Desta forma:

...“o Brasil é uma sociedade cuja indústria cultural gira em torno da televisão. Embora o rádio ainda seja o meio de comunicação de maior penetração [...em 1980], a televisão é o mais influente. (...) O brasileiro se informa e se diverte basicamente com a TV. (...)

E quem é a televisão brasileira? A Rede Globo de Televisão continua sendo a rainha inquestionável”... (Lins da Silva, 1985: 27-28).

O poder de influência da Globo, em diversos setores da vida social, não implica necessariamente em influência sobre o comportamento lingüístico - no nível fonético-fonológico - de seus espectadores. Mas também não cabe descartar a *priori* a investigação dessa possibilidade, a longo prazo. Pois vale lembrar que os estudos citados sobre os falares regionais (Lapenda, 1976 e Lopes, 1977), que os caracterizam em termos generalizados, têm por base dados obtidos em um momento histórico em que a Globo não era tão atuante e influente e que o acesso da população aos aparelhos de televisão era bem mais restrito (cf. Caparelli, 1986: 11-13). Logo, na época desses estudos, a questão da difusão de um padrão fonético carioca como de prestígio a nível nacional, através da influência da televisão, não podia ser colocada.

Para que essa questão possa ser averiguada, seria necessário entrecruzar estudos que acompanhem a tendência do padrão fonético da produção televisiva com aqueles acerca da população urbana. De especial interesse seriam, ainda, a comparação do padrão fonético de comunidades lingüísticas diferenciadas: da área urbana, em contato intenso com as produções televisivas, e outras, urbanas e rurais, com acesso reduzido à televisão. Sem dúvida, o contato com a televisão não é um fator que atue isoladamente; as condições que restringem o acesso de parte da população aos aparelhos de TV também lhes impede o acesso a uma série de outros bens, tanto materiais quanto simbólicos - incluindo o acesso a bens culturais e à educação formal. E tudo isso influi sobre seus valores e suas práticas culturais, inclusive sua prática lingüística.

Sem dúvida, a tendência dos telejornais, enquanto produtos televisivos, não pode, no momento atual, ser generalizada para a população da região, e nem sequer para a população das cidades nas quais são produzidos. O padrão editorial do NE TV (Recife), onde é grande o espaço dedicado à fala de entrevistados, desde políticos e autoridades a populares desconhecidos, torna explícita a diferença existente entre a fala destes e a dos profissionais de telejornalismo, tanto no nível segmental quanto suprasegmental. Infelizmente, o padrão editorial de João Pessoa, onde a fala dos profissionais é quase exclusiva, com participação mínima de entrevistados (quase que exclusivamente autoridades), impediu que esse tipo de comparação pudesse ser objeto de estudo sistemático.

No entanto, se há alguma relação entre a fala dos telejornais e a das populações urbanas, pode-se supor, com base nos dados de nosso estudo, que o padrão fonético dominante em cada uma das três cidades é possivelmente distinto. Deste modo, para que tal relação pudesse ser avaliada, seria necessário dispor-se de pesquisas lingüísticas recentes sobre cada um dos meios urbanos que permitissem a comparação com os telejornais.

CONCLUSÃO

Através da explicitação da não-homogeneidade do padrão lingüístico dos telejornais locais, nossa hipótese inicial foi confirmada. Os dados dessa alternância podem conduzir a questionamentos interessantes, seja sobre o papel da televisão na difusão da linguagem padrão ou a delimitação de falares regionais, seja a respeito das possíveis relações entre a tendência dos produtos televisivos e a do comportamento lingüístico da população em geral.

Tais questões, sem dúvida complexas, não podem ser respondidas sem uma série de pesquisas lingüísticas, cujas diretrizes foram aqui apenas esboçadas. No entanto, diante do caráter sócio-cultural das práticas lingüísticas, consideramos produtiva uma perspectiva de análise interdisciplinar. Desta forma, torna-se possível levar em conta dados acerca da influência da televisão brasileira na difusão cultural, do desenvolvimento do regionalismo nordestino e das relações entre as regiões brasileiras, todos estes aspectos envolvidos nas questões levantadas por este trabalho exploratório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre (1989) – *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio: Difel/Bertrand Brasil.
- CALLOU, Dinah e LEITE, Yvonne (1990) – *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAPARELLI, Sérgio (1986) – *Comunicação de Massa sem Massa*. 4a. edição. São Paulo: Summus.
- LAPENDA, Geraldo (1976) – *Aspectos Fonéticos do Falar Nordestino*. Recife: Departamento de Letras da UFPE. Mimeo. (tese de livre docência).
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (1985) – *Muito Além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre Trabalhadores*. São Paulo: Summus.
- LOPES, Edward (1977) – *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. 2a. edição. São Paulo: Cultrix.
- MOTTA MAIA, Eleonora (1985) – *No Reino da Fala*. São Paulo: Ática.
- SODRÉ, Muniz (1989) – *O Monopólio da Fala*. 5a. edição. Petrópolis: Vozes.
- WOLF, Mauro (1987) – *Teoria da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

A AUTO E A HETERO-DEFINIÇÃO DA LINGUAGEM COMO FORMA DE PERPETUAR OS ESTEREÓTIPOS*

Ana Cristina G. Correia

Williany Miranda da Silva – Mestranda em Lingüística, UFPE

Pensar sobre a linguagem utilizada pela sociedade e suas conseqüências não é uma tarefa nova para a ciência. Principalmente, quando a esse desempenho linguístico subjaz a função dos papéis que as pessoas assumem na sociedade. Seriam os desempenhos linguísticos e seus resultados percebidos por homens e mulheres, também? Como ambos interagem com relação ao uso da linguagem de cada um?

Partindo desses questionamentos, este trabalho se propõe a verificar: a) as características atribuídas à fala por homens e mulheres ao se auto-definirem e ao definirem os outros e b) a perpetuação dos estereótipos atribuídos à fala do homem e da mulher entre adolescentes em nossa sociedade. Para a realização do mesmo, contou-se com uma amostra de adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, cursando 7ª e 8ª séries do 1º grau e 1ª série do 2º grau. Na análise dos dados, o grupo A refere-se aos informantes do sexo masculino e o grupo B aos informantes do sexo feminino.

A pesquisa constituiu-se de dois tipos de dados: 1º) **entrevista oral** com vinte informantes (10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino). As informações foram extraídas a partir de três perguntas básicas: a) *como você define a fala dos homens?*; b) *como você define a fala das mulheres?* e c) *como você define a sua própria fala?* e 2º) **entrevista escrita** com oitenta informantes, divididos igualmente entre meninos e meninas. Responderam a um questionário constituído de duas partes: a) atribuição da fala do homem e da mulher organizada sob três aspectos: linguístico (tipos de voz, uso de vocabulário, uso de palavrão etc.); comportamental (falar agressivo, gesticulação etc.) e por tópico discursivo (fofoca mais, falar bobagens etc.) e b) complementação da primeira parte através

*O presente artigo teve a colaboração da Profª. Drª. Judith Chambliss Hoffnagel, da Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE.

de perguntas e respostas, mais ou menos abrangentes que reforçaram a predominância característica da fala do sexo masculino ou feminino, justificando-a.

A fala é um dos indícios para a explicitação das características sociais marcadas, considerada por Hudson (1980:202), “por uma espécie de protótipo, conhecido como estereótipo”. Kramer (1977:155, 159), por sua vez, coloca: “a organização do nosso entendimento da linguagem diária e estratégias de comunicação na divisão mulher/homem é um fator onipresente de esquemas tácitos usados pela maioria em nossa cultura. Estudar os estereótipos na fala de homens e mulheres pode revelar as crenças sobre as diferenças sexuais básicas. Eles constituem nossa herança social”.

Com o propósito de um melhor encaminhamento ao estudo e identificação dos estereótipos, a entrevista foi organizada para cobrir três aspectos da fala de ambos os sexos: aspectos linguístico, comportamental e tópico discursivo; evidenciando a visão de vários autores na literatura especializada com relação a cada um deles.

- a) Aspectos linguísticos: Com base em Coates (1986:121), as atitudes linguísticas do falante estão relacionadas “não apenas ao conhecimento das regras gramaticais, do léxico e da fonologia” de que se apropria o falante para exibir sua performance. É o uso desses elementos pelos indivíduos em interação que faz com que esses traços (voz grossa, uso de palavrão e gíria, entre outros) sejam atribuídos como sendo pertinentes a um grupo social em detrimento de outro. Como homens e mulheres estão em universos culturalmente bastante diversos (relação de prestígio, oportunidades profissionais etc.) é de se esperar que ambos destaquem diferenças através da fala, que indiscutivelmente, torna-se o meio mais evidente de explicitar essas diferenças linguísticas.
- b) Aspectos comportamentais: As regras impostas pela sociedade influenciam no relacionamento entre mulheres e homens, gerando distinções no campo afetivo, profissional, emocional e psicológico. Segundo Rosenkrantz *et al.*, 1968 (apud Kramer, 1977:152), “o estudo dos estereótipos dos papéis sexuais são características que podem ser reveladas na fala, tais como: agressivo, objetivo, emocional, falante, e outros”.
- c) Tópicos discursivos: De acordo com Gnerre (1985:14), “o poder das palavras é enorme, principalmente algumas palavras, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como a nossa, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes”. Sabedores de que a função básica das palavras é comunicar, os indivíduos afirmam suas identidades, falando preferencialmente sobre determinado assunto, e é isto que reafirma o grupo social do qual fazem parte, utilizando-se da linguagem para deixar claro de que maneira interpretam o mundo.

1. Traços lingüísticos: A hetero e a auto-definição da fala

A hetero e a auto-definição consistem, respectivamente na denominação da fala de outrem e da sua própria. Há dois pontos a serem analisados aqui, com referência aos **traços lingüísticos**. Primeiro, é a baixa referência a eles pelos dois grupos. Uma possível explicação para esse resultado, é que a linguagem não é vista pelos adolescentes como um sistema do qual as pessoas retiram as regras de que necessitam, e sim, da interação dessas regras com as situações que as envolvem, ou seja, os adolescentes só conseguem definir a sua própria fala e a dos outros associando-a ao comportamento. Isso, provavelmente, colaborou para que os traços comportamentais fossem mais citados.

O segundo ponto é a maior referência ao uso de palavrões e gírias, feita tanto pelos adolescentes do sexo masculino quanto do sexo feminino para os homens. Segundo Coates (1986: 133), “a linguagem é uma parte importante do processo de socialização e as crianças são socializadas a partir de papéis sexuais culturalmente aprovados através da linguagem”. Significa dizer que, em nossa sociedade, ensinar uma criança a exercer os papéis sexuais que lhes é cabido, é entre outras coisas, ensiná-las a utilizar a linguagem apropriada ao sexo de cada uma.

É possível comprovar essa preferência ao referir-se a traços lingüísticos no uso de palavrões e gírias, pois nas entrevistas, vê-se que para o grupo A, o uso dos palavrões pelos homens se dá como parte integrante do léxico deles, sem recriminações, nem desculpas de sua parte pelo uso. O exemplo 01 do informante H6, do grupo A é ilustrativo dessa afirmação:

01) (trecho de entrevista com adolescente masculino sobre a definição da fala dos homens)

E1: com palavrões?

H6: É:::

o homem ... os meninos já fala alto
diz pra todo mundo ouvir... não quer saber...
e as meninas já são mais caladas...
mais escondidas...

E1: e vocês não querem saber disso não?

H6: os menino não...

tanto faz... como tá olhando... como num tá
é normal pra gente..né?

O “uso do palavrão” para os homens é tido como uma marca de prestígio latente conferido pelo grupo, senão por outros, como mostra de assegurar a patente desse uso, ou seja, apenas os homens poderiam poderiam utilizá-lo. Comprova-se, assim, que ao perceberem a fala dos homens, os dois

grupos se enquadram nos padrões exigidos pela sociedade. Aos homens, à naturalidade de proferir palavras; às mulheres, à indignidade de escutá-los.

Trudgill (1991) afirma que, da linguagem das mulheres se espera traços como refinamento e sofisticação, visto que são orientadas para o uso da forma-padrão como uma maneira delas marcarem seu status social no plano lingüístico. A linguagem da mulher é discriminada, assim, como ela, sua porta-voz. Abaixo, o exemplo 02 da informante M3 apenas reforça uma crença compartilhada por toda a sociedade, de que as mulheres não possuem linguagem própria e de que, tomando emprestada a do homem, foge completamente das regras, sendo, assim, excluída, marginalizada do grupo de que faz parte.

02) (trecho de entrevista com adolescente feminino sobre a mudança da fala das mulheres).

E1: quer dizer que a fala das meninas não pode parecer com a dos meninos? e por quê?

M3: porque aí elas vão se igualar a ELES... e aí tá o perigo, viu?

E1: num entendi... perigo por quê?

M3: porque...OOlhe enTENDa ... as outras meninas num vão querer mais ficar com alguém que fale como eles... que num respeita a gente né?

E1: e acontece isso mesmo?

M3: aconTEEEce... mas de todo jeito eles (os meninos) num respeitam mesmo...

...nem conversam com a gente direito...

2. Traços comportamentais: A hetero e a auto-definição da fala

Com relação aos traços comportamentais, há alguns pontos a serem apresentados através da definição da fala dos homens e das mulheres, pelos dois grupos (A e B). Um deles é a recorrência de palavras como: “agressividade”, “autoridade”, “segurança”, “indisciplina”, “dominação”, sendo atribuídas à fala dos homens e “delicadeza”, “educação”, “paciência”, “gentileza”, à fala das mulheres, pelos dois grupos.

Lakoff (1990) diz que a linguagem dos homens é vista como a linguagem do poder, sendo direta, clara, sucinta, em oposição à linguagem da mulher. Parece ser essa a idéia que os informantes têm da fala do homem e da mulher. Isto pode significar que ao compartilharem dos mesmos parâmetros para a caracterização da fala dos homens e das mulheres, os adolescentes demonstram, tão somente, que os valores sociais concedidos a eles representam, ainda, hoje, um estereótipo. Ora, é sabido através da história da humanidade que presenteia-se o homem com o comando e a mulher com a subserviência. Assim, nada mais óbvio para os informantes dos dois grupos do que atribuir à fala de cada sexo, características que se amoldem ao comportamento já esperado desses indivíduos. Notou-se nas entrevistas que, se para o grupo A, esse reconhecimento

de poder parece lhes fazer bem, pois reafirmam seu poder de manipuladores das situações, como no exemplo 03:

03) (trecho de entrevista com adolescente masculino sobre a definição da fala dos homens)

E1: como é?
H4: o homem... professora...
ele tem sempre aquela dominância... né?
E1: e é?
H4: ele já tem seus direitos etc nem precisa...
num já tem seus direitos já... já trouxe com ele...
E1: e foi? ... já trouxe com ele de onde?
H4: desde que nasceu... disse que era homem...
não precisa lutar... nem falar...
já é o MO:::RAL ((rir))

Para o grupo B essa é apenas mais uma forma de opressão empregada pelos homens, identificada no exemplo 04:

04) (Trecho de entrevista com adolescente feminino sobre a definição da fala dos homens)

E1: qual é a diferença da fala deles?
M3: eu acho assim...
eles são muito mais ignorantes etc sei lá etc
eles são muito direto etc professora etc
não esperam a gente falar etc. é passando por cima etc
MES:::MO

Coates (1986:153), ao falar sobre as diferenças linguística nos dois sexos, observa que “o argumento alto e agressivo é uma característica comum da fala do grupo masculino. (...) Ameaças e insultos estão em toda parte na agressividade verbal masculina”. As mulheres, por sua vez, tomam esse comportamento verbal masculino como uma falta de educação para com os ouvintes, como se viu no exemplo 04, pela informante M3 ao dizer que “eles (os homens) são mais ignorantes”.

Assim, também se vê com relação às interrupções (tomar de assalto o turno de outro indivíduo), quando a mesma informante expõe que “(os homens) não esperam a gente falar... é passando por cima... MES:::MO”. Para as mulheres, o uso da interrupção feita por elas aparece como uma ajuda na interação verbal a fim de se estabelecer a conversação; já para o homem, esse uso, por parte

deles, resulta no silêncio delas. Coates (1986) alega, ainda, que as mulheres valorizam o papel do ouvinte, sendo, esse comportamento feminino percebido pelo homem como uma falha e não como uma preocupação de um ouvinte ativo com o *continuum* da conversação. Esse ponto-de-vista divergente sobre a conversação como demonstrado pelos exemplos 03 e 04, faz com que, cada vez mais, os homens pareçam dominar as situações de interação verbal.

A concepção que reproduz a existência das estruturas sociais e institucionais (marcada pelos estereótipos) é estudada também por Balswick e Peek (1971) apud Sattel (1983). Esses autores acreditam, da mesma forma, que tal conceito é fruto, principalmente, do que se espera do comportamento do homem adulto, que deve representar auto-controle sem demonstrar afeto, emoção ou ternura e sim racionalidade (típico na manifestação do estereótipo “homem não chora”). Como consequência dessa concepção de linguagem sexista, surge o desentendimento entre homens e mulheres.

Foi observado no corpus, que o grupo B atribui aos homens uma linguagem própria, que dificulta a interação entre ambos. No fragmento abaixo, exemplo 05, veja-se como M2 refere-se a linguagem dos homens:

05) (Trecho de entrevista com adolescente feminino sobre como ela define a fala dos homens)

- E1: vejamos... os... os homens...
os homens falam do mesmo jeito que vocês?
- M2: NÃO::NÃO:::
ele fala assim:::
é do jeito das palavras?
- E1: sim?
- M2: NÃO :: inclusive até prá falar:::
quando eu quero... eles não fala assim :: tão explicado...
como quando eu falo... saber?
- E1: hum::
- M2: não... eles falam muito ruim...
prá gente não entender nada...
- E1: e é? e por que será que eles falam assim:::
prá gente não entender nada?
- M2: acho que tu:::dinheiro é assim prá gente não saber o que eles conversam...

Percebe-se, no trecho da informante M2, que a indiferença e falta de cooperação nas conversações parecem ser os modos pelos quais os homens perpetuam o poder masculino da fala, afastando de seu mundo as mulheres, que, por sua vez, não devem representar poder e prestígio.

Ao serem inquiridos sobre a **definição da sua própria fala**, os informantes do grupo A e B optaram em maior número (80%) pelas traços comportamentais. Todos os adolescentes dos dois grupos foram unânimes, a priori, ao afirmar que suas falas se identificavam com o grupo sexual de que faziam parte. Parece, assim, mais uma preservação das normas exigidas para que eles sejam aceitos em seu meio.

Quando lembrados de suas opiniões sobre a fala de homens e mulheres, o grupo B afirmou novamente as crenças que rodeiam o mundo feminino, como não usar palavrão, falar delicadamente, só agindo de forma diferente conforme seu estado emocional. Nesse caso, a fala feminina assemelha-se à fala masculina por seu aspeto descuidado, agressivo e grosseiro.

Por sua vez, os informantes do grupo A admitem mudar sua linguagem apenas quando seu objetivo é convencer, principalmente, o sexo oposto, de suas decisões. As explicações dadas quanto à mudança da própria fala dos grupos A e B são marcadas pelos valores que a sociedade apregoa aos dois sexos. Graddow e Swann (1980:129) afirma que “o debate sobre preconceito sexista é estabelecido através da crença de que a linguagem (no sentido do sistema abstrato e do uso da língua) é permeada com valores da sociedade”. Spender (1985) apud Graddow e Swann (1980) acrescenta, ainda que, “nós aprendemos a ver o homem como mais valioso, mais compreensivo e sexo superior; e dividimos e organizamos o mundo com base nesse pensamento”. Parece ser através dessa concepção de mundo, que os homens se beneficiam em seus relacionamentos com as mulheres, através de estratégias linguísticas próprias deles, ficando evidente que homens e mulheres não falam a mesma linguagem, ou seja, o grupo A (masculino) ignora os assuntos “pertinentes” ao grupo B (feminino) ao mesmo tempo que este ao se sentir logrado na conversa, atribui esse comportamento a um descanso por parte deles, estabelecendo-se um conflito, tornando cada um ao seu próprio mundo.

Se o grupo B caracteriza a sua fala, com referência à uma mudança, apenas alegando razões emocionais; e se o grupo A o faz, admitindo sagacidade, esperteza, ao se adaptar às situações, só se comprova que os adolescentes mesmo admitindo uma mudança em sua linguagem e comportamento, esta só ocorre dentro dos padrões já esperados: à mulher, o descontrole emocional e ao homem, a racionalidade.

3. Identificação dos estereótipos

3.1. Traços linguísticos

A partir das considerações feitas por Coates (1986), vejam-se os itens que foram apontados como marcas linguísticas, seja para mulheres ou para homens, nos dados da Tabela 1.

TABELA 1 – Caracterização da fala sob o ponto de vista de traços lingüísticos:

Características	Grupo A %				Grupo B %			
	A	H	M	N	A	H	M	N
Voz aguda	12,5	7,5	80,0	Ø	7,5	5,0	87,5	Ø
Voz grave	17,5	75,0	7,5	Ø	12,5	87,5	Ø	Ø
Tom alto	12,5	80,0	7,5	Ø	27,5	62,5	7,5	2,5
Tom baixo	27,5	10,0	62,5	Ø	17,5	7,5	72,5	2,5
Vocabulário mais variado	45,0	25,0	30,0	Ø	57,5	5,0	32,5	5,0
Uso de palavrão	30,0	67,5	2,5	Ø	37,5	62,5	Ø	Ø
Uso de gíria	35,0	62,5	2,5	Ø	57,5	40,0	2,5	Ø

Grupo A → adolescentes masculinos. Total de 40

Grupo B → adolescentes femininos. Total de 40

(A = Ambos, H = Homem, M = Mulher e N = Nenhum)

Ao identificar os estereótipos como “tácitos”, parece natural que os adolescentes consultados expressem como traços predominantemente femininos: “voz aguda” (80% para o grupo A e 87,5% para o grupo B) e “tom baixo” (62,5% para o grupo A e 72,5% para o grupo B); e predominantemente masculinos: “voz grave” (75% para o grupo A e 87,5% para o grupo B) e “tom alto” (80% para o grupo A e 62,5% para o grupo B) revelando assim um estereótipo de traço lingüístico. Percebe-se que os adolescentes consideram muito pouco ou parecem nem refletir sobre as possíveis diferenças fisiológicas ou adquiridas pelos indivíduos (como, por exemplo, o exercício com as cordas vocais) independentemente do sexo, mesmo tendo ídolos (cantores e cantoras) ou amigos e amigas que não se enquadram no protótipo apontado.

Para uma outra crença generalizada, “a de que as meninas aprendem a falar mais cedo do que os meninos”, Coates (1986:122) coloca que, devido “a uma educação menos sexista para as crianças com relação aos papéis sexuais nas sociedades contemporâneas, tal tendência vem diminuindo”. Tal afirmação assemelha-se aos resultados apontados na pesquisa em que tanto os adolescentes masculinos quanto os femininos indicam como próprio de “mulheres e homens” a utilização de um “vocabulário mais variado” (45% indicados pelo grupo A e 57,5% pelo grupo B). Esses dados, apesar de tratar-se de uma amostra muito pequena, podem servir para desmistificar o estereótipo de mulheres tidas como “faladeiras”, considerando-os numa amostragem de maior representatividade, ou seja, a fala, tanto do homem quanto da mulher, terá caráter quantitativo, mas não estigmatizado.

O “uso do palavrão”, por sua vez, é apontado como marca preferencial tanto para “homens” (67,5% pelo grupo A e 62,5% pelo grupo B) quanto para “ambos” (30% pelo grupo A e 37,5% pelo grupo B, de certa maneira,

corroborado por Coates (1986:153). Ela observa que “gritar, usar palavrões, ameaças e insultos são todos parte de uma agressividade verbal masculina. As mulheres, contudo, tentam evitar demonstrações de agressividade verbal – elas consideram tais demonstrações desagradáveis”. Espera-se, portanto, via de regra, que as mulheres primem pelo uso da linguagem formal, padrão, para que sejam enquadradas como possuidoras de características pertinentes a seu grupo.

Um pouco diferenciado, porém é o “uso de gíria” em que adolescentes atribuem como próprio para “ambos” (35% pelo grupo A e 57,5% pelo grupo B). Essa significativa incidência para “ambos” tanto no “uso de gíria” como no “uso de palavrão” parece não caracterizar um estereótipo de traço linguístico marcado pelo sexo e sim pela faixa etária a que pertencem os informantes pesquisados.

Uma vez que “a língua padrão é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um *corpus* definido de valores, fixados na tradição escrita”, segundo Gnerre (1985:4) e expresso na fala, os adolescentes, por não dominarem essa língua e serem desprovidos, conseqüentemente, do poder e do prestígio dela advindos, procuram se afirmar através de uma linguagem marginal, própria para a identificação de seus pares. Determinar esse comportamento como próprio de um dos sexos, por alguns, reflete a não-percepção de língua que eles possuem.

3.2. Traços comportamentais

Uma análise, feita com base na Tabela 2, ensaiará como tais estereótipos, configurados na cabeça de cada adolescente, servirão como uma *carapuça* quando adultos, reproduzindo os papéis sociais a cada um reservados.

De acordo com Couthard (1991:48), “é de conhecimento geral que homens são, por natureza ou por condicionamento social, mais competitivos, e que as mulheres são mais cooperativas”. Essa crença confirma-se com relação aos adolescentes entrevistados que atribuíram como típico de homem os itens “fala mais rápido” (A = 50% e B=42,5%) e “fala agressiva” (A=80% e B=75%).

Ora, ao homem é reverenciada uma educação para que ele aprenda a tomar decisões, impor-se mediante outros; uma vez que cabe a ele administrar o poder, seja político ou social dentro de um universo público. Tal afirmação é discutida por Lakoff (1990) e Sattel (1983:120). Este declara que “a sociedade é tida como sexista não porque possui um estereótipo para cada um dos sexos, mas o que a ele subjaz: a organização de poder e prestígio vinculado ao gênero”.

Dessa forma, os homens habituam-se a serem os donos das situações sempre. Eles monopolizam os momentos em que a interação ocorre, revelando ou exigindo a atenção de todos, utilizando-se de recursos que inibem e, algumas vezes, desagradam as mulheres, garantindo-lhes a posição de superioridade.

dade perante à conformação feminina. Caso a mulher deseje resignar-se ao papel que colabora com o *status quo* masculino, não há conflitos que perturbem a intenção entre os grupos. Ocorre que, se as mulheres, enquanto representantes do grupo subordinado e desprestigiado socialmente, insistirem em atitudes tipicamente masculinas, serão punidas e discriminadas, através de títulos pejorativos, pondo-se em dúvida a competência profissional e até mesmo sendo “atacadas” pessoalmente com estigmas ligados a seus papéis sexuais.

TABELA 2 – Caracterização da fala sob o ponto de vista comportamental

Características	Grupo A %				Grupo B %			
	A	H	M	N	A	H	M	N
Gesticula mais	30,0	42,5	27,5	∅	52,5	30,0	17,5	∅
Fala mais devagar	25,0	22,5	50,0	2,5	32,5	12,5	55,0	∅
Fala mais rápido	22,5	50,0	25,0	2,5	40,0	42,5	15,0	2,5
Fala mais explicado	32,5	12,5	35,0	Æ	40,0	5,0	55,0	∅
Fala pacientemente	27,5	12,5	57,5	2,5	25,0	5,0	67,5	2,5
Fala suave	10,0	Æ	87,5	2,5	7,5	∅	92,5	∅
Fala agressiva	10,0	80,0	10,0	Æ	25,0	75,0	∅	∅
Tom persuasivo	27,5	35,0	12,5	25,0	27,5	45,0	12,5	15,0
Fala detalhadamente	35,0	17,5	45,0	2,5	35,0	7,5	57,5	∅
Fala pelos cotovelos	25,0	2,5	60,0	12,5	47,5	∅	47,5	5,0
Fala educadamente	55,0	2,5	40,0	2,5	50,0	2,5	47,5	∅
Fala com convicção	55,0	22,5	10,0	12,5	60,0	20,0	15,0	5,0
Discute mais	42,5	30,0	27,5	∅	47,5	30,0	22,5	∅
Opina mais	35,0	22,5	42,5	∅	45,0	7,5	42,5	5,0

Os itens que os informantes caracterizaram como típico tanto para “homens” como para “ambos”, tais como “gesticula mais” (Grupo A, Ambos = 30% e H=42,5% e Grupo B, Ambos = 52,5% e H=30%), “tom persuasivo” (Grupo A, ambos = 27,5% e H=35% e Grupo B, Ambos = 27,5% e H=45%) e “fala com convicção” (Grupo A, Ambos = 55% e H=22,5% e Grupo B, Ambos = 60% e H=20%) só reforçam os comentários colocados até então.

Os informantes em questão caracterizaram tipicamente femininos os itens: “fala mais devagar” (A=87,5% e B=55%), “fala suave” (A=87,5% e B =92,5%), “fala detalhadamente” (A=45% e B=57,5%) e “opina mais” (A=42,5% e B=42,5%). Esses estereótipos confiam às mulheres, o título de cumpridoras de seus papéis sendo *femininas e submissas*, colaborando com as interações mistas, sem perturbar o universo masculino, detentor do poder, e sem nunca participarem dele, efetivamente.

Já os itens apontados tanto para “mulher” como para “ambos” pelos adolescentes foram “fala mais explicado” (Grupo A, Ambos =32,5% e M=35% e Grupo B, Ambos =40% e M=55%), “fala pacientemente” (Grupo A, Ambos = 27,5% e M=57,5% e Grupo B, Ambos=25% e M =67,5%), “fala pelos cotovelos” (Grupo A, Ambos = 25% e M=60% e Grupo B, Ambos = 47,5% e M=47,5%) e “fala educadamente”(Grupo A, Ambos = 55% e M=40% e Grupo B, Ambos = 50% e M=47,5%). Apesar da incidência de “ambos” estar bem presente, é a ocorrência para “mulher” que evidencia o estigma. Tanto parece ser verdade que essas características poderão ser associadas como um traço relevante, representativo da profissão indicada para o grupo feminino.

Na opinião de Coulthard (1991:56-57), “a necessidade de ser polido (a) depende em parte da relação entre os/as falantes e do grau de imposição” e é reforçado quando diz ser “o poder e o status que determinam a diferença na polidez e não necessariamente no sexo”. De fato, fala-se mais educadamente quando se pretende impor sua *verdade*. Nesse sentido, as mulheres parecem bem mais preocupadas em negociar sua idéias como parte desprovida de *vez e voz*, daí o item “opina mais” e “fala pelos cortovelos” traduzirem-se nos resultados como pertinentes à sua condição de subalterna.

O agrupamento dos tópicos discursivos na Tabela 3, norteará as evidências estereotipadas dos adolescentes pesquisados com relação ao mundo dos adultos. Uma análise posterior ensaiará a forma com que os adolescentes atuarão na sociedade, exercendo ou não o papel que lhes é imposto.

Coates (apud Coulthard, 1991:53) observa que “os homens falam de esportes, política, carros e mulheres, enquanto as mulheres falam de roupas, comida, casa, crianças e homens. Nos dados levantados, verificou-se a incidência dos itens “fala sobre política”(Grupo A: H=70% e Grupo B: H=62,5%) e “fala sobre futebol” (Grupo A: H=95% e Grupo B: H=100%), constatando-se que, de fato, as mulheres pouco se interessam por esses assuntos.

TABELA 3 – Caracterização da fala sob o ponto de vista dos tópicos discursivos:

Características	Grupo A %				Grupo B%			
	A	H	M	N	A	H	M	N
Fofoca mais	7,5	2,5	90,0	∅	10,0	∅	90,0	∅
Mente mais	45,0	30,0	22,5	2,5	57,5	37,5	2,5	2,5
Fala bobagens	55,0	27,5	17,5	∅	72,5	25,0	2,5	∅
Fala sobre coisas corriqueiras	50,0	7,5	25,0	17,5	52,5	15,0	57,5	17,5
Fala sobre seus problemas em público	20,0	30,0	47,5	2,5	22,5	15,0	57,5	5,0
Fala sobre os problemas do trabalho em casa	50,0	5,0	40,0	5,0	45,0	7,5	45,0	2,5
Fala sobre os problemas de casa no trabalho	27,5	27,5	40,0	5,0	27,5	17,5	52,5	2,5

Já o estereótipo de *faladeira* é apontado como um traço comportamental das mulheres, por ambos os grupos, e reforçado na incidência de tópicos presentes na tabela 3 (Caracterização da fala sob o ponto de vista dos tópicos discursivos) identificados como “fofoca mais” (Grupos A e B: M=90%), “fala sobre seus problemas em público” (grupo A, M=47,5% e Grupo B, M=57,5%) e “fala sobre os problemas de casa no trabalho” (grupo A, M=40% e Grupo B, M=52,5%). Tais dados parecem descabidos quando, de acordo com Coulthard (1991:47-48), “há duas possíveis explicações para a impressão de que as mulheres são faladeiras. Primeiro, talvez as mulheres aproveitem mais seu tempo falando, e isto é notado pelos homens. Em segundo lugar, as mulheres talvez realmente falem menos que os homens, mas mesmo assim são vistas como falando mais do que deveriam falar”.

A consequência desse estereótipo cristalizado em nossa sociedade revela que, quanto à confiabilidade de um segredo, mulheres e homens confiam mais em seus pares, deixando mais um indício de como parecem conviver cada um em seu próprio universo. Veja-se a tabela 4 – Preferência por sexo, quanto à confiabilidade de um segredo:

Tabela 4 – Preferência por sexo, quanto à confiabilidade de um segredo

Grupos	% Ambos	% Homem	% Mulher	% Nenhum
A	5,0	52,5	30,0	12,5
B	17,5	12,5	65,0	5,0

4. Considerações finais

As mais variadas formas de estigma são reveladas através da fala dos indivíduos em situações interacionais mistas ou homogêneas. Verificou-se que, ao se identificar certos traços lingüísticos como próprios ou não de um falante do sexo masculino ou feminino, nada mais se está fazendo do que se propagando os valores de uma cultura que denomina o sexo masculino como o maior detentor de prestígio e de poder no exercício de seu papel social.

Diante das respostas dadas quanto às questões sobre a auto e a hetero-definição da fala, pôde-se ver que, em sua maioria, os informantes dos dois grupos revelaram que os traços comportamentais são mais marcantes que os traços lingüísticos, nas suas definições ou distinções entre fala masculina e fala feminina.

Aceitar determinados estereótipos, que já estão cristalizados como *verdade absoluta*, e que coloca a mulher numa situação de inferioridade, parece cômodo para uma sociedade machista. Os adolescentes, ao se mostrarem coniventes com tal idéia, serão, muito em breve, os responsáveis pela reprodução

de papéis que, longe de unir homens e mulheres para uma convivência melhor, continuará escravizando-os, deixando clara a visão sexista cultural, manifestada através da linguagem.

Uma possibilidade de reverter esse quadro atual, torna-se-ia viável caso a Escola – local onde os adolescentes passam a maior parte de seu tempo – assumisse uma postura mais ativa, séria e comprometedora com relação a propagação dos valores sociais, visando naturalmente o bem estar dos indivíduos. Para tal, essa instituição deveria considerar os aspectos individuais e sócio-culturais a que seu corpo discente pertence e propiciar alternativas para uma reformulação de valores já obsoletos, gerando, possivelmente uma distribuição mais justa dos papéis sociais reduzindo, possivelmente, as diferenças entre os sexos.

BIBLIOGRAFIA

- COATES, Jennifer. 1986. Women, Men and Language. London, Longman.
- COATES, Jennifer. 1988. Gossip revisited: language in all female groups. In: Coates-Cameron.
- COULTHARD, Malcolm. 1991. Linguagem e Sexo. São Paulo, Ática.
- GRADDOL, D. e SWANN, J. 1980. Gender Voices. Cambridge, Brasil Blackwell.
- GNERRE, Maurizio. 1985. Linguagem, escrita e poder. São Paulo, Martins Fontes.
- GREIF, Esther Blank. 1980. Sex differences in parent-child conversations. Women's Studies International Quarterly 3:253-258.
- HUDSON, R. A. 1980. Sociolinguistics. Cambridge. Cambridge University Press.
- KRAMER, Cheris. 1977. Perceptions of female and male speech. Language and Speech 20 (2): 151-161.
- LAKOFF, Robin. 1975. Language and Woman's Place. New York, Harper & Row.
- LAKOFF, Robin Tolmach. 1990. Talking power. The politics of Language. New York, Basic Books.
- SATTEL, Jack W. 1983. Men, inexpressiveness and power. In B. Thorne, C. Kramarae, and N. Henly, eds. Language, Gender and Society. Rowley, Mass., Newbury House, pp. 118 -124.
- TRUDGILL, Peter. 1991. Sexo e prestígio linguístico ; In V. Aesbisher e C. Forel, eds. Falas masculinas, falas femininas? São Paulo, Brasiliense, pp. 77-102.

A METÁFORA NA LINGUAGEM RADIOFÔNICA

Antônio Carlos Xavier – Mestrando em Lingüística, UFPE

Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo identificar e refletir sobre a questão do uso e das manifestações metafóricas dentro de um contexto específico de interação verbal: o rádio.

Partiremos fundamentalmente da concepção e classificação de metáfora esposada por George Lakoff & Mark Johnson em *Metaphors we believe by*. Nesse trabalho, os autores entendem que a metáfora pervade a linguagem humana de tal maneira que já faz parte do dia a dia dos usuários da língua.

Serviram-nos como objeto de análise para a confrontação com a teoria que utilizamos trechos de programas veiculados pelo rádio e pela TV: dois programas de variedades e uma narração de uma partida de futebol. Um dos programas de rádio foi veiculado em Recife/PE – Programa Samir Abou Hana – e outro veiculado em São Paulo/SP – Programa Paulo Lopes. A partida de futebol foi veiculada pela TV Globo, cujo narrador esportivo fora o emocionalista Galvão Bueno. Portanto, nossa investigação lingüística concentrou-se exclusivamente na linguagem oral, de programas radiofônicos de cunho estritamente popular.

Redescobrimo a Teoria Lakoffiana de Metáfora

Lakoff & Johnson perceberam que partilhavam de uma mesma inquietação sobre o conceito dominante de *sentido* defendido pela Filosofia e pela Linguística do Ocidente. Eles acreditavam ser inadequado como estas ciências definiam tradicionalmente *sentido* em um enunciado. Ambos, então, descobriram que a metáfora tinha algo a lhes ensinar neste aspecto.

Johnson, filósofo, pensava a metáfora como um fenômeno filosófico que poderia lhe ajudar a entender o mundo e a si mesmo. Enquanto Lakoff, linguista, encontrava evidências lingüísticas que apontavam para uma permeabilidade da metáfora na linguagem e no pensamento, evidências estas que contrariavam frontalmente a Teoria Contemporânea Anglo-Americana do significado, tanto da perspectiva da Lingüística quanto da Filosofia.

A Lingüística demonstrava pouco interesse pela questão da metáfora, deixando o seu estudo à critério da Teoria literária. Esta, por sua vez, a tratou sobretudo como um mero tropo, mais uma figura de linguagem, conservando a definição esposada por Aristóteles há vários séculos atrás.

Os estudos de Lakoff & Johnson apresentam a metáfora não mais como um mero recurso literário ou como um instrumento de adorno à poesia ou à retórica, conforme indicava a visão aristotélica de metáfora, mas sim, como uma forma de conceber o mundo, já que, segundo eles, ela perpassa o cotidiano dos falantes.

Para eles, o nosso sistema conceitual é fundamentalmente metafórico, e abrange não apenas a linguagem, mas o pensamento e a ação.

Como exemplo desta nova concepção de metáfora, os estudiosos utilizaram o conceito de *argumento*, o qual é muitas vezes tomado com o mesmo sentido de *luta*. De acordo com eles, quando há um debate ou discussão entre pessoas, geralmente elas falam, pensam e agem como se estivessem verdadeiramente em uma *guerra*. Afirmando que:

“Podemos, na realidade, ganhar ou perder discussões. Vemos as pessoas, com as quais estamos discutindo, como oponentes. Atacamos suas posições e defendemos a nossa. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias. Se consideramos uma posição indefesável, podemos abandoná-la e adotar uma outra linha de ataque.” (1980:4)

Esta concepção metafórica de guerra também pode ser observada, quando se analisa enunciados de locutores esportivos narrando uma partida de futebol. Ou seja, o conceito de guerra não só permeia os momentos de uma discussão ou debate, mas também se faz presente na mente dos narradores futebolísticos, que verbalizam inúmeras figuras, simbologias e estratégias de guerra, contagiando seus ouvintes e fazendo-os travarem acirradas disputas verbais e até corporais, dentro e fora das quatro linhas. Vejamos alguns exemplos:

- (1) Dunga deu o primeiro *combate*.
- (2) Na bobeira do *sistema defensivo* do Brasil.
- (3) Boa perspectiva de *ataque* outra vez da equipe.
- (4) Bom lance do *capitão* da equipe do Brasil.
- (5) O Brasil terá um *tiro* direto sem barreira.
- (6) Romário disparou uma *bomba* indefensável.
- (7) O time do Brasil *vai ganhando terreno*.
- (8) Todo o mundo esperava um *canhão* do Bebeto

Pode-se constatar que há uma constante recorrência à palavras próprias da linguagem militar, isto é, do campo semântico militar, como se os jogadores estivessem em plena batalha.

Talvez estas metaforizações de discussão e de futebol semelhante à situação de guerra se devam ao fato de ambos representarem disputa, competição, confronto. Isto provoca a ativação do conhecimento de mundo do falante, formado pelas experiências vividas por ele, que por sua vez estão armazenadas em blocos, ou em *modelos cognitivos*, como são denominados pela *Linguística textual*. Tais modelos vêm à tona, tão logo as conexões são realizadas na mente do falante, tornando possível a sua verbalização. E para verbalizar com eficácia, um falante comunicativamente competente escolhe associar a sua intenção comunicativa com algo do domínio do senso comum (analogia), ou do conhecimento que ele pressupõe ser partilhado pelo ouvinte de um debate ou de uma partida de futebol, a fim de ser imediatamente compreendido. Desta tentativa do falante adequar o conteúdo e a forma da sua linguagem ao tipo de ouvinte a quem se dirige é que, acreditamos, derivam as metáforas. *Elas estabelecem uma relação de semelhança, insinua uma aproximação entre dois elementos, é resultado da interação entre duas idéias*, ou como afirma Max Black, “a metáfora fornece um ‘insight’ para uma imagem desejada pelo falante”(apud. Davson 1992:50).

Especulando as razões que possam levar um locutor esportivo a utilizar a metáfora da guerra para fazer referência aos lances e elementos de uma partida de futebol, inferimos que, entre outras coisas, o locutor assim procede por saber que é fundamental criar um clima de rivalidade entre as equipes, para manter a atenção da audiência torcedora, e quase sempre fanática, à estação de rádio ou tv. Ou seja, a metáfora, neste caso, surge e se estabelece como uma estratégia interacional de captação de audiência, que se perpetua no discurso do narrador esportivo toda vez que recorre a ela em suas narrações, fazendo-a parte integrante da linguagem radiofônica. A metáfora parece *plasmar* a realidade linguística de uma partida de futebol ou de um debate, e ao mesmo tempo é *plasmado* por ela, cumprindo, assim, uma relação de interdependência fundamental entre ambos.

Por outro lado, percebemos também que a exaltação das virtudes do vencedor e a humilhação do perdedor não só fazem parte dos espetáculos esportivos, neste caso: o futebol, ou das discussões em geral, mas são elementos da essência da humanidade como um todo. Há no homem a necessidade absurda de premiar e ser premiado ou de se autopremiar por uma determinada “conquista”, coroar-se para se auto-afirmar e se erigir por cima das cinzas dos outros, “fracassados”, “derrotados”. Ratifica-se, desta forma, o provérbio latino que diz ser o homem o lobo de si mesmo. Não seria por isso também que o sentido de guerra esteja tão patente na linguagem, pensamento e ação dos homens, seja em um tenso debate, seja em momentos de lazer e diversão como uma partida de futebol?

Um outro excelente exemplo que autores encontraram para ratificar que as metáforas estruturam o nosso pensamento foi o conceito de *tempo* que tanto utilizamos. É possível que seja por esse intenso uso que nós esquecemos

que o empregamos metaforicamente. Expressões como *tempo é dinheiro*, por exemplo, são ditas ou subentendidas inúmeras vezes pelos cidadãos de uma sociedade capitalista como a nossa, e só nela poderia ter nascido, asseguram os autores, uma vez que vivemos e existimos em torno do dinheiro. *Tempo*, para o homem ocidental, significa literalmente dinheiro.

Eles classificam estas metáforas que estruturam um conceito em termos de outro, como no exemplo dado acima, de **Metáforas Estruturais**. Elas organizam o nosso sistema conceptual.

Lakoff & Johnson ainda sugeriram um outro tipo de metáfora, a qual foi chamada de **Orientacional**. Segundo eles, este tipo, em lugar de estruturar um conceito em termos de outro, organiza um sistema inteiro com relação a um outro. A maioria das **Metáforas Orientacionais** funcionam como orientação espacial: acima-abaxo, dentro-fora, frente-trás, central-periférico etc.

Tais orientações espaciais são oriundas do tipo de corpo que possuímos e da maneira que ele funciona em nosso ambiente físico. Afirmam que estas orientações não são arbitrárias, elas têm uma base cultural, podendo variar de cultura para cultura. Contudo, na maioria delas a idéia de futuro está adiante do momento em que se fala, já em outras poucas o futuro está atrás do momento em que se fala. Alguns dêiticos (aqui, ali, este) têm um papel muito importante neste tipo de metáfora, em razão da direção que eles indicam, por exemplo, *prá cima*, *prá baixo* e *prá frente* representam estados positivos (alegria, saúde, esperança etc), muito usados em frases como “acordei hoje de astral lá em cima”, “daqui prá frente, tudo vai ser diferente”. Já expressões como “*prá baixo* e *prá trás*” apontam para estados negativos (tristeza, depressão, decepção etc), também muito usados em frases como: “estou me sentindo tão *prá baixo*”, “tente esquecer o que ficou *prá trás*”.

Focalizando nosso material coletado referente aos programas radiofônicos de variedade, à luz das **metáforas orientacionais**, podemos afirmar que esta é bastante utilizada pelos comunicadores, uma vez que o objetivo central destes programas de rádio é conquistar o ouvinte e torná-lo literalmente cativo ao programa. Seria, no mínimo, estranho, se os comunicadores não lançassem mão deste recurso metafórico em suas falas, pois, inegavelmente, elas fazem parte da nossa cultura, da nossa maneira de conceber o mundo, e por conseguinte, da nossa linguagem. Certamente os comunicadores dominam tal tipo de metáfora e a manuseiam com devida adequação e perspicácia, enfatizando, sobretudo, a **orientacional positiva**, por assim dizer, a que coloca o ouvinte *prá cima*, que lhes dá esperança e lhes conforta, já que sabemos não ser nada agradável interagir com pessimistas, deprimindo e desesperançados, pois estes só nos trarão mais angústia e dor. Aliás, masoquistas nunca são bem-vindos em parte alguma do planeta... não é verdade?

Parece-nos que os comunicadores radiofônicos em geral, tanto do rádio como da televisão, acreditam que também é sua função “alavancar”

o ânimo dos abatidos, estimulá-los a *dar a volta por cima e sair da sargeta da vida*, agindo como uma espécie de *conselheiro à distância*, ou se preferir, *psicólogo-eletrônico*. Basta uma rápida observação sobre os principais comunicadores da TV brasileira, para constatarmos isso. Silvio Santos, com o seu humilhante quadro “Porta da Esperança”, em que pessoas esmagam a sua auto-estima em troca de migalhas triviais, é um bom exemplo disso. Quando a “porta” é aberta sem o objeto do desejo, assiste-se a uma enxurrada de frases feitas e clichês plenos de *metáforas orientacionais positivas* por parte deste comunicador, que tenta a todo custo “consolar” aquele “mendigo”, mediante a grande decepção da “porta” aberta, mas vazia. Um outro ótimo exemplo é o Faustão, que nas tardes de domingo invade nossas casas, “gorfando” abobrinhas de toda sorte, bem como fazendo comentários supostamente sérios contra a classe “política” brasileira. Oh, louco! Quem lhe dará crédito, já que de dez frases que fala, nove são cômicas ou, se não o são, pretendem sê-lo. Temos ainda a secular apresentadora Hebe Camargo, cuja produção do tradicional programa de auditório tenta, de alguma maneira, ser útil ao telespectador, mas é sempre frustrada pelos palpites piegas, e pelos conselhos e soluções simplistas oferecidos gratuitamente pela “jurácica” apresentadora do SBT. Podemos incluir ainda nesta relação as apresentadoras infantis, que não poderiam ser classificadas como psicólogas-eletrônicas, mas como verdadeiras *babás-eletrônicas*, já que indubitavelmente “ninam” as crianças durante horas a fio, enquanto minam os suados reais de seus pais com suas “merchandises” colocadas estrategicamente para serem vistas discretamente pelos “baixinhos”, fonte de lucro para engordar os seus bolsinhos. Só nos resta dizer que “isto é uma *ver-go-nha!*”, plagiando a frase tão desgastada insistentemente dita por um outro paladino da justiça, o semi-cético Boris Casoy, que também faz exaustivo uso da *metáfora orientacional* em seu telejornal diário. Portanto, como vimos, a televisão brasileira está repleta de usuários deste tipo de metáfora, os quais inconscientemente passam a trabalhar ilegalmente, ou seja, sem título universitário no campo de um outro profissional: o psicanalista.

No rádio este tipo de prática não é muito diferente, pelo contrário, diríamos que é nele que isto mais acontece. Dos dois comunicadores que hora analisamos ambos se servem das *metáforas orientacionais* com muita propriedade, logo também assumem o papel de *conselheiro a distância* ou *psicólogo-eletrônico* no transcurso do seu programa. Um deles, o pernambucano Samir Abou Hana tem dois quadros no seu programa que são intitulados “Conselho de Coração” e “Você será Feliz”. No primeiro é lida a carta de um ouvinte que conta o seu caso e pede ajuda em forma de conselho ao seu momentâneo “guru-comunicador”. No segundo, o comunicador se dirige ao público em geral, que por ventura venha a sentir-se abatido e infeliz. Nesses quadros, percebemos o uso excessivo dessas metáforas que, enfim, procuram transmitir otimismo e entusiasmo aos seus ouvintes, para em troca receber audiência assídua.

O outro comunicador, o mineiro radicado em São Paulo, Paulo Lopes, confienciava-nos em entrevista, que se sentia como “um irmão mais velho” dos seus ouvintes, alguém em que eles podem confiar. E isto lhe deixava à vontade para aconselhar e apontar o caminho àqueles desorientados que procuram a sua ajuda, a qual é quase sempre verbal e encontrada nas *metáforas orientacionais positivas*.

O interessante disto tudo, é que não é privilégio dos comunicadores de massa usar este tipo de metáfora, mas todos nós, falantes em geral, as utilizamos à torto e a direito sem ao menos nos darmos conta da imensa complexibilidade cognitiva embutida nelas. Por está tão arraigada à nossa cultura e ao nosso cotidiano, a complexidade desta espécie metafórica se dilui e desaparece quase que completamente de nossos axiomáticos planejamentos linguísticos, possibilitando mais fluidez no falar, e por conseguinte, mais facilidade por parte do nosso virtual ouvinte em compreender um dado conceito organizado por outro nas nossas relações comunicativas diárias.

Os estudiosos americanos explicitaram mais um tipo de metáfora, a qual denominaram de *ontológica*. Eles observaram que conceitos super-abstratos como o de inflação, por exemplo, são muitas vezes transformados em entidades ou seres, isto é, para Lakoff & Johnson os falantes dizem que a inflação *crece, diminui*, ou como dizemos no Brasil: *galopa, achata e devora o poder de compra do salário dos tabalhadores e até mesmo mata de fome milhões de miseráveis*.

Uma espécie de *metáfora ontológica* é a *personificação*, ou seja, quando tais conceitos agem com autonomia, vida própria, tal como acontece com a inflação supracitada. Não são raras as vezes em que a imprensa metaforiza a inflação como um dragão feroz e faminto, saltando fogo pelas narinas. As charges de jornais e revistas são muito habilidosas nesta prática.

Muitos conceitos essencialmente abstratos são personificados e, portanto, transformados em seres com volição e ação, inúmeras vezes, quase que automaticamente, quando fazemos uso da linguagem ou realizamos um pensamento.

Durante um dos programas de rádio, podemos identificar, com uma certa frequência, a presença de *metáforas antológicas* na fala do comunicador, até porque antes de ser comunicador de massa ele é um falante natural da língua, pertencente a uma determinada cultura que habitualmente faz uso deste tipo metafórico.

Selecionamos, pelo menos, três exemplos deste tipo de metáfora na linguagem do comunicador Samir Abou Hana, durante o decorrer dos seu programa. Foram eles:

(9)... chegamos a sexta-feira a *semana* passou depressa e *ela* passa muito depressa prá quem se ocupa...

(10) ... ah aí o tempo passa depressa o tempo corre rápido...

(11) o salário mínimo vai prá quanto...

Observe que nos exemplos (9), (10) e (11) as palavras grifadas correspondem a conceitos que assumem ações intrínsecas de elementos autônomos, isto é, que podem se movimentar sozinhos, exatamente porque são personificados pelo comunicador.

O curioso é que, embora havendo uma quebra intencional na ordem natural das propriedades dos conceitos supracitados, não há ruptura no sentido ou qualquer outro tipo de dano à inteligibilidade do enunciado, nem tão pouco à sua interpretabilidade, pois a grande maioria dos falantes adultos de língua portuguesa já estão bastante habituados a este tipo metafórico, de forma que geralmente seu uso não causa surpresa àqueles que o ouvem.

Todavia, cabe-nos aqui ressaltar, crianças em fase de aquisição da linguagem normalmente têm dificuldades para interpretar tal manifestação metafórica. Contudo, é possível que aqui no Brasil, mediante as condições de crise econômica ininterrupta, crianças na mais tenra idade, quando estão adquirindo a linguagem, já entendam com relativa facilidade o uso da *metáfora ontológica* (aplicada em relação ao salário, por exemplo), em razão de tanto ouvir dos pais e da televisão que “o salário não dá prá comprar o que se precisa”, que “o salário acaba antes do mês terminar”, que “ele defasou” etc. Chegaria um momento em que as crianças brasileira de classe média e pobre, por tanto ouvir este emprego de metáfora, internalizaria tal conceito com mais urgência do que as demais, para poder conviver melhor em seu universo.

Conclusão

Podemos, então, concluir concordando categoricamente com a tese de Lakoff & Johnson de que vivemos mergulhados em um sistema fundamentalmente metafórico, já que eles conseguem argumentar convincentemente e exemplificar adequadamente que a metáfora pervade, de fato, a nossa vida e a nossa cultura, impondo-nos subrepticiamente uma forma de concebermos mundo, a qual influi diretamente em nosso pensamento, e por conseguinte em nossa linguagem a ação.

Assim, passamos a entender a linguagem não só como instrumento de comunicação, ou possibilidade de expressão ou até mesmo como forma de ação, segundo os postulados dos analíticos de Oxford Austin e Searle, mas sobretudo, entendemos a linguagem como condição “sine qua non” para conseguirmos viver “normalmente” nesta sociedade, isto é, estarmos nela sem traumas ou maiores dificuldades de ordem sócio-cultural legitimamente aceitos como falantes ideais (não no sentido chomskiano do termo “ideal”) da comunidade

linguística ocidental. Começamos a entender o uso das variadas manifestações metafóricas como um caminho eficaz para a concretização de nossa existência aqui no mundo, de ser e estar nele sem temer o perigo de ser “delatado” do convívio social, pois ao que nos parece, já aprendemos, de alguma forma, a compreender e a nos expressar dentro desta cultura ocidental mercantilista, que modela e manipula o sistema conceitual que devemos dominar, ou melhor, assujeitar-nos, caso contrário, nem conseguiríamos escrever isto.

A pena para aqueles que se insurgem contra este sistema mercantilista e desumano ou mesmo não se adapta a ele é a marginalização à sociedade, com conseqüente perda dos virtuais benefícios que ele poderia lhes proporcionar.

Geralmente esta pena é agravada pelos diversos rótulos de *falantes psicóticos, esquisofrênicos, débeis mentais, alienistas*, e que costumam vir anexos a esta cruel marginalização social. É mais uma cortesia desta sociedade metaforicamente correta?

Se para Lakoff & Johnson os homens ditos normais têm a linguagem, o pensamento e a ação regidos por conceitos essencialmente metafóricos, contrariando o senso comum, então os chamados psicóticos, débeis, esquisofrênicos etc teriam estes mesmos elementos (linguagem, pensamentos e ação) dirigidos por sentidos estritamente literais? Será que é assim que funciona a Rádio Tan Tan existente no Hospital Psiquiátrico de São Paulo? As respostas a estas questões dariam muitos panos para as mangas, principalmente de mestrado.

BIBLIOGRAFIA

- ECO, Umberto, 1991. Semiótica e Filosofia da linguagem. Áticam, São Paulo, SP.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. 1990. Metaphors we Believe by. Chicago, The University of Chicago Press.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de, 1991. As Faces do Rosto (Tese de mestrado, Unicamp SP- mimeo)
- PONTES, Eunice (org.), 1990. A Metáfora. Editora da Unicamp, Campinas, SP.
- PIAGET, Jean, 1959. A Linguagem e o Pensamento da Criança. Fundo de Cultura. Tradução: Manoel de Campos.
- SACKS, Sheldon (org.), 1992. Da Metáfora. Educ-Pontes, São Paulo, SP.

O PERCURSO DO SENTIDO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Mônica Fontana*

A Linguagem Dos Quadrinhos

Um dos fatores de maior impacto nas HQ é que se trata de um veículo de comunicação principalmente visual, onde o trabalho de arte domina inicialmente a atenção do leitor estimulado pelo efeito sensorial da visão.

As HQ apresentam-se em sua característica formal como arte sequencial cujos componentes texto/imagem estão irrevogavelmente entrelaçados. Os quadrinhos não são mera ilustração ou simplesmente texto. A “disposição das palavras e a arquitetura da composição visual” ampliam e desenvolvem o conteúdo latente da história¹ e neste sentido constituem um código independente e específico.²

O código das HQ abrange tanto elementos iconográficos como elementos lingüísticos. Relacionamos, a seguir, alguns dos elementos deste código.

O *balão* é o “signo convencional” que se estabeleceu para expressar a fala e indicar o locutor.³ A forma com que aparece é dotada de significado e impõe a característica de som à narrativa. Assim, o balão traçado em linha uniforme indica o “discurso expresso”; o balão em forma de nuvenzinha, com bolinhas saindo da cabeça da personagem expressa o pensamento; o balão serrilhado ou denteado expressa o som que emana de um aparelho (rádio, TV, máquina) mas pode representar também um grito, a fala dita em voz alta, ao contrário do balão pontilhado que expressa o “discurso sussurrado”. E temos ainda o balão acompanhado por notas musicais que tentam imprimir o caráter de melodia ao letreiramento. Apesar de uma convenção estabelecida, não há limites rígidos na hora de se colocar o diálogo numa HQ e muitos autores buscam inovações.

* Mônica Fontana é aluna do Mestrado em Letras e Lingüística da UFPE, orientada pelo Prof. Dr. Sébastien Joachim co-orientado pelo Prof. Dr. Paulo Cunha.

¹ Einer, 1985, pp 122-23.

² Tomamos o conceito de código, aqui, na acepção de Umberto Eco (1968, p. 39) como “modelo de uma série de convenções comunicativas que se postula existente como tal, para explicar a possibilidade de comunicação de certas mensagens”, embora o autor, em trabalho mais recente, questione o conceito de código largamente utilizado nas discussões semióticas deste século em favor do conceito mais abrangente de enciclopédia (Eco: 1984, p. 247).

³ Eco, 1964, p. 145 et seq.

A tentativa de “captar e tornar visível um elemento etéreo, o som”⁴ nas HQ não se limita à utilização dos balões. As *onomatopéias*, que já eram amplamente utilizadas na literatura e na poesia, encontram terreno fértil nas HQ. Aqui, o recurso lingüístico aliado ao recurso gráfico produz um “funcionalismo estético” que confere significado à narrativa. À riqueza de sons e ruídos - que criam uma comunicação mais densa – o recurso gráfico, aplicado às onomatopéias, torna-se essencial para imprimir a idéia de movimento neste meio de expressão que se vale de quadros estáticos para estabelecer uma cadeia dinâmica de acontecimentos onde se desenvolve a história.⁵

A característica fundamental das HQ é contar uma história ou comunicar idéias através de palavras e imagens sequenciadas em quadros. Diferente do cinema que narra num fluxo contínuo de imagens, os quadrinhos captam um momento específico do fluxo da narrativa em cenas “congeladas”. O *enquadramento* de uma cena encerra em si uma seqüência de ações que, não obstante estarem suprimidas da sucessão de eventos, é percebida pelo leitor. O formato dos quadrinhos também desempenha função comunicativa. Os quadrinhos maiores concentram um lapso de tempo mais demorado e maiores detalhes em imagens, uma sucessão de quadrinhos menores confere ritmo acelerado à narrativa, mas pode também comunicar a idéia de tensão concentrada. É claro que o recurso comunicativo na disposição dos quadrinhos vai depender do contexto da narrativa, mas não deve ser ignorado.

O *requadro* – a moldura que envolve o quadrinho – também pode apresentar função significativa. Will Eisner, baseado em sua experiência como quadrinista, desenvolve um estudo detalhado sobre a linguagem do requadro nas HQ:

O propósito do requadro não é tanto estabelecer um palco, mas antes aumentar o envolvimento do leitor com a narrativa. Enquanto o requadro convencional, de contenção, mantém o leitor distanciado (...) o requadro utilizado como elemento estrutural passa a envolver o leitor (...) convida o leitor a entrar na ação ou permite que a ação “irrompa” na direção do leitor. Além de acrescentar à narrativa um nível intelectual secundário, ele procura lidar com outras dimensões sensoriais.⁶

⁴Eisner, 1985.

⁵Naumin Aizen realiza um levantamento bastante significativo sobre o assunto no ensaio “BUM! PRÁÁÁ! BAM! TCHÁÁÁ! POU! Onomatopéias nas Histórias em Quadrinhos” in MOYA, Álvaro. SHAZAM!. Perspectica, 1977., onde elabora um glossário com as principais onomatopéias das HQ.

⁶Eisner, 1985. p.46.

Algumas das principais funções do requadro apontadas pelo autor e largamente utilizadas nas HQ são: requadros retangulares que expressam o tempo presente; requadros sinuosos ou ondulados para expressar *flashback*; ausência de requadro que expressa espaço ilimitado; requadro utilizado como elemento visual para compor o cenário da história.

Na relação de complementaridade entre texto e imagem nas HQ, o texto vai conduzir o leitor “por entre os significados da imagem”.⁷ Diferente do cinema, que nasceu mudo e muito depois alcançou a palavra, as HQ nasceram praticamente “falantes”. O recurso visual nas HQ, no entanto, é fundamental. Se é impossível conceber uma HQ sem imagem há muitas que atingem o objetivo de narrar uma história sem texto. A respeito da mensagem lingüística nas HQ, Barthes observa:

as palavras (...) são fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior: o da história, o da anedota, o da diegese.⁸

Como na estrutura de uma peça teatral ou no roteiro de cinema, nos quadrinhos o *diálogo* faz progredir a ação. Embora com menor intensidade no teatro e maior nas HQ e no cinema, o “discurso imagético” corre paralelamente ao diálogo na evolução da narrativa. É, portanto, de grande importância o tratamento dado aos diálogos nas HQ. A linguagem rebuscada, pedante, se não estiver em conformidade com as características de uma personagem bastante específica, não é verossímil. O diálogo nos quadrinhos tenta se aproximar ao máximo da linguagem articulada verbalmente a fim de conferir “naturalidade” aos falantes. Daí aparecerem com frequência gírias, palavras truncadas e até escritas com erros de grafia na tentativa de reproduzir as características da fala das personagens.

Dispostos alguns dos elementos que formam o código dos quadrinhos passamos a analisar como estes elementos se articulam entre si para comunicar uma mensagem, isto é, como se articulam entre si enquanto linguagem.

As imagens que compõem cada quadro equivalem a uma sentença ou frase completa formando, assim, uma gramática do enquadramento onde aparecem sujeito da ação, ação, objeto direto ou indireto, advérbios e adjetivos.⁹ Se visto em relação ao discurso do narrador (escritor/artista) o quadro equivalerá a um enunciado completo. Christian Metz num estudo sobre a fenomenologia da narração no cinema aponta cinco características fundamentais,

⁷ Barthes, 1964, p. 33

⁸ Ibid., p. 34

⁹ Eco, 1964, p. 46.

das quais destacamos quatro, em que a imagem filmica pode ser comparada a um enunciado:

- 1) As imagens (...) são em quantidade infinita, como os enunciados e contrariamente às palavras; não são em si, unidades discretas.
- 2) São em princípio invenções daquele que “fala” (...) como os enunciados e contrariamente às palavras.
- 3) Fornecem ao receptor uma quantidade de informações indefinida, como os enunciados e contrariamente às palavras.
- 4) São unidades atualizadas, como os enunciados e contrariamente às palavras que são unidades meramente virtuais (unidades de léxico).¹⁰

As quatro características apontadas acima são também verificáveis no plano das HQ já que, como no cinema, a narração nos quadrinhos utiliza como veículo de comunicação principalmente a imagem.

A relação entre as sucessivas disposições das imagens em quadros, formando enunciados completos, apontam para uma “sintaxe específica” dos quadrinhos.¹¹ O que acontece nas HQ é que o leitor monta em sua mente esta sucessão de quadros e a percebe como um fluxo contínuo de eventos. Este encadeamento de “enunciados” compostos por quadros que configuram as seqüências ligadas umas às outras através de um elo de significação confere a característica de linguagem às HQ.

Coesão e Coerência nas HQ

Em sua acepção mais ampla o conceito de texto é aplicado ao conjunto de expressões comunicativas que compõem um todo coerente e significativo.

Sabemos que para ser inteligível o texto deve cumprir dois requisitos básicos:

- 1) ser coesivo e;
- 2) ser coerente. Tanto a coesão como a coerência nas HQ ocorrem ao nível da interação entre palavra e imagem, algumas vezes com maior ênfase no elemento lingüístico, outras, no iconográfico, ou ainda mantendo um certo equilíbrio de nexos coesivos e coerentes entre ambos.

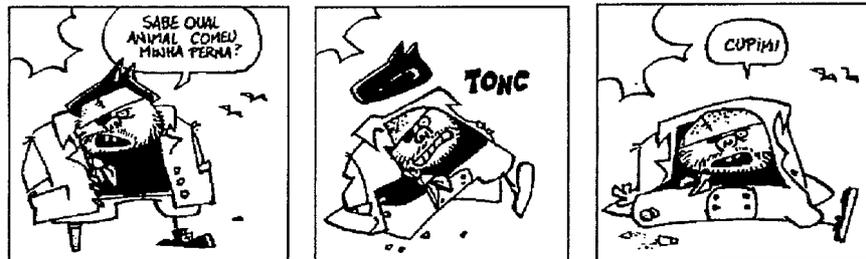
¹⁰ Metz, 1968, pp. 39-40

¹¹ Eco, 1964, p. 147.

A coesão diz respeito à natureza das relações co-textuais. Teoricamente não possibilita nem impede a realização da textualidade, mas é uma evidência empírica, está presente no texto. A coesão apresenta um caráter linear na organização sequencial do texto, ou seja, na relação entre elementos superficiais, onde um completa a interpretação do outro. Nas tiras ou HQ não são apenas os elementos lingüísticos que determinam a coesão do texto, como observamos no exemplo abaixo:

Exemplo 1

NÍQUEL NÁUSEA FERNANDO GONSALES



Sem o suporte da imagem o texto perderia a graça e ficaria comprometido em sua significação, já que a piada é um elemento chave para uma peça humorística. Senão vejamos traduzindo para o “código lingüístico”:

“Pirata pergunta: – Sabe que animal comeu minha perna?
Cupim!”

Falta um nexos coesivo e mesmo que se recorra a processos inferenciais do tipo “pirata/perna-de-pau” a piada careceria de textualidade. Mesmo se tentássemos uma transcrição mais prolixa:

“Pirata com perna-de-pau pergunta:

– Sabe que animal comeu minha perna?

Ao que ele responde depois de cair sobre sua perna-de-pau:

– Cupim!”

A instantaneidade com que o pirata pergunta e cai, o desalinho na queda, a expressão facial, o ruído (onomatopéia) e a pronta resposta, entre irônico e desconsolado, tudo isto é impossível narrar em palavras. Perderíamos, com isso, o impacto humorístico criado pelas imagens. Este impacto só é possível pelo nexos coesivo que se cria entre pergunta/queda/ resposta ou texto/imagem/texto e que confere textura à tirinha.

No exemplo seguinte observamos como predomina sobre a imagem:

Exemplo 2

PIRATAS DO TIETÊ

LAERTE



Aqui, a reiteração das palavras "quando", "morre", "jacaré", "couro" e "otário curioso" estabelece a coesão do texto. Ao jogar com a ambigüidade e sentido da palavra "quando" que aparece nos três primeiros quadros com o sentido de "na ocasião em que", "depois que" mas é interpretada no terceiro quadro como "em que instante" o autor cria uma ruptura de sentido que se percebe no último quadro. A *gag* ocorre no nível semântico do texto. As imagens só reforçam a demência do marujo, a ironia do capitão e quebra de sentido que estabelece o humor no último quadro.

A coesão não é condição suficiente para que se estabeleça a coerência do texto. Observamos:

Exemplo 3

CLICLETE COM BANANA

ANGELI



No exemplo acima, o fato de cada tipo ser relacionado com o alimento que consome enquanto lê, estuda, assiste TV não é suficiente para que se estabeleça uma relação de coerência entre os quadros. Nem mesmo o título *Foods* parece suprir a falta de coerência e a tira, ao invés de um todo contínuo, aparece fragmentada em quadros isolados que, apesar do sequenciamento coesivo, não formam um texto mas apenas classificam os hábitos alimentares de cada um dos tipos caracterizados.

A coerência é o princípio de compreensibilidade do texto. Não é um fenômeno idiomático, vai além da estrutura lingüística e por isso mesmo não se realiza como evidência empírica, situa-se, antes, ao nível da percepção cognitiva e se estabelece na interação comunicativa entre texto, quem o produz e quem procura compreendê-lo.¹

Diferentemente da coesão, que ocorre na superfície textual, a coerência se dá no plano da macroestrutura do texto; não depende apenas de fatores lingüísticos, mas se vale da experiência cotidiana, do universo de conhecimento do receptor e neste sentido é relativa pois prescinde da “enciclopédia” do receptor para estabelecer-se, como observa Leonor Lopes Fávero:

A coerência (...) manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim, a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos.²

Vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo 4

NÍQUEL NÁUSEA FERNANDO GONZALAS



¹ Koch & Travaglia, 1989, p. 38.

² Leonor Lopes Fávero, 1991, p. 10.

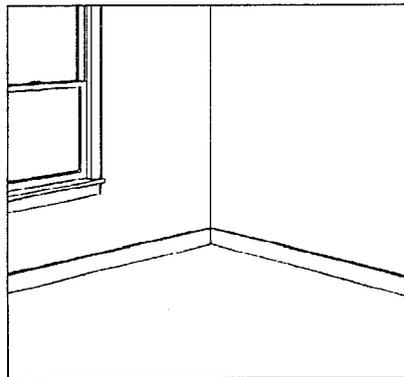
Observamos que ao nível da imanência do texto não há nexos coesivos entre os dois primeiros quadros e o terceiro. A falta de nexos coesivos, no entanto, não impossibilita que a coerência se verifique através da interferência do conhecimento de mundo do receptor compartilhado com o do emissor, onde se estabelece o elo de significação entre os quadros e se compreende a piada. Aqui, mais uma vez, a imagem é responsável pela contextualização, estabelecendo o sistema referencial do texto.

Como vimos anteriormente, a coesão não é condição suficiente para se formar um texto. Mas um texto pode ser coerente mesmo que destituído de coesão. É o que verificamos na HQ *Aqui*, de Richard MacGuire, da qual reproduzimos as duas primeiras páginas como exemplo de HQ carente de coesão mas cuja textualidade se dá ao nível da coerência.

Exemplo 5

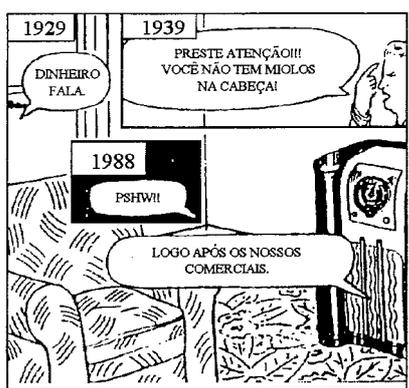
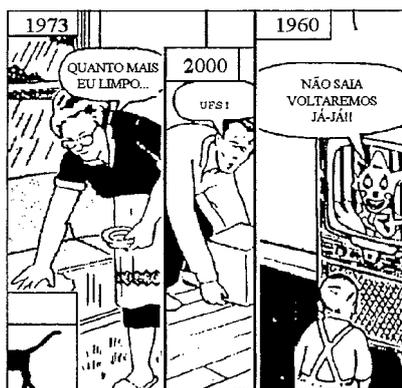
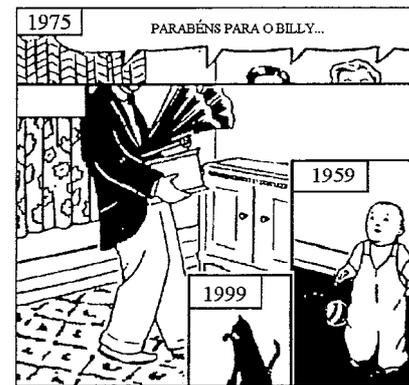
AQUI

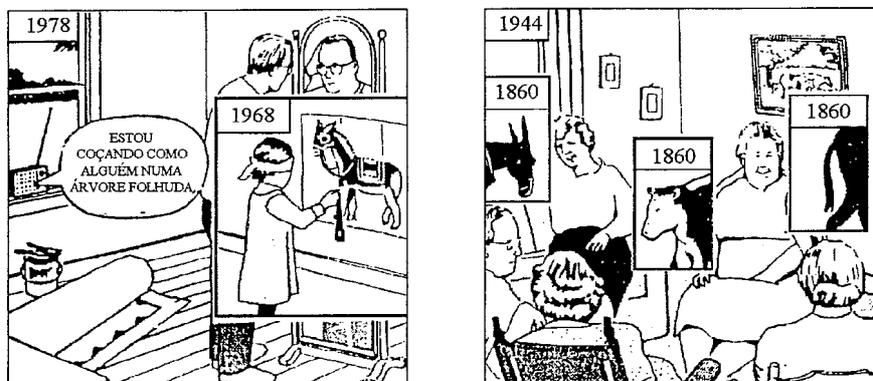
Richard MacGuire





PIRATAS 14 PG. 10





PIRATAS 14 PG. 17

A partir do tema, o autor desenvolve um processo de desconstrução da narrativa. O advérbio “aqui” – utilizado pelo autor para dar título à HQ e que tanto pode se referir ao espaço quanto ao tempo – é um elemento-chave no processo de leitura.

Enquanto espaço, o advérbio “aqui” (= neste lugar) é levado às últimas consequências pelo autor: o canto de uma sala de estar visto sempre pelo mesmo ângulo ou o espaço externo do ambiente que comporta aquele canto da sala de estar. Numa metaleitura pode-se perceber “aqui” como o quadrinho que vai guardar sempre as mesmas proporções do início ao fim da estória ao mesmo tempo em que vai abrigar todo o percurso da desconstrução da HQ.

Enquanto tempo, o advérbio “aqui” (= neste momento, nesta ocasião) aparece através das datas, colocadas como enunciado e que desempenham papel fundamental na concepção da estória.

O autor se vale de recursos próprios ao veículo - concepção de uma idéia, disposição de imagens em quadros, composição dos enunciados e diálogos em sequências que ocorrem quadro a quadro - para subverter o próprio conceito de HQ como arte sequencial. Pela inserção de novos quadros em um mesmo quadrinho quebra-se a linearidade da leitura ao mesmo tempo em que se estabelece uma nova configuração gráfica. Se, uma vez desenhada, a imagem figurativa permite pouca interpretação adicional, com MacGuire a figuratividade não reduz a imagem a seu objeto denotado.

Assim, a unidade do quadro se decompõe em fragmentos que conferem um novo ritmo à estória. Observa-se pela justaposição de datas, imagens e diálogos, uma rede de significados latentes. Ao nível da percepção intelecto-sensorial, esta desintegração visual rompe com a diacronia da narrativa linear e confere ao leitor a possibilidade de estabelecer a conexão de quadros e situações

que se dão em tempos e espaços diferentes. A fragmentação de quadros, datas e diálogos gera um texto plural e difuso, que não tem significados próprios, onde o sentido é o produto da relação que o leitor estabelece entre os elementos do texto.

A coerência é uma “articulação de vários planos do texto” e se dá como um “complexo de interdependência” realizado vertical e horizontalmente e que equivalem respectivamente à macroestrutura (significação global) e à microestrutura (seqüência de quadros/enunciados) onde a relação entre estes dois níveis resulta na composição do texto e, efetivamente, na sua compreensão.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. 1964. *A Retórica da Imagem*. in *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- ECO, Umberto. 1964. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1993, 5.ed, Debates 19.
_____. 1984. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Ática, 1991.
- EINER, Will. 1985. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- FÁVERO, Leonor Lopes. 1991. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo, Ática, Princípios 206.
- FIORIN, José Luiz. 1989. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto. (Repensando a Língua Portuguesa).
- KOCH, I.G.V. & TRAVAGLIA, L.C. 1989. *Texto e Coerência*. São Paulo, Cortez Editora. (Biblioteca da Educação. Série 5, Estudos da Linguagem, 4).
- METZ, Christian. 1968. *A Significação no Cinema*. São Paulo, Perspectiva, 1977, Debates 54.
- MOYA, Álvaro. 1977. *Shazam!*. São Paulo, Perspectiva, Debates 26.

O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Isaltina Mello Gomes¹

A Narrativa Jornalística

A organização dos textos jornalísticos obedece a regras específicas que têm por finalidade chamar a atenção do leitor e indicar os principais aspectos de cada notícia. Os relatos, por exemplo, não necessitam respeitar a ordem cronológica. O fundamental é seqüenciar os fatos hierarquicamente, ou seja, de acordo com sua importância decrescente. “Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 1985: 16).

Para Lage (1985), essa definição indica que no jornalismo deve-se expor acontecimentos, mas não narrá-los, pois a narrativa é um gênero tradicionalmente literário. Entretanto, a narrativa está cada vez mais presente nos textos jornalísticos, principalmente naqueles publicados em revistas, sem configurar uma “aberração”. Sua utilização é, talvez, uma forma mais atraente de motivar o leitor para o que será informado.

As narrativas, em geral, obedecem a uma organização que Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) denominam de estrutura da narrativa.² Para eles, as narrativas completas apresentam:

Resumo – é uma espécie de sumário. Geralmente vem antes do início da história.

Orientação – dá pistas sobre o contexto em que a história ocorreu. Identifica o tempo, o lugar, as pessoas e suas atividades ou situação. Quase sempre aparece antes da primeira oração narrativa.

Complicação – é o fato, o que aconteceu. Inicia com a primeira oração narrativa.

¹ A autora é professora de jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UFPE e mestranda em Linguística no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFPE.

² Para sistematizar as partes que compõem essa estrutura, Labov e Waletzky partiram de relatos de experiências pessoais. Essa teoria tem sido freqüentemente aplicada à análise de narrativas literárias.

Avaliação – indica o ponto de interesse (o alvo) da narrativa. É talvez, de acordo com Labov (1972), o elemento mais importante em acréscimo à oração narrativa básica.

Resolução – é o desfecho da história. Termina com a última oração narrativa.

Coda – traz o ouvinte/leitor de volta ao mundo real. Na realidade, nada acrescenta à história.

Neste estudo, aplicaremos o modelo de análise da narrativa de Labov e Waletzky à narrativa jornalística. Para isso, serão utilizadas duas matérias publicadas em duas revistas semanais de circulação nacional.

Um só Fato, Duas Narrativas

As narrativas objeto desta análise intitulam-se **A Imagem em Discussão** (Veja, 1993) e **O Fantasma da Sarjeta** (Isto É, 1993). As matérias referem-se ao caso da ex-menina de rua pernambucana Jaqueline Ferreira da Silva que teve sua foto publicada, na edição de 21 de junho de 1993 da revista *Time*, em reportagem sobre prostituição.

A avaliação, que permeia os dois textos jornalísticos, será o alvo principal deste estudo. No entanto, indicaremos, ainda que superficialmente, todas as seções da narrativa.

O Resumo

Para Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), o resumo anuncia o que está por vir, mas não é um elemento essencial da narrativa. No jornalismo, ao contrário, o resumo – que se poderia traduzir por título, antetítulo e subtítulo é fundamental, pois permite ao leitor verificar se o que será narrado - corresponde ao seu interesse.³ Nas duas narrativas analisadas, observamos que o resumo está configurado nos títulos e subtítulos.

VEJA

A IMAGEM EM DISCUSSÃO

Ex-menina de rua brasileira decide processar a revista *time* por publicar sua foto em reportagem sobre prostituição

ISTO É

O FANTASMA DA SARJETA

O passado volta a perseguir uma ex-prostituta de pernambuco que, agora casada e grávida, teve sua foto estampada em reportagem da revista *time* sobre a venda do corpo

³ Título é a síntese precisa da informação mais importante do texto, que deve despertar o interesse do leitor para o tema. O antetítulo, também conhecido por sobretítulo ou chapéu, é um pequeno texto localizado acima do título. Subtítulo, ou sutiã, vem abaixo do título e é usado para complementar ou acrescentar informações ao título de uma notícia.

Com estas informações o leitor já se inteira do que será tratado em seguida, e é aí que decide se irá ou não ler a matéria. É interessante observar que, nos exemplos citados, alguns elementos avaliativos já se fazem presentes no resumo. Na *Isto É*, Jaqueline é tratada como ex-prostituta, enquanto na *Veja* ela é tida como ex-menina de rua. Avalia-se também quando uma revista diz que Jacqueline teve sua foto “estampada” enquanto a outra utiliza “publicada”, um termo semanticamente menos carregado. Esses recursos de avaliação são fundamentais na decisão de ler ou de virar a página, que será tomada pelo leitor.

A Orientação

De acordo com Toolan (1988), a orientação equivale ao cenário da ação. Aplicando-se ao jornalismo, poderíamos dizer que esta seção equivale ao *lead* da matéria.⁴ Nas duas narrativas analisadas, os elementos orientativos localizam-se, em grande parte, no primeiro parágrafo.

A *Isto É* informa o nome da protagonista, sua origem e o lugar onde reside. A *Veja*, por sua vez, focaliza o elemento que gerou a complicação. Ou seja, ela reproduz a legenda da *Time*, além de especificar o contexto e a data em que a mesma foi publicada.

Vale notar, entretanto, que no desenvolvimento das duas matérias continuam sendo fornecidos dados orientativos. O deslocamento da orientação ao longo do texto também tem função avaliativa, pois o aparecimento tardio de determinadas informações pode criar efeitos surpreendentes, como a alteração da leitura que se faz de determinado fato à medida que se passa a conhecer certos dados orientativos. Observem-se os trechos orientativos das duas matérias analisadas.

VEJA

*“Brasil, Recife: Jacqueline, 18 anos perambula à procura de clientes.” Essa legenda e sua respectiva foto foram publicadas pela revista americana *Time*, na edição de 21 de junho, para ilustrar uma reportagem de capa sobre prostituição em todo o mundo para a exploração de crianças e jovens(...)

*Carioca, 19 anos (...)

*Casada e grávida de seis meses(...)

⁴ *Lead*: é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos deve-se incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais da matéria. No *lead*, deve-se responder às questões fundamentais do jornalismo (o que, quem, quando, onde, como e por que). Uma ou outra dessas perguntas pode, eventualmente, ser esclarecida no sublead.

ISTO É

*Jaqueline Ferreira da Silva (...) há quatro anos mudou-se para Jaboatão, cidade vizinha do Recife (...)

*Jaqueline, de 19 anos, a muito custo (...)

*(...) o filho que está esperando (...)

*(...) o marido Josias, de 20 anos(...)

Na análise da orientação, percebemos que a *Veja* é bem mais direta que a *Isto É*. A maior parte das informações contextualizadoras vêm no primeiro parágrafo, estando as demais dispostas até o final do segundo. Não obstante oferecer os principais dados de orientação também no primeiro parágrafo, a *Isto É* continua inserindo até o quinto parágrafo alguns dados orientativos. Vale assinalar também que, nas duas matérias analisadas, a forma linguística como são apresentados os elementos orientativos, muitas vezes, implicam avaliações. Mas isto será visto mais adiante, no item sobre avaliação.

A Ação de Complicação

A complicação é, de acordo com Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), o núcleo da narrativa. Isto porque sem ação complicadora não existe narrativa. No jornalismo, a ação de complicação corresponde ao fato e, sem ele, não há notícia.

Nas narrativas jornalísticas analisadas, o elemento gerador da complicação foi a publicação da foto de Jaqueline em matéria sobre prostituição, na *Time*. A revista *Veja* centra seu discurso neste fato. A *Isto É*, por outro lado, desenvolve o texto a partir deste elemento complicador, mas vai além. Ela resgata antecedentes do fato principal, tornando sua narrativa mais abrangente.

Tomando por base a localização das ações narrativas da *Isto É*, poderíamos até afirmar que o texto apresenta duas narrativas. A primeira sobre as conseqüências da publicação da foto, e uma outra, encaixada na primeira, sobre a triste vida de Jaqueline – abandonada pela família – prostituída e recuperada. Aqui, no entanto, preferimos considerar todos os eventos como componentes de uma só narrativa. Esta opção está pautada nas especificidades hierárquicas que regem o texto jornalístico.

Vale notar, ainda, que as seções de complicação das duas matérias estão fortemente imbricadas com elementos avaliativos e, algumas vezes, até mesmo com dados orientativos.

VEJA

***A reportagem-denúncia atingiu um alvo inesperado. Jacqueline F. da Silva decidiu abrir um processo contra a revista por uso indevido da imagem, por injúria e difamação (...)**

- *Jacqueline foi fotografada em outubro de 1992 pela fotógrafa free lance americana Viviane Moos, que passou uma temporada no Recife registrando o cotidiano das meninas de rua e prostitutas. As duas se conheceram na Casa de Passagem, uma instituição que dá assistência a 3 000 meninas do Recife.
- *(...)defende-se a fotógrafa, que havia assinado um contrato com a Casa de Passagem, prometendo doar dez fotografias em troca de ajuda e informações.(...)
- *Jacqueline aprendeu a ler e a escrever na Casa de passagem. (...)

ISTO É

- *Essa parte de sua história que Jaqueline, de 19 anos, a muito custo conseguiu superar e agora gostaria de esquecer acabou sendo divulgada para todo o mundo através de uma foto publicada há duas semanas na revista americana *Time* .(...)
- *A repercussão da reportagem sobre prostitutas de vários países causou reviravolta em sua vida e o episódio jogou por terra a esperança de que pudesse apagar o estigma da prostituição e garantir uma rotina familiar para o filho que está esperando.(...)
- *(...) sua imagem foi reproduzida em jornais e televisões de todo o País e ela saltou rapidamente do anonimato para uma indesejável notoriedade. Na rua onde mora, já ouve comentários maliciosos dos vizinhos e o comportamento de todos mudou.(...)
- *Por todos os contratemplos causados pela reportagem, ela resolveu processar a revista. Dentre todas, uma das piores conseqüências foi o desentendimento com o marido Josias, de 20 anos, principal incentivador da recuperação de Jaqueline.(...)
- *A confusão serviu apenas para acrescentar dificuldades à já difícil vida do casal. Josias , que como a mulher passou a infância na rua, trabalha como lavador de carros e não consegue ganhar mais do que Cr\$ 2,5 milhões por mês. Jaqueline está procurando emprego, mas, grávida de seis meses, dificilmente encontrará alguma oportunidade. Enquanto procura, faz curso profissionalizante na Casa de Passagem, uma organização não-governamental que dá assistência médica, psicológica e jurídica a mulheres que são ou já foram prostitutas.
- *A socióloga Ana Vasconcelos, coordenadora dessa entidade, conheceu Jaqueline quando ela começava a perambular pelas ruas do Recife. A menina, nascida no Rio de Janeiro, foi levada pela mãe à capital pernambucana aos quatro anos para ser abandonada em casa de estranhos .(...)
- *Na casa em que se refugiou, ela aguentou maus-tratos por muito tempo, até que resolveu tentar a vida sozinha e fugiu para a rua. A partir dos 12 anos começou a ter contato com as maloqueiras (...) Poucos dias depois já começava a cheirar cola e fumar maconha. Foi por causa do efeito de uma forte mistura de tóxicos que se tornou presa fácil para um adolescente cinco anos mais velho, com quem fez sexo pela primeira vez.(...)
- *Mas, nesse infemo, ela ainda conseguiu nutrir uma ilusão que parece ser comum a todas as garotas de programa: encontrar alguém que gostasse realmente dela e que a levasse para morar num ambiente familiar. A ilusão começou a tornar-se realidade há três anos, quando conheceu Josias. Depois de um longo namoro, resolveram morar juntos. (...)
- *E assim fez. Desde fevereiro os dois passaram a morar numa pequena casa (...)

- *Ele tencionava montar uma barraca para vender frutas e ela fazia planos para o filho que está esperando. A relação com os vizinhos, que até então não sabiam do seu passado, era normal e ela contava com a ajuda da Casa de Passagem para tentar esquecer as drogas e o tempo que viveu nas ruas. Tudo caminhava bem, até Jaqueline reconhecer a si mesma numa foto de um jornal local que comentava o trabalho da *Time*. (...)
- *(...) imediatamente procurou Ana Vasconcelos para propor um processo contra a publicação americana. (...)
- *A principal reclamação é de que a foto foi tirada quando já tinha deixado a prostituição, apesar de a legenda informar que Jaqueline procurava “clientes” numa rua do Recife. (...) A foto foi feita pela fotógrafa americana Viviane Moos, na rua Marquês de Olinda, centro da Capital(...)
- *(...) pretende exigir da *Time* indenização por uso indevido da imagem, em ação a ser ajuizada pelo advogado João Humberto Martorelli em Nova York.

A Resolução

É muito raro encontrar-se esta seção nas narrativas jornalísticas. Como a imprensa geralmente trata de fatos da atualidade e, na maioria das vezes, os acontecimentos divulgados ainda não tiveram um desfecho, não se tem dados para inserir na seção de resolução. A matéria da *Isto é*, no entanto, parece apresentar uma resolução que pode ser identificada no último período do texto:

ISTO É

Seu drama é que, qualquer que venha a ser a indenização concedida pela Justiça, não terá nenhuma garantia de que seu passado e seu futuro pertencem a ela e a mais ninguém.

A afirmação categórica da revista pode ser considerada como resolução porque apesar de o caso ainda não ter tido um veredicto judicial, a história de Jaqueline tornou-se pública. Logo, a única coisa certa em todo o episódio é que a protagonista “não terá nenhuma garantia de que seu passado e seu futuro pertencem a ela e a mais ninguém”.

Mesmo considerando o trecho acima como a seção de resolução, não podemos deixar de destacar os mecanismos de avaliação interna, como é o caso das expressões negativas (não, nenhuma) e de verbos no presente do subjuntivo (venha) e futuro do presente (terá) que aqui dão um sentido de futuridade. Mais adiante, serão fornecidos mais detalhes sobre os mecanismos de avaliação interna.

A Coda

Esta seção nada acrescenta à história, apenas marca o fim da narrativa. Então, os sinais gráficos que aparecem ao final das matérias publicadas

em revistas poderiam ser chamados de Coda. Estes sinais, em forma de quadrado, aparecem tanto na *Veja* quanto na *Isto É*. No entanto, a matéria da *Veja* apresenta, além do sinal, um texto que não mais diz respeito à história narrada, funcionando como mecanismo para trazer o leitor de volta. Esse texto, classificamos como coda.

VEJA

Liberdade de imprensa e privacidade vivem se esbarrando. Em junho de 1991, o encarte *Veja Rio Grande do Sul*, que circulava com a revista VEJA, fotografou, ao acaso, nas ruas de Porto Alegre, uma série de pessoas cujas roupas foram analisadas por estilistas numa reportagem sobre moda. Uma das personagens fotografadas, a relações-públicas Cecília Finger, sentiu-se ofendida e entrou com um processo na Justiça por violação de privacidade. Na semana passada, Maria Cecília ganhou em primeira instância uma ação indenizatória contra a Editora Abril. A partir dessa reportagem, a revista *Veja* decidiu descaracterizar por computador qualquer pessoa que tenha sido fotografada sem autorização. ■

ISTO É

■

A Avaliação

A avaliação, alvo principal deste estudo, objetiva informar ao leitor o ponto de vista de quem narra em relação à história narrada. Algumas vezes a avaliação é externa, podendo suspender temporariamente a ação narrativa. Outras vezes ela está imbricada nas frases (avaliação interna ou intra-sentencial). Neste caso, o ponto de vista do narrador é indicado por meio de intensificadores, comparadores - incluindo-se aí as expressões de negação, locuções comparativas e superlativos -, correlativos e explicativas (Labov, 1972).

De acordo com os cânones da objetividade jornalística, os elementos avaliativos não deveriam aparecer nos textos, exceção feita apenas aos do gênero opinativo. No entanto, é bastante frequente a ocorrência de avaliação na imprensa, o que pode ser verificado nos textos selecionados para este estudo.

Na matéria da *Isto É*, por exemplo, os elementos avaliativos fazem-se presentes nas várias seções que se desenvolvem ao longo da narrativa. Na *Veja*, além dos trechos avaliativos que permeiam praticamente todo o texto, existe também uma seção de avaliação bem definida. Observem-se os exemplos que seguem.

Trechos Avaliativos que Permeiam os Textos

VEJA

*(...) ela alega que a imagem foi obtida sem a sua autorização e que a informação da legenda é falsa.(...)

- *Jacqueline afirma que a prostituição, as drogas e o abandono são uma página virada em sua vida. “Não queria que meu filho soubesse do meu passado. A revista não tinha esse direito”, protesta.(...)
- *Jacqueline diz que na época ela já estava fora das ruas havia seis meses.
- *“Mesmo que ela tivesse pedido, não ia querer aparecer numa matéria dessas”
- *(...) “Eu não sou mais prostituta, sou uma mãe de família.” (...)
- *A fotógrafa americana tem outra versão para a história. Diz ter recebido permissão verbal para fotografar Jacqueline e todas as outras meninas que aparecem nas fotos. “Elas sabiam a natureza do meu trabalho, defende-se a fotógrafa (...)
- *“Ela foi desleal”, acusa Ana Vasconcelos, presidente da instituição. “Pelo acordo, as fotos seriam usadas em um livro.”A direção da revista *Time* endossou a versão da fotógrafa acrescentando não ver na publicação da foto nenhum motivo para prejudicar ou constranger alguém.

ISTO É

- *Jaqueline Ferreira da Silva nem parece a mesma jovem (...) com esperança de recomeçar a vida ao lado do marido e deixar para trás um passado incômodo. A tristeza que sente hoje é a mesma dos tempos em que foi maloqueira - expressão usada pelos pernambucanos para rotular as meninas que circulam pelas ruas da capital praticando furtos, usando drogas e trocando sexo por dinheiro.(...)
- *(...)a muito custo conseguiu superar e agora gostaria de esquecer(...)
- *“É como se eu tivesse voltado a ser maloqueira novamente”, atormenta-se. (...)
- *(...)jogou por terra a esperança de apagar o estigma da prostituição e garantir uma vida familiar para o filho que está esperando. “Eu só queria esquecer o que passei na rua e começar tudo de novo onde não soubessem do meu passado”,lastima. O objetivo parece ser impossível de ser alcançado depois que sua imagem (...) e ela saltou rapidamente do anonimato para uma indesejável notoriedade. (...)
- *Por isso Jaqueline entristeceu(...)
- *(...)uma das piores conseqüências foi (...)
- *“Quando viu a foto, ele ficou furioso, pensando que eu havia tido uma recaída e voltado a fazer programas”, comenta, desolada. A confusão serviu apenas para acrescentar dificuldades à já difícil vida do casal. (...)
- *Josias (...) não consegue ganhar mais do que Cr\$ 2,5 milhões por mês. (...)
- *(...)mas, grávida de seis meses, dificilmente encontrará alguma oportunidade. (...)
- *“Ela disse que ia apanhar uns doces e nunca mais voltou. Acabei sendo adotada por uma senhora”, lembra(...)
- *Primeiro eu aprendi a roubar relógios e roupas”, recorda. (...)Foi por causa do efeito de uma forte mistura de tóxicos que se tornou presa fácil para um adolescente cinco anos mais velho (...)
- *“Foi nessa época que comecei a me prostituir. Era uma maneira mais segura de ganhar dinheiro, já que a polícia não bate em prostitutas como faz com as ladras”, justifica. Jacqueline diz que, para suportar a obrigação de fazer sexo com homens desconhecidos, recorria às drogas. “Só mesmo anestesiada para fazer aquelas coisas.” Mas, nesse inferno, ela ainda conseguiu nutrir uma ilusão (...)

- *(...)passaram a morar numa pequena casa de apenas um quarto em um bairro pobre (...)
- *(...)ela contava com a ajuda da Casa de Passagem para tentar esquecer as drogas e o tempo que viveu nas ruas. (...)
- *“Quase desmaiei”, diz ela (...)
- *Jaqueline afirma que não se importa com o tamanho do adversário que terá pela frente nem treme ao saber que a *Time* está acostumada a comprar briga com figuras do porte de Bill Clinton e Boris Yeltsin. “Eles podem ser ricos, mas não têm o direito de interferir assim na minha vida, por mais pobre que eu seja”, argumenta. (...)
- *“Ninguém me entrevistou, como podem dizer isso?”, desmente.(...)
- *(...)onde Jaqueline alega ter ido visitar as ex-companheiras. O flagrante deveria ser usado num livro que mostraria o trabalho da Casa de Passagem.
- *“A fotografia rompeu o contrato que tinha conosco, entregando o material à *Time*”, acusa a socióloga Ana Vasconcelos. Ela faz questão de responsabilizar a revista pelos prejuízos causados a Jaqueline (...)
- *Martorelli diz não saber ainda qual o valor da indenização a ser pleiteada e que, por enquanto, está avaliando a extensão dos danos morais e materiais causados à sua cliente.
- *“A publicação é que deve responder pela informação caluniosa que colocou em suas páginas”, ataca Ana Vasconcelos. O relações-públicas da *Time*, Robert Pondiscio, afirmou, em Nova York, ter ficado surpreso com a reivindicação de Jaqueline. “A foto foi tirada com o consentimento dela”, rebateu. Pondiscio avalia que a matéria de maneira alguma explora o tipo de vida das prostitutas. “A reportagem é um alarme sobre o assunto”, acredita. Pode ser, mas não para Jaqueline.

Seção Avaliativa

VEJA

ISTO É

Se a reportagem da *Time* não tivesse repercutido na imprensa brasileira, ela jamais teria visto sua foto. Perderia, por outro lado, a oportunidade de pleitear uma indenização da revista. Se for realmente aberto um processo, Jacqueline estará lutando contra um império da comunicação e um exército de super advogados. A sua desvantagem aumenta pelo fato de ser uma estrangeira perante o sistema judicial americano. A vastíssima jurisprudência em favor da liberdade de imprensa nos Estados Unidos favorece à revista. “Um jornalista pode fotografar anônimos em situação pública sem pedir autorização”, disse a VEJA o jurista Richard Quynn, diretor do fórum de liberdades Cívicas do Tennessee. As chances de Jacqueline aumentam quando entra em cena o argumento da negligência, injúria e difamação, já que a foto é de oito meses atrás e a revista não teve o cuidado de checar se a informação publicada permanencia atual.

Até o momento desejávamos apenas citar os trechos considerados avaliativos. A partir de agora apontaremos os mecanismos presentes na narrativa que indicam a existência de avaliação. Vale lembrar que para esta análise procuramos aplicar o esquema proposto por Labov. No entanto, devido às diferenças entre os textos jornalísticos e o *corpus* analisado por Labov (1972), serão sugeridos alguns acréscimos.

- Avaliação Externa

Para Labov (1972), os comentários feitos pelos participantes da história e relatados pelo narrador constituem um dos estágios intermediários da avaliação externa. Tomando por base esta observação, concluímos que as citações, ou seja, os depoimentos inseridos nas matérias jornalísticas podem ser considerados como avaliações externas. Apesar de Labov não ter abordado o discurso indireto, neste estudo, consideramos como avaliações externas tanto as citações feitas por meio do discurso direto quanto aquelas introduzidas através do discurso indireto.

Aqui vale abrir um parêntese para um breve comentário: um dos fatores que levam ao freqüente uso de citações nos textos jornalísticos é a busca da objetividade. Mas, é bastante curioso o fato de esse recurso ser, também, extremamente adequado para camuflar a opinião do jornalista, pois aparentemente a responsabilidade sobre o que foi dito não é dele, e sim dos personagens citados. Este aspecto é pouco questionado entre os profissionais da área. No entanto, é sempre bom lembrar que quando o narrador/repórter escolhe determinados depoimentos, ele está, consciente ou inconscientemente, estruturando o texto de acordo com seu ponto de vista.

Nos textos que constituem o *corpus* deste trabalho verificamos um amplo emprego de citações que, muitas vezes, funcionam como um mecanismo para provar a veracidade do que é narrado, conferindo, assim, credibilidade ao narrador e à matéria jornalística. Este é o caso dos exemplos que seguem.

VEJA

*Jacqueline F. da Silva, a garota identificada na foto, decidiu abrir um processo contra a revista por uso indevido da imagem, injúria e difamação. Carioca, 19 anos, **ela alega que a imagem foi obtida sem a autorização e que a informação da legenda é falsa.**

*A vastíssima jurisprudência em favor da liberdade de imprensa nos Estados Unidos também favorece a revista. “**Um jornalista pode fotografar anônimos em situação pública, sem pedir autorização**”, disse a VEJA o jurista Richard Quynn, diretor do Fórum de Liberdades do Tennessee.

ISTO É

*A repercussão da reportagem, sobre prostitutas de vários países, causou uma reviravolta em sua vida e o episódio jogou por terra a esperança de que pudesse apagar o estigma da prostituição e garantir uma rotina familiar para o filho que está esperando. **“Eu só queria esquecer o que passei na rua e começar tudo de novo onde não soubessem do meu passado”,** lastima.

*Por todos os contratempos causados pela reportagem, ela resolveu processar a revista. Dentre todas, uma das piores consequências foi o desentendimento com o marido Josias, de 20 anos, principal incentivador da recuperação de Jaqueline. **“Quando viu a foto, ele ficou furioso, pensando que eu havia tido uma recaída e voltado a fazer programas”,** comenta, desolada.

De acordo com Labov (1972), o uso de citações dos participantes parece dar maior força dramática à história que as avaliações do próprio narrador. Este aspecto é observado nos textos das duas revistas. Neles, as citações são, geralmente, introduzidas em pontos estratégicos, ou seja, em locais onde além de reforçarem o que está sendo narrado realçam a sua dramaticidade, como podemos verificar nos trechos a seguir.

VEJA

*Casada e grávida de seis meses, Jacqueline afirma que a prostituição, as drogas e o abandono são uma página virada em sua vida. **“Não queria que meu filho soubesse do meu passado. A revista não tinha esse direito”,** protesta.

ISTO É

*Essa parte de sua história que Jaqueline, de 19 anos, a muito custo conseguiu superar e agora gostaria de esquecer acabou sendo divulgado para todo o mundo através de uma foto publicada há duas semanas na revista *Time*. **“É como se eu tivesse voltado a ser maloqueira novamente”,** atormenta-se.

*A partir dos 12 anos começou a ter contato com as maloqueiras. **“Primeiro eu aprendi a roubar relógios e roupas”,** recorda. Poucos dias depois começava a cheirar cola e fumar maconha. Foi por causa de uma forte mistura de tóxicos que se tornou presa fácil para um adolescente cinco anos mais velho, com quem fez sexo pela primeira vez.

***“Foi nessa época que comecei a me prostituir. Era uma maneira mais segura de ganhar dinheiro, já que a polícia não bate em prostitutas como faz com as ladras”,** justifica. **“Só mesmo anestesiada para fazer aquelas coisas.”**

Como já foi mencionado, verificamos nos textos das duas revistas o uso freqüente de citações. Ressaltamos que a *Isto É*, além de usá-las em maior quantidade, parece que o faz com o objetivo principal de destacar a

carga dramática da história. A *Veja*, por outro lado, parece pretender basicamente conferir credibilidade ao que é narrado.

• Avaliação Interna

“A complexidade sintática é relativamente rara na narrativa, mas quando ocorre tem um efeito bastante marcado. De fato, nós observamos que os desvios da sintaxe da narrativa básica têm uma força avaliativa marcada. A perspectiva do narrador é, freqüentemente, expressa por elementos sintáticos nas orações narrativas” (LABOV, 1972:378). O autor classifica os elementos avaliativos internos em quatro categorias: os intensificadores, os comparadores, os correlativos e as explicativas.

Com exceção dos correlativos, as demais categorias encontram-se presentes no *corpus* analisado. Entretanto, o emprego de intensificadores e explicativas foi verificado apenas na *Isto É*. Já os comparadores são bastante utilizados pelas duas revistas.

Intensificadores

Esta categoria não chega a complicar significativamente a sintaxe básica da narrativa, ela apenas destaca, i.e., intensifica determinados elementos nas orações. Labov aponta como intensificadores os gestos, a fonologia expressiva, os quantificadores, as repetições e enunciados rituais. Nos trechos a seguir, exemplos de quantificadores encontrados na matéria da revista *Isto É*.

* (...) **a muito custo** conseguiu superar e agora gostaria de esquecer acabou sendo divulgada para **todo** o mundo (...)

* (...)serviu **apenas** para acrescentar dificuldades à já difícil vida (...)

* (...)ela **ainda** conseguia nutrir uma ilusão (...)

* (...)morar numa pequena casa de **apenas** um quarto (...)

* (...)o comportamento de **todos** mudou.

Comparadores

Ao contrário dos intensificadores, os comparadores tendem a complicar a sintaxe da oração narrativa básica. Eles avaliam indiretamente pois desviam a atenção do que ocorreu, ao aludir ao que não ocorreu (negativas); ao referir-se a acontecimentos hipotéticos (modais); e, também, ao aludir ao que poderia acontecer mas ainda não ocorreu (futuridade). Labov também inclui entre os comparadores as perguntas, os imperativos, os superlativos, a metáfora e, obviamente, os comparativos. Destacamos que esses elementos podem ocorrer sozinhos ou superpostos. Relacionamos a seguir exemplos desses subtipos de comparadores encontrados no *corpus* analisado.

Negativos

VEJA

- *(...) **não** tivesse (...) ela **Jamais**
- *(...) **não** teve o cuidado

ISTO É

- *(...) **nem** parece a **mesma** jovem que (...)
- *(...) **não** consegue ganhar mais do que (...)
- *(...) que até **então** não sabiam (...)
- *Mas **não** para **Jaqueline** (...)
- *(...) não terá **nenhuma** **garantia** (...)

Modalizadores

VEJA

- *(...) pode fotografar (...)

ISTO É

- *(...) pudesse apagar (...)
- *O objetivo parece impossível (...)
- *(...) dificilmente encontrará (...)
- *(...) pode ser.

Futuridade

VEJA

- *Se a reportagem da *time* não tivesse repercutido na imprensa brasileira, ela jamais teria visto sua foto. Perderia, por outro lado, a oportunidade de uma indenização da revista.
- *Se for realmente aberto um processo, Jacqueline estará lutando contra um império da comunidade e um exército de superadvogados.

ISTO É

- *O flagrante deveria ter sido usado em um livro que mostraria o trabalho da Casa de Passagem.

Comparativos

VEJA

- *(...) **nem** parece a **mesma** jovem que (...)
- *(...) uma das **piores** **conseqüências** (...)
- * A tristeza que sente hoje é a **mesma** dos tempos (...)
- *(...) **não** consegue ganhar mais do que CR\$ 2,5 milhões por mês.

ISTO É

Superlativos

VEJA

- ***vastíssima**

ISTO É

Metáforas

VEJA

- *(...) atingiu um alvo inesperado (...)
- *(...) página virada em sua vida (...)
- *(...) estará lutando contra um império da comunicação e um exército de superadvogados.

ISTO É

- *(...) jogou por terra a esperança (...)
- *(...) se tomou presa fácil (...)
- *Mas nesse inferno (...)

Explicativas

Ao especificar a motivação de determinadas ações, as explicativas contribuem para o estabelecimento da narrabilidade da história. No *corpus* analisado, só identificamos exemplos de explicativas no texto da *Isto É*, como mostra o trecho abaixo.

***Na rua onde mora, já ouvi comentários maliciosos dos vizinhos e o comportamento de todos mudou. Por isso Jaqueline entristeceu. Por todos os contratemplos causados pela reportagem ela resolveu processar a revista.**

Até agora abordamos apenas os elementos avaliativos de acordo com a perspectiva de Labov. No entanto, existem aspectos que ele não menciona mas, pelo menos nos textos jornalísticos, desempenham importante papel avaliativo. A seleção dos verbos *dicendi* é um deles. Muitos desses verbos empregados para introduzir as citações têm forte carga semântica, indicando, assim, o ponto de vista do narrador. À exceção dos verbos “dizer”, “afirmar” e “alegar” que poderiam ser considerados neutros, o *corpus* analisado apresenta uma ampla variedade de verbos *dicendi* que trazem embutidos, em menor ou maior grau, uma carga avaliativa.

VEJA

Acusar / Defender-se / Protestar

ISTO É

Acreditar / Argumentar / Atacar / Atormentar-se /
Avaliar / Avisar / Comentar / Desmentir / Justificar /
Lastimar / Lembrar / Rebate / Recordar.

Apesar de não ser muito freqüente, o uso de adjetivos nos textos jornalísticos ocorre, e vem quase sempre atrelado à avaliação. No *corpus* analisado, observamos apenas o emprego de dois adjetivos na matéria da *Isto É*.

- * **indesejável** notoriedade
- * passado **incômodo**

A alternância entre o passado e o presente histórico também merece ser destacada como elemento de avaliação interna. De acordo com Schiffrin (apud TOOLAN, 1988: 168) o presente histórico “permite que o narrador apresente os acontecimentos de modo que o ouvinte pode perceber por si próprio o que aconteceu, e pode interpretar por si próprio a significância desses acontecimento”. Significa dizer que o uso do presente histórico em lugar do pretérito tem a função de focalizar determinada porção da narrativa que merece ser assinalada. Esse tipo de estratégia foi utilizada nos textos analisados e é comumente empregada nas matérias jornalísticas. Vejam-se alguns exemplos.

VEJA

- * (...) a garota identificada na foto **decidiu** abrir um processo contra a revista por uso indevido da imagem, por injúria e difamação. Carioca, 19 anos, ela **alega** que a imagem foi obtida sem sua autorização e que a informação da legenda é falsa.
- * “Ela foi desleal”, **acusa** Ana Vasconcelos, presidente da instituição (...) A direção da revista *Time* **endossou** a versão da fotógrafa, acrescentando (...)

ISTO É

- * (...) uma das piores conseqüências **foi** o desentendimento com o marido Josias, de 20 anos, principal incentivador da recuperação de Jaqueline. “Quando viu a foto, ele ficou furioso, pensando que eu havia tido uma recaída e voltado a fazer programas”, **comenta**, desolada.
- * A foto **foi** feita pela fotógrafa americana Viviane Moos, na rua Marquês de Olinda, centro da capital, onde Jaqueline **alega** ter ido visitar as ex-companheiras.
- * O relações-públicas da *Time*, Robert Pondiscio, **afirmou**, em Nova York, ter ficado surpreso com a reivindicação de Jaqueline. “A foto foi tirada com o consentimento dela”, **rebateu**. Pondiscio **avalia** que a matéria de maneira alguma explora o tipo de vida das prostitutas. “A reportagem é um alarme sobre o assunto”, **acredita**.

Nos textos jornalísticos, o presente histórico geralmente destaca as citações exatamente porque nelas há sempre alguma informação que merece ser assinalada. A alternância entre o passado das orações narrativas e o presente histórico dos depoimentos é bastante significativa, pois sem esse jogo as citações tendem a perder a força avaliativa.

Por tudo o que foi verificado, podemos afirmar que a avaliação desempenha um papel fundamental nas matérias analisadas. Para Labov (1972: 366), “a avaliação é o meio usado pelo narrador para indicar o fulcro de interesse da narrativa, sua *raison d’être*: por que ela foi contada, e aonde o narrador está querendo chegar”. E são exatamente os elementos avaliativos contidos em cada uma das narrativas que as tornam diferentes. Apesar de abordarem um mesmo fato, cada narrador tratou de estruturar o texto de acordo com um objetivo pré-definido.

A partir dos títulos das matérias, inferimos, por exemplo, que a *Veja* visava discutir uma questão ética: o uso indevido de fotografias pela imprensa. Já a *Isto É* dirigiu o foco de atenção dos leitores à dificuldade de recuperação moral e social de uma pessoa que veio da “sarjeta”.

Os elementos avaliativos estão presentes nas duas matérias. No entanto, percebemos que a *Isto É* é muito mais avaliativa que a *Veja*. Na matéria **O Fantasma da Sarjeta**, as avaliações revelam uma carga dramática bastante acentuada. Ali, a avaliação interna é explorada de quase todas as formas, além do freqüente uso de citações. O texto da *Veja*, por outro lado, também utiliza citações, mas, em relação à outra revista, explora bem menos os mecanismos de avaliação interna. Dessa forma, poderíamos afirmar que na matéria **A Imagem em Discussão** o envolvimento do narrador é bem menor, proporcionando maior liberdade na leitura do fato narrado.

O Mito da Objetividade Jornalística

A análise da avaliação na narrativa jornalística, aplicando-se o modelo de Labov e Waletzky, parece jogar por terra a noção de “objetividade jornalística”, um tema que ainda gera discussões entre profissionais da área. Utilizada, no início do século XX, pelo jornalismo norte-americano, como forma de reagir à invasão do sensacionalismo na imprensa, a idéia de objetividade assumiu o caráter de doutrina, tornando-se norma em vários manuais de redação e estilo.

De acordo com Melo (1985b:9), “a objetividade se converteu em sinônimo de verdade absoluta. E é vendida como ingrediente para camuflar a tendenciosidade que existe na prática cotidiana dos veículos de comunicação”. Ou seja, a aparente neutralidade dos veículos possibilita “vender” uma imagem de imparcial e, em consequência, conquistar a credibilidade da opinião pública.

Aqui, no entanto, não pretendemos questionar a sinceridade dos discursos de repórteres, editores ou mesmo proprietários de empresas jornalísticas na defesa da objetividade. Indagamos, isto sim, até que ponto pode existir total isenção na reprodução de fatos, i.e., se existe realmente objetividade no jornalismo.

No momento em que se redige uma pauta, prioriza-se um fato em detrimento de outros.⁵ Ou seja, quaisquer que sejam os critérios utilizados pelo pauteiro para a elaboração de pautas implicam, de certa forma, subjetividade, pois a própria escolha de critérios já é subjetiva.

⁵A pauta consiste nas orientações que o repórter recebe sobre o fato que deverá cobrir.

O repórter, por sua vez, inicia seu trabalho com a observação do fato e realização de entrevistas. Mas, é “inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa seus condicionamentos e se comportem, diante de uma notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou” (ROSSI,1980:10).

O passo seguinte é a relação de informações e construção do texto. “Nesta etapa, pode-se eliminar algumas informações e dar um maior destaque a outras, colocando-as no primeiro ou segundo parágrafo. Assim, o jornalista, ainda que inconscientemente, está expressando sua opinião, pois de acordo com essa “arrumação” é possível dar a fatos secundários uma importância maior que a real” (GOMES,1993:69).

Finalmente, chega o momento da edição, que envolve a localização dos textos em cada página, titulação, escolha de ilustrações, fotos e gráficos. “As decisões tomadas pelo editor durante essa fase refletem, na maioria das vezes, a sua opinião pessoal ou a opinião da empresa jornalística” (GOMES,1993:69).

Diante de todo esse percurso feito pela notícia não é aceitável, portanto, que se tenha a objetividade jornalística como um dogma. É sensato admitir que para bem informar à opinião pública o melhor seria reproduzir os fatos com fidedignidade, precisão e exatidão. No entanto, a objetividade é praticamente impossível de ser alcançada e isto é tão visível que até os manuais de redação já não a impõem como uma camisa-de-força. Este é o caso do manual de redação da *Folha de S. Paulo* (1984:63) que no verbete sobre a objetividade diz:

“Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isto não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorrem bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse ...”

Conclusão

Neste trabalho, analisamos narrativas jornalísticas utilizando o modelo dos sociolinguistas Labov e Waletzky. Durante o estudo, verificamos ser possível aplicar a teoria da narrativa a textos jornalísticos e que os mesmos confirmam muitos dos princípios apresentados por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972).

Apesar de o *corpus* de análise ter sido restrito, as constatações que aqui foram feitas refletem o que ocorre com as narrativas jornalísticas. Destacamos particularmente as observações que se referem ao papel desempenhado pela avaliação – sempre presente, mas quase sempre negada, nos textos jornalísticos.

Recomenda-se que o jornalista trate os fatos com objetividade, i.e., ele não deve emitir opinião, a não ser nos espaços a ela reservados. No entanto, pelo que verificamos, parece que esta orientação é constantemente desrespeitada.

Esperamos, então, que o estudo aqui desenvolvido venha, de alguma forma, contribuir para alertar jornalistas e leitores sobre a fragilidade do conceito “objetividade jornalística”. Os depoimentos inseridos nas matérias e o uso de comparadores, entre outros recursos lingüísticos, sempre indicam a existência de avaliação. Isto significa que é pouco provável que as informações divulgadas pela imprensa estejam isentas de opinião.

BIBLIOGRAFIA

- A imagem em discussão. 1993. *Veja*. Imprensa, 7 jul. p. 40.
- BELTRÃO, L. 1980. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina.
- BOCCHINI, M. O. 1982. Omissão das “classes subalternas” e da “América Latina” nas notícias diárias de quatro jornais paulistanos. In: MELO, J. M. de *Ideologia, cultura e comunicação no Brasil*. São Bernardo do Campo: IMS. p. 21-27.
- DIAS, A. H. 1985. Objetividade, meta ou mito? *Cadernos Intercom – IMS*. 7: 21 – 26.
- FOLHA DE S. PAULO. 1984. *Manual geral da redação*. São Paulo: F.S.P.
- GOMES, I. 1993. Leitura da opinião jornalística. In: G. ARAÚJO e J. CARVALHO (orgs.). *Atualização em Língua Portuguesa para professores de 2º grau*. Recife: Deptº de Letras/UFPE.
- KOSHIAMA, A. M. 1985a. A ocultação técnica dos interesses. *Cadernos Intercom – IMS* 7: 27 – 48.
- KOSHIAMA, A. M. 1985b. Técnica de mascarar interesses (A prática da objetividade no jornalismo). *Comunicações e Artes*. 15: 113 – 132.
- LAGE, N. 1985. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.
- LABOV, W. e WALETZKY, J. 1967. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: J. HELM, (ed.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press.
- LABOV, W. 1972. *Language in the inner city*. Oxford: Basil Blackwell.
- MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. *Intercon*, 64: 74 - 92.
- MELO, J.M. de. 1985a. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- MELO, J. M. de. 1985b. A questão da objetividade no jornalismo. *Cadernos Intercom / IMS*. 7: 7 – 20.
- O fantasma da sarjeta. 1993. *Isto É*. Vida Brasileira, 7 jul. p. 56-57.
- INVESTIGAÇÕES, Recife, 4: 169-188, 1994.

- POLANYI, L. 1989. *Telling the american story: a structural and cultural analysis of conversational storytelling*. Cambridge: The Mit Press.
- TOOLAN, M. 1988. *Narrative – A critical linguistic introduction*. London: Routledge.
- PRATT, M. L. 1977. *Toward a Speech Act. Theory of Literacy Discourse*. Bloomington: Indiana University Press.
- ROSSI, C. 1990. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense.

O SUJEITO NA FICÇÃO LITERÁRIA

*Marcia Meira de Vasconcellos Basto**

O objetivo do presente ensaio é, com base na leitura de Freud feita por Paul Ricoeur, apresentar algumas reflexões sobre o **texto literário**, como lugar de inscrição e desvelamento do sujeito.

O enfoque do trabalho está voltado para a **interpretação hermenêutica** da linguagem metafórica e do possível da ficção literária. Considerada como um trabalho de elaboração onírica, a ficção literária mostra uma dupla valência do sujeito: **dissimulação** e **desvendamento**. Este fala pelas brechas do seu consciente, manifestando-se na fantasia substitutiva de um desejo censurado. Tal interpretação, tem por objetivo a ultrapassagem do sentido literal e direto da narrativa e, também, por meio de uma metaleitura, alcançar o sentido simulado e latente da criação poética.

Ao analisar o processo constitutivo do sujeito Ricoeur, descrevendo a trajetória que vai do mim ao eu, expõe o triplice descentramento da consciência: arqueológico, teleológico e escatológico, através do qual o **Eu**, que já não se confunde com o ego, advém como **desejo**, como **destino** e como **escaton** (fim último). Da dialética da polaridade entre o desapossamento da consciência para trás, na busca do **eu** na origem do solo pulsional do desejo, e para frente, visando encontrar o **eu** no “telos” ou destino construído na transformação desse desejo em vida cultural, política e econômica, Ricoeur, unindo Freud e Hegel, harmoniza e complementa duas hermenêuticas regionais – psicanálise e fenomenologia do espírito – na investigação do sujeito como relação de sentido.

Para legitimar as hermenêuticas com movimentos antagônicos – um que vai à **archê** visando a **desmistificação** através da denúncia das **máscaras** que disfarçam o eu como impulso vital –, o outro que vai ao **telos**, visando a **revelação** da essência do espírito seja como razão ou como Sagrado, Ricoeur baseia-se na **duplicidade** e **polaridade** do símbolo. Assim, para ele, uma vez que o símbolo é na sua própria estrutura **equivoco** por comportar um duplo, e mesmo um múltiplo sentido, é natural que na sua interpretação seja conciliado a **compreensão**, tanto do **significante** simbólico – **bild**, com do **sentido** (o significado) – **sim**, que abre visões, também plurais, daquilo que se quer compreender.

* Aluna do mestrado em filosofia. Este trabalho faz parte de uma dissertação em filosofia, orientada pelo Prof. Dr. Sebastien Joachim

A interpretação de uma linguagem simbólica desenvolve, pois, uma arquitetura do sentido que ultrapassa a relação puramente iminente e unívoca da referência do significante com o seu significado no mundo exterior, baseando-se numa articulação de um sentido com outro sentido. Com isso, a hermenêutica conduz a relação do sentido na qual a significação primária, i. é, aquilo que é afirmado de modo literal e explícito, é remetido para uma significação secundária, i. é, aquilo que não sendo ou não podendo ser dito de forma lógica e direta, é **sugerido** de modo figurado, seja analógica ou metaforicamente. Como na dinâmica do símbolo, o seu estrato não lingüístico pode ser aplicado a diferentes áreas de experiência humana, a interpretação do discurso simbólico, dependendo do vetor que seja privilegiado para validar a explicação: o **desejo**, a **razão** ou o **Sagrado**, vai estabelecer a relação do sentido primeiro ou manifesto com o sentido segundo ou latente, tanto na origem como no alvo do **dito** manifestado pelo discurso.

Coube a Ricoeur, destarte, o mérito de demonstrar que as diferentes explicações resultantes de hermenêuticas regionais e antagônicas: psicanálise, fenomenologia do espírito e fenomenologia da religião, ao contrário de se excluírem mutuamente, se conciliam e complementam, vez que promovem a compreensão de um mesmo fenômeno, sob perspectivas diversas. Uma vez que, segundo ressalta Ricoeur, a “expressividade do mundo surge na linguagem através dos símbolos como duplo sentido”, é possível combinar a interpretação que, por meio de um processo de **desmistificação** procede um iconoclasmo a fim de restaurar algo perdido no passado biográfico, sociológico e filogenético, àquela que, através de um processo de **remitização**, recolhe um sentido vindimado no próprio sentido figurado do símbolo. Dentro dessa visão, Ricoeur soube conciliar a **hermenêutica redutora** do sentido, de Freud, Nietzsche e Marx à **hermenêutica instauradora ou ampliadora** do sentido, de Heidegger, Van der Leeuw, Mircea Eliade e Gabriel Bachelard, oferecendo duas leituras dos símbolos que desimplicam o sujeito tanto numa arqueologia como numa teleologia e escatologia.¹

Com esse movimento conciliatório, Ricoeur demonstrou que para proceder à interpretação do sujeito, é preciso entrar na simbólica que “tem a morte atrás de nós e a infância a nossa frente”, (“in” Gilbert Durand, “A imaginação simbólica, p. 100), e decifrar um sentido que conduz tanto a uma reminiscência, a uma origem, como a um alvo, um destino. Pois é da dialética da arqueologia e teleologia que o sujeito indo do alfa ao ômega, consegue através da imaginação produtora do possível, que revela o Sagrado, emancipar-se da resignação à necessidade e ao involuntário, e atingir à transcendência na iminência da própria existência.

¹ RICOEUR, Paul – *Da interpretação – ensaio sobre Freud*, Rio de Janeiro: Imago, p.23.

Ao lado da simbologia onírica, que expressa a arqueologia daquele que dorme, e da simbologia cósmica, que expressa a hierofania do sagrado no universo, a **imaginação poética**, como expressão da origem do ser falante surge, segundo Ricoeur, como a terceira zona de **emergência do símbolo**.

No que respeita, especificamente, à criação literária, importante é destacar que a **imaginação poética** ao subjugar a realidade ao sonho, assume a função de **refigurar** essa mesma realidade, a fim de apresentar novos possíveis à uma ordem já sedimentada pela experiência histórica. Subvertendo aquilo que está integrado por força de ideologia, a **força utópica da poesia** abre o campo do possível que ultrapassa a ordem constituída. Contrapondo à **imagem-reflexo** da ideologia uma **imagem-ficção**, a poesia vai descortinar potencialidades implícitas que, até então, estavam encobertas pela integração e repetição ideológica.

O dizer ficcional da produção literária ao abrir-se para a imaginação criadora vai ausentar-se do que é, do mundo factual e empírico circundante, e lançar-se, não ao inexistente e ao irreal ou ao ausente, mas ao **possível**. Pois o que é trazido pelo ficção é a presentificação de uma ausência incapaz de se fazer conhecer diretamente. Para apresentar esse desejo-falta, que é fugidio, que nunca se deixa apreender pelo pensamento, ficção promove a desconstrução de um mundo, reiventando um outro mundo, onde a realidade ao invés de ser apresentada como algo pronto e concluído, constitui um **devir**. Nessa realidade, não fatual, o sujeito não sendo um antes fixo, é também um projeto, um fazer-se ininterrupto.

Suscitando um outro mundo – “um mundo que corresponda a possibilidades outras de existir, a possibilidades que sejam os nossos mais próprios possíveis” a poesia nos dá acesso a uma vida virtual. E é nesse mundo virtual da criação poética, que o sujeito, **exilando-se** da realidade empírica vai promover sua **libertação** aos ditames da consciência.¹

No mundo da criação poética, que é um “mundo alternativo”, segundo denominação de Roland Barthes, as pessoas, que na realidade concreta são opacas, ao adquirirem o estatuto de **personagens**, tornam-se transparentes. É que na realidade externa as pessoas, à mercê dos domínios do **ego** – movido pelo instinto da preservação –, deixam-se guiar pelos ditames voltados para o princípio da realidade. Transportadas para a ficção – lugar da **inovação** –, onde são desalojadas dos papéis impostos pelo **ego** voltados para uma repetição e sedimentação, as pessoas recebem uma nova **configuração**. E, ao serem narradas **agindo, sentindo** e **escolhendo** num novo agenciamento de incidentes, mostram zonas até então obscuras e possíveis nunca antes vislumbrados.

¹ RICOEUR, Paul – **A metáfora viva** – Porto: Rés, p.342.

Por conseguinte, a **ficção**, como o lugar da **inovação**, é também o lugar que mostra de modo mais contundente, a aproximação entre a **metáfora** e a **narrativa**. O **não-dito**, o inédito, incapaz de ser expresso pela linguagem lógica, surge no discurso poético por meio de **enunciações metafóricas**. Nessas, ocorre um deslocamento de sentido que produz uma nova pertinência semântica, por meio de uma atribuição impertinente. Com essa nova acepção, fica desde logo afastada, a antiga teoria retórica da metáfora como tropo, como uma figura de estilo, que no discurso dizendo respeito à **denominação**, assume uma função ornamental e decorativo, a serviço da **persuasão**.

Neste aspecto é importante lembrar que dentro da tradição do positivismo lógico, a obra de discurso literário distinguia-se de outras obras de discurso, por implicar numa relação entre um sentido explícito ou literal e um sentido implícito ou latente. Por esse motivo a **linguagem** utilizada pela literatura é **conotativa**, diferentemente daquela usada pela obra científica que é **denotativa**. Ocorre que o preconceito positivista, **retirou** da linguagem conotativa ou emocional qualquer significativo **cognitiva**, promovendo, desta forma, uma cisão entre linguagem cognitiva e linguagem emotiva.

Ao rejeitar um tratamento retórico da metáfora e transportá-la do campo da denominação e da descrição para o da **predicação** e da **redescrição** de cunho ontológico, estaremos, seguindo Paul Ricoeur, aceitando que a metáfora não possui um valor meramente emotivo, sendo capaz de nos dizer algo novo acerca do ser e da realidade.

Na acepção da metáfora como além de uma operação denominativa, despojada de valor cognitivo, deve ser lembrado Aristóteles, que reportando-se ao trabalho de descrição de semelhanças, afirmava que o bom inventor de metáforas era aquele que capaz de ver as semelhanças.

A linguagem metafórica da ficção, produz uma inovação semântica, através da suspensão da função referencial e descritiva do discurso. Essa inovação encontra, no campo pragmático, um paralelo na narrativa como o lugar da invenção de uma intriga. Intriga que como **mimese** de uma ação, oferece a essas, novas significações, ao promover uma **síntese** de aspectos múltiplos e diversos de um fato, real ou imaginário, acontecido. Conferindo uma unidade temporal a uma história inteira e completa, esfacelada no tempo empírico, a narrativa do discurso poético traz à linguagem, novos possíveis do agir humano, desvelando qualidades e valores até então encobertos. Porque o que é transmitido na narrativa não é a experiência vivenciada, mas o sentido da mesma: um fato narrado como acontecimento é transmitido e lido como **sentido**.

A identificação com as personagens é a base da categoria da **apropriação**, que na ontologia de Ricoeur designa a operação de transferência do leitor para o mundo aparential e fenomenológico na narrativa, através da qual vai ser constituída a identidade pessoal do sujeito. Pois é fazendo seu, i.é., apropriando-

se do outro da narrativa que o sujeito pode obter a compreensão de si próprio e do mundo.

A questão das personagens, fundamental para uma metaleitura que se propunha a desimplicar da **segunda história** contada numa narrativa ficcional, o sujeito que se mostra por um desvio e uma dissimulação, levou Roland Barthes, na perspectiva de uma **leitura funcional e pragmática**, liberta do cunho cognitivista e mentalista, centrado numa idéia de representação, a propor a noção de **figura** em substituição à **personagem**. As figuras sendo emblemáticas, assumindo uma conotação simbólica que as libertariam da particularização de representar a pessoa, têm lugar no reino da universalidade. Assim, como figuras, as personagens não seriam expressão desta ou daquela pessoa, ou a reunião de aspectos e fragmentos de várias delas reunidos. A **figura deixa de ser um significado** que se conota a um ente unificado, e passa a ser um **significante** de uma espécie: saindo-se do particular chega-se ao geral.

Nessas figuras deslizam as forças instintuais que F. Laruelle chama de **libido scribendi**. Esse conceito nos interessa na medida que demonstra que a criação poética vai além da intencionalidade do autor, constituindo um **discurso do inconsciente** que fala pelas enunciações metafóricas da imaginação produtora. É que a produção literária, como de sorte, toda obra artística, consegue, pelo processo de sublimação, dar corpo à uma pulsão, apresentando-a através de uma **expressão psíquica** de forma durável, i.é como produto cultural. Daí Freud reportar-se aos “rebentos psíquicos” que são criados pelas obras de arte, como apresentações pulsionais.

¹ Sendo o texto literário, como produção do inconsciente, um lugar de liberação de energia libidinal distensionada pela descarga de uma satisfação substitutiva, ele apresenta um mundo no qual se inscrevem fragmentos do presente, fragmentos do passado (fantasmas) e fragmentos do futuro (fantasias), rearticulados de forma descontínua e ambígua, sem nenhuma subordinação à lógica e à temporalidade vigorantes no mundo real.

Daí que a metaleitura do texto não deve se prender ao fato em si, objeto da narrativa, mas ultrapassar a mensagem do discurso de primeiro grau para chegar à ordem de **intensidade**. Isso leva a uma **estética libidinal**, procedida de forma assistemática, que vai permitir mergulhar além da superfície do texto, a fim de fazer emergir a verdade da obra, como **des-velação polissêmica do ser**.

Além do que, sendo o texto um mundo autônomo, que se desvinculando da intenção do autor, abre-se a múltiplas leituras, ele não se presta a ser interpretado através de uma hermenêutica romântica, tal como propugando por Gadamer, baseada na co-genialidade do autor. Pois, se pela **libido scribendi** o sujeito fala pelas frestas do inconsciente, não é o conhecimento da intenção

¹ RICOEUR, Paul – *Da interpretação – ensaio sobre Freud*, p.151.

consciente do autor que deve orientar a interpretação do texto, sendo sim, a **recepção do leitor** que oferece completude ao texto.

A ficção, através de sua força heurística, é, pois, um processo de **desconstrução** do mundo e, ao mesmo tempo, uma **restruturação** de uma outra realidade. Por isso Kundera refere-se ao romance “como um outro planeta” (Testamentos Traídos). Isto é, um plano no qual estamos desprovidos de todos os referenciais de análise e julgamento. Somente aceitando nossa condição de estrangeiros, aceitando como verdade a **ilusão do mundo do “como se”** nos habilitaremos a fazer um percurso pelos caminhos dos bosques ficcionais, onde, ouvindo o **grito** do texto, como a fala do nosso alter, poderemos construir a nossa identidade pessoal a partir da identidade narrativa, que vai desdobrar e desavessar o uno da nossa mesmidade.

Todos nós temos alguma coisa para dizer. Todos somos, na nossa origem, um desejo à procura do desejo do outro, uma **ausência**, que como uma falta permanente, transforma o sujeito numa remissão ao perdido num tempo miticamente passado, anterior à sua existência. Mas, acreditando que, em algum lugar há uma resposta do que cada um é, o sujeito pode, através da **cultura**, transformar o niilismo da ausência, num **destino**, criando um mundo virtual no qual, **do eu sou a minha falta** ele chega ao **eu sou os meus possíveis**. A ficção, como ato simbólico por excelência, oferece a possibilidade de obtenção da distância certa para que cada um possa compreender-se melhor. A ficção é o olhar oblíquo sobre nós mesmos, de onde emergem nossos possíveis. É o lugar da **dissimulação** mas também da **descoberta**.

As reflexões aqui tematizadas sobre o sujeito na ficção literária, demonstram a estreita articulação entre **literatura e psicanálise**. Porque diante do desespero da **incomunicabilidade** da experiência em si, (experiência da ação, do sentir e do querer) e da **indefinição** como destino, face à uma linguagem instrumental que sendo incapaz de dizer o ser, transforma-se, segundo Nietzsche, numa **simples tagarelice**, a ficção apresenta-se como o lugar de “falar-se daquilo que não se pode calar”. E assim é que, aquilo que não se pode calar, nem tampouco dizer de forma lógica e direta, isto é, o **não-dito**, o inédito, a **quididade** do ser, encontra na ficção um lugar de inscrição. E a **metaleitura do texto ficcional**, surge como o meio privilegiado de desimplicar o **que** do sujeito, alcançando-o na sua dimensão ontológica, no lugar onde ele não se coloca conscientemente.

BIBLIOGRAFIA

- RICOEUR, Paul – *Da Interpretação : Ensaio sobre Freud* – tradução de Hilton Japiassu - Rio de Janeiro: Imago, 1977
- _____ – *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica* – tradução de M.F. Sá Correia - Porto: Rés.
- _____ – *A metáfora viva* – tradução de Joaquim Torres Costa e Antonio M. Magalhães - Porto: Rés.
- _____ – *Teoria da Interpretação* – tradução de Artur Mourão - Lisboa: Edições Setenta.
- SUMARES, Manuel – *O sujeito e a cultura na filosofia de Paul Ricoeur* - Lisboa: Escher, 1989.
- SAFOUAN, Moustapha – *O inconsciente e seu escriba* – tradução Regina Steffen – Campinas: Papyrus, 1987
- MELLO, Maria Elizabeth Chaves & ROUANET, Maria Helena – *A Difícil Comunicação Literária* – Rio de Janeiro: Achiamé.
- DURAND, Gilbert – *A imaginação Simbólica* – São Paulo : Cultrix, 1988.
- KOTHE, Flávio R. – *O Sonho como Texto, o Texto como Sonho* – Revista Tempo Brasileiro (O Sonho e a Realidade no Texto Literário), nº 59 .

INTERDISCIPLINARIDADE: uma proposta pedagógica

*Maria do Carmo Soares Costa**

“Um acontecimento, um fato, um feito, um gesto, um poema, uma canção, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas tocadas por múltiplas razões de ser.”

Paulo Freire

Tendo por base o conceito de analogia (do grego, proporção matemática, correspondência), como igualdade de relações qualitativas entre duas ou mais formas de conhecimento, ou entre seres e fenômenos, ou ainda, como raciocínio fundado pela identificação de caracteres comuns (Platão, Aristóteles), consideramos perfeitamente válida a abordagem interdisciplinar que medeia o processo analógico e a correspondência entre dois tipos diferentes de arte como, por exemplo, a poesia e a música.

Importa esclarecer que a interdisciplinaridade corresponde à nova fase do desenvolvimento do conhecimento científico, podendo ter tido sua fase germinal no processo de analogia utilizado primeiramente nas ciências matemáticas.

Com o crescente interesse em reunificar os saberes, a atividade interdisciplinar se define como um método de pesquisa e de ensino, visando, assim, à interação entre duas ou mais disciplinas.

Antes de tudo, convém notificar que o fenômeno interdisciplinar, em oposição ao Positivismo do séc. XVIII, é uma atitude diante do conhecimento. Segundo Ivani Fazenda, é “a ousadia da busca, da pesquisa, é a transformação da insegurança num exercício do pensar, num construir”¹ que caracterizam a interdisciplinaridade. Ele pressupõe, portanto, uma disposição ao intercâmbio, ao diálogo entre saberes.

Assim, explica-se a necessidade de se trabalhar com o novo método, tendo em vista, uma crise gerada no fim da Idade Média, culminando na sociedade contemporânea que deseja restabelecer a integridade do pensamento, a

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

Este trabalho faz parte de uma dissertação de Teoria Literária orientada pelo Prof. Dr. Sébastien Joachim.

¹ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Práticas Interdisciplinares na Escola*. 2. ed., São Paulo : Cortez, 1993, p. 18.

ordem perdida em algum lugar do passado; o que muito contribuiu para adensar a rede de tensões nas relações do homem com a realidade.

Exercendo dupla função: a de combater o saber fragmentado em especialidades e o desvinculamento progressivo da universidade pulverizada ao extremo, com a sociedade multifacetada, o trabalho interdisciplinar luta contra a “esquizofrenia” reinante em todas as dimensões da vida social e humana moderna.

Além disso, ele objetiva elucidar a interdependência do sujeito com o objeto que mantém relações recíprocas configurando um jogo dialético por excelência.

Urge lembrar que não podemos confundir interdisciplinaridade com a pluri ou multidisciplinaridade. Por se tratar de um neologismo – a expressão não adquiriu um significado único e definido – ele é confundido com outros termos semelhantes, cabendo aqui fazer a seguinte distinção: enquanto que a pluri ou multidisciplinaridade equivalem à justaposição de disciplinas diversas ou à integração de conteúdos numa única matéria, a interdisciplinaridade implica uma relação de reciprocidade, de interseção que promove o diálogo entre as partes envolvidas, finalizando a superação de um conhecimento esfacelado para dar lugar à visão holística, totalizadora do homem e seu meio.

Maria da Glória Bordini em Palestra proferida durante a 1ª Semana de Estudos Literários, promovida pelo Departamento de Letras da UFPE, deixou bem claro que, mesmo tentando resgatar a visão unificada do saber, é impossível resolver integralmente o problema da setorização das áreas de conhecimento; todavia, preconiza a criação de situações abertas ao diálogo com a finalidade de suprir as lacunas do ensino em blocos.

Essa abertura remonta ao princípio de efetuar associações encetadas pela Psicologia da Gestalt que se explica pela tendência de todo fenômeno ser percebido numa condição interdependente de dois campos denominados “figura” e “fundo”. Sua relevância consiste em realizar a operação mental de reunir elementos ou traços comuns diferenciados de outros na constituição de objetos e realidades. Pelo princípio contrastivo “figura-fundo”, a Gestalt é, ao mesmo tempo, forma e configuração; por isso, ela nos leva a compreender determinada situação com um todo, considerando dois planos que se mantêm relacionados dialogicamente.

É neste sentido que achamos pertinente o trabalho interdisciplinar nas escolas a começar pelo primeiro grau maior, pelo fato de contribuir para a eficácia do processo ensino-aprendizagem, engendrando o alargamento do conceito de leitura.

Segundo Maria Helena Martins, a verdadeira leitura procede quando consideramos a história, as circunstâncias de produção, as intenções do autor ou fabricante, o labor de realização, o pessoal envolvido na criação e a repercussão do público ante o objeto com que mantemos ligação.

Tal conceito vem reforçar a afirmação de Paulo Freire sobre o ato de ler: “A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”².

É conhecimento de todos que o saber da língua (código) não é suficiente para a leitura se concretizar. Ela é fruto das experiências resultantes do intercâmbio do mundo pessoal com o universo sócio-cultural do indivíduo. Algo semelhante fora dito por Martin Buber ao sustentar que “É na relação da vida com os homens que a linguagem se completa como seqüência no discurso e na réplica. (...) Aqui, e somente aqui, há realmente o contemplar e o ser contemplado, o reconhecer e o ser-reconhecido, o amar e o ser-amado.”³

Isso só se torna possível mediante o procedimento de organizar o conhecimento associando fatos, observando similitudes, efetuando relações, enfim, realizando comparações que permitam a análise crítica do mundo referencial e a intervenção do homem nesta mesma realidade.

Seguindo o raciocínio, o estudo entre disciplinas é imprescindível e se adequa as nossas pretensões; pois, partindo da relação analógica entre dois tipos de discurso, o musical e o poético, tentaremos esgotar o número possível de leituras do homem e do seu cosmos. Ele funciona com recurso inestimável na prática de compreensão do mundo como se constata nas palavras de E. Pulcinelli Orlandi, falando da importância de se travar relação com outras formas de linguagem: “A Convivência com a música, a pintura, a fotografia, o cinema, com outras formas de utilização do som e com a imagem, assim como a convivência com as linguagens artificiais poderiam nos apontar para uma inserção do universo simbólico que não é a que temos estabelecido na escola.”⁴

Pergunta-se, então, o que é necessário para operacionalizá-lo?

Primeiramente, atender aos requisitos impostos por ele mesmo:

1. Elaboração de um programa de trabalho que permita o intercâmbio de experiência, informações entre os especialistas.
2. Superação do ‘babelismo lingüístico’ que delimita as fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento, através da adoção de uma linguagem conceitual mais ou menos comum (terminologia compreensível a todos os participantes).
3. Avaliação da problemática da pesquisa para saber o grau de participação exigido de cada especialista.
4. Repartição das funções durante o processo de trabalho interdisciplinar, evitando uma hierarquia rígida e criando um clima democrático provido de liderança, sem a qual será inviável a interação do conteúdo informativo, de métodos e opiniões.

5. Análise de todos os resultados parciais obtidos pelos especialistas a fim de se conseguir a generalização de uns pontos e descobrir várias interconexões.

Em segundo lugar, estar consciente de que a linguagem artística, em suas mais diversas manifestações, mantém homologia com o mecanismo de tensões da sociedade em determinada época tendo para isso, que conceber o discurso como o mediador entre o homem e o mundo; ou ainda, “morada do ser”, evocando o pensamento heideggeriano.

Em se tratando de estabelecer analogicamente um estudo interdiscursivo da poesia e da música, teremos que nos valer dos elementos que engendram todo e seu organismo: a forma e o conteúdo.

Entretanto, estas dimensões da obra de arte não estão dissociadas uma da outra, mas estão indissociavelmente condicionadas ao esforço e disciplina intelectual de quem a produziu: “Não existe uma arte ‘automática’ nem a arte ‘imita’, ela compreende o mundo. (...) Pressupõe uma síntese de duas dimensões antagônicas da existência: as regras determinadas das coisas e a libertação da ordem.”⁵

Massaud Moisés, referindo-se ao parônimo “forma/fôrma”, concebe-a como entidade peculiar ao Universo da Arte em que se vê o mundo que nele se reflete, numa tensão dialética incessante.

Dada essa corporificação da realidade pela estrutura da obra de arte, temos condições de metonimicamente, acessar a realidade tanto em seus contorno quanto em sua tessitura.

Essa atividade intersemiótica se torna mais evidente com os inúmeros trabalhos realizados por teóricos e críticos de arte interessados em suplantar a visão estreita e reducionista daqueles que optam pela preservação das fronteiras, colocando a teoria artística de um lado e a prática pedagógica de outro. É o caso, para citar alguns exemplos, de Etienne Souriau ao nos colocar como desafio, perceber equivalências importantes das obras, identificando-lhes os princípios e motivos afins nas variedades técnicas e leis de simetria de organização estrutural, ou ainda Karrel Boullart ao preferir travar diálogo com as obras, realizando a leitura racional, detendo-se ao nível de organização formal dos objetos em estudo, a fim de identificar traços idiossincráticos correspondentes.

Neste âmbito, a título de ilustração do exposto, faremos uma breve análise comparativa da música tonal e da poesia tradicional, tomando como parâmetro o soneto de Bocage e a primeira parte da forma – sonata de Mozart. (Em anexo)

Veremos, no decorrer da análise, como as dimensões constitutivas das obras (forma e conteúdo) mantém homologia com a organização da sociedade da época, cabendo a nós investigar-lhes os aspectos analógicos para melhor resultado na compreensão dessa dialogicidade de relações.

Ademais, o estudo pretendido também se justifica pela preocupação em distinguir as qualidades próprias da poesia e sua herança musical no sentido de reencontrar sua tradição lírica, já que abandona o acompanhamento instrumental (da flauta, da lira) e o canto, com a invenção da imprensa no século XV, passando para o plano de palavra escrita.

Antes de iniciar a análise propriamente dita, faremos um breve percurso no histórico de ambas a começar pelo soneto. Criada por Giacomo da Lentino no séc. XIII, o vocábulo vem do provençal “sonet” – diminutivo de “son” e designa seu parentesco com a música. Considerado como a forma fixa mais cultivada em todos os tempos, o soneto se apresenta como um universo fechado, guardando, tanto ao nível estrutural quanto ao nível de conteúdo, um tom dramático fornecido pelo jogo permanente de tensões.

A sonata, por sua vez, foi criada na Península Itálica, e atingiu a mais perfeita de todas as formas instrumentais no Classicismo. Etimologicamente falando, a expressão “sonata” vem do verbo “sonare” (tocar) e significa uma peça instrumental tipo canção para ser executada ou em conjunto ou solo. Sendo cultivada por Scarlatti, Vitalis, Torrelli, Veracini, adquiriu forma fixa com Arcanjo Corelli.

Vistas suas origens, passemos ao estudo analítico do soneto de Bocage e do primeiro movimento da forma – sonata de Mozart do qual poderemos extrair pontos de intersecção.

*Nascemos para amar; a humanidade
Vai tarde ou cedo aos laços da ternura
Tu és doce atractivo, ó formosura,
Que encanta, que seduz, que persuade.*

*Enleia-se por gosto a liberdade;
E depois que a paixão nalma se apura,
Alguns então lhe chamam desventura,
Chamam-lhe alguns então felicidade!*

*Qual se abisma nas lôbregas tristezas,
Qual em suaves júbilos discorre,
Com esperanças mil na idéia acesas.*

*Amor ou desfalece, ou pára, ou corre;
E, segundo as diversas naturezas,
Um porfia, este esquece, aquele morre.*

No tocante à estrutura, o soneto é composto de duas quadras (vindas do estramboto da canção popular) e dois tercetos (equivalentes ao refrão duplo), totalizando catorze versos de metro decassilábico.

O poema guarda em si algo de uma obra dramática verificado tanto em seu aspecto formativo quanto em seu aspecto conceitual: nos dois quartetos = 4 - 4, o numeral indica racionalidade, logicidade e é representado geometricamente pelo quadrado; os dois tercetos 3 - 3 apontam a concepção triádica do absoluto que possui início, meio e fim = tese, antítese e síntese = triângulo (reconhecido pelos pitagóricos como a forma geométrica perfeita).

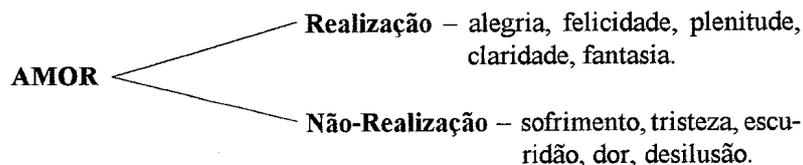
O ritmo engendrado pela disposição rimática ABBA ABBA CDC DCD, percorre um movimento oscilatório entre duas atitudes – a de expectativa e a de dinamismo. Essa logicidade formal corresponde, sob o ponto de vista conteudístico, à afirmação do poeta na primeira estrofe ao dizer que “Nascemos para amar...”; explica, em seguida, o poder exercido pelo amor que é sentido não apenas por um, mas por todos os homens: “A humanidade vai tarde ou cedo aos laços da ternura”. A justificativa implícita no verso adquire intensidade permeada por um tom fatalista, ao serem enumeradas as qualidades do sentimento, provido de um apelo designado pelo vocativo “ó formosura”; o que pode ser também interpretado, pela ambigüidade que encerra, como atributos da figura amada: “Tu és doce atrativo, ó formosura”; o poder de ação é indicado pelos verbos “encante”, “seduz” e “persuade”, sempre precedidos pelo pronome relativo “que” (o qual), funcionando como um meio de elucidar que não se trate de qualquer tipo de sentimento (ou de mulher), mas daquele cujo desvario é capaz de provocar todos os estados de pressão no espírito.

A segunda estrofe vem como um desdobramento da assertiva exposta na quadra anterior; citando gradativamente os efeitos suscitados pelo amor, tem em vista duas condições diametralmente opostas: a realização que provê a satisfação da alma, a felicidade, e a não-realização que traz o infortúnio. Em todas as condições, o livre arbítrio é comprometido: “Enleia-se por gosto a liberdade”; o que parece transmitir a extraordinária potência conferida ao amor. Fato curioso está na emergência do núcleo de tensão veiculada pelos versos: “Alguns então lhe chamam desventura/Chamam-lhe alguns então felicidade! ”. O ponto de tensão torna-se mais denso no primeiro terceto, quando o poeta descreve a reação dos felizes e desgraçados: a segunda categoria, resta abismar-se “nas lôbregas tristezas”, para a primeira, “suaves júbilos discorre” alimentadas por expectativas de perpetuação do idílio: “Com esperança mil na idéia acesas.”

O último terceto retoma todos os elementos contrastivos do terceto anterior. O poeta discorre sobre os rumos que o sentimento amoroso pode tomar, operando uma sinopse rumo à code: “Amor ou desfalece, ou pára, ou corre;”. Note-se que os três destinos são excludentes. O remate trata das conseqüências virtuais trazidas pela concretização ou não do amor, segundo sua especificidade:

para o amor que desfalece, acaba-se, “morre”; para o amor que corre, dissipa-se, “esquece”; para o amor que pára, “porfia”.

Transpondo para uma representação gráfica da dimensão conceptiva do poema, constatamos o núcleo tensional e seus derivados:



Enquanto a estaticidade está simbolizada pelos quartetos, ao descreverem certo estado anímico, o dinamismo é apresentado pelos tercetos que fornecem o gérmen do conflito.

Referindo-se ao discurso musical, a forma-sonata possui um mecanismo semelhante ao do soneto*. Contendo três andamentos diferentes, Allegro, Andante e Rondó, (dois rápidos e um lento), a sonata se fundamenta num movimento modulatório (zona de tensões) equivalente ao fator bivalente do soneto (estático/móvel).

Detendo-se no primeiro andamento, “Allegro”, identificamos duas características básicas: a concepção bitemática da evolução harmônica formada pela força de repulsão e atração da tônica – dominante (ou subdominante) – tônica e o esquema ABA que traduz os três movimentos de exposição, desenvolvimento e reexposição análogo à organização formal do poema estudado.

O primeiro plano, A, inicia-se em dó maior (tônica) e migra para os IV e V graus da escola onde se configura a exposição temática precedendo a coda na tonalidade vizinha de sol maior. O desenvolvimento, iniciado na mesma fundamental da coda, aproveita-lhe o motivo (compassos 26, 27 e 28) para realizar a mudança para outros centros tonais (ré e lá menor) até chegar à fa maior (tom vizinho de dó maior, a tonalidade de origem), onde consegue estabelecer-se antes da reexposição do tema. A terceira seção começa no tom da subdominante, fá maior em que observamos a recapitulação do tema que se mantém inalterado até o desfecho do último movimento.

Convém notar que o funcionamento harmônico é similar ao do desenvolvimento, só que da tonalidade de sol maior, retorna à tonalidade primitiva de dó maior.

Comprovamos, assim, que existe uma tendência comum em ambas as formas: o mecanismo de repouso-tensão-repouso (exercido pelo deslocamento da tônica a outros graus da escala, ou ainda da tonalidade original para as

* Deploramos não poder reproduzir a forma "sonata" por razões técnicas.

vizinhas) equivalente aos estados de expectativa e dinamismo empreendido pelos quartetos e tercetos, tipificando a tensão dramática de uma sociedade em conflito. Observemos que na segunda metade do século XVIII (período de produção dessas obras), o capitalismo se encontrava na fase industrial, regimentado pelo desenvolvimento tecnológico e pelo alargamento do mercado em função do imperialismo colonial.

A homologia é identificada no sentido em que as tensões existentes na forma e no conteúdo das obras correspondem às contradições e lutas de um determinado momento histórico-social como nos lembra A. Gramsci: “‘conteúdo’ e ‘forma’, além de um significado ‘estético’, possuem também um significado ‘histórico’”.

Neste sentido, a hierarquia erigida na poesia, sob a estrutura fixa (quartetos e tercetos) e na música sob a tensão harmônica do sistema tonal, parece traduzir o sistema hierárquico capitalista em que de um lado, situam-se os proprietários burgueses e do outro, os operários em suas mais diversas feições; travando uma luta permanente pela força motriz de geração de lucro e acumulação de capital.

Concluimos, dessa forma, que é imperiosa a consciência da urgência de repensarmos os modos de se trabalharem as disciplinas do currículo tradicional nas escolas, aceitando o desafio de romper as fronteiras entre as especialidades rumo à visão holística: uma questão de atitude.

¹ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Práticas Interdisciplinas na Escola**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1993, p. 18.

² FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo : 1992, p.10.

³ BUBER, Paulo. **Eu e Tu**. São Paulo : Cortez & Moraes, 1977, p.119.

⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo : Cortez, Campinas: UNICAMP, 1988, p.40.

⁵ MARCUSE, Hebert. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro : Zchar, 1973, p.96.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Mário. *Dicionário Musical Brasileiro*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção reconquista do Brasil). 2 série: v.102, p.486 : Sonata.
- BOCAGE. *Sonetos*. São Paulo : Três, 1974.
- BOULEZ, Pierre. *A Música Hoje 2*. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- BOULLART, Karel. Abertura Sobre Outras Artes. IN – *Introduction aux études littéraires, Méthodes du texte*. Gembloux : Duculot, 1987.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro : Imago, 1976.
- MARTINS, Maria Helena. *Crônica de Uma Utopia*. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- MOISÉS, Massaud. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo : Cultrix, 1982.
- WISNIK, Miguel. *O Som e o Sentido*. São Paulo : Companhia das letras, 1989.